

**Mulheres e Homens  
trabalhando  
pela Paz e contra  
o Tráfico de Mulheres  
e a Violência Sexual**

**Vera Vieira  
Clara Charf  
(Orgs.)**

**São Paulo  
2014**





**Mulheres e Homens  
trabalhando  
pela Paz e contra  
o Tráfico de Mulheres  
e a Violência Sexual**

**Vera Vieira  
Clara Charf  
(Orgs.)**

**São Paulo  
2014**





**Mulheres e Homens  
trabalhando  
pela Paz e contra  
o Tráfico de Mulheres  
e a Violência Sexual**

**Vera Vieira  
Clara Charf  
(Orgs.)**

**São Paulo  
2014**

**Título:**  
Mulheres e Homens pela Paz e  
contra o Tráfico de Mulheres e a  
Violência Sexual

**Organizadoras:**  
Vera Vieira e Clara Charf

**Editora:**  
Associação Mulheres pela Paz

**Transcrição das gravações:**  
Rodrigo Eduardo Perini  
e Walkíria Lobo Ferraz

**Sistematização:**  
Denise Gomide (Interativa Palavras)

**Edição de arte, projeto gráfico e  
editoração:**  
Enggraf Gráfica e Editora

**Tiragem desta edição:**  
1.000 exemplares

**Local:**  
São Paulo

**Ano da publicação:**  
2014

**Edição:**  
1ª edição

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)**  
**(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)**

Mulheres e homens trabalhando pela paz e contra o  
tráfico de mulheres e a violência sexual / Vera  
Vieira, Clara Charf, (orgs.) . -- 1. ed. --  
São Paulo : Associação Mulheres pela Paz, 2014.

Bibliografia.  
ISBN 978-85-63885-02-9

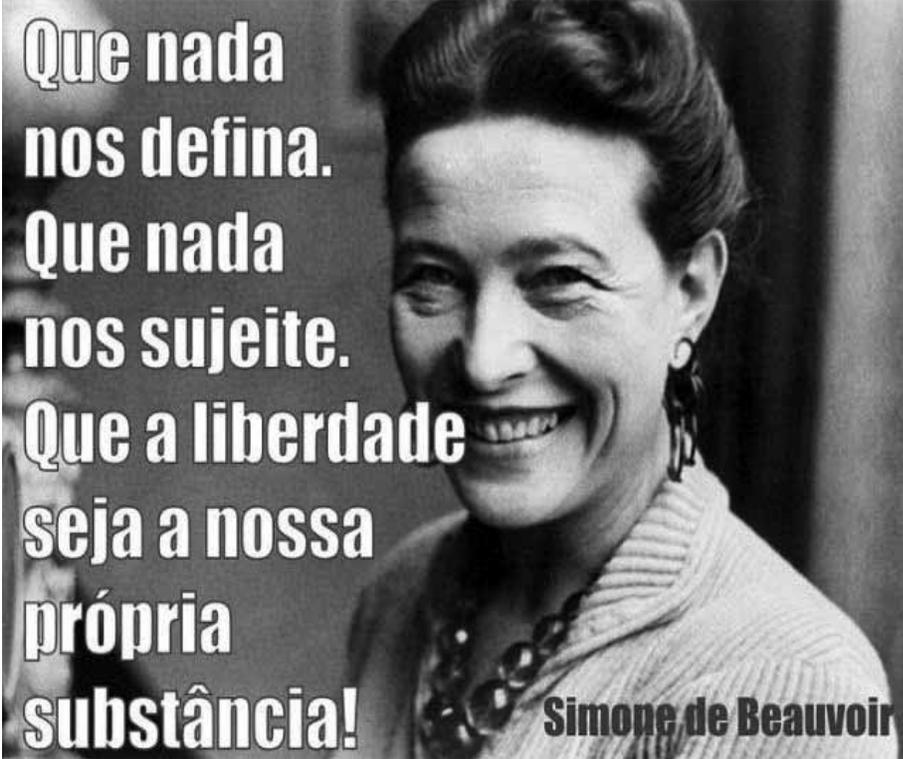
1. Educação popular 2. Feminismo 3. Homens -  
Psicologia 4. Identidade de gênero 5. Ongs 6. Paz  
7. Tráfico de mulheres 8. Violência contra  
mulheres 9. Vítimas de abuso sexual I. Vieira,  
Vera. II. Charf, Clara.

14-11570

CDD-370

**Índices para catálogo sistemático:**

1. Tráfico e violência contra mulheres :  
Intervenção : Educação popular feminista  
370

A black and white photograph of Simone de Beauvoir. She is shown from the chest up, smiling broadly and looking slightly to her right. Her hair is pulled back, and she is wearing a light-colored, ribbed turtleneck sweater and a dark necklace. The background is dark and out of focus.

**Que nada  
nos defina.  
Que nada  
nos sujeite.  
Que a liberdade  
seja a nossa  
própria  
substância!**

**Simone de Beauvoir**





## Sumário

<b>Apresentação</b> .....	11
---------------------------	----

### **Introdução** - Tráfico de Mulheres e Violência Sexual:

a coisificação feminina .....	15
-------------------------------	----

### **I As diferenças e peculiaridades nas cinco regiões brasileiras**

1. Florianópolis/SC: do interior para a capital e portos .....	35
2. Foz do Iguaçu/PR: a tríplice fronteira como facilitadora de rotas .....	45
3. Rio Branco/AC: a vulnerabilidade nas fronteiras com Peru e Bolívia .....	57
4. Goiânia/GO: o grande fluxo de rotas no centro do país .....	75
5. Porto Alegre/RS: incidência de tráfico interno e externo .....	89
6. Macapá/AP: a vulnerabilidade das fronteiras com o Suriname e Guiana Francesa .....	105
7. Ribeirão Preto/SP: o rico interior paulista na rota .....	121
8. Cuiabá/MT: local de origem e destino de pessoas traficadas .....	137
9. João Pessoa/PB: o turismo sexual como indicador do nordeste .....	151
<b>Diretrizes para o Processo de Multiplicação</b> .....	171
<b>Campanhas</b> .....	177

### **II Teorização e entrelaçamento de conceitos-chaves**

1. A Educomunicação e a importância da intervenção nas mídias .....	187
2. Resolução 1325 da ONU: Paz é a cidadania das mulheres .....	199
3. Relações Sociais de Gênero e Feminismos .....	203
4. Educação Popular Feminista: aprendizagem transformadora para mudanças sociais .....	215
5. Educação Popular Feminista: um processo contínuo .....	225
6. As faces cruéis da violência sexual e o Caso Queimadas .....	229
7. Orientação Sexual e Identidades de Gênero: repensando conceitos .....	233
8. A vulnerabilidade social das mulheres negras brasileiras .....	247
9. Desafios e perspectivas na construção de políticas para as mulheres negras e demais grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas .....	253
10. "Sobre meninos e homens": construindo um repertório de igualdade .....	259
11. Sobre Masculinidades .....	265
12. O tráfico de mulheres e a prostituição .....	273





## Apresentação

# Gestão coletiva da teoria e prática

Esta publicação retrata o processo de construção coletiva levado avante nos anos de 2013 e 2014, em cidades das cinco regiões brasileiras: Florianópolis/SC, Foz do Iguaçu/PR e Porto Alegre/RS (região Sul), Ribeirão Preto/SP (Sudeste), Rio Branco/AC e Macapá/AP (Norte), Goiânia/GO e Cuiabá/MT (Centro-Oeste) e João Pessoa/PB (Nordeste), no marco do projeto REDEFININDO PAZ - Tráfico de Mulheres e Violência Sexual: metodologia de educação popular para trabalhar com mulheres e homens.

Sob a perspectiva da redefinição do conceito ampliado de Paz - como prática cotidiana baseada na segurança humana e na justiça -, o projeto considera que relações não equitativas de gênero são socialmente construídas, culturalmente aceitas e historicamente mantidas, tendo como pior consequência a violência contra a mulher, que se materializa na vida cotidiana pela violência doméstica, violência sexual e no tráfico de mulheres. Além disso, prevê a necessidade de pautar o tema e acumular discussão dentro do movimento feminista e na sociedade como um todo, visando à implantação/implementação de políticas públicas. Por outro lado, vê a necessidade de unir esforços de mulheres e homens para alcançar a paz, a cidadania, a equidade e avançar nos processos de construção da democracia.

Respeitando-se o alicerce da metodologia de educação popular feminista, foram previstas atividades pré - mapeamento das principais



ONGs, órgãos públicos e universidades e Evento Preparatório; durante - Painel Público, Oficina e Incidência nas Mídias; e pós - com o consenso de possíveis ações de continuidade.

Por se tratar de um tema pouco abordado e em função da metodologia participativa, o projeto foi considerado inovador e ousado. Propiciou uma abordagem que respeitou as peculiaridades locais, além de entrelaçar e aprofundar teorias importantes - como conceito ampliado de paz (Resolução 1325 da ONU), feminismos, masculinidades, educação popular e educomunicação, com recorte de classe, raça, etnia, orientação sexual e geração -, além de consensar possíveis ações de incidência para a implantação e implementação de políticas públicas. A intervenção nas diversas mídias locais e sociais ampliou o impacto das atividades ao sensibilizar o público em geral, além de contribuir para alterar os padrões vigentes de cobertura da temática, geralmente estereotipados, sensacionalistas e superficiais.

O conteúdo deste livro traz um pouco da realidade de cada uma das localidades onde foram realizadas as atividades, as ações propostas para o enfrentamento à grave problemática e textos focando os conceitos-chaves. Trata-se de uma colaboração para processos de multiplicação desta iniciativa.

Para levar adiante essas ações, a Associação Mulheres pela Paz contou com a importante parceria nacional de algumas entidades, cujas representantes atuaram no Grupo de Estudos, no início do projeto, com sugestões para a produção do material que alicerçou o processo de construção coletiva Brasil afora e aprofundamento da temática. Contou com a participação de Beatriz Cannabrava, Denise Gomide e Hilda Fadiga (Rede Mulher de Educação), Cláudia Luna (Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres), Nilza Iraci (Geledés — Instituto da Mulher Negra), Amelinha Teles (União de Mulheres de São Paulo), além de



Clara Charf e Vera Vieira (Associação Mulheres pela Paz).

Dentre os materiais didáticos criados para dar suporte às atividades, estão o Caderno de Educação Popular Feminista, organizado por Vera Vieira e Clara Charf, além de um folder e um pôster -, de autoria da jornalista Fernanda Pompeu e da artista gráfica Angela Mattos, cuja criatividade visual e escrita em muito contribuíram para a abordagem de tão desafiante tema. Registre-se, também, a colaboração de Hilda Fadiga, no trabalho de mapeamento das parcerias locais, de Denise Gomide, na sistematização das atividades, de Rodrigo Eduardo Perini e Walkíria Lobo Ferraz, na transcrição de todas as gravações, tendo esta última também exercido um papel fundamental na secretaria dos eventos.

O lançamento deste livro ocorre juntamente com o do videodocumentário de mesmo título, dirigido por Matilde Leone e Rodrigo Leone, que, com criatividade e dinamismo, conseguiram traduzir em outra linguagem todo esse rico processo de construção coletiva, protagonizado por lideranças de regiões com culturas e realidades tão distintas e, ao mesmo tempo, tão similares.

Um agradecimento especial a todas as mulheres e a todos os homens que se dispuseram a mergulhar na complexidade deste fenômeno, em busca da transformação da realidade para a conquista de um mundo melhor. Obrigada, também, a todas as entidades parceiras de cada uma das localidades e às nacionais, às organizações apoiadoras — Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça), EED (Alemanha), Fundação Ford, Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República (SPM/PR), Instituto Avon, —, bem como à patrocinadora Petrobras.



# Introdução







## Tráfico de Mulheres e Violência Sexual: a coisificação feminina

por Vera Vieira (\*)

O tema do tráfico de pessoas começa a ganhar visibilidade internacional e nacional na agenda de direitos humanos, no final dos anos 1990, mais acentuadamente no início do século 21, com o incentivo às ações de prevenção, repressão e responsabilização contidas na Convenção de Palermo (2000), da Organização das Nações Unidas (ONU), e seus protocolos adicionais. Tais documentos tiveram o intuito de complementar a Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, já que o tráfico de pessoas passou a ser analisado como uma forma moderna de escravidão. De acordo com o Escritório das Nações Unidas contra Drogas e Crime (UNODC), “o tráfico de pessoas é caracterizado pelo recrutamento, transporte, transferência, abrigo ou recebimento de pessoas, por meio de ameaça ou uso da força ou outras formas de coerção, de rapto, de fraude, de engano, do abuso de poder ou de uma posição de vulnerabilidade ou de dar ou receber pagamentos ou benefícios para obter o consentimento para uma pessoa ter controle sobre outra pessoa, para o propósito de exploração”. A definição encontra-se no Protocolo Relativo à Prevenção, Repressão e Punição do Tráfico de Pessoas, em Especial Mulheres e Crianças, complementar à Convenção das Nações Unidas contra o Crime Organizado Transnacional, conhecida também como **Convenção de Palermo**. (<http://www.unodc.org/lpo-brazil/pt/trafico-de-pessoas/index.html>).

Com a resignificação das práticas capitalistas, a humanidade se viu diante de novos tempos e novos espaços, isto é, deparou-se com a

(\*) Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, é jornalista com doutorado em Comunicação/Feminismo, pela USP/ECA.



desterritorialização humana. A chamada Terceira Revolução se deu com o desenvolvimento das novas tecnologias da informação e comunicação, provocando outro impulso aos mercados na área produtiva e financeira. Além de acentuar a subordinação dos países pobres, a prática adotada à distância, sem contato humano, num apertar de botões (online), ignora as consequências sociais, coloca em risco sua soberania nacional e aumenta ainda mais o número de pessoas completamente excluídas do sistema, que não têm sequer o ‘direito’ de serem exploradas pelo capital.

Essas alterações vêm se refletindo diretamente no aumento do fluxo humano, em termos nacionais e transnacionais, em busca do sonho de melhores condições de vida. Tal acentuação do processo de globalização que se verifica nas últimas décadas, iniciada antes da chegada do novo milênio, é carregada de incertezas. Segundo Hobsbawm (1995, p.541), “em suma, o século acabou numa desordem global cuja natureza não estava clara, e sem um mecanismo óbvio para acabar com ela ou mantê-la sob controle. O motivo dessa impotência estava não apenas na verdadeira profundidade e complexidade da crise mundial, mas também no aparente fracasso de todos os programas, velhos e novos, para controlar e melhorar os problemas da raça humana”.

Diante desse cenário que se configura de forma irreversível, as ações da ONU, logo no início do século 21, por um lado, refletem esforços no sentido de evitar a desintegração globalizante, com o incentivo à busca pelo alcance da cidadania global. Ao mesmo tempo, por outro ângulo, há um claro impasse no avanço da prevenção, responsabilização e atendimento às vítimas desse fenômeno, em função da vinculação das leis de criminalização da imigração à formulação de megaconceitos relacionados



ao tráfico de pessoas. Dentre os conceitos chaves, pode-se citar a noção de exploração, o turismo sexual e a prostituição, cuja construção necessita dialogar com a desconstrução para que haja avanços no debate e no enfrentamento à problemática, inclusive com a participação de atores diversos. Esses nós acabam por ancorar a produção e divulgação do conhecimento, incorrendo na interligação da percepção do tráfico de pessoas com o crime organizado e de migração. Esse deslocamento provoca muito mais a criminalização das vítimas do que ações voltadas para os seus direitos humanos. (Piscitelli, 2013).

Dentre as finalidades do tráfico de pessoas estão a exploração sexual comercial, o trabalho análogo à escravidão e a venda de órgãos. Novas modalidades foram identificadas com a Pesquisa Enafron - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira, realizada pelo Ministério da Justiça, em 2013. As 11 fronteiras brasileiras revelaram a exploração da mendicância e da servidão doméstica de crianças e adolescentes - meninas “adotivas” e de jovens traficados para exploração em clubes de futebol, muitos abusados sexualmente.

As mulheres estão entre as principais vítimas do tráfico de pessoas (83%), de acordo com estudo do UNODC, de 2003. Em 92% dos casos, o aliciamento se dá para fins de exploração sexual. O tráfico de pessoas é considerado a terceira forma de crime mais rentável no mundo, perdendo apenas para o tráfico de drogas e armas – e segundo estimativas globais, mais de 2 milhões de pessoas são vítimas do tráfico humano anualmente. Segundo Ildo Rosa, delegado da Polícia Federal, “o Brasil é considerado o berço do tráfico de mulheres, em função do grande número de países fronteiriços, além de servir como base da América Latina para a ‘exportação’



para a Europa e América do Norte”. Tal declaração foi fornecida em 11/4/2013, em Florianópolis/SC, por ocasião da Oficina realizada pela Associação Mulheres pela Paz. A maioria das vítimas é jovem (entre 18 e 29 anos) pobre e com baixa escolaridade. Há também o tráfico de crianças (maioria de meninas), homossexuais e travestis jovens.

O comércio sexual ou outras formas do trabalho sexual de pessoas adultas nem sempre implica em tráfico. O exercício da prostituição é quando não há terceiros se aproveitando da atividade. Já a exploração da prostituição ocorre quando alguém se aproveita do exercício da atividade de outrem.

A violência sexual é aquela que força a mulher a presenciar, manter ou participar de relação sexual; impedir o uso de método contraceptivo ou forçá-la à gravidez, aborto ou prostituição mediante força ou ameaça. (Lei Maria da Penha). A violência sexual também ocorre com mulheres traficadas, que são obrigadas a se prostituir. Assim, há estreita conexão entre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual.

Como bem destacado pela Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República, no texto Tráfico de Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento, de 2011, trata-se de um crime que “leva às últimas consequências o binômio dominação masculina *versus* submissão feminina. Ocorre a objetificação do corpo feminino e da figura simbólica das mulheres que são tratadas e negociadas como objetos, com a finalidade de se obter lucro, sendo desconsiderado por completo o respeito à sua dignidade de pessoa humana de sujeito de direitos. Contribuem para essa realidade de exploração os estereótipos socialmente construídos e reproduzidos pelos



meios de comunicação, que vinculam a imagem da mulher brasileira à sexualidade e acabam por incentivar, inclusive, o turismo sexual para o Brasil, uma das situações de risco para a ocorrência do tráfico de pessoas”.

Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), as principais **causas** do tráfico humano são: ausência de oportunidades de trabalho, *discriminação de gênero*; instabilidade política, econômica e civil em regiões de conflito; *violência doméstica*; emigração indocumentada; *turismo sexual*; corrupção de funcionários públicos e leis deficientes.

Uma estatística assustadora revela que, na **rede de aliciadores, 55% são mulheres**. Para explicar esse índice, o mesmo documento da SPM enfatiza que, “em 2009, o UNODC concluiu no seu Relatório Global sobre Tráfico de Pessoas que *um número desproporcional de mulheres estão envolvidas no tráfico humano, não somente como vítimas (o que já sabíamos), mas também como traficantes (pela primeira vez documentada aqui). Ofensoras (femininas) têm um papel significativo na escravidão moderna que em muitos outros crimes*. Essa afirmação deve ser entendida tendo-se em conta a complexidade desse fenômeno. Não se pode negar que as mulheres desempenham um papel estratégico nas redes de aliciamento para o tráfico de pessoas, pois o esquema mais utilizado no Brasil é a utilização dos contatos sociais, de vizinhança, amizade e parentesco, que dá às ofertas uma aparência menos arriscada, em que as mulheres são apresentadas como fontes confiáveis. Contudo, também não se pode deixar de salientar a diferente posição que ocupam as mulheres que foram vítimas das redes do tráfico e se tornaram



aliciadoras. A Pesquisa Nacional sobre Tráfico de Crianças, Mulheres e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual Comercial (PESTRAF, 2002), com razão, parece relativizar a conclusão da UNODC: *As meninas que vão para a Holanda, Alemanha e Itália, e estão há bastante tempo, são forçadas a convidar irmãs para visitá-las, através de cartas e telefonemas falsos, porque não podem falar a verdade.* Assim, a aliciadora-vítima é coagida a utilizar dos seus laços de confiança para convidar outras mulheres, podendo inclusive ser a única forma de quitar as dívidas contraídas com os exploradores.

A PESTRAF, de autoria de Maria Lúcia Leal e Maria de Fátima Leal, da Universidade de Brasília, “é um marco no Brasil, pois revelou 241 rotas nacionais e internacionais de tráfico de pessoas, provocou a indignação da sociedade e das autoridades brasileiras e forçou o enfrentamento do problema. O trabalho também serviu para derrubar mitos. Um deles originado no senso comum, mantinha que a exploração sexual comercial só existia nas regiões pobres”, enfatizou Cláudia Maria de Freitas Chagas, então Secretária Nacional de Justiça, em 2006. Das 241 rotas, há 76 no Norte, 69 no Nordeste, 35 no Sudeste, 33 no Centro-Oeste e 28 no Sul.

Dentre os impactos e **danos** sofridos pelas mulheres vítimas de tráfico de pessoas, estão: **psicológico**: ameaça, negligência, confinamento; **físico**: uso forçado de drogas, abortos forçados, privação de alimentos, de liberdade e sono, DSTs/HIV; **legal**: a prostituição pode ser considerada crime no país de destino, condição irregular no país, perda da guarda dos filhos, prisão, deportação; **social**: isolamento,



ruptura com os laços familiares, timidez excessiva, desconfiança; **econômica**: endividamento com os traficantes, perda de bens pessoais e familiares.

### **Cronologia das ações no Brasil**

- ⇒ Em 2004, o governo brasileiro ratificou a Convenção de Palermo junto à Secretaria Geral da ONU. Nesse mesmo ano, iniciou o desenvolvimento de políticas públicas, resultando nas seguintes principais ações, as quais demonstram, de maneira crescente, a preocupação em envolver diferentes atores da sociedade e órgãos profissionais ligados à temática, inclusive com consulta pública virtual:
- ⇒ O Decreto 5.015/2004 formalizou internamente os compromissos assumidos.
- ⇒ Em 2006, foi instituída a PNETP, com três eixos: prevenção ao fenômeno, repressão e responsabilização, e atendimento às vítimas.
- ⇒ Em 2008, foi aprovado o I Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (I PNETP), com ações nos três eixos descritos anteriormente.
- ⇒ Em 2011, teve início a construção do II PNETP, com a participação de órgãos públicos, sociedade civil e organismos internacionais.
- ⇒ Em 2013, foi publicado o II PNETP, para o período 2013-2016, organizado em linhas operativas transversais aos três eixos da política nacional. São elas: 1) Aperfeiçoamento do marco regulatório para fortalecer o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 2) Integração e fortalecimento das políticas públicas, redes de atendimento, organizações para prestação de serviços necessários ao enfrentamento ao tráfico de pessoas; 3) Capacitação



para o enfrentamento ao tráfico de pessoas; 4) Produção, gestão e disseminação de informação e conhecimento sobre tráfico de pessoas; 5) Campanhas e mobilização para o enfrentamento ao tráfico de pessoas.

Como salienta José Eduardo Cardozo, Ministro da Justiça, na apresentação do II PNETP, “cabe ao Ministério da Justiça, em parceria com a Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República e a Secretaria dos Direitos Humanos da Presidência da República, de forma tripartite, coordenar a implementação da política nacional e dos seus respectivos planos nacionais, cujas metas estão sob a responsabilidade de mais de uma dezena de Ministérios, em articulação ainda com Estados e municípios, demais Poderes da República e organizações da sociedade civil, Academia e setor privado”. ([www.mj.gov.br/traficodepessoas](http://www.mj.gov.br/traficodepessoas)).

Além da Coordenação Tripartite, a gestão integrada do II PNETF conta ainda com o Comitê Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CONATRAP), no âmbito do Ministério da Justiça. É formado por representantes de órgãos do governo federal, organizações da sociedade civil, organismos especialistas na área de enfrentamento ao tráfico de pessoas, conselhos nacionais de políticas relacionadas ao tema, rede de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e Postos Avançados de Atendimento Humanizado ao Migrante, Comitês Estaduais e do Distrito Federal de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, além de convidados do Poder Judiciário e do Ministério Público. Há também o Grupo Interministerial de Monitoramento e Avaliação do II PNETP – GI.

Há que se destacar a relevância do **Ligue 180** (Nacional e Internacional), da Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal,



como política pública que vem contribuindo tanto para fornecer informações a vítimas de tráfico humano e violência, como para receber denúncias. Tem sido um dos mais importantes pontos de partida para o desbaratamento de quadrilhas de tráfico de mulheres. O **Ligue 100**, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, também é um canal importante de denúncias, caracterizando-se por receber um número maior de casos de tráfico e violência envolvendo crianças e adolescentes.

Na trajetória de acúmulo de discussão sobre a temática, convém lembrar que é preciso cuidado especial na formulação de conceitos chaves, para não incorrer no simplismo, sem dialogar com as diferentes visões. Há a necessidade de problematizar e levar em consideração um caminho que leve ao binômio vinculação/desvinculação. Obviamente, essa preocupação deve estar presente em todas as linhas operativas e em todos os atores sociais, pois “na prática, ao tentar articular uma política nacional de enfrentamento ao tráfico que integre prevenção, a responsabilização e a atenção à vítima, o primeiro desafio é aglutinar redes completamente diferenciadas de profissionais, de instituições e de movimentos sociais. Mais do que isso, trata-se de motivá-los a discutir não o trabalho escravo, tampouco a exploração sexual ou a migração irregular para o trabalho, mas algo muito específico desses universos maiores com os quais esses mesmos atores estão acostumados a lidar. É quase como convencê-los a focar dentro da sua área de atuação, geralmente muito mais ampla, em um segmento absolutamente diferenciado, sem que passem a enxergar a ocorrência de tráfico em todos os lugares. Há uma linha muito tênue entre responder a um problema concretamente colocado e, no outro extremo, transformar em tráfico todo trabalho escravo, toda migração irregular para o trabalho ou toda situação de prostituição”. (OLIVEIRA, 2008, p.8)



### **As ações da Associação Mulheres pela Paz (AMP)**

As oficinas, os painéis públicos e a intervenção nos meios de comunicação de massa e mídias sociais foram realizadas no transcorrer dos anos de 2013 e 2014, no marco do projeto *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*, da Associação Mulheres pela Paz. As atividades foram realizadas em cidades das distintas regiões brasileiras: Florianópolis/SC, Foz do Iguaçu/PR e Porto Alegre/RS (região Sul), Ribeirão Preto/SP (Sudeste), Rio Branco/AC e Macapá/AP (Norte), Goiânia/GO e Cuiabá/MT (Centro-Oeste) e João Pessoa/PB (Nordeste). Foi um rico processo de construção coletiva, envolvendo principalmente lideranças efetivas e potenciais de organizações governamentais, não governamentais e universidades, que compõem a rede (formal ou informal) de enfrentamento à violência contra a mulher. Com base na metodologia de educação popular feminista, as atividades transformaram-se em uma oportunidade ímpar de conhecer a realidade local, aprofundar conceitos que ajudam a entender o fenômeno - como feminismos, masculinidades, resolução 1325 da ONU (paz ampliada), educomunicação, recorte racial, orientação sexual e identidade de gênero -, assim como consensar futuras ações para o enfrentamento da problemática.

Foi possível constatar Brasil afora, como a problemática se agrava pela falta de uma legislação adequada e pela carência de estatísticas.

O **Código Penal Brasileiro** atual, nos artigos 231 e 232, prevê somente a punição do tráfico internacional e interno de pessoas para fins de exploração sexual. Está prevista pena de três a oito anos de reclusão, podendo chegar a 12 se a vítima for menor de 18 anos ou portadora de alguma enfermidade. A pena também é aumentada se o



crime for praticado por um familiar ou empregador, se houver uso de violência, grave ameaça ou fraude. O Projeto de Lei (PL) de autoria da senadora Lídice da Mata (PSB-BA) procura se adequar aos termos da definição da Convenção de Palermo. Vincula o tráfico de pessoas para além da exploração sexual, incluindo, por exemplo, os casos ligados à remoção de órgãos ou ao trabalho escravo. O tráfico humano passa a ser caracterizado como crime contra a dignidade da pessoa (e não mais como contra a dignidade sexual).

Por ocasião do lançamento da Pesquisa Enafron, já citada, José Eduardo Cardozo, ministro da Justiça, declarou: “Trata-se de um crime subterrâneo. A pesquisa detecta uma cultura permissiva que legitima a consumação do crime. Sem números, há uma dificuldade para que aconteça uma investigação eficiente e o combate efetivo ao tráfico”. A inexistência de dados reais sobre o tráfico humano, no Brasil e no mundo, é justificada pelo fato de tratar-se de um crime que se mescla com outros, com o de drogas e armas, ou também pela dificuldade em se caracterizar tal atividade criminal. O Brasil é considerado país de trânsito, origem e destino de mulheres traficadas, pelas inúmeras fronteiras, rodovias, portos e aeroportos.

Nos relatos de participantes das atividades da AMP em estados que fazem fronteira com outros países, foi comum a constatação de incidência do tráfico humano, principalmente de mulheres. No centro do país, está a cidade de Goiânia, considerada uma das principais rotas. No Norte e Nordeste, o turismo sexual é o indicador do tráfico de crianças e adolescentes.

Nos dias de mergulho na temática com lideranças das diferentes



regiões brasileiras, pode-se dizer que o fenômeno saiu da telinha da TV e ficou bem perto de cada pessoa. Foi um rico processo de construção coletiva que resultou na contribuição ao acúmulo de discussão dentro dos movimentos sociais, ao refinamento da ótica feminista, ao fortalecimento da rede de serviços contra a violência à mulher, à incidência para criação e implementação de políticas públicas pertinentes, além de sensibilizar a mídia para uma cobertura menos sensacionalista, superficial, preconceituosa e estereotipada.

#### Referências

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. *Tráfico de Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento*. Brasília, DF: SPM/PR, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de Pessoas*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.

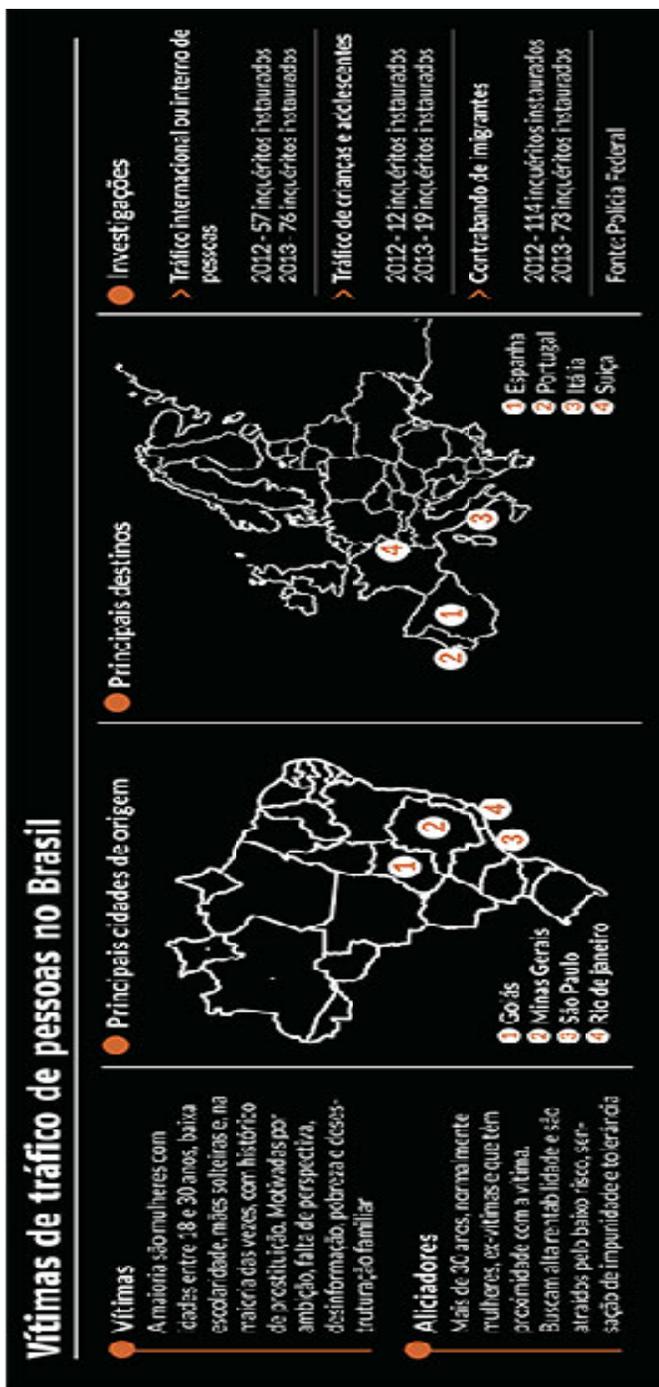
GOPEN G.D., SWAN, J.A. *The science of scientific writing*. American Scientist 78:550-8. 1990 (também disponível em <<http://www.docstyles.com/library/ascience.pdf>>)

HOBSBAWM, E. *Era dos extremos - o breve século XX - 1914-1991*. Tradução: Marcos Santarrita. SP. Cia. das Letras. 2ªed. 1995

LOPES, M.I.V. *Pesquisa em Comunicação*.SP: Edições Loyola. 3ª Ed. 1997

OLIVEIRA, M.P.P. *Sobre armadilhas e cascas de bananas: uma análise crítica da administração de Justiça em temas associados aos Direitos Humanos*. Campinas: Cad.Pagu n°31, Jul/Dez. 2008 (também disponível em [www.scielo.br](http://www.scielo.br))

PISCITELLI, A. *Trânsitos - Brasileiras nos mercados transnacionais do sexo*. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.





### CONFIGURAÇÃO DO TRÁFICO DE MULHERES, CRIANÇAS E ADOLESCENTES PARA FINS DE EXPLORAÇÃO SEXUAL COMERCIAL



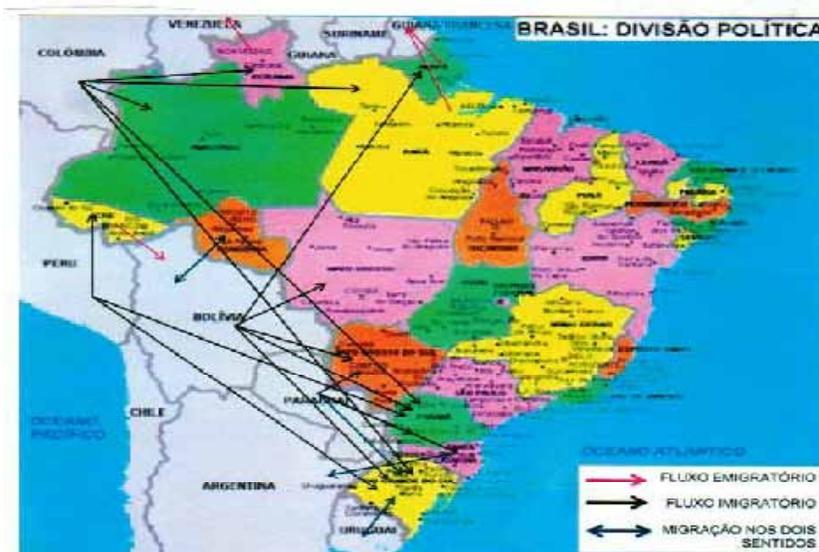
### PRINCIPAIS ROTAS DO TRÁFICO DE MULHERES E CRIANÇAS NO MUNDO

### MUNDO



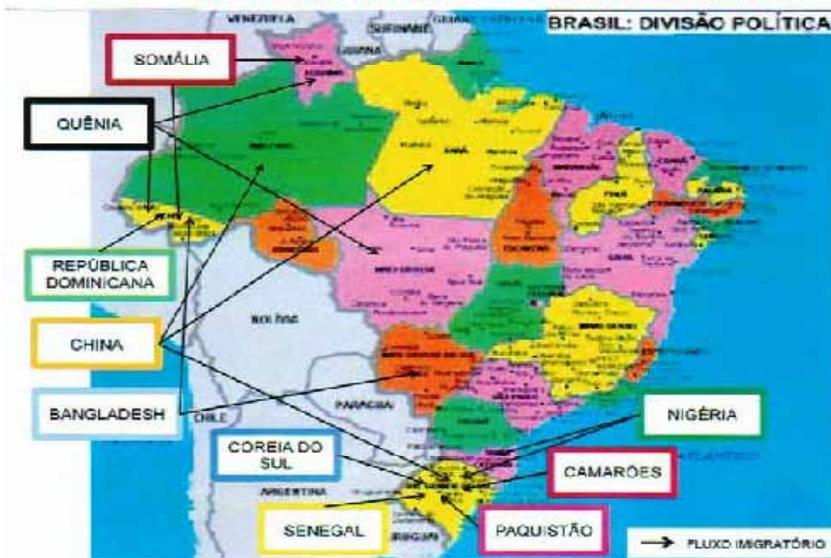


### Fluxos Migratórios na Área de Fronteira – Países da América do Sul



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça (2013). Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira. Brasília: Ministério da Justiça

### Fluxos Migratórios na Área de Fronteira – Outros Países



Fonte: Secretaria Nacional de Justiça (2013). Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira. Brasília: Ministério da Justiça



# I As diferenças e peculiaridades nas cinco regiões brasileiras







# 1. Florianópolis/SC: do interior para a capital e portos



A primeira oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Florianópolis/SC, na região Sul do país, em 11 e 12/4/2013, reunindo 67 lideranças (57 mulheres e 10 homens).

O estado de Santa Catarina, localizado na região Sul do Brasil, possui 295 municípios e sua população total era, de acordo com o Censo de 2010, de 6.248.436 pessoas – sendo 3.148.076 mulheres e 3.100.360 homens. Sua área territorial é de 95.736,165 km<sup>2</sup>. Dentre as regiões Nordeste, Sudeste e Sul, a Unidade da Federação que mais cresceu, também conforme o Censo de 2010, foi Santa Catarina, influenciada pelo alto crescimento de Florianópolis e seu entorno, além das Regiões de Tijucas, Itajaí, Blumenau e Joinville, todas no leste do estado

A história de Florianópolis, capital catarinense, teve como seus



primeiros habitantes os índios tupis-guaranis, conforme indícios em sambaquis e sítios arqueológicos. No início do século XVI, embarcações que demandavam à Bacia do Prata aportavam na Ilha de Santa Catarina para abastecerem-se de água e víveres. Mas foi aproximadamente em 1675 que Francisco Dias Velho, com sua família e agregados, deram início à povoação da ilha com a fundação de Nossa Senhora do Desterro (atual Florianópolis) – segundo núcleo de povoamento mais antigo do Estado, ainda fazendo parte da vila de Laguna. Desempenhou, assim, importante papel político na colonização da região.

A partir de então, intensificou-se o fluxo de paulistas e vicentistas que ocupam vários outros pontos do litoral. Em 1726, Nossa Senhora do Desterro é elevada à categoria de vila, a partir de seu desmembramento de Laguna. Pela sua posição estratégica, a ilha de Santa Catarina passou a ser ocupada militarmente a partir de 1737, quando começaram a ser erguidas as fortalezas necessárias à defesa do seu território. Esse fato resultou num importante passo na ocupação da ilha.

Com a ocupação, a agricultura e a indústria manufatureira de algodão e linho prosperaram, e há resquícios desse passado no que se refere à confecção artesanal da farinha de mandioca e das rendas de bilro.

No século XIX, Desterro foi elevada à categoria de cidade; tornou-se Capital da Província de Santa Catarina em 1823 e inaugurou um período de prosperidade, com o investimento de recursos federais. Projetou-se a melhoria do porto e a construção de edifícios públicos, entre outras obras urbanas. A modernização política e a organização de atividades culturais também se destacaram, marcando inclusive os preparativos para a recepção ao Imperador D. Pedro II (1845).



Com o advento da República (1889), as resistências locais ao novo governo provocaram um distanciamento do governo central e a diminuição dos seus investimentos. Em 1894, a vitória das forças comandadas pelo Marechal Floriano Peixoto determinaram a mudança do nome da cidade para Florianópolis, em homenagem a este oficial. Assim, em 1º de outubro de 1894, por meio da Lei Estadual nº 111, o município de Nossa Senhora do Destêrro passou a denominar-se Florianópolis.

Hoje, a capital também é conhecida como “Ilha da Magia”, é uma das três capitais insulares do Brasil. Entre outros fatores, suas 42 praias contribuíram para Florianópolis se tornar a capital turística do Mercosul, pois possui um intenso movimento turístico durante todo o verão, principalmente com argentinos, gaúchos e paulistas.

De acordo com o Censo de 2010 do IBGE, a população residente em Florianópolis era de 421.240 pessoas, dentre as quais 218.193 mulheres; 203.047 homens; adolescentes e jovens: na faixa de 10 a 14 anos, 119.561 pessoas; de 15 a 19 anos, 126.040; de 20 a 24 anos, 135.405 pessoas. A população estimada da capital catarinense em 2013 era de 453.285 pessoas. Quanto ao IDHM total do município em 2010, era de 0,847 (3º lugar no ranking nacional); o IDHM Renda, de 0,870; IDHM Longevidade, 0,873; IDHM Educação, 0,800.

### **O tráfico humano**

Santa Catarina é um estado que tem uma nítida relação com formas de exploração econômica, fluxos migratórios, trabalho escravo e casos de tráfico de pessoas, sendo que aqueles para fins de exploração sexual ainda não são vistos como um grande problema. “Segundo dados da ADEH, CREM, PF, PRF, Arco Íris e Conselho Tutelar as profissionais do sexo e as adolescentes



exploradas no mercado do sexo, dirigem-se de Santa Catarina para a capital ou municípios polos (Balneário Camboriú) ou cidades portuárias (Dionísio Cerqueira, Imbituba e Itajaí). (Enafon, 2013, p.190). Entretanto, por ocasião da oficina da Associação Mulheres pela Paz realizada em Florianópolis, foi possível constatar que a cidade é rota do tráfico internacional para fins de exploração sexual, conforme relatado abaixo:

“Pobre e negra, aos 18 anos, sonhando em ter uma vida melhor, aceitei o convite para trabalhar como cabeleireira na Espanha. Lá chegando, fui transformada em mercadoria e obrigada a me prostituir à exaustão para pagar uma dívida sem fim. Agora, vivendo em Florianópolis, ainda tenho medo da máfia.”



Este é apenas um pequeno trecho do rico depoimento oferecido por Lindalva (nome fictício), durante a oficina de dois dias realizada em Florianópolis. Além dela, os depoimentos de quem atua diretamente com vítimas do tráfico de mulheres foram fundamentais para o acúmulo de discussão e o consenso sobre formas de enfrentamento a essa grave problemática globalizada. Alice Follmann e Aline Regina Hainauer, integrantes do Centro de Referência das Mulheres de Dionísio Cerqueira, cidade localizada na divisa com a Argentina, destacaram o fato de jovens da área rural serem atraídas para a exploração sexual.



Segundo Ildo Rosa, delegado da Polícia Federal, “não há dúvidas de que Santa Catarina é um pólo que recebe e exporta mulheres traficadas”.





Na ocasião, Clara Charf se aprofundou no conteúdo da Resolução 1325 da ONU, que versa sobre o conceito ampliado de “paz” no sentido de segurança humana e justiça. A teorização se deu a partir de uma dinâmica em que as(os) participantes escreveram em uma cartolina o significado individual da palavra “paz”: vida digna, liberdade, fim do racismo, trabalho, respeito, diversidade, tolerância, respeito à dignidade humana, serenidade, coragem. Ficou nítido que a paz é construída com as ações do cotidiano.



Clair Castilhos, atual secretária executiva da Rede Feminista de Saúde, abordou a temática intitulada “Feminismo e Relações Sociais de Gênero”, de forma bastante aprofundada. O que é feminismo, “sou feminina, não sou feminista!”, a evolução histórica do movimento feminista e gênero e direitos humanos foram alguns dos focos explorados por ela.



Estela Maris Cardoso e Vera Lúcia Fermiano falaram, com muita propriedade, sobre “Recorte de Gênero, Raça e Etnia”. Ao contrário do que se pensa, Santa Catarina não tem uma população quase que totalmente loura. A população negra no Estado chega a quase 15%, sendo alvo de acentuada discriminação. Ambas deram depoimentos sobre suas trajetórias de luta na superação dos obstáculos encontrados para estudar e galgar melhores condições de vida.



Kamila Souza contribuiu com a temática “Educomunicação pela Cidadania das Mulheres”, enaltecendo a importância da inter-relação entre as áreas da educação e da comunicação, na luta por uma sociedade mais justa e equitativa. Os meios de comunicação de massa e as mídias digitais podem exacerbar os preconceitos, mas também podem se tornar importantes instrumentos de transformação social.



Ao falar sobre “Masculinidades”, Arthur Grimm Cabral destacou que não existe uma única maneira de ser homem e que a forma como se aprende a ser homem traz privilégios, mas também malefícios: “A construção social da masculinidade não é neutra, pois carrega valores violentos e insensíveis. Ela se dá no meio social, assim, a construção da masculinidade de um operário é diferente daquela de um homem de outra classe social. Entretanto, todas elas ainda levam em conta o sistema patriarcal.”



“Violência Sexual e Recorte de Orientação Sexual” ficou sob a responsabilidade de Carmen Luiz. Ela enfatizou os modelos sexistas que a sociedade construiu para o exercício da feminilidade e da masculinidade: “Nossa formação é como uma peça de teatro, com texto, figurino, cenário e com uma direção que nos leva a fazer coisas de menina diferentemente de coisas de menino”. A violência sexual sofrida, na maioria das vezes, por mulheres, é uma das consequências da construção desigual entre os sexos.



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira, e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, foi um passo fundamental para o sucesso das atividades. Aconteceu em 18 de março, na sede da Alesc, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo.





### POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

Uma das atividades finais do evento foi a realização de trabalho em grupos, para o consenso sobre as possibilidades de multiplicação no cotidiano das(os) participantes, chegando-se ao seguinte:

**Grupo 1:** a) Através da Bancada Feminina da Alesc (Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina), realizar uma audiência pública com a presença de entidades, tais como, ministérios públicos, conselhos, órgãos e os três poderes; b) Articular, nos municípios e entidades, visando à massificação da presença das mulheres; c) Realizar audiências nos municípios, com entidades, três poderes, sociedade em geral, Creas, conselhos, educação, etc.; d) Criar uma rede virtual para informações e troca de experiências do grupo; e) Buscar proporcionar, cada qual em seu espaço de atuação, formação para o empoderamento das mulheres; f) Multiplicar os debates realizados nesta oficina em nossas entidades.

**Grupo 2:** a) Realizar ampla campanha de mídia sobre a temática; realizar oficinas locais; b) Implantar e implementar a rede de atendimento (ação direta); c) Incentivar a pesquisa e levantar dados relacionados ao tráfico de mulheres e à violência sexual; d) Divulgar informações sobre violência sexual e aborto legal, junto aos hospitais de referência; e) Introduzir, na grade curricular dos cursos universitários, o tema da violência sexual e da exploração de mulheres.



## AGENDA DA OFICINA EM FLORIANÓPOLIS/SC

### 11/4/2013 – quinta-feira

Horário	Atividade
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” (Vera Vieira)
10h às 10h45	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf) + Debate
10h45 às 11h	Café
11h às 11h45	Feminismo e Relações Sociais de Gênero (Clair Castilhos) + Debate
11h45 às 13h	Recorte de Gênero, Raça e Etnia (Estela Maris Cardoso e Vera Lúcia Fermiano) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
14h15 às 15h45	Panorama do Tráfico de Mulheres em Santa Catarina (Delegado Ildo Rosa) + Debate
15h45 às 17h15	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres + Produção Educomunicativa (Kamila Souza e Vera Vieira) + Debate
17h15 às 17h30	Dinâmica de encerramento do dia (voluntária/o local)

### 12/4/2013 – sexta-feira

9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
9h15 às 10h30	Masculinidades (Arthur Grimm Cabral) + Debate
10h30 às 10h45	Café
10h45 às 12h	Violência Sexual e Recorte de Orientação Sexual (Carmen Luiz) + Debate
12h às 13h	Início do Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Continuidade do Trabalho em Grupos
15h30 às 16h30	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos
16h30 às 17h	Discussão sobre as apresentações
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz

**Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

**Parceria em Florianópolis:** Rede Feminista de Saúde, Associação Casa da Mulher Catarina, Dep. Fed. Luci Choinacki, Bancada Feminina/ALESC, Ação da Cidadania, UBM (União Brasileira de Mulheres), MMTU (Movimento das Mulheres Trabalhadoras Urbanas de Santa Catarina), AMUCC (Associação Brasileira de Portadores de Câncer), BPW (Associação de Mulheres de Negócios e Profissionais de Florianópolis-SC), CONDIM (Conselho Municipal dos Direitos da Mulher e CEDIM (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher).

**Apoio:** Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**Patrocínio:** Petrobras

**PARTICIPANTES: 67 lideranças (57 mulheres e 10 homens)**

Alana Grando Rauen - Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres de Florianópolis/SC

Alice Follmann - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS) de Dionísio Cerqueira/SC

Aline Regina Hainauer - idem

Ana Maria Sokacheski - Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC)

Ana Marise Rocha Monero - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW)

Ana Paula Lima - Deputada Estadual do PT

Andréia Gaiger Keunecke - Jornalista

Angela Albino - Deputada Estadual do PCdoB

Angelita de Oliveira Martins - Gabinete da Deputada Federal Luci Choinack do PT

Aruana Boettcher da Costa - Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)

Arthur Grimm Cabral - idem

Carlos Rogerio da Silva - Fórum Social Brejaru e Frei Damião

Carmen Lucia Luiz - União Brasileira de Mulheres (UBM)

Clair Castilhos - Associação Casa da Mulher Catarina

Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP.

Edson Camargo - Policial Federal de Florianópolis

Estela Maris Cardoso - União dos Negros pela Igualdade (UNEGRO)

Fabiano Rocha - Delegacia de Proteção a Criança Adolescente, Mulher e Idoso de São José

Fernanda da Cruz Martins - Promotora Legal Popular

Fernando Ritter - Presidente Estadual do Partido Ecológico Nacional (PEN)

Genesi Duarte - Sindicato Rural Palhoça

Gerusa Machado - Federação Catarinense das Mulheres

Iara Regina Miotti - Associação das Mulheres de Negócios e Profissionais da Grande Florianópolis (BPW)

Iris Gonçalves Martins - Advogada

Ildo Rosa - Delegado Polícia Federal/SC

Inês Szeskokske - Promotora Legal Popular

Jucelia Vargas Vieira de Jesus - Secretária de Mulheres da Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Jurema Ramos dos Santos - Associação Brasileira dos Portadores de Câncer (AMUCC)

Kamila Souza - UDESC

Karina Costa Aliano - Guarda Municipal de Florianópolis

Katia de Macedo Rebello - Secretária Municipal de Saúde, Vigilância de Acidentes e Violência

Liana Cordeiro - Secretária de Desenvolvimento Regional da Grande Florianópolis

Linete Martins - Assembléia Legislativa do Estado de Santa Catarina (ALESC)

Loiva Teresinha Trombini - Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Luciana de Oliveira Plaza - Centro de Referência de Atendimento à Mulher em situação de Violência

Mara Feldmann - Promotora Legal Popular



Maria Antonia Werlang - Associação Brasileira dos Portadores e Câncer (AMUCC)  
Maria Antonieta Inácio - Sindicato dos Vigilantes de Florianópolis  
Maria Aparecida Peuerl - Sindicato de Trabalhadores na Indústria de Fiação do Rio do Sul e do Alto Vale de Itajai  
Maria Cami Silva Lima da Silva - Pastoral da Saúde  
Maria da Graça Bittencour - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher  
Maria de Fátima Santos - Conselho Comunitário de Ribeirão  
Maria Guilhermina de Salasario - Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH)  
Maria José Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Marcelo Pacheco de Freitas - Fundação Açoriana para o controle de Aids (FAÇA)  
Marcela Goto DPCAMI - Delegacia de Proteção a Criança, Adolescente, Mulher e Idoso de Palhoça  
Marisa Assunta Fantin Ribeiro - Fundação Homeopatia Benort Muke (FHBM)  
Marli Leandro - Vereadora do PT - Brusque/SC  
Neusa Freire Dias - Casa Mulher Catarina  
Odalia de Melo - Associação dos Moradores de Palhoça  
Paulo Penha de Souza - Comunicação Institucional Regional de São Paulo/Sul -Petrobrás – Núcleo de Patrocínio - Curitiba/PR  
Patrícia dos Santos Bonfante - Conselho Estadual de Pessoas com Deficiência de Criciúma  
Raquel Felau Guisoni - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM)  
Roberto de Oliveira Cardoso - Delegado da Polícia Federal  
Rodrigo Marque da Rosa - Instituto Brasileira de Defesa do Consumidor (IDEC)  
Rosamonia Garcia - Ação da Cidadania  
Rosângela Faggiani - Secretária do Governo de Florianópolis  
Rute Carmen Boettcher - Partido dos Trabalhadores  
Sheila Sabag - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher  
Schirlei Azevedo Ribeiro - Canal MMTV de Santa Catarina  
Tânia Inês Slongo - Fórum Estadual Maria da Penha  
Tania Lopes - Associação dos Direitos Humanos com Enfoque na Sexualidade (ADEH)  
Terezinha Aparecida Fantini Nunes - Gabinete Vereador Ricardo Vieira  
Vera Lúcia Fermiano - Casa da Mulher Catarina  
Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Virginia Maria Yunes - Fotógrafa/Cineasta  
Walkiria Lobo J.Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP



## 2. Foz do Iguaçu/PR: a tríplice fronteira como facilitadora de rotas



A segunda oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Foz do Iguaçu/PR, na chamada Tríplice Fronteira, região Sul do país, em 9 e 10/5/2013, reunindo 63 lideranças (53 mulheres e 10 homens).

O estado do Paraná, localizado na região Sul do Brasil, possui 399 municípios e uma população de cerca de 11 milhões de habitantes. A área territorial é de 199.307,922 km<sup>2</sup>.

A cidade de Foz do Iguaçu, na fronteira com a Argentina e o Paraguai, possui quase 257 mil habitantes e uma área de 617,700 km. Pesquisas arqueológicas realizadas pela Universidade Federal do Paraná no espaço brasileiro do reservatório de Itaipu, antes de sua formação, situaram em 6.000 a.C. os vestígios da mais remota presença humana na região; vários grupos humanos sucederam-se ao longo dos séculos. Os últimos que



precederam os europeus (espanhóis e portugueses) foram os índios.

Em 1542, o espanhol Álvaro Nuñez Cabeza de Vaca chegou ao rio Iguaçu e por ele seguiu guiado por índios Cainganges, atingindo as Cataratas e ficando o registro de que foi o “descobridor” das quedas. Em 1881, Foz do Iguaçu recebeu seus dois primeiros habitantes, o brasileiro Pedro Martins da Silva e o espanhol Manuel Gonzáles. Pouco depois chegaram os irmãos Goycochéa, que começaram a explorar a erva-mate. Oito anos após, foi fundada a colônia militar na fronteira - marco do início da ocupação efetiva do lugar por brasileiros e do que viria a ser o município de Foz do Iguaçu. Em 22 de novembro de 1889, o Tenente Antonio Batista da Costa Júnior e o Sargento José Maria de Brito fundaram a Colônia Militar, que tinha competência para distribuir terrenos a colonos interessados. Nos primeiros anos do século XX, a população de Foz do Iguaçu chegou a aproximadamente 2.000 pessoas e o vilarejo dispunha de uma hospedaria, quatro mercearias, um rústico quartel militar, mesa de rendas e estação telegráfica, engenhos de açúcar e cachaça e uma agricultura de subsistência. Em 1910, a Colônia Militar passou à condição de “Vila Iguassu”, distrito do município de Guarapuava. Dois anos depois, o Ministro da Guerra emancipou a Colônia, tornando-a um povoamento civil entregue aos cuidados do governo do Paraná, que criou então a Coletoria Estadual da Vila. Em 14 de março de 1914, pela Lei 1383, foi criado o município de Vila Iguaçu, instalado efetivamente no dia 10 de junho do mesmo ano, com a posse do primeiro prefeito, Jorge Schimmelpfeng, e da primeira Câmara de Vereadores.

A história do Parque Nacional começa no ano de 1916, com a passagem por Foz do Iguaçu de Alberto Santos Dumont, o “Pai da Aviação”, seu legítimo “fundador”. Aquela área pertencia ao uruguaio Jesus Val. Santos



Dumont intercedeu junto ao Presidente do Estado do Paraná, Affonso Alves de Camargo, para que fosse desapropriada e tornada patrimônio público, sendo declarada de utilidade pública no mesmo ano. Em 1939 foi criado o Parque Nacional do Iguaçu.

### **O tráfico humano**

O Estado do Paraná apresenta a exploração do trabalho no meio rural e na área urbana (principalmente Curitiba e Foz do Iguaçu), com aliciamento de pessoas no Norte, Nordeste, Centro-Oeste e Sudeste, além do Paraguai. Também há o aliciamento de mulheres e adolescentes do país vizinho para a exploração do trabalho doméstico, principalmente na região de Foz do Iguaçu. “Com relação ao tráfico internacional de pessoas para fins de exploração sexual, segundo dados da PF e MPF, os municípios que aparecem como locais de aliciamento são: Foz do Iguaçu e região, Curitiba e região metropolitana, Guaíra, Londrina, Maringá, Cascavel, Paranaguá e Campo Mourão. Configuram-se como principais destinos dessa modalidade: Foz do Iguaçu e Guaíra (no caso das vítimas estrangeiras, principalmente argentinas e paraguaias); Espanha, Portugal, Itália, Argentina, França, Reino Unido, Suíça e Alemanha (no caso das vítimas brasileiras). No que tange ao tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual, de acordo com informações do NETP/PR, Pastoral do Migrante e Associações LGBT, aparecem como áreas de incidência de aliciamento das vítimas as seguintes localidades do Paraná: Umuarama, Maringá, Guarapuava, Pinhão e Curitiba. Além do mais, são apontados os seguintes estados como locais de aliciamento de vítimas para a exploração no Paraná: Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Cuiabá, Minas Gerais, Rondônia e Acre. Por sua vez, foram identificadas como locais de exploração sexual as seguintes localidades: Foz do Iguaçu,



Curitiba, Guaíra e Paranaguá (no Paraná); Altamira, no estado do Pará (fora do contexto paranaense). No caso do tráfico e venda de crianças e adolescentes, os dados da PF e informações do NETP/PR, Pastoral do Migrante e MPF apontam como locais de aliciamento: Foz do Iguaçu, Curitiba, Londrina, São João do Triunfo (no caso das vítimas brasileiras); e Coreia do Sul, Argentina e Paraguai (no caso das vítimas estrangeiras). Aparecem como destino do tráfico internacional de crianças e adolescentes: Piraquara (no Paraná); Estados Unidos da América, Paraguai e Argentina (no exterior), para fins de adoção ilegal. (Enafon, 2013, p.192/3).

As atividades da Associação Mulheres pela Paz em Foz do Iguaçu propiciaram um rico aprofundamento sobre a realidade local, começando com um Painel Público na noite de 8/5/2013. A mesa foi composta por autoridades e lideranças locais, que debateram a temática para a população em geral e as diversas mídias locais. Nos dois dias subsequentes, aconteceu a oficina de educação popular, com lideranças efetivas e potenciais de ONGs, órgãos públicos e universidades.





Vera Vieira, diretora da Associação Mulheres pela Paz, forneceu detalhes do projeto e enfatizou as ações previstas para 2013-2014, nas diferentes regiões do país. Moema Viezzer, uma das brasileiras indicadas ao Nobel da Paz 2005, destacou que “quando uma pessoa se transforma, ela transforma o mundo ao seu redor”. Marcos Valério Ferreira, presidente da Casa de Apoio Feminina, disse que é fundamental centrar o trabalho na valorização da mulher. Maria Cecília Ferreira, Secretária de Políticas para as Mulheres de Toledo/PR, aposta na articulação das cidades do Estado para o avanço da luta. Rodrigo Campos da Costa, delegado da Polícia Federal, afirmou que é importante não atuar como mero coadjuvante, mas como parceiro efetivo. O juiz Ariel Nicolai destacou a importância de mobilizar todos os setores da sociedade para uma temática que é considerada tabu. Maria Helena Guarezzi, coordenadora do Programa de Equidade de Gênero da Itaipu Binacional, destacou que a problemática é um compromisso da empresa, que também irá olhar para além das fronteiras. Cláudia Ferreira, Secretária Municipal de Assistência Social, Família e Relações com a Comunidade, enfatizou que a melhoria dos serviços é primordial para os avanços. Ivone Barofaldi, vice-prefeita de Foz do Iguaçu, garantiu o apoio para tudo o que for necessário. Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz, fez uma comparação das dificuldades das lutas das mulheres de antigamente e os avanços que temos hoje em dia. Destacou a importância de ter homens na luta e de fortalecer a rede local, regional e transnacional. Jorge Sameki, diretor-geral da Itaipu Binacional, enalteceu a honra de ter Clara na cidade, bem como a relevância da luta contra o tráfico de mulheres e a violência sexual, “em um país tão maravilhoso como o nosso Brasil”.





Maria Helena Guarezzi (acima) abordou “Relações Sociais de Gênero” de forma participativa, fazendo com que as pessoas refletissem sobre o ser político e o agir feminista.

Moema Viezzer ficou encarregada de focar a “Educação Popular Feminista”. Ela é considerada uma das mães dessa reorientação metodológica. Texto detalhado de sua autoria está publicado na segunda parte deste livro.

“Conceitos relacionados à Violência Sexual” foram abordados por Maria Cecília Ferreira, que também forneceu dados alarmantes sobre essa triste realidade no Brasil.

“Conceitos relacionados ao Tráfico de Mulheres” foram focados por Kiara Heck, que apresentou, também, casos de vítimas de exploração sexual na região da tríplice fronteira.

O tema “Masculinidades” ficou a cargo de Moema Viezzer, que realizou uma instigante dinâmica em que os homens presentes ao encontro foram entrevistados sobre os seguintes aspectos:

- 1) Como você foi educado para ser homem?
- 2) Fale sobre mudanças que você vê no seu jeito de ser homem.
- 3) O que você sugere para aperfeiçoar a formação entre mulheres e homens pela PAZ e contra a violência?





O “Panorama local do Tráfico de Mulheres” ficou a cargo de três pessoas: o delegado da PF, Rodrigo Perin, Suely Ruiz, do Pair/Mercosul, e a jornalista Denise Paro, que já realizou coberturas sobre o assunto para a mídia impressa. Foi fornecido o percurso do trabalho realizado na região e se enfatizou as dificuldades encontradas, bem como as possibilidades de implementação da rede local, regional e transnacional.



A pró-reitora da Unila (Universidade Federal da Integração Latino-Americana, ao analisar o “Recorte Étnico-Racial e de Orientação Sexual”, se inspirou no poema Vozes Mulheres: Conceição Evaristo, que fornece a trajetória de opressão da população negra, que chega a 75% no Brasil. Enfatizou que “a sexualização da mulher negra também é uma herança escravocrata”. Para ela, a questão da orientação sexual não está tão organizada como a da questão racial.



Vera Vieira e Denner Almeida se revezaram para tratar da “Educomunicação pela Cidadania das Mulheres”. De modo impactante, a palestra foi iniciada com o vídeo da aluna Geisy Arruda sendo xingada e acuada dentro da Uniban, por trajar um vestido curto. Mostrou-se que foi graças às novas tecnologias que o caso ganhou repercussão nacional e internacional, o que comprova que as mídias podem se tornar instrumentos de transformação social, principalmente no que tange à necessidade de se combater os estereótipos sexistas.



## POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1** - Sociedade Civil Organizada: a) Mapeamento dos serviços de atendimento e grupos de ação destinados à questão de gênero para formação de uma rede continuada, regionalizada; b) Rede social; c) Fluxograma e fomentação da discussão nos próximos encontros.

**Grupo 2** - Órgãos Públicos: a) Afinar discursos em uma única direção (capacitação, qualificação); b) Conhecer o desenho da rede (mapeamento das políticas, programas, serviços e benefícios); c) Estabelecer/reconhecer os fluxos de atendimento; d) Grupos de trabalho/rede de atendimento à mulher (incluir os municípios da Bacia do Paraná 3); e) Fomentar/fortalecer as comunicações, educação popular, informação (garantir que as informações cheguem aos usuários); f) Fortalecer as instâncias de controle social, garantindo a participação do usuário.

**Grupo 3** - Universidades/Escolas: 1. Fortalecer o grupo de estudos de gênero: a) Integrar as universidades públicas, ensino médio e fundamental; b) Oferecer suporte por meio de atividades de pesquisa, extensão, articulado com as universidades da Tríplice Fronteira; c) Estabelecer uma rede com as instituições de ensino de forma que esta esteja integrada à rede maior referente à temática; d) Difundir o conhecimento e ações acerca da temática.



2. Estratégias para executar as ações: a) Firmar acordos com universidades, secretarias, escolas e outros órgãos de forma gradativa; b) Levantar as ações que já estão sendo realizadas (pesquisas, projetos de extensão, etc.); c) Desenvolver pesquisas acerca da temática; e) Proporcionar cursos de formação para docentes e sociedade em geral; f) Envolver as assessorias de comunicação das instituições; g) Formar um grupo na rede social para discutir a temática e fortalecer os laços do grupo; h) Estabelecer cronograma de reuniões.

**Grupo 4** - Organismos Internacionais: a) Mapear entidades e serviços, governamentais e não governamentais; b) Realizar a integração trinacional (Puerto Iguassu, Ciudad Del Este e Foz do Iguaçu); c) Elaborar plano trinacional, a curto, médio e longo prazo; d) Identificar e encaminhar casos; e) Formar agentes multiplicadores (universidades, poder público, redes, civis e mídia); f) Fortalecer a rede trinacional; g) Fortalecer a rede regional (intercidades), para a questão do tráfico e da violência interna (a debater).





## AGENDA DA OFICINA EM FOZ DO IGUAÇU/PR

<b>Horário</b>	<b>9/5/2013 – quinta-feira</b> <b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” (Vera Vieira)
10h às 10h45	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf) + Debate
10h45 às 11h	Café
11h às 11h45	Relações Sociais de Gênero (Maria Helena Guarezi) + Debate
11h45 às 13h	Educação Popular Feminista (Moema Viezzer) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
14h15 às 15h45	Conceitos relacionados à Violência Sexual e ao Tráfico de Mulheres (Maria Cecília Ferreira e Kiara Heck) + Debate
15h45 às 17h15	Masculinidades (Moema Viezzer) + Debate
17h15 às 17h30	Dinâmica de encerramento do dia (voluntária/o local)
<b>10/5/2013 – sexta-feira</b>	
9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
9h15 às 11h	Panorama Local do Tráfico de Mulheres (Delegado Rodrigo Perin, Suely Ruiz e depoimento da jornalista Denise Paro) + Debate
11 às 11h15	Café
11h15 às 12h15	Recorte Étnico-Racial e de Orientação Sexual (Ângela Maria de Souza) + Debate
12h15 às 13h15	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres (Vera Vieira e Denner Almeida) + Debate
13h15 às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
15h30 às 16h30	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos
16h30 às 17h	Discussão sobre as apresentações
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz

**Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

**Parceria em Foz do Iguaçu:** Itaipu Binacional, Programa Equidade de Gênero da Itaipu Binacional, Polícia Federal, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, UNILA, PAIR MERCOSUL, Secretaria de Políticas para Mulheres de Toledo/PR, Casa de Apoio Feminina, Centro Popular de Saúde Yanten, MV Consultoria e ComSol.

**Apoio:** Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina, Fundação Ford e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**Patrocínio:** Petrobras

**PARTICIPANTES: 63 lideranças (53 mulheres e 10 homens)**

Alana da Silva Dantas - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Alejandra Morales - Consulado de La República Argentina  
Andreia Simon - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Angela Maria de Souza - Universidade Federal da Integração Latino-Americana ( UNILA)  
Ariana Silva - idem  
Arthur Miyagawa M. de Souza - Centro Universitário Dinâmica Cataratas do Iguaçu (CUDC)  
Carlos Cezare - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Claudia Janice - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Criviam Paiva de Siqueira - Itaipu Binacional  
Daisa Clara da Silva Santana - Centro Especializado de Atendimento à Mulher vítima de Violência  
Damião Enéias de Melo dos Santos - Polícia Militar do Paraná (PMPR)  
Dayse Mara Bortoli - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Dener Almeida - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Denise Paro - Gazeta do Povo  
Diane de Oliveira - Delegacia da Mulher/Polícia Civil - Núcleo de Atendimento à Criança e ao Adolescente Vítima (NUCRIA )  
Elenice T.Schwarzbacch - Núcleo de Ação Solidária à AIDS (NASA)  
Érica F.Silva - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
Fernanda D'Avilla Damo - Colégio Estadual Barão do Rio Branco  
Ides Rogerio Marchiori - Secretaria Municipal de Turismo de Foz do Iguaçu  
Irmã Maria de Lurdes de Costa - Pastoral do Migrante  
Iviana Silva dos Santos - Casa de Apoio Feminina  
Jazmin O. Campos - Centro Regional de las Mujeres de Ciudad Del Este  
Josefina Diaz - Centro Regional de las Mujeres de Ciudad Del Este  
José Carlos S. Silva - Cáritas  
Kamila Trajano de Rodrigues - Itaipu Binacional  
Katrina Petrika Dal Pizzol Coelho - UNILA  
Leila Elias de Barros - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Foz do Iguaçu (CMDM)  
Letícia Scheidt - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)  
Luciana Aparecida Fabriz - Universidade Federal do Oeste do Paraná (UNIOESTE)  
Lurdes da Rosa - Hospital Ministro Costa Cavalcanti (HMCC)  
Marcelo Grondim - Instituto de Comunicação Solidária - Toledo/PR  
Marcos Antonio - Conselho Municipal da Saúde  
Maria Aparecida Pires Chitero - Secretaria de Políticas para Mulheres (SPM) - Toledo/PR  
Maria de Lourdes da Silva Camargo - Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres (CMDM)  
Maria Elza Mendes - Cidade Nova Informa (CNI)  
Maria Helena Carlessi - Secretaria de Estado da Saúde Regional 9ª.RS (SESA)  
Maria Helena Guarez - Itaipu Binacional  
Maria José de Souza Elsaad - União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)  
Maria José Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP



Maria Leni Podkova - Aldeias Infantis SOS  
Maria Madalena Ames - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher  
Marilda Lopes Cruz - Núcleo Regional de Educação  
Marilene Vieira Chagas - Aldeias Infantis SOS  
Marli Alamini Serraglio - Secretaria Municipal da Saúde - SMS  
Marli S. da Costa Silva - Projeto FICA – Programa Construindo a Cidadania - SMS  
Milena Luana Mieres Rios - Colégio Estadual Barão do Rio Branco  
Moema Libera Viezzer - Instituto de Comunicação Solidária - Toledo/PR  
Mônica Ferracioli - Delegacia da Mulher - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente  
Raquel Tartora - Itaipu Binacional  
Rodrigo Perin - Delegado da Polícia Federal de Foz do Iguaçu  
Roseane Cleide e Souza - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Roseli Alves Neres - Casa Abrigo  
Roseli Turcatel Motter - Centro Popular de Saúde Yanten  
Rosemeira da Silva dos Santos - Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS)  
Sílvia Dias Silveira Dias - Prefeitura Municipal de Foz do Iguaçu  
Suely Ruiz – PAIR/ Mercosul (Estratégia Regional de Enfrentamento ao Tráfico de Crianças e Adolescentes para Fins de Exploração Sexual)  
Tathiana Guimarães - Centro de Direitos Humanos e Memória Popular do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)  
Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Viviane Shemmer - Delegacia da Mulher - Núcleo de Proteção à Criança e ao Adolescente  
Walkiria Lobo J.Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Wilson Peixoto K.Netto - Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA)



### 3. Rio Branco/AC: a vulnerabilidade nas fronteiras com Peru e Bolívia



A terceira oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Rio Branco/AC, região Norte do país, em 6 e 7/6/2013, reunindo 68 lideranças (60 mulheres e 8 homens).

O estado do Acre, localizado na região Norte do Brasil, possui 22 municípios e uma população de 790 mil habitantes. Possui uma área de 164.123,040 km<sup>2</sup>. Faz fronteira com a Bolívia e o Peru. A cidade de Rio Branco, capital do estado tem uma população de quase 364 mil habitantes.

Em 1882, o vapor sobe o rio Acre e desembarca os Irmãos Leite no seringal Bagaço. Neutel Maia decide ficar algumas milhas acima e no dia 28 de dezembro funda o Seringal Empreza, na volta do rio onde está situada a Gameleira. Depois o mesmo vapor ainda deixa Manuel Damasceno Girão na foz do Xapuri, onde fundou o seringal Xapuri. Nesse momento de



expansão do extrativismo da borracha, quando o Acre era ainda considerado território boliviano, o Seringal Empresa, na rota entre Porto Acre e Xapuri, núcleo dinâmico da atividade econômica que dava a lógica à invasão da floresta, vai se constituindo no núcleo de um entreposto comercial. Paralelamente, na fronteira margem do mesmo rio Acre, um novo centro se formava, dando lugar ao nascimento de um pequeno burgo comercial, livre, com o nome de Empresa Nova ou simplesmente Empresa, ao passo que o primitivo passava a ser conhecido como Empresa Velha.

Em 1904 o atual município de Rio Branco torna-se sede do Departamento do Alto Acre. Excepcionalmente, a sede da Prefeitura do Alto Acre funcionou em Empresa Nova, que desde então foi denominada Vila Rio Branco, compreendendo, então, já os dois bairros do mesmo lado, ligados por um projeto da avenida. Desde o estabelecimento da sede administrativa do território em 1903, quando então foi denominada Vila Rio Branco, até 1912, quando se estabelece definitivamente a denominação do futuro município, sua denominação oscilou entre uma homenagem ao Barão de Rio Branco e Penápolis, em homenagem ao presidente Afonso Pena. Em 1912, por força do Decreto Federal n.º 9.831, de 23 de outubro, passa à categoria de cidade com o nome de Rio Branco.

### **O tráfico humano**

De acordo com a Pesquisa Enafron (2013, p.178), “no Acre, no caso da exploração sexual, é muito comum ver crianças e adolescentes de origem nas cidades de Rio Branco, Assis Brasil, Brasileia e Etipaciolândia serem traficadas para as cidades de Iñapari, Porto Maldonado e Cuzco, no Peru, e Cobija e Cochabamba, na Bolívia. Já as mulheres adultas são de origem das cidades de Porto Velho/RO, Assis Brasil, Rio Branco e cidades do interior do Acre, e são



traficadas para Iñapari e Porto Maldonado, no Peru, e Cobija, Bolpebra, Santa Cruz de la Sierra e Cochabamba, na Bolívia. As pessoas travestis e transgêneros traficadas para a exploração sexual foram das cidades de Tarauacá, Brasileia, Cruzeiro do Sul para Cuiabá/MT, Belo Horizonte/MG, Curitiba e Foz do Iguaçu/PR, e saem da cidade de Rio Branco/AC para a Europa Ocidental, principalmente Itália e Espanha. E os homens, comumente vítimas do trabalho escravo, estão sendo traficados do Acre para Rondônia, principalmente devido às obras das hidroelétricas de Jirau e Santo Antônio”.

A Associação Mulheres pela Paz escolheu Rio Branco como uma das cidades estratégicas para levar acabo seu projeto. As atividades incluíram, também, convidadas de outros países: Peru, Argentina, Uruguai, Indonésia e Suíça.



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira, a Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, Concita Maia, e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, foi decisivo para o sucesso das atividades. Aconteceu em 14 de maio, na SEPM, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo.



Na noite de 5 de junho, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”, no auditório do belíssimo Memorial dos Autonomistas, que fica localizado no centro de Rio Branco. O evento teve início com a apresentação musical de Yasmim Horranna e Suelem Medeiros (foto), da Diretoria de Humanização da Fundação Lilian Mansur, com uma canção romântica que finalizava enaltecendo mulheres comuns e famosas, como Cecília, Adélia, Cora Coralina, Leila e Ângela Diniz, Mônica, Cláudia, Marilyn, Aida, Rita Lee, Simone de Beauvoir.

Em seguida, a mestra de cerimônia Luciana Lopes forneceu dados alarmantes sobre a situação do tráfico de mulheres no mundo, enaltecendo os fatores de vulnerabilidade de um estado como o Acre, que faz fronteira com a Bolívia e o Peru. O palco foi formado por autoridades e lideranças.

Vera Vieira, diretora da Associação Mulheres pela Paz (AMP), enfatizou os detalhes das ações previstas para 2013-2014 e a honra de estar em Rio Branco para mais uma construção conjunta, com lideranças locais e convidadas internacionais. Shazia Islamshah, coordenadora de projetos da PWAG (sigla em inglês, para Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo), da Suíça, iniciou agradecendo ao empenho de Vera Vieira e Clara Charf para a concretização das atividades em prol das mulheres. Em seguida, descreveu o trabalho da PWAG, uma rede mundial de pacifistas que contribuem para a segurança humana e a justiça, por meio do envolvimento na mediação da paz e do diálogo. Dewi Rana, da Indonésia, uma das 1000 mulheres indicadas ao Nobel da Paz



2005, falou de seu trabalho de assistência jurídica às mulheres, inclusive àquelas que atuam na área do tráfico humano. Beatriz Benzano, do Uruguai, também indicada ao Nobel da Paz 2005, destacou sua atuação no apoio às mulheres que sofrem violência sexual e vítimas do tráfico, dando voz e oportunidades de crescimento para elas.

Mara Régia, de Brasília, outra liderança indicada ao Nobel da Paz 2005, falou da honra de estar no Acre, que é o símbolo da terra da graça, solo da Amazônia. Enalteceu todas as Marias para as quais se dirige nos nove estados da região amazônica, há 35 anos, pelas ondas do rádio. Raimunda Bezerra, do Centro de Defesa dos Direitos Humanos e Educação Popular, então representando todos os movimentos sociais locais, destacou sua emoção em participar do evento, traçando a trajetória de luta contra a violência à mulher, um assunto que se deve “meter a colher”. Contou sobre uma iniciativa chamada “A mulher nas páginas policiais”, para denunciar o papel da mídia que fazia piada com mulheres que sofriam violência. Depois disso, a imprensa mudou sua postura. Nilson Mourão, Secretário Estadual de Direitos Humanos, enfatizou a esperança que o evento traz na luta contra o tráfico humano e a violência sexual, além de registrar sua indignação com a realidade local, em função da censura e perseguição a políticos e funcionários públicos estaduais (Operação G7), atos que não combinam com o estado democrático de direito.

Concita Maia, também indicada ao Nobel da Paz 2005 e atual Secretária Estadual de Políticas para as Mulheres, a maior apoiadora local das atividades em Rio Branco, com muita emoção, descreveu todo o processo de construção da parceria para a concretização dos eventos, os quais considera da maior relevância para o impulso na luta pelos direitos da mulher, principalmente pela oportunidade de se traçar estratégias concretas para o enfrentamento à grave problemática do tráfico de mulheres e da violência sexual. Lúcia Ribeiro, Secretária Adjunta de Promoção da Igualdade Racial, então representando o prefeito da cidade Marcos Alexandre, enalteceu as muitas lideranças locais que vêm e continuarão dedicando suas vidas em busca da equidade de gênero, classe, racial e étnica. Para ela, essas pessoas serão fundamentais na continuidade da pauta dos atuais eventos.

Clara Charf, presidenta da AMP, lembrou dos tempos da clandestinidade, quando ninguém podia se expressar. Falou da emoção de estar junto de tantas lideranças dos mais diversos segmentos, seringueiras(os), negras(os), lésbicas e gays, indígenas, e



pessoas de outros países, etc., além do fator estratégico em função da localização geográfica do estado. Marlúcia Cândida, primeira dama do estado do Acre, então representando o governador Tião Viana, mostrou-se indignada com a realidade da violência, pois remonta à idade da pedra. Destacou a relevância da temática do tráfico de mulheres e da violência sexual. Fez um profundo desabafo sobre as cruéis consequências da Operação G7 para as esposas dos companheiros presos: “mas, vamos resistir e vencer, pois este é um estado de mulheres guerreiras, mulheres matriarcas, que, junto com Chico Mendes, fizeram o embate”. Também compuseram o palco de autoridades e lideranças, Dulce Helena de Freitas Franco, da 13a.Promotoria de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher, então representando o Ministério Público, e Rose Nascimento, presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher.



O tema da “Educação Popular Feminista” foi exposto por Maria Alzenir Alves R. Mendes, da Universidade Federal do Acre: “A educação popular é aquela focada nas camadas mais pobres e em comunidades populosas, onde, de antemão, são identificadas as necessidades prementes de ações proativas e interventivas, com vistas à qualificação e libertação de seus membros, no sentido de torná-los capazes de se emanciparem política, intelectual e profissionalmente. A educação popular feminista põe em pauta a discussão sobre os gêneros, suas especificidades e necessidades no contexto de um ensino que prima pela autonomia dos seres humanos, sua libertação dos modelos e discursos alienadores e pelo respeito à diversidade e à diferença.” Ao abordar as características da educação popular, ela destacou: diálogo entre educador e comunidade; permuta de saber entre pessoas, grupos e povos; linguagem clara e objetiva no enfrentamento dos problemas detectados; articulação entre o conhecimento erudito e o popular; práticas construídas socialmente; identidade com os movimentos sociais.



Fabiana Nogueira Chaves, da Universidade Federal do Acre, foi a responsável por uma apresentação criativa e instigante sobre “Relações Sociais de Gênero”. Com um teste contendo diversas perguntas que constatavam se a pessoa era ou não feminista, ela iniciou diferenciando o termo *feminismo* - busca de direitos iguais para as mulheres, do *machismo* - a dominação do homem sobre a mulher. Ao discorrer sobre o fato de o patriarcado decidir o papel a ser desempenhado pela mulher na sociedade, exemplificou com imagens (com a beleza irreal *a la Barbie*) e frases a futilização da mulher, inclusive em campanhas alusivas ao Dia Internacional da Mulher (8 de março) contendo absurdos como: *Só uma mulher “sabe o que é perder a chave dentro da própria bolsa”;* *“sabe o prazer que é tirar o salto alto no final do dia”;* *“sabe o drama que é estragar a unha logo após sair da manicure”.* Como contraponto, mostrou uma campanha da ONG Aids RS, com as seguintes frases: *Só uma mulher “sabe como é ruim ver o dia 8 de março resumido a salto alto, esmaltes e chocolates”;* *“sabe o que significa a cada 15 segundos uma mulher ser agredida”;* *“sabe o que significa vivenciar o medo em ter que denunciar seus agressores”;* *“sabe o que significa andar na rua e ser assediada publicamente”.*

Outra grande violência sofrida pelas mulheres está na cultura do estupro, incentivada, inclusive, pela publicidade, como na campanha da Dolce & Gabbana, em que uma modelo aparece deitada no chão, presa por um homem e contemplada por mais três. Fabiana terminou sua apresentação com um pensamento de Simone de Beauvoir: *Que nada nos defina. Que nada nos sujeite. Que a liberdade seja a nossa própria substância!*



Para abordar “A questão racial”, o evento contou com duas especialistas de peso: Almerinda Cunha, do Fórum Étnico-Racial, e Lúcia Ribeiro, Secretária Municipal Adjunta da Igualdade Racial, além do privilégio do lançamento da campanha “Rio Branco sem Racismo”, dessa Secretaria. Almerinda emocionou muita gente com alguns filmes curtos sobre a vivência cotidiana da discriminação racial. Ela utilizou a definição da Convenção Internacional para a Eliminação de todas as normas de Discriminação Racial da ONU, ratificada pelo Brasil: “Discriminação racial significa qualquer distinção, exclusão, restrição ou preferência baseada na raça, cor, ascendência, origem étnica ou nacional com a finalidade ou o efeito de impedir ou dificultar o reconhecimento e/ou exercício, em bases de igualdade, aos direitos humanos e liberdades fundamentais nos campos político, econômico, social, cultural ou qualquer outra área da vida pública.” Demonstrou, com exemplos explícitos, o racismo nas diversas instâncias, como no trabalho, na profissão, na saúde, na educação. Também forneceu dados estatísticos comprovando que a mulher negra está na base da pirâmide social, que a frequência de homicídios contra a população negra tem aumentado (24.763 vítimas de assassinatos para 29.583 entre 2000 e 2006), que as piores posições no mercado de trabalho são vivenciados por negras e negros, além da maior taxa de desemprego ou de trabalho informal.

Lúcia destacou que a população do Acre chega a 740 mil pessoas, sendo que 66% se declaram de cor parda, 6% negra, 24% indígena, 24% branca e 12% sem declaração. Citou os fundamentos que embasam a luta contra o racismo: Constituição Federal de 1988, Declaração Universal dos Direitos Humanos (1948), Plano de Ação de Durban e Estatuto da Igualdade Racial. Dentre outros tópicos, falou da importância das ações afirmativas, que são “os programas e medidas especiais adotados pelo Estado e pela iniciativa privada para a correção das desigualdades raciais e para a promoção da igualdade de oportunidades”.



O tema das “Masculinidades” foi abordada por Antônio Pereira Neto, da Secretaria Estadual de Saúde. Ele explicou que, até pouco tempo atrás, acreditava-se que o modo de vida de homens e de mulheres fosse totalmente determinado por fatores biológicos, “havendo, portanto, um modo típico e diferenciado de pensar, sentir e agir. Quando falamos em sexo feminino e masculino, estamos nos referindo aos aspectos físicos, biológicos de macho e fêmea, aquelas diferenças que estão em nossos corpos. Mas, o estudo das diferenças marcantes dos papéis sexuais nas diversas culturas e épocas mostrou que o papel desempenhado pela biologia tem seu limite, e que os comportamentos e as relações entre as pessoas estão associados, principalmente, às diferenças culturais humanas. E como parte do questionamento das relações de poder foi criado o conceito de gênero, para distinguir o sexo biológico do sexo social”.



Francisca Arara, com muita propriedade, ficou encarregada da “Questão indígena”, fazendo um mergulho na história do papel da mulher indígena e a visão da sociedade em geral sobre esses povos: “fedorentos, preguiçosos, vivendo às custas do governo, e questionando se a mulher indígena tem pelo, como ela faz amor, como ela tem filhos...”. Enalteceu o modo de vida indígena, suas plantações, seus rituais, sua forma de educar os(as), o que deve ser preservado e valorizado pela humanidade. Ela falou da violência sofrida pelos(as) indígenas que saem de suas aldeias e vão morar nas cidades, principalmente, as mulheres que são vítimas de violência sexual. Daí a importância da valorização do modo de vida indígena, para que essa população não sinta necessidade de buscar outra vida nas cidades.



Na manhã do dia 7/6, a oficina teve início com o “Panorama local do tráfico de mulheres”, a cargo de Fábio Fabrício, Diretor de Proteção Social Especial, da Secretaria Municipal de Cidadania e Assistência Social, e Nilson Mourão, Secretário Estadual de Direitos Humanos. Dentre as circunstâncias que favorecem o tráfico de pessoas, foram citadas: vulnerabilidade social, falta de perspectiva de vida futura, mulher/criança/adolescente como objeto sexual, instabilidade econômica/política/civil, violência doméstica, pessoas em situação de rua, imigração ilegal, turismo para fins sexuais, suborno dos traficantes às autoridades, legislação ultrapassada e inadequada. A rede é altamente especializada, com investidor, aliciador, transportador, servidor corrupto, guias, seguranças, cobradores, lavadores de dinheiro, especialistas. A atuação se dá nos diversos ramos, como entretenimento, moda, vídeo, telessexo, turismo, agências de casamento, etc. Os casos de tráfico de pessoas raramente chegam aos serviços públicos como tal, pois estão envoltos em outros tipos de violação de direitos. Foram citados casos concretos na fronteira com a Bolívia e o Peru, a maioria deles de pessoas originárias de Rio Branco. Dentre os desafios para o enfrentamento da problemática, está a concretização de medidas conjuntas com o governo federal. Sheyvane dos Santos Magalhães, coordenadora do Centro Especializado no Atendimento à Mulher do Alto Acre, no município de Brasiléia, descreveu a realidade de uma localidade que faz fronteira com a Bolívia. Ariadne Santos, da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, forneceu esclarecimentos jurídicos sobre a temática.





“Para além das fronteiras” foi o título do painel que contou com a presença de convidadas internacionais: Olin Monteiro e Dewi Rana - da Indonésia -, Maria Julia Moreyra, da Argentina, e Beatriz Benzano, do Uruguai. Olin iniciou falando da complexidade da Indonésia, um país com 17 mil ilhas, mais de 200 idiomas, 230 milhões de habitantes, sendo 80% islâmicos, com a segunda maior taxa de mortalidade materna e infantil da Ásia, bem como da dificuldade de políticas sociais em função da governança, corrupção, pobreza, falta de aplicação de leis, violação dos direitos humanos, falta de uma educação apropriada, carência de sistemas de saúde, etc.

“O tráfico interno é alto, na área de mineração, turismo, como na Ilha de Riau que faz fronteira com Singapura, e também na Papua e na Ilha de Bali. Em 2004, foi implantada uma lei anti-tráfico, mas, falta implementá-la. Com relação à violência sexual, Olin lembrou a era colonial, portuguesa e holandesa, quando as mulheres locais eram forçadas à escravidão sexual, até 1942. Também ocorreu a escravidão sexual durante a colonização japonesa (1943-1945). Na tragédia de 1965, foram assassinadas cerca de 500 mil pessoas, supostamente comunistas, incluindo as mulheres acusadas de serem *Gerwani*, que também foram violentadas sexualmente.

Dewi abordou a realidade de Sulawesi, ilha onde vive e atua, como diretora, de uma ONG voltada para a assistência jurídica às mulheres, em casos de violência doméstica e tráfico, promovendo educação e implantação de clínicas. Em geral, as vítimas de tráfico vêm das aldeias onde os recursos naturais foram devastados pelo Estado e empresas. Em 2011, o governo local implantou um regulamento para tratar da questão do tráfico de mulheres e crianças.

Maria Julia discorreu sobre a problemática do tráfico humano na Argentina e no Uruguai. A Argentina ratificou o Protocolo de Palermo, em 2002. O noroeste do país é



onde ficam as cidades que “fornecem” as vítimas: Misiones, Corrientes, Chaco, Santa Fé e Tucumán. Os locais de destino são Buenos Aires, Córdoba, Entre Rios, La Pampa, Chubut, Santa Cruz e Tierra del Fuego. No âmbito internacional, elas vêm do Brasil, Paraguai, República Dominicana. O país possui algumas políticas públicas e ONGs que atuam no enfrentamento à problemática. O Uruguai, apesar de ter ratificado o Protocolo de Palermo em 2005, não inclui o tema do tráfico de pessoas na agenda, aliás, a expressão tráfico de mulheres é utilizada para se referir à exploração para além das fronteiras. Existe uma lei de Migração que criminaliza o tráfico de pessoas. A prostituição infantil também é uma realidade em diversas partes do país. A Europa é o destino principal das mulheres vítimas do tráfico para fins sexuais, incluindo as cidades de Milão, Gênova e outras da Espanha.

Beatriz Benzano emocionou muita gente ao relatar a dor de ter sido brutalmente violentada sexualmente na prisão, por diversos policiais, na época da ditadura militar.



Joelda Pais, diretora da Secretaria Estadual de Políticas para as Mulheres, abordou a temática da “Violência Sexual”. Iniciou enfatizando que a violência contra a mulher “é uma das principais violações aos direitos humanos das mulheres, porque as atinge em seus direitos à vida, à saúde, à integridade física e psicológica. É um fenômeno presente em todas as classes sociais, origens, idades, religiões, estados civis, escolaridade, raças e orientação sexual. Não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da masculinidade, feminilidade e as relações entre homens e mulheres”. E a violência sexual baseado no gênero, “ocorre através do abuso de poder no qual a vítima (mulher, criança e adolescente) é usada para a gratificação sexual do agressor sem seu consentimento (Ballone e Ortoloni,



2003)”. “Esta violência pode ser exercida com o uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal (MS, 2000). Os tipos de violência sexual são os seguintes: estupro, perigo de contágio venéreo, estupro de vulnerável, assédio sexual, exploração sexual e exploração comercial para fins sexuais de mulheres e adolescentes. Foram apresentadas estatísticas do Estado e o fluxograma das diversas políticas públicas existentes, incluindo as ações da SEPM.

Catia Oliveira de Aquino (dir), técnica responsável pela vigilância da Maternidade Bárbara Heliodora, do Sistema de Atendimento à Saúde da Mulher e Criança, ofereceu um panorama do trabalho realizado cotidianamente.



Vera Vieira, diretora da Associação Mulheres pela Paz, trouxe o foco da “Educomunicação para a Cidadania das Mulheres”. O termo educomunicação indica a inter-relação entre os campos da Educação e Comunicação Social, enquanto um campo de intervenção específico, que busca “educar com, pela e para a comunicação”. Leva-se em conta os meios de comunicação de massa como estratégia para o avanço da luta pela cidadania ativa, considerando-se quatro passos: gestão interna, questão instrumental, leitura crítica e mecanismos de intervenção.

Vera salientou que “os meios de comunicação de massa, incluindo as mídias digitais, podem ser usadas para exacerbar a discriminação e a violência contra a mulher, mas também podem se transformar em instrumentos de transformação da realidade vigente”. Também apresentou os resultados da pesquisa “Quem faz a notícia?”, da WACC, a qual coordenou a parte brasileira junto com Sandra Duarte, além de discorrer sobre a importância do merchandising social nas novelas.



### **POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO:**

**Grupo 1** [movimentos sociais e universidades]: a) Promoção de oficinas e cursos de extensão por meio da Pró-Reitoria de Extensão e Cultura, com possibilidades junto ao Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia (CNPQ/UFAC); b) Rede de integração entre movimentos sociais e UFAC (articulação interna; já foi feito o grupo de emails); c) Reunião com movimentos sociais (UMARB/CUT/FÓRUM/Educação Étnico-Racial/CDHEP/Indígenas, etc) para definição de locais estratégicos de ação; d) Promoção de campanhas de defesa da integridade sexual por meio da Rede (folders, banners e cartazes produzidos a partir da UFAC); e) Dar visibilidade ao evento que ocorreu hoje nas redes sociais e utilizá-lo como base (produção, articulação para facebook e mídia); f) Encontro Educação Consciente e Escola Livre (em 12 de julho, por sete dias, no Sul da Bahia, Comunidade Piracanga - [www.piracanga.com.br](http://www.piracanga.com.br) ).

**Grupo 2** [servidores(as) públicos(as)]: a) Capacitação - DEAM; b) Reuniões de mulheres - DEAM; c) Participação em programas de rádio de outras mídias; d) Oficinas informativas no abrigo para mulheres; e) Notificação nos prontuários nas unidades de saúde; f) Oficina para as mulheres na Casa Rosa Mulher/



CEAMs; g) Palestras sobre sexualidade nas escolas; h) Oficinas na Casa Abrigo Maria Tapajós, Mocinha Magalhães; i) Articular a Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Mulheres (SEJUDH); j) Cada um(a) de nós: replicar as informações da Profilaxia de Emergências das Vítimas de Violência Sexual.





## AGENDA DA OFICINA EM RIO BRANCO/AC

<b>Horário</b>	<b>6/6/2013 – quinta-feira</b> <b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” (Vera Vieira)
10h às 10h45	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf) + Debate
10h45 às 11h	Café
11h às 12h	Relações Sociais de Gênero (Fabiana Nogueira Chaves) + Debate
12h às 13h	Educação Popular Feminista (Maria Alzenir Alves R. Mendes) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 14h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
14h15 às 15h15	Questão Racial (Lúcia Ribeiro e Almerinda Cunha) + Debate
15h15 às 16h15	Masculinidades e Recorte de Orientação Sexual (Antonio Pereira de O.Netto) + Debate
16h15 às 17h15	Questão Indígena (Francisca Arara) + Debate
	<b>7/6/2013 – sexta-feira</b>
9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local)
9h15 às 11h	Panorama Local do Tráfico de Mulheres (Nilson Mourão e Fábio Fabrício) + Debate
11 às 11h15	Café
11h15 às 13h	Para além das fronteiras (Maria Julia Moreira, da Argentina; Beatriz Benzano, do Uruguai; Olin Monteiro e Dewi Rana Amir, da Indonésia) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 15h	Violência Sexual (Joelda Pais) + Debate
15h às 16h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres (Vera Vieira) + Debate
16h às 17h	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das(os) Participantes
17h às 17h30	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h30 às 17h40	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz

**Parceria Nacional:** Associação de Mulheres de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres,  
União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

**Parceria em Rio Branco / Acre:** Governo do Acre, Secretaria de Políticas para as Mulheres, Secretaria Adjunta Políticas  
Promoção Igualdade Racial (SEADPIR), Secretaria de Direitos Humanos, Secretaria de Turismo, Universidade Federal do  
Acre, Secretaria Municipal Adjunta da Mulher, Secretaria Municipal Adjunta da Igualdade Racial,  
Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, CDDHEP, Rede Acreana de Mulheres e Homens,  
Núcleo de Estudos de Gênero da Amazônia (Nega), Fórum Étnico-Racial.

**Apoio:** Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Avina,  
Fundação Ford e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**PARTICIPANTES: 68 lideranças (60 homens e 8 mulheres)**

Aldanira N.Melo - Sistemas Online (AMCorp)  
Almerinda Cunha- Fórum Étnico Racial  
Almizeth da Mota de Oliveira- Secretária Municipal de Saúde da Mulher, Criança e Adolescente  
Amanda Shoenmacker - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Andrea Martinez - Rede Sagrado Círculo de Mulher - Peru/Lima  
Antonio Gomes - Tradutor Intérprete  
Angela Claudia de Souza - Sindicato das Empregadas Domésticas  
Ariadne Santos - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Antonio P.Neto - Secretária Estadual da Saúde  
Aryana da Costa Lopes - Movimento de Mulheres Camponesas do Acre  
Beatriz L.Benzano Seré - Peace Women Across the Globe (PWAG) - Mulher da Paz - Uruguai  
Belchior Carrilho dos Santos - Secretária Estadual de Educação - Coordenação de Educação para os Direitos Humanos, Cidadania e Diversidade  
Catia Oliveira de Aquino - Secretária de Estado de Saúde do Acre (SESACRE)  
Carolina da Silva Cavalcante - Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS)  
Caroline Monteiro - Peace Women Across the Globe (PWAG) - Indonésia  
Charlaine Alves de Souza - Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS)  
Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Claudyenne A. Bonfim – Site de Notícias (CONTILNET)  
Conceição Cabral - Secretária de Estado de Política para as Mulheres (SEPM)  
Concita Maia - idem - Mulher da Paz  
Danielle da Silva Santana - Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)  
Deuza Maria da Silva Freire - Organizações de Centrais de Atendimento (OCA)  
Dewi Rana Amir - Peace Women Across the Globe (PWAG) - Mulher da Paz - Indonésia  
Eliana Feitosa Cavalcante - União Brasileira de Mulheres (UBM)  
Elizangela Lopes Monteiro - Polícia Militar/Rio Branco  
Emanuelly Silva Falgueto - Universidade Federal do Acre  
Fabiana Nogueira Chaves - idem  
Fábio Fabrício - Secretária Municipal de Cidadania e Assistência Social (SEMCAS)  
Francisca Arara - Professora Indígena do Acre  
Girllania de Sousa P. Calderon - Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)  
Guajarina Lima Margarido - Associação Mulheres – 2º Distrito  
Igor Ignácio Dias Lima - Promotoria de Justiça de Combate à Violência Doméstica e Família contra a Mulher  
Joelda Silva - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Josiane da Silva Nobre - Secretária de Estado da Habitação (SEHAB )  
Juliana d'Angelis Carvalho - Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher  
Juraci Duarte - Casa Mãe da Mata  
Kennia Maria O. de Carvalho - Secretária de Estado da Habitação e Interesse Social (SEHAB)  
Lázara Marcelino Souza - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Lucia Maria Ribeiro Lima - Secretária Municipal da Igualdade Racial



Luciana Lima Lopes - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Maday da Cunha Correia - idem

Mara Régia Di Perna - Radialista e Comunicadora Popular - Mulher da Paz – Brasília/DF

Marcia Costa da Silva - Centro de Estudos e Referência de Cultura Afro-Brasileira do Acre (CERNE-GRO)

Maria Alzenir Alves Rabelo - Núcleo de Estudos de Gênero na Amazônia

Maria Araujo de Aquino - Fórum de Mulheres do Território do Alto Acre e Capixaba

Maria Betânia Freitas da Silva - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher

Maria das Graças Lopes - Secretária Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEADPIR)

Maria Gorete de Oliveira - Conselheira do Conselho Tutelar

Maria Izabel Barros Dantas - Secretária de Estado de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Maria Jocicleide Lima de Aguiar - Rede Acreana de Mulheres e Homens (RAMH)

Maria Jose Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Maria Julia Moreyra - Peace Women Across the Globe (PWAG) - Argentina/Buenos Aires

Maria Luiza Leite de Barros - Secretária de Estado de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Maria Rozilda Silva Nascimento - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDIM)

Maria Santiago de Lima - Secretária Adjunta de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (SEADPIR)

Maria Zulmira da Silva - Ação Rio Branco Amiga (ONG)

Mercedes Coelho Lozano - Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Naira Lins - Psicóloga - Ponte do Equilíbrio

Riterlânia da Silva Ramos - Secretária de Estado de Esporte, Turismo e Lazer (SETUL)

Sebastiana Andrade Nogueira - Secretária de Estado de Segurança Pública

Shazia Islamshah - Peace Women Across the Globe (PWAG) - Suíça

Sirlene Maria C. de Carvalho Melo - Conselheira do Conselho Tutelar

Sheyvane dos Santos Magalhães - Centro de Referência do Alto Acre

Terezinha Santana - União das Associações de Moradores do Rio Branco (UMARB)

Tom Orgad - Tradutor/ Intérprete

Luiz Carlos Oliveira - Fórum de Educação

Vanessa Motta - Casa Rosa Mulher

Vera Vieira – Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Victor Hugo - Tradutor/ Intérprete

Walkiria Lobo Ferraz – Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP.



## 4. Goiânia/GO: o grande fluxo de rotas no centro do país



A quarta oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Goiânia/GO, região Centro-Oeste do país, em 12 e 13/2/2014, reunindo 56 lideranças (41 mulheres e 15 homens).

O estado de Goiás, localizado na região Centro-Oeste do País, possui 246 municípios e sua população total era, de acordo com o Censo de 2010, de 6.003.788 pessoas. Sua área territorial é de 340.111,783 km<sup>2</sup>.

Em 23 de março de 1937, foi assinado o Decreto nº 1816, que transferiu, após anos de amplas discussões, a capital estadual da cidade de Goiás para a de Goiânia. A pedra fundamental da cidade foi lançada em 24 de outubro de 1933 por Pedro Ludovico Teixeira, como homenagem aos três anos do início da Revolução de 1930, em pleno altiplano, onde se encontra atualmente o



Palácio das Esmeraldas, na Praça Cívica. Conforme divulga a atual prefeitura da cidade, um estudo do Iplan aponta que, a partir de 1970 e mais rapidamente de 1975, Goiânia expandiu significativamente seus parcelamentos urbanos. Na década de 1970, a cidade tem um grande crescimento populacional, chegando a 1980 com 700 mil habitantes, sendo que desse total apenas 2% da população vivia em área rural. Esse aumento demográfico provoca o surgimento de um grande número de loteamentos nas cidades vizinhas, como Aparecida de Goiânia. A grande oferta de lotes é voltada especialmente para as classes de renda mais baixa. No final dos anos 1990 e início do século 21, Goiânia é alvo de vários loteamentos irregulares e invasões, fruto de um fluxo migratório vindo de Estados próximos como, Tocantins, Maranhão, Pará, Minas Gerais e Bahia. De acordo com o IBGE (Censo de 2010), a população de Goiânia era de 1.302.001 pessoas, dentre as quais: 681.144 mulheres; 620.857 homens; adolescentes e jovens: na faixa de 10 a 14 anos, 99.345 pessoas; de 15 a 19 anos, 111.727; de 20 a 24 anos, 131.831 pessoas. Em 2010, o IDHM total de Goiânia era de 0,799 (45º lugar no ranking nacional); o IDHM Renda, de 0,824; IDHM Longevidade, 0,838; e o IDHM Educação, de 0,739.

### **O tráfico humano**

O estado de Goiás, que é sete vezes menor que o estado de São Paulo, é responsável por 26% dos casos de tráfico de pessoas e escravidão registrados no país, de acordo com dados de inquéritos apurados pela Polícia Federal. Conforme o Relatório Nacional sobre tráfico de pessoas: dados consolidados de 2005 a 2011, “a localização geográfica do estado de Goiás, central e de fácil deslocamento para outros lugares do Brasil e para Brasília, pode justificar a maior incidência de casos de tráfico de pessoas nesse local (International Centre for Migration Policy Development, 2011) ainda que não haja um aeroporto internacional”.



De acordo com notícia publicada pelo G1 GO, em 10/7/2013, “uma goiana está entre os cinco presos na Espanha durante a Operação Ninfas, deflagrada pela Polícia Federal em colaboração com a polícia espanhola, que libertou 10 vítimas do tráfico internacional de mulheres, sendo cinco brasileiras. Segundo a PF, a integrante da quadrilha tinha o papel de identificar as vítimas em potencial por meio de perfis nas redes sociais Orkut e Facebook. O esquema contava com colaboradores em Goiânia e Anápolis”. (<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/07/goiana-ajudava-comandar-traffic-de-mulheres-pela-internet-diz-pf.html>)

As atividades da Associação Mulheres pela Paz em Goiânia propiciaram a reflexão e o aprofundamento sobre a temática e o consenso sobre futuras ações para o enfrentamento do fenômeno.



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, é decisivo para o sucesso das atividades. Aconteceu em 28 de janeiro, na sala Cabiúna, do Castro's Hotel, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo.



Na noite de 11 de fevereiro, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”, no auditório da PUC (área II/básico). O evento teve início com a apresentação musical de *Wilton John*, com canções que enalteciam a mulher, como *Maria, Maria* e *Cor-de-rosa choque*. Em seguida, a coordenadora do evento, Vera Vieira, que é diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, forneceu dados sobre a situação do tráfico de mulheres no mundo, enaltecendo os fatores de vulnerabilidade da cidade de Goiânia, considerada uma das principais rotas brasileiras.

O palco foi formado por autoridades e lideranças. Clara Charf, presidenta da Associação Mulheres pela Paz, enfatizou a importância dos “debates, encontros, trocas de experiências Brasil a fora, incorporando mulheres e homens para avançar no enfrentamento à problemática”. Valdir Monteiro, coordenador da Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás, ressaltou que o órgão vem realizando “capacitações voltadas para o advento da Campanha da Fraternidade que foca esse tema. Também falou sobre a importância da “denúncia para combater um crime que é silencioso”. Rúbian Corrêa Coutinho, Promotora da Mulher do Ministério Público de Goiás, disse estar “feliz por esse movimento, inclusive com a inclusão de homens”. Falou sobre a “necessidade de processos de capacitação e de políticas públicas”. Janira Sodréd Miranda, presidenta do Conselho Estadual da Igualdade Racial (Conir), enfatizou a “vulnerabilidade das famílias e comunidades pobres, em sua maioria de cor negra, representando um caldo social e cultural propício para o aliciador”. Acrescentou: “Para nós, é fundamental que os agentes públicos e a sociedade civil levem em conta as hierarquias não apenas de gênero, mas também as étnico-raciais e de identidade - os travestis, transexuais, gays - que incidem fortemente no tráfico de pessoas para fins sexuais”.

Umberto Ramos, delegado de Polícia Federal, enfatizou a relevância do tema para



o órgão. Falou sobre o caráter repressivo que está na origem da polícia no Brasil, à época da colonização: “O desafio de uma polícia do século 21, republicana, cidadã, é se despir de suas valorações, dos conceitos construídos ao longo da história, para trabalhar de maneira integrada e em sinergia com a evolução do comportamento social, e enfrentar a modalidade de crime mais cruel que é o tráfico humano.” Ana Rita Marcelo de Castro, Secretária Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir), lembrou que “essa realidade bate em nossa porta todos os dias. E a gente percebe que a mulher, mesmo sendo vítima, ainda é condenada pela sociedade e pelas autoridades que deviam protegê-la. As mulheres buscam cidadania, buscam amor, buscam viver uma história de felicidade. Precisamos superar a dominação e a opressão, que estruturam as relações de desigualdades em nossa sociedade. Exemplo alarmante é que 70% das mulheres em situação de prisão são mulheres negras. Outro exemplo é que 60% das mulheres vítimas de homicídio também são negras. Precisamos fazer um recorte racial e perceber a situação de vulnerabilidade das mulheres negras. Adriana Accorsi, que foi Delegada Geral de Polícia de Goiás, ressaltou sua luta “para combater o machismo e o preconceito, e para empoderar as mulheres e trazê-las para cargos de direção. Nós, como policiais, temos a missão de prender, de reprimir, e temos que fazer isso. Mas, nós sabemos que o principal é a conscientização, a prevenção, porque, quando atuamos, muito do sofrimento já aconteceu”. Beth Fernandes, representando o Fórum de Transsexuais de Goiás, e que é membro da Comissão Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, do Ministério da Justiça, lembrou o papel importante da ONG Astral, que existe há 14 anos e da qual é coordenadora, e da primeira casa fundada por ela para atendimento a vítimas do tráfico de pessoas e da exploração sexual, assim como da imigração LGBT.” Ela recitou o poema *Mulher da Vida*, de Cora Coralina, lembrando que ao chegar para proferir palestras, ouvia comentários como: “Lá vem aquela travesti para falar sobre puta.” Ressaltou o trabalho de higienização com as profissionais do sexo existente em Goiás, colocando-as sempre à margem. “Em primeiro lugar, somos vítimas do Estado. Não podemos esquecer que Goiânia é a sexta capital mais violenta com as mulheres. Nós atuamos no campo do acolhimento e da prevenção. Vamos ter a Copa do Mundo de Futebol e, infelizmente, não temos nenhuma política de prevenção.”

Gabriella Alvarenga, professora da PUC, enfatizou o fato de “muita gente achar que o tráfico de pessoas não existe, daí a dificuldade de conceituá-lo como crime”. Falou



sobre a pesquisa realizada com agentes de turismo de Goiânia, lembrando algumas declarações, como: “A mulher não quer ir? Se ela quer, a gente só ajeita as coisas para ela ir...”. Lembrou que “a trajetória da Embratur tem muito a ver com a nossa imagem lá fora, que desde os anos 1970 resolveu alinhar a imagem da mulher ao turismo”. Rosenilda Trindade da Costa, professora que representava o Fórum Goiano de Mulheres, ressaltou a importância da “Pestraf 2000, a primeira pesquisa sobre tráfico humano no Brasil”. Lembrou que “a gente tem uma realidade que revela também crianças e adolescentes sendo traficadas - além de meninos quando se trata de aliciamento para os grandes times de futebol”. Neide Marinho, representante da Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres cumprimentou as pessoas presentes e enalteceu “a relevância de eventos como este”.



A ativista feminista e professora Lúcia Rincón foi a responsável pela temática “Relações Sociais de Gênero”. Apresentou diversas imagens instigantes e solicitou que as pessoas participantes discutissem a associação com a temática da palestra. Foi uma oportunidade ímpar para polemizar papéis de gênero e a proposta feminista para a equidade. Lúcia destacou que “com a divisão sexual do trabalho na base/estrutura, o patriarcado e as representações no universo simbólico/superestrutura, numa correlação de força variável em diferentes momentos na história da sociedade ocidental, configura-se a trajetória das relações sociais de gênero. Para mudar as relações sociais existentes entre humanos, portanto, trata-se de travar intensa luta cultural para modificar os valores deformados de submissão da mulher em relação ao homem, de papéis que não correspondem à realidade atual”.



O tema da “Educação Popular Feminista” foi exposto por Albinéiar Plaza Pinto, médica e educadora popular em saúde. Ela pertence à Articulação Nacional de Educação Popular de Saúde (ANEPS). Contou com a colaboração da professora Angelita Pereira de Lima (UFG) e Evanilde Vieira, da Secretaria Estadual de Saúde. O grande mestre Paulo Freire, responsável pela teorização da educação popular no Brasil e no mundo, esteve presente nas apresentações e nos debates. E nada melhor do que dinâmicas de educação popular para ilustrar a temática. Assim, Albinéiar propôs duas delas (cartas com palavras e corredor do toque/afeto) que demonstram como a educação é uma prática libertadora, um processo onde todas as pessoas aprendem e ensinam, além da importância do corpo. Acima de tudo, um processo que leva à transformação no interior de cada pessoa, para que ela possa alterar o entorno, visando ao alcance de uma sociedade justa e com equidade.



Para abordar “A questão racial”, o evento contou com duas especialistas de peso: Ana Rita Marcelo de Castro, Secretária Municipal de Políticas para a Promoção da Igualdade Racial (Seppir) e Sônia Cleide Ferreira da Silva, coordenadora do Grupo de Mulheres Negras Malunga. Ambas propiciaram um ambiente participativo, como na foto, quando foi questionada a utilização do termo raça como prejudicial ao avanço da luta pela equidade das relações humanas. Ao frisar como raça e etnia estruturam a vida em sociedade, isto é, o nível de poder e de oportunidades das pessoas, foram lembrados os marcos políticos nacionais e internacionais, políticas públicas e o alto índice de mortes de mulheres negras vítimas da violência (55,5%, de acordo com SIM/



SVS/MS, 2008). Em 2007 morreram por acidentes e violências um total de 131.032 pessoas no Brasil. Dentre estas, 21.605 eram mulheres, das quais 1.070 eram negras. 258 mulheres negras morreram por agressões, 81 estavam em vias públicas, 70 delas foram vítimas de homicídio no domicílio. 63 mulheres negras morreram em hospitais pela gravidade dos ferimentos. 184 eram solteiras, 33 casadas. As idades mais representativas eram dos 10 aos 49 anos. As faixas etárias mais expressivas dentre os óbitos por homicídios são 20 a 29 anos e 30 a 39 anos de idade. Obviamente, as mulheres negras são as mais vulneráveis quando se trata de tráfico humano.



“Orientação Sexual e Identidade de Gênero” foi um tema bastante esclarecedor, a cargo da psicóloga e mestra Beth Fernandes, que é coordenadora da ONG Astral e integrante do Fórum de Transexuais de Goiás. Foi fundamental a explicação sobre o significado de determinados termos para o entendimento da temática, como sexualidade, direitos sexuais, gênero, orientação afetivo-sexual (heterossexuais, homossexuais e bissexuais), identidades de gênero (travestis, transexuais e transgêneros). Beth ressaltou, entre outros fatores, que “o tráfico de pessoas tem efeitos diferenciados entre travestis, transexuais e transgêneros, principalmente se comparado ao efeito das violências causadas às mulheres. A cidadania sujeita à discriminação e ao preconceito, seja externa - por parte de determinados elementos da sociedade -, ou interna - dificuldade de auto-aceitação da condição sexual, medo ou culpa, leva essas populações à margem da sociedade a serem expostas a situações de risco acrescido para algumas violências”. Encerrou sua apresentação com uma frase de Cora Coralina: *Nada que fazemos tem sentido se não tocamos o coração das pessoas.*



Na manhã do dia 13/2, a oficina teve início com o “Panorama local do tráfico de mulheres e a Violência Sexual”, considerando-se, principalmente, que Goiás, localizado no coração do Brasil, é uma das principais rotas. Fabrício Rosa, inspetor da Polícia Rodoviária Federal, destacou que “pessoas traficadas do Brasil são predominantemente do sexo feminino, afrodescentes com idade entre 15 e 30 anos; a pesquisa sobre tráfico (Pestraf) identificou 241 rotas nacionais e internacionais; Espanha, Itália, Suíça, Alemanha, Portugal são os principais destinos; da região Norte do Brasil, mulheres são traficadas para Venezuela, Suriname e Guiana Francesa. Ele citou o chocante caso de violência sexual da garota Elaine, de Marituba/PA, que foi brutalmente assassinada. Quanto à estratégia da PRF para o enfrentamento do tráfico de pessoas e da violência sexual, Fabrício destacou: sensibilização (do policial e da sociedade), preparação institucional (criação de Comissões de Direitos Humanos e mapeamento dos pontos vulneráveis), ações de enfrentamento e atenção (operações policiais e atuação cotidiana dos policiais).

Marco Aurélio é coordenador do Projeto Resgate Brasil, com sede em Zurique (Suíça) e Goiânia (com trabalho em 15 estados do país), além de atuar em países da Europa, América Central e do Sul. Ele falou da realidade cotidiana que a entidade enfrenta para apoiar vítimas do tráfico e citou dados da publicação atual do Ministério da Justiça *Tráfico de Pessoas: uma abordagem para os direitos humanos*: “estima-se que 800 mil pessoas podem ter sido traficadas anualmente no âmbito internacional, e muitas outras pessoas traficadas internamente nos limites das fronteiras nacionais; estima-se que cerca de 4 milhões de pessoas são traficadas por ano no mundo”.



Em seguida, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, abordou a temática “Educomunicação pela cidadania das Mulheres”. Fez a opção de teorizar somente os principais aspectos: “Educomunicação é a junção de dois campos do saber - educação e comunicação, enquanto um campo de intervenção específico, que busca “educar com, pela e para a comunicação; o empenho é por utilizar a comunicação e as novas tecnologias como instrumentos de transformação da realidade atual, visando a alcançar um mundo mais justo e equitativo. Para tanto, há a necessidade de se galgar três passos, que se entrelaçam: instrumentalização, leitura crítica e mecanismos de intervenção na mídia”. Depois, foram apresentados alguns vídeos e algumas imagens com exemplos de abordagens que reforçam estereótipos discriminatórios, assim como outros que contribuem para transformar a realidade, como é o caso dos vídeos produzidos para a Campanha *Quem ama abraça*, uma iniciativa da Redeh. Depois das intervenções, Vera salientou que “as iniciativas de educomunicação dentro dos movimentos sociais são importantes, mas é preciso ir além do gueto, interferindo nos grandes meios, para o diálogo com o grande público”.



O tema das “Masculinidades” foi abordada por Darlyton de Oliveira Barros, Gerente Especial de Políticas da Diversidade do Estado de Goiás. Ele enfatizou que “o tema das masculinidades está relacionado ao processo de construção da identidade e da sexualidade”. Abordou a diferenciação de prestígio que é dado a determinadas profissões, como por exemplo: a mulher é cozinheira, o homem é chef; a mulher é costureira, o homem é estilista. “A construção social de gênero apresenta o homem como sujeito de razão; a mulher como objeto, portadora de problemas, doenças,



fragilidades. A sexualidade masculina está na virilidade e a da mulher na passividade.” Darlyton questionou se a posição superior que o homem ocupa na sociedade é privilégio ou fardo, o que gerou muita polêmica: “é preciso abandonar os privilégios para se chegar a uma igualdade nas relações”, finalizou ele.



### POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1:** a) Qualificação de servidores(as) públicos(as) com foco na equidade de gênero, raça e classe social; b) Campanha conjunta de visibilização contra o tráfico de mulheres e a violência sexual, pela mídia, no mês de novembro, quando se comemora o Dia Internacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher; c) Implementação dos temas da LBD (Leis de Diretrizes Básicas) sobre violência contra as mulheres; d) Rede de assistências específicas às travestis e transexuais em grupos de riscos.

**Grupo 2:** a) Subsidiar, com formação, a Campanha da Fraternidade (sobre o tráfico humano), nas igrejas; b) Formar e informar os grupos dos movimentos sociais que se afinem com a temática; c) Possibilitar o recebimento de materiais pelas pessoas capacitadas por este seminário; d) Fortalecer instituições que já fazem discussões sobre as mulheres, travestis e transexuais, com formação e materiais; e) Através da Semira, descentralizar as formações e a distribuição de informativos; f) Desenvolver a discussão de maneira transversal entre as instituições governamentais; g) Associar a discussão sobre o tráfico de mulheres e outras importantes, como o plebiscito popular; h) Criar material específico para a juventude; i) Associar a discussão sobre o tráfico de mulheres a campanhas de saúde do povo de terreiro.

**Grupo 3:** a) Fortalecimento da Rede de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à Violência Sexual; b) Criação do Fórum Estadual de Articulação para o Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas e à Violência Sexual; c) Articulação da Rede de Difusão de Informação/Formação; d) Campanhas de Prevenção.



## AGENDA DA OFICINA EM GOIÂNIA/GO

	<b>12/2/2014 – quarta-feira</b>
<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” (Vera Vieira)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU (Clara Charf) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h15	Relações Sociais de Gênero (Lúcia Rincón) + Debate
12h15 às 13h15	Educação Popular Feminista (Albineiar Plaza Pinto – ANEPS) + Debate
13h15 às 14h15	Almoço
14h15 às 14h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade goiana)
14h30 às 15h30	Questão Étnico-Racial (Sônia Cleide Ferreira da Silva e Ana Rita Marcelo de Castro) + Debate
15h30 às 16h15	Depoimento da líder quilombola Dona Procópio dos Santos Rosa [ausente]
16h15 às 17h30	Orientação Sexual e Identidade de Gênero (Beth Fernandes) + Debate
	<b>13/2/2014 – quinta-feira</b>
9h às 9h15	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade goiana)
9h15 às 11h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual (Fabrício Rosa – inspetor da Polícia Rodoviária Federal e Valdir Monteiro da Silva – Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás) + Debate
11h30 às 11h45	Café
11h45 às 13h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres (Vera Vieira) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 15h15	Masculinidades ( Darlyton de Oliveira Barros – Gerente Esp.Políticas de Diversidade do Estado de Goiás) + Debate
15h15 às 16h15	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
16h15 às 17h	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz - **Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

**Parceria em Goiânia/GO:**

Grupo de Mulheres Malunga, Fórum de Transexuais de Goiás, Astral-GO, Grupo Transas do Corpo, Fórum Goiano de Mulheres, CEVAM, UBM, Oficina Mulher, Centro Popular da Mulher, Grupo de Mulheres Negras Dan-dara, Articulação de Organizações de Mulheres Negras Brasileiras, Palavra de Mulher, Marina Sant’Anna, PIMEP/PUC, UFG/NDH, Prefeitura de Goiânia, CONEN, Conselho Estadual da Mulher, SEMIRA/Governo de Goiás, Ministério Público de Goiás e Ministério do Trabalho e Emprego.

**Apoio:** Associação Mulheres pela Paz ao Redor do Mundo (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford, Instituto Avon e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**Patrocínio:** Petrobras / Governo Federal

**PARTICIPANTES: 56 lideranças (41 mulheres e 15 homens)**

Adelma M.da Silva - Secretária de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)  
Alba Valeria L.Lauria - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)  
Albinear Plaza Pinto - Associação Nacional de Educação Popular e Saúde (ANEPS)  
Ana Rita Castro - Secretária de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR )  
André Luiz Ludovico da Silva - Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM)  
Angelita Pereira de Lima - Grupo Oficina Mulher e Núcleo Direitos Humanos - UFG  
Ariandeny Silva de Souza Furtado - Coletivo de Negras e Negros do Instituto Federal de Educação, Ciências e Tecnologia de Goiás (IFG)  
Carmem Lúcia B. Rosa - Partidos dos Trabalhadores de Goiás (PT)  
Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz São Paulo/SP  
Claudio Marques Duarte - Jornalista  
Cristiany Beatriz Santos - Fórum de Transexuais de Goiás  
Daryo Felipe Garcia – TV da Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Darilyton de Oliveira Barros - Gerência Especial de Políticas de Diversidade do Estado de Goiás  
Dilmo Luiz Vieira - Secretária de Políticas e Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)  
Edilamar Clarinda de Resende Oliveira - Centro Popular da Mulher de Goiás (COM)  
Elismênia Aparecida Oliveira - Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Elizabeth Fernandes - Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros de Goiás (ASTRAL)  
Elza Santana Flores - Conselho Municipal para Igualdade Racial - COMPIR  
Érika Nunes de M. F. Borges - Grupo Transas do Corpo  
Erundina F. da Silva - Grupo de Mulheres Negras Malunga  
Fabrício Rosa - Inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF)  
Gabriella A. Alvarenga - Programa Interdisciplinar da Mulher Estudos e Pesquisas - (PIMEP) da Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)  
Giovanna A. M.Teles - Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás da Secretária de Políticas para as Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA)  
Gleidy Elmice B. Franco - Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM)  
Ivanilde V. Batista - Articulação Nacional de Movimentos e Práticas de Educação Popular e Saúde (ANEPS)  
Iza Junqueira Rezende - Centro de Valorização da Mulher e Círculo de Psicanálise de Goiânia (CEVAM)  
Izabel Teixeira Campos - Universidade Federal de Goiás (UFG)  
Jéssica Christien Rodrigues - Grupo pela Vida  
Jorge Luiz Ferreira - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)  
Jucilene Pereira Barros - Federação das Mulheres de Goiás  
Katiúscia Brito T.da Costa - PIMEP/PUC  
Kelly Cristina Gonçalves - Fórum Goiânio de Mulheres  
Lidileuza P. de Souza - Secretária de Estado de Políticas para Mulheres e Promoção da Igualdade Racial (SEMIRA)  
Lorena Moreira Souza - Secretária Municipal de Políticas para as Mulheres (SMPM)  
Lucia Rincon - Centro Popular da Mulher de Goiás (CPM)  
Lucilene Vitório Rodrigues - Coordenação Nacional de Entidade Negras de Goiás – Grupo de Mulheres Negras



Marco Aurélio de Oliveira - Associação Ipê Rosa

Marco Aurélio Souza - Secretário do Projeto Resgate Brasil

Maria Cristina de Oliveira - Grupo de Mulheres Negras Malunga

Maria de Fátima Veloso - Sindicato dos Trabalhadores do Sistema Único de Saúde do Estado de Goiás (SINDSAUDE)

Maria do Socorro P. Souza - Fórum Saúde

Maria José Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Marina Pignataro Sant'Anna - Partido dos Trabalhadores (PT)

Paulo Penha de Souza - Petrobras - Comunicação Institucional - Regional São Paulo/Sul - Núcleo de Patrocínio - Curitiba/PR.

Ray Kena Ferraz - Associação de Mulheres da Comunicação de Goiás

Robson P. Araújo - Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC)

Rogério Honório dos Santos - TV UFG – Universidade Federal de Goiânia

Rosenilda Trindade da Costa - Fórum Goiânio de Mulheres

Rúbian Côrrea Coutinho - Promotoria da Mulher - Ministério Público de Goiás

Sonia Cleide F. da Silva - Grupo de Mulheres Negras Malunga

Teodorico Ferreira da Silva - Agente Pastoral Negro (APN)

Ulisses Marcelo Pereira - Assessor Parlamentar

Valdir Monteiro da Silva - Comissão Executiva de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Estado de Goiás

Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Walkiria Lobo J.Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Watusi Virgínia Santiago Soares - Deputada Federal do Partido É para todas



## 5. Porto Alegre/RS: incidência de tráfico interno e externo



A quinta oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Porto Alegre/RS, região Sul do país, em 2 e 3/4/2014, reunindo 55 lideranças (49 mulheres e 6 homens).

O estado do Rio Grande do Sul, localizado na região Sul do Brasil, possui 497 municípios. Sua população total era, de acordo com o Censo de 2010 do IBGE, de 10.693.929 pessoas. Sua área territorial é de 281.730,223 km<sup>2</sup>. Sua capital, Porto Alegre, foi fundada oficialmente em 26 de março de 1772. Conforme o IBGE, a região era habitada pelos indígenas tapes minuano. O ponto inicial da capital gaúcha foi a sesmaria Nossa Senhora de Santana, de Jerônimo de Ornelas, iniciador do povoamento, que em 5 de novembro de 1740 recebeu carta de doação assinada por Gomes Freire de Andrada, em nome do Rei de Portugal. O Alvará de 23 de agosto de 1808 e a Resolução



Régia de 7 de outubro de 1809, elevaram a povoação à categoria de Vila, verificando-se a instalação em 11 de dezembro de 1810. Porto Alegre tornou-se sede da Capitania de São Pedro do Rio Grande e cabeça de Comarca, sob a denominação de Comarca de São Pedro do Rio Grande e Santa Catarina, por Alvará de 16 de dezembro de 1812. A vila ganhou foros de cidade em 23 de novembro de 1822, por força de Carta de Lei de 14/11/1822, que erige em cidade a vila de Porto Alegre, capital da Província de São Pedro do Rio Grande do Sul, com a denominação de Cidade de Porto Alegre. Porto Alegre é hoje um movimentado polo de serviços e de infraestrutura de qualidade reconhecidas, base de grandes empresas nacionais e internacionais e um dos principais destinos de eventos internacionais no Brasil. Simultaneamente, sua geografia tem como marca ser um ponto de encontro de distintos sistemas naturais que imprimem uma geografia diversificada à cidade. Um anel de morros graníticos com 730 milhões de anos emoldura a região de planície onde está o grande centro urbano da cidade, ocupando 65% de seu território. Essa formação geológica é considerada um tipo de contensão natural para a ocupação do município em direção à zona sul, e contribuiu para que Porto Alegre conserve 30% de seu território como área rural, a qual, segundo informa a prefeitura do município, é a segunda maior entre as capitais brasileiras. Quanto à população de Porto Alegre, conforme o IBGE (Censo de 2010), era de 1.409.351 pessoas, dentre as quais: 755.564 mulheres; 653.787 homens; adolescentes e jovens: na faixa de 10 a 14 anos, 100.860 pessoas; de 15 a 19 anos, 103.412; de 20 a 24 anos, 117.945 pessoas. Em 2010, o IDHM total de Porto Alegre era de 0,805 (28º lugar no *ranking* nacional); o IDHM Renda, de 0,867; IDHM Longevidade, 0,857; e o IDHM Educação, de 0,702.



## Tráfico humano

O Rio Grande do Sul apresenta tráfico humano para fins de exploração do trabalho, tanto nas áreas rurais como nas urbanas. No que se refere ao tráfico de pessoas para fins de exploração sexual, de acordo com a Pesquisa Enafron (2013, p. 188), “os municípios que aparecem como locais de aliciamento no estado são Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Passo Fundo. No caso do tráfico internacional de pessoas, países como Espanha, Itália, Portugal e Alemanha constituíram-se como os principais destinos das vítimas. Vale ressaltar que o Aeroporto Internacional de Porto Alegre opera voos diretos para Portugal. Já no caso do tráfico interno para fins de exploração sexual, os principais destinos das vítimas seriam cidades fronteiriças como Uruguaiana e Santana do Livramento. No caso da venda de crianças e adolescentes, os dados da Polícia Federal registram casos de aliciamento na cidade de Porto Alegre e nos municípios fronteiriços de São Borja e Uruguaiana, sendo que o tráfico internacional se daria pelas fronteiras onde não há fiscalização (Santana do Livramento, por exemplo), mas não se sabe a sua destinação”.

Dentre as diversas contribuições para o enfrentamento da problemática durante as atividades da Associação Mulheres pela Paz em Porto Alegre, houve o depoimento de uma travesti vítima do tráfico internacional para fins de exploração sexual na Itália.

A seguir, um panorama das contribuições gestadas coletivamente, durante as atividades: Evento Preparatório, Painel Público e Oficina de Capacitação, além da intervenção nas diversas mídias.



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, é decisivo para o sucesso das atividades. Aconteceu em 13 de março, no Plaza São Rafael Hotel, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo.



Na noite de 1/4, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”, no plenarinho da Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. Na abertura do painel, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), destacou que o objetivo do projeto é levar ao conhecimento da sociedade a realidade cruel de um crime ainda invisível, que atinge centenas de famílias brasileiras. Segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), a maioria das vítimas do tráfico humano é de mulheres (85%), que acabam abastecendo as redes internacionais de prostituição, e as brasileiras estão entre as principais vítimas. “E a AMP quer contribuir para esse enfrentamento, que inclui a educação, a informação e a implementação de políticas públicas eficazes além de outras ações, e estar junto com movimentos sociais, de direitos humanos e das mulheres lutando pelo fim da violência sexual de gênero em nosso país”, assinalou.

Clara Charf, presidenta da AMP, observou que ainda há muito o que fazer em defesa dos direitos das mulheres e que o trabalho deve ser cotidiano e coletivo. “Sou uma



mulher como outra qualquer, que escolheu ser militante em defesa das mulheres numa época em que não se discutia o assunto”. Reafirmou que o importante é fazer isso no dia-a-dia, porém, sem sectarismo, dando oportunidade para que todos se expressem, homens e mulheres, e possam enfrentar os novos problemas que surgem. Ariane Leitão, Secretária de Políticas Públicas para Mulheres do RS (SPMRS), representando o governador Tarso Genro, disse que são muitos os desafios culturais colocados para as mulheres no enfrentamento à discriminação. Defendeu o debate sobre o tráfico de mulheres e a violência sexual como mais uma ferramenta para derrubar barreiras, já que o assunto ainda é pouco discutido, por envolver a sexualidade com concepção preconceituosa. “É necessário muito mais que prisões. Precisamos de leis severas para punir os criminosos e agressores, assim como uma transformação cultural pela implementação de políticas públicas. É um crime que se enfrenta com recursos públicos, e no RS é uma prioridade nas ações do governo” garantiu. Conforme a secretária, o Estado está recebendo aporte financeiro federal para a implantação de centros de referências em Jaguarão e Santana do Livramento, para reforçar o combate ao tráfico humano nas fronteiras do Estado. O Secretário da Segurança Pública do RS, Airton Michels, falou sobre a importância do Projeto “Mulheres e Homens Pela Paz e Contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual”. “Não é mais possível que uma sociedade conviva com essa violência e esse enfrentamento é necessário, por isso é um tema prioritário na SSP”. Segundo Michels, não havia qualquer estatística sobre a violência sexual e o tráfico de mulheres na secretaria, mas que, em união com a Secretaria de Política para as Mulheres do RS, está sendo desenvolvido um trabalho nesse sentido. “Para melhorar as instituições é necessário empoderar as mulheres nesse setor, visando a oxigenar e evoluir na busca de soluções”, afirmou.

Vanessa Vasconcellos, secretária-adjunta da SPM municipal, defendeu o trabalho em parceria de órgãos públicos e instituições no enfrentamento ao tráfico de mulheres. “É preciso descobrir quem são os aliciadores e quem são essas mulheres envolvidas, assim como articular políticas públicas eficientes”. Disse que Porto Alegre, pela Secretaria de Direitos Humanos, a qual está vinculada a SPM, espera poder partilhar e compartilhar desse enfrentamento. Télia Negrão, da Rede Feminista de Saúde, lembrou que o debate sobre tráfico de mulheres e a violência sexual se dá num momento importante, quando uma pesquisa revela que grande parte dos pesquisados, incluindo mulheres,



considera o estupro uma consequência da maneira de vestir das mulheres, algo inaceitável. Explicou que a rede trabalha com dois eixos para combater os crimes de gênero: políticas públicas para a mulher sair da violência e o compromisso de enfrentamento com profundas mudanças culturais, porque esses crimes encontram elevado patamar de aceitação da sociedade. “As razões pelas quais se traficam pessoas no mundo extrapolam o sexual, entre elas o trabalho escravo e a comercialização de órgãos, porém, as mulheres são mercadorias preferenciais”. Conforme Télia, o enfrentamento tem que estar no centro das políticas públicas. Irmã Eurides de Oliveira, coordenadora da Rede Um Grito pela Vida, destacou que o tráfico de pessoas não é um problema isolado e nem moral. É fruto do mundo e dos paradigmas naturais, arcaicos e patriarcais. Revelou que 20,9 milhões de pessoas são traficadas no mundo, sendo 55% mulheres e meninas, com recorte de exploração sexual e laboral, com viés de abuso e violência. Segundo a pesquisa da ONU, deste total, a América Latina é responsável por 9% e o Brasil por 15% do percentual, por causa das fronteiras. “No RS esse é um crime subnotificado e não há pesquisas consolidadas sobre o assunto, mas é trabalhado e enfrentado cotidianamente pelas organizações não governamentais”, concluiu.

A coordenadora da ONG Maria Mulher, organização feminista negra mais antiga do Brasil (27 anos), e professora da Universidade Federal do Rio Grande do SUL (UFRGS), Maria Conceição Lopes Fontoura, se referiu às mulheres extraídas do Continente Africano e trazidas para o Brasil como exemplo. “A história das mulheres negras é marcada pela violência, pelo abuso e pelo tráfico, porque são elas as maiores vítimas”. A feminista citou o carnaval brasileiro, um espetáculo maravilhoso, todavia, realizado e divulgado com a exploração dos corpos de mulheres negras. “Corpo não é objeto para ser manipulado, porém, o samba, mulatas e futebol são os grandes chamarizes do nosso país, e a pobreza é a grande incentivadora da exploração do corpo para turismo”, enfatiza. “A violência e o tráfico da mulher tem de ser rigorosamente trabalhados e enfrentados. Chega de corpos serem utilizados como mercadoria”, finalizou Maria Conceição. Participaram do painel aberto ao público, representantes de órgão públicos, instituições não governamentais, universidades, Parlamento gaúcho, movimentos sociais, de direitos humanos, de mulheres, e sociedade civil.



Clara Charf falou sobre o conceito ampliado de paz, ressaltando que a luta é para que uma nação não domine a outra ou uma pessoa não domine a outra, e que cada ação, gesto e proposta seja para valorizar o ser humano, pela saúde, trabalho e pela educação, e chegue a homens e mulheres. “A luta pela paz é uma bandeira que deve ser aplicada em todos os espaços onde convivemos, pois se dá na micro relação do dia-a-dia: família, escola, comunidade, bairro, na cidade onde moramos”. Abordou o papel da mulher em diferentes épocas, as conquistas ao longo dos anos, e falou sobre a sua experiência como ativista, o engajamento na defesa da dignidade da mulher e do seu empoderamento. “Todo passo que damos no dia-a-dia ajuda a evitar a guerra”, afirma. Na dinâmica que precedeu sua fala, as pessoas participantes escreveram os seguintes significados para a palavra paz: liberdade, quietude espiritual, justiça e desenvolvimento social, dignidade, autonomia, convivência, igualdade, respeito, ter voz, tranquilidade, afeto, amigas, abraços, saúde, equilíbrio perfeito, igualdade de direitos, sintonia, harmonia, equilíbrio de toda a natureza viva, respeito, segurança, construção, respeito a diversidade, feminismo, fraternidade, menos egoísmo, amor ao próximo, silêncio interior, mediação de conflitos, serenidade, ausência de violência, respeito às diferenças, sem racismo, sem lesbofobia, liberdade de fazermos o que quisermos com o nosso corpo, solidariedade.



Télia Negrão, da Rede Feminista de Saúde, iniciou com uma dinâmica de sensibilização sobre “coisas de homem, coisas de mulher”, para falar sobre os espaços



reservados para as mulheres na sociedade: elas no espaço privado, eles no espaço público (com o papel de mando), o que demonstra que a soberania é masculina. Foi enfática ao colocar que faltam políticas públicas efetivas para o enfrentamento dos problemas que estão colocados no cotidiano das mulheres. “O trabalho das mulheres ainda é considerado sem valor econômico e as relações de gênero são regidas por normas, leis e por políticas públicas de difícil penetração, por isso, o acesso a recursos, oportunidades, bens, saúde, segurança e benefícios é desigual; os sistemas de gênero são extremamente masculinos”, frisou.



No período da tarde, aconteceu um grande painel intitulado *Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*. Mariza Albertoni, do Movimento pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, disse que a luta contra a exploração sexual não pode ser desvinculada da luta contra o abuso, já que o explorador costuma ter histórico de violência sexual em casa. Segundo ela, há muitos meninos sendo explorados, entretanto, eles não revelam porque temem ser rotulados de gays, o que dificulta identificar o abuso e o abusador.

Irmã Eurides Oliveira, da Rede Um Grito pela Vida e integrante da Campanha da Fraternidade 2014, da Igreja Católica, revelou que, no Rio Grande do Sul, o maior índice de tráfico é para exploração sexual, trabalho escravo, exploração de meninos por clubes de futebol, adoção e exploração de crianças e adolescentes. “Porto Alegre, Caxias do Sul, Santa Maria, Uruguaiana e Passo Fundo são as cidades que registram a maior ocorrência de tráfico”, afirma.



O delegado Rafael França, chefe da Delegacia de Defesa Institucional (Delinst), da Polícia Federal (antigo Dops), declarou que é grande a dificuldade para investigar o tráfico de pessoas, pois não existe uma rota específica seguida pelos agenciadores, prevalecendo as oportunidades do momento. Outra barreira apontada por França, em relação às mulheres levadas para o exterior, é o fato de elas irem por vontade própria. “A rede do tráfico de mulheres é muito persuasiva, e nos resta somente acompanhar”, justifica. Outro empecilho, diz o delegado, na identificação e prisão dos aliciadores, são as próprias vítimas, que não denunciam porque não querem que as famílias saibam, e recebem grandes quantias em dinheiro para se calarem. “Precisamos de leis mais rígidas para manter os criminosos na cadeia”, defende.

Alexia Meurer, do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, da Secretaria de Segurança Pública RS, e Yara Regina Stockmanns, da Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres RS, discorreram sobre o trabalho conjunto que vêm realizando, visando à prevenção e informação sobre a problemática, articulação de ações para mapeamento dos dados do crime no estado e participação no processo de recâmbio de vítimas do tráfico de pessoas. Foram destacados os telefones 181 (Disque Denúncia), 180 (Central de Atendimento à Mulher) e 100 (Violação de Direitos Humanos).



Para tratar da questão da *Orientação Sexual e Identidade de Gênero*, a transexual Talita Oliveira começou com uma provocação, perguntando a algumas pessoas: “qual é a sua opção sexual”? Foi uma maneira de esclarecer que não se trata de escolha sexual e sim orientação sexual. Em seguida, passou a relatar sua própria história, que inclui a vivência na condição de vítima de tráfico internacional. Paraibana, de família de classe média, foi expulsa de casa aos 15 anos, ocasião em que começou a se prostituir em João Pessoa. Foi, então, aliciada por Isnard Alves Cabral, travesti conhecido como Diná, que vive em Roma e é suspeito de comandar uma rede internacional de tráfico para



fins de exploração sexual. Talita embarcou para a Itália em 2002, sendo escravizada por dois anos. Fazia até 15 programas por noite. Sua dívida chegava a R\$24 mil reais, além de uma diária de R\$100,00 que se somavam aos gastos com alimentação e transporte. Em 2010, Diná foi denunciada pelo Ministério Público Federal da Paraíba, juntamente com quatro paraibanos e um italiano, sob a suspeita de tráfico de dezenas de travestis para a Europa. Vivendo em Porto Alegre desde 2013, Talita continua a buscar oportunidades de emprego, apesar das dificuldades. A abordagem do direito à identidade social foi uma questão polêmica entre a expositora e algumas participantes.



Na manhã do dia 3/4, Clair Ribeiro Ziebell, do Fórum de Mulheres de São Leopoldo, abordou o tema da *Educação Popular Feminista*, inicialmente com um levantamento do entendimento das pessoas participantes. Para ela, o resultado da dinâmica demonstrou conhecimento sobre o assunto. Assistente social, professora universitária, educadora popular e filha de pescadores, ela abordou o tema na perspectiva da Revolução Francesa e do educador Paulo Freire, defensor da educação universal e gratuita. Fez um relato de experiências e militância cotidianas nos movimentos sociais, para o enfrentamento à violência sexual, doméstica, social, profissional e ao tráfico de mulheres e homens, crianças e adolescentes. Defendeu a educação popular feminista como uma ferramenta que incide no cotidiano das mulheres, contribuindo para o seu empoderamento e transformação das relações de gênero e da sociedade. Entre grandes autores da educação popular citou Paulo Freire, Carlos Brandão e Moacir Gadotti. Já na educação popular feminista destacam-se Moema Viezzer e Bia Cannabrava. Como bem define a Rede Mulher de Educação, ONG fundada por ambas, ela se volta “para a aprendizagem de novas relações sociais de gênero”.

Clair enfatizou, entre outras abordagens, o caráter dialógico da metodologia e as etapas de construção: preparação, encontro e continuidade.



Em seguida, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, jornalista, com doutorado em Comunicação/Feminismo, abordou a temática *Educomunicação pela cidadania das Mulheres*. A partir de uma dinâmica em que as pessoas participantes citavam aspectos positivos e negativos das mídias, em termos de reforço de estereótipos sexistas versus mensagens transformadoras das relações sociais de gênero, Vera enfatizou que “não se trata de endeusar ou demonizar os veículos de comunicação. As mídias nada mais são do que a forma moderna de informação e comunicação”. Ao mostrar exemplos de mensagens que podem transformar a realidade, ela ressaltou que acredita no potencial dos meios de comunicação de massa, incluindo as mídias sociais, enquanto instrumentos estratégicos na luta pela equidade de gênero e justiça social. Para tanto, há a necessidade de se galgar quatro passos, que se entrelaçam: gestão interna da comunicação, instrumentalização, leitura crítica e mecanismos de intervenção na mídia”. Josi Negreiros, jornalista local contratada para a assessoria aos eventos, forneceu um panorama do funcionamento das mídias, a partir de sua longa trajetória nos diversos veículos.



O tema das *Masculinidades* foi abordada por Fernando Seffner, professor de história e pesquisador da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). Salientou que o tema tem implicações na questão de gênero, na forma de pensar (ou não pensar), e na criação dos “novos homens – nova masculinidade”, banalizado pela mídia. “O



novo homem é um modelo hegemônico de masculinidade, que não considera raça, cor, etnia”. Segundo ele, esse “novo homem”, capturado pela ótica do consumo de bens e serviços, é branco, heterossexual, adulto, jovem, solteiro ou recém-casado, com religião difusa, opiniões genéricas sobre política partidária, nível superior, educado, ligado às novas tecnologias, mora na Região Sul e Sudeste e é fenômeno na mídia. “É uma coisa canalha na sociedade brasileira que tem a ver com o velho racismo”, adverte. O professor ilustrou a palestra com exemplos discriminatórios, como a de pescadoras da região pesqueira do RS, que não usufruem dos mesmos direitos dos pescadores (seguro-defeso, benefício concedido pelo Governo em época da desova, quando é proibido pescar), embora a atividade seja considerada familiar; e de professoras que relevam certos comportamentos de meninos em prejuízo das meninas. “As professoras, e surpreende porque é uma profissão essencialmente feminina, são econômicas ao afirmar que uma aluna é inteligente e generosas ao elogiar meninos”.



Maria Luiza Pereira Oliveira, psicóloga, da ONG Sempre Mulher, falou sobre a *Questão Étnico-Racial*, tendo por foco o tráfico de mulheres no Brasil, com recorte de raça. “O tráfico de pessoas faz parte da nossa história, com incidência na forma peculiar de violência sobre as mulheres negras”.

Dados estatísticos mostram que dos 191 milhões de brasileiros, 51% são negros. Deste total, 25% são de mulheres negras, sendo que 8,5% vivem em extrema pobreza. De acordo com Maria Luiza, as mulheres negras sofrem maior exposição à violência, têm menos condições de acessar oportunidades, e por essa vulnerabilidade socioeconômica são mais suscetíveis ao tráfico e a violência sexual. “As políticas públicas de enfrentamento são insuficientes e estão baseadas em modelos discriminatórios”.



## POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1:** a) Caminhada em repúdio ao resultado da pesquisa IPEA (a qual revelava que um alto percentual da população considerava que a forma de se vestir da mulher justificava o estupro); b) Potencialização das ações através da integração dos diversos segmentos; c) Formação de novas lideranças comprometidas; d) Formação e informação (especialmente jovens e adolescentes); e) Implementação de políticas públicas inclusivas, visando à diminuição das vulnerabilidades; f) Atenção especial aos acordos e protocolos transacionais; g) Estímulo às denúncias.

**Grupo 2:** a) Orientação preventiva nas escolas; b) Produção de vídeos institucionais a serem exibidos em postos de gasolina, portos secos, restaurantes, hotéis, etc.; c) Informação, divulgação, palestras e outros meios alternativos, para tornar visível o tráfico de mulheres e a violência sexual; d) Prevenção e enfrentamento, via acordos bilaterais, com nações de fronteiras e outras, referentes ao tráfico de mulheres e violência sexual, como também o trabalho escravo das mesmas; e) Investimento em políticas públicas efetivas, permanentes e bem aplicadas, municipais e regionais; f) Socialização dos endereços eletrônicos de todas as participantes do encontro, para fortalecimento da rede.

**Grupo 3:** a) Fortalecimento das redes; b) Formação para conscientização de homens e mulheres; c) Política de comunicação de massa; d) Promoção da transformação cultural; e) Desconstrução dos mitos.

**Nota:** Josi Negreiros colaborou na redação das atividades em Porto Alegre.



## AGENDA DA OFICINA EM PORTO ALEGRE/RS

<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
<b>2/4/2014 – quarta-feira</b>	
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU ( <i>Clara Charf</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Relações Sociais de Gênero ( <i>Télia Negrão</i> – Rede Feminista de Saúde) + Debate
12h30 às 14h30	Almoço
14h30 às 16h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual ( <i>Mariza Alberton</i> , Movimento pelo Fim da Violência e da Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes; <i>Irmã Eurides Oliveira</i> , Rede Um Grito pela Vida; <i>Delegado Rafael Francisco França</i> , chefe da Delegacia de Defesa Institucional - DELINST); <i>Alexia Meurer</i> (Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas); <i>Yara Regina Stockmanns</i> (SPM/RS) + Debate
16h30 às 17h30	Orientação Sexual e Identidade de Gênero ( <i>Talita Oliveira</i> – integrante da Comissão Gaúcha CPI Tráfico Internacional) + Debate
<b>3/4/2014 – quinta-feira</b>	
9h às 9h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade gaúcha)
9h30 às 10h30	Educação Popular Feminista ( <i>Clair Ribeiro Ziebell</i> – Fórum de Mulheres de São Leopoldo) + Debate
10h30 às 11h	Café
11h às 12h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
12h às 13h	Masculinidades ( <i>Fernando Seffner</i> – Universidade Federal do Rio Grande do Sul) + Debate
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Questão Étnico-Racial ( <i>Maria Luísa Pereira de Oliveira</i> – Sempre Mulher) + Debate
15h30 às 16h30	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
16h30 às 17h	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz - **Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

### Parceria em Porto Alegre/RS

Governo do Rio Grande do Sul (Secretaria de Segurança Pública e Secretaria de Políticas para as Mulheres), Rede Lilás, Coletivo Feminino Plural, Sempre Mulher, Campanha Ponto Final, Rede Feminista de Saúde, Fórum de Mulheres de São Leopoldo, Rede Um Grito pela Vida, SISERGS, THEMIS, Fórum Municipal da Mulher/Porto Alegre, Femenal, Mulheres Socialistas, Frente Parlamentar dos Homens pelo fim da VCM, PUC/Serviço Social e Gepaz, ObservaSinós, Sindicato dos Jornalistas do RS, F.T.I. Alimentação/RS, Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas, Secretaria de Mulheres do PT/RS e CTB/RS.

**Apoio:** PWAG (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford, Instituto Avon e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**Patrocínio:** Petrobras / Governo Federal

**PARTICIPANTES: 55 lideranças (49 mulheres e 6 homens)**

Alda Beatriz Fortes - Fórum de Mulheres de São Leopoldo  
Aline Reis Calvo Hernandez - Organização UERGS - Psicologia Política Educação e Histórias do Presente  
Ana Lúcia Dagord - Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre (SMS)  
Anabel Lorenzi - Secretaria Municipal de Movimentos Socialistas  
Ariel Machado Schmid - Técnico de som do Plaza São Rafael  
Bruna K - Grupo Relações de Gênero da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC)  
Carla Souza Batista - Coordenação dos Direitos Humanos do Grupo Hospitalar Conceição (GHC)  
Carmen Lucia Silva - THEMIS – Gênero, Justiça e Direitos Humanos  
Clair Ribeiro Ziebell - Fórum Mulheres São Leopoldo  
Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Elizabeth Valdez da Silva - Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM)  
Emerson Oliveira - Militante do PSOL  
Eurides Oliveira (Irmã) - Rede Um Grito pela Vida  
Fátima B. Silva Maria - Secretaria de Políticas para as Mulheres (SPM)  
Fátima Soares - Federação da Alimentação  
Izaneh Mathos - Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil  
Joana Flores Duarte - PUCRS/FSS-NEPEVI- Núcleo de Estudos e Pesquisa em Violência, Ética e Direitos Humanos (NEPEVI) da Pontifícia Universidade Católica de Porto Alegre (PUC)  
Ismael Costa Machado - Juventude do Partido dos Trabalhadores  
Kairo Marcel Lenz - Preto Filmes Ltda.  
Léa Epping - Núcleo Interdisciplinar de Estudos sobre a Mulher e Gênero - NIEM da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS)  
Lélia Teresinha Lemos de Quadro - Gestora Municipal de Políticas para as Mulheres  
Lisiane Gricetti Bueno - Secretaria de Desenvolvimento Social e Habitação  
Luciane Bertoletti - Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (SINDJORS)  
Marcelo A.Victoria - Prefeitura Municipal de Jaguarão  
Marcelo Allgater - Preto Filmes Ltda.  
Maria José Negreiros - Jornalista  
Maria de Lourdes R. Oliveira - Promotoras Legais Populares (PLP)  
Maria do Carmo Bittencourt - Marcha Mundial das Mulheres (MMM)  
Maria Eugênia Steyer - Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres (CEDM)  
Maria José da Silva Diniz - Superintendência dos Serviços Penitenciários (SUSEPE)  
Maria José Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Maria Josete Negreiros - Jornalista  
Maria Luisa Pereira de Oliveira - Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais (SEMPRE MULHER)  
Maria Nazaré de Almeida - Sindicato dos Jornalistas do Rio Grande do Sul (SINDJORS)  
Mariza Alberton - Movimento pelo Fim da Violência CNBB/Pastoral do Menor  
Nadja Rodrigues dos Santos - Polícia Civil - Assessoria de Direitos Humanos  
Najara Santos da Silva - Brigada Militar  
Patrícia Sanhotene Pacheco - Departamento de Ensino da Secretaria de Segurança Pública do Rio



Grande do Sul (SSPRS)

Priscila Leote - Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM)

Priscila Santos da Silva - Instituto de Pesquisa e Intervenção sobre Relações Raciais (SEMPRE MULHER)

Renata Jardim - Campanha Ponto Final na violência contra as Mulheres e Meninas

Renata dos Santos Alves - Faculdade de Serviço Social (FSS) da PUCRS

Rosane Mueller - Casa de Apoio VIVA MARIA

Rosania Teresinha H.Cauduroo - Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (NETP/RS)

Roseli Ribeiro Ortiz - Coordenadora Municipal da Mulher

Silvia Pavanelo da Silva - Gestora Municipal de Políticas para as Mulheres - Município de Santana do Livramento

Simone Maria Reginato - Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Rio Grande do Sul (NETP/RS) da Secretaria de Segurança Pública (SSP)

Talita Oliveira - Militante do PSOL

Télia Negrão - Rede Feminista de Saúde

Teresa Cristina Bruel - Coletivo Feminino Plural

Thais Tavares dos Santos - Frente Parlamentar em Defesa das Pessoas Desaparecidas

Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Verônica Ferreira Allan Peres - Secretária de Desenvolvimento Social e Habitacional

Walkiria Lobo J. Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Yara Regina Stockmanns - Secretária de Políticas para as Mulheres (SPM)



## 6. Macapá/AP: a vulnerabilidade das fronteiras com o Suriname e a Guiana Francesa



*A sexta oficina Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual aconteceu na cidade de Macapá/AP, região Norte do país, em 21 e 22/5/2014, reunindo 58 lideranças (46 mulheres e 12 homens).*

O Censo Demográfico de 2010 (IBGE) informa que o Amapá (AP), estado localizado ao Norte do Brasil, possui 16 municípios e sua população total era, naquele ano, de 669.526 pessoas. Sua área territorial é de 22.625.182 km<sup>2</sup>. O estado faz fronteira com o Suriname (língua holandesa) e a Guiana Francesa (departamento ultramarino da França).

A cidade de Macapá, capital do estado, tem uma população estimada



em quase 450 mil habitantes para 2014. A extensão territorial da cidade é de 6.408,545 km<sup>2</sup>. Macapá se originou de um destacamento militar fixado no mesmo local das ruínas da antiga Fortaleza de Santo Antônio, a partir de 1740. Este destacamento surgiu em razão de constantes pedidos feitos pelo governo da Província do Grão Pará e Maranhão (a quem as terras do Amapá estavam juridicamente anexadas), João de Abreu Castelo Branco, que desde 1738, sentindo o estado de abandono em que se encontrava a Fortaleza, solicitava à Coroa portuguesa providências urgentes. Em 1740 veio a resposta do rei português D. João, que não só autorizou o governador do Pará a construir um fortim no mesmo local das ruínas da fortaleza de Santo Antônio, como também enviou um projeto de construção de um pequeno forte idealizado pelo sargento-mor Manuel de Azevedo Fortes e pelo engenheiro-mor do reino, Miguel Luís Alves. Deste forte originou-se Macapá. Depois que D. José I assumiu o trono português, o Marquês de Pombal assumiu o ministério real e nomeou, em seguida, seu irmão Francisco Xavier de Mendonça Furtado para o comando das Armas da Província do Pará, assim como para a presidência da própria província, gozando de plenos poderes para promover a fundação e colonização de vilas na Amazônia Setentrional. É nesta época que Macapá assiste à chegada dos colonos dos Açores. Em 2 de fevereiro de 1758, Mendonça Furtado instala os poderes Legislativo e Judiciário da vila, e em 4 de fevereiro, dois dias depois, eleva o povoado à categoria de vila. A emancipação de Macapá despertou a cobiça de holandeses, ingleses e franceses que ameaçavam a todo custo invadir a vila. Após intensa campanha Mendonça Furtado vem a falecer, não realizando o sonho de ver Macapá fortificada condignamente. A grande fortaleza só foi inaugurada em 19 de março de 1782, 18 anos depois de iniciados os trabalhos. Erguida a imponente fortaleza, a vila começou a desenvolver-se, sempre gozando das vantagens inerentes à sua qualidade de centro militar, até os dias que precederam à proclamação da Independência do



Brasil. Macapá cresceu à sombra desta fortaleza, testemunho do esforço luso-brasileiro na conquista, colonização e manutenção da Amazônia e representa a mais vigorosa afirmação do domínio português no Território do Amapá. Teve papel relevante no laudo arbitral de Berna, em 1º de dezembro de 1900. O topônimo é de origem tupi, com uma variação de macapaba, que quer dizer lugar de muitas bacabas, um fruto de palmeira nativa da região.

Macapá é a única cidade que se localiza às margens do rio Amazonas e onde está cravado o Marco Zero do Equador, a passagem exata dessa linha, isto é, a metade do mundo.

### **Tráfico humano**

O Amapá faz fronteira interna somente com o estado do Pará. Esses dois estados apresentam grande vulnerabilidade para o aliciamento visando à exploração de pessoas e indígenas para o trabalho, além da exploração para fins sexuais de mulheres, adolescentes e travestis. De acordo com a Pesquisa Enafrom (2013, p.181/2), “no Pará, apesar das áreas de vulnerabilidade serem muitas, algumas são mais comumente citadas pelos atores estratégicos entrevistados, e muitas delas têm conexão com o estado do Amapá haja vista sua posição geográfica privilegiada. Sempre que o transporte é feito pela via terrestre, os aliciadores buscam a fronteira norte (principalmente o município de Oiapoque) para chegar até a Guiana Francesa (São Jorge) e Suriname (Paramaribo). Segundo a Polícia Civil e o Ministério Público do Pará, existe uma rota que vem desde o triângulo de Baetetuba, Barcarena e Belém (inclusive região Metropolitana - Icoaraci, Outeiro, Mosqueiro etc.) com trânsito ou destino ao Suriname, e em direção à Europa. É uma rota de alta complexidade, porque acontece primeiro o tráfico interno, pois no percurso para Belém algumas vezes as vítimas são exploradas; em seguida, algumas



partem em direção à Europa diretamente, tendo como principais destinos a Hungria e a República Checa, enquanto que outras vítimas são levadas para o Suriname e, de lá, para a Holanda”. O Suriname também é rota para a Holanda. Outra preocupação no que diz respeito à exploração sexual de mulheres “é a rota Bragança - Macapá - Suriname ou a rota Bragança - Macapá - Oiapoque - Guiana Francesa, cujo trânsito se dá no Amapá. (...) “Especificamente no caso de pessoas travestis e transgêneros traficadas para fins de exploração sexual no Pará, a rota mais comum é Belém - São Paulo, e na sequência, países da Europa, haja vista a possibilidade de fazer cirurgias de redesignação de gênero ou tratamentos nesse continente”.

Leia, a seguir, um resumo da produção realizada em Macapá, no marco das atividades da Associação Mulheres pela Paz.



O evento preparatório aconteceu em 23/4/2014, no Centro Cultural Franco Amapaense, reunindo representantes de ONGs, órgãos do governo e universidades, que se tornaram as parceiras locais para a construção coletiva das atividades.



Na noite de 20 de maio, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*, no auditório do Centro Cultural Franco Amapaense. Na abertura do painel, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), destacou que um dos principais objetivos do projeto é acumular discussão sobre a triste realidade dessa problemática, que acontece muito mais perto de cada pessoa do que se imagina. “Com o conhecimento aprofundado sobre o tema e a articulação dos diversos setores, é possível lutar pela implantação e implementação de políticas públicas. Por isso a AMP vem percorrendo as diversas regiões brasileiras com atividades que levem ao fortalecimento da rede de serviços contra a violência à mulher, seja essa rede formal ou informal”, destacou. Clara Charf, presidenta da AMP, se declarou feliz por estar novamente em Macapá. Relembrou que é militante “desde a época em que era impossível se pensar em juntar mulher e homem para discutir as questões de gênero, como estamos fazendo agora. Essa é uma das razões do fortalecimento do nosso trabalho, que vem contribuindo para o avanço da luta pelos direitos da mulher.”

Josi Ferreira, diretora do Centro Cultural Franco Amapaense (CCFA), relembrou as atividades realizadas há dois anos sobre violência doméstica, que vêm se somar às de agora, sobre tráfico de mulheres, ressaltando a relevância dos eventos. Depois de presentear as integrantes da AMP com colares artesanais feitos pelas alunas do CCFA no curso de empreendedorismo, Josi destacou “o impulso que o resultado das atividades pode proporcionar a brasileiras(os) que vivem na Guiana Francesa, por intermédio do trabalho desenvolvido pela CCFA no marco da cooperação Brasil-França.” Antônia Vilani Alencar, delegada da Mulher de Macapá, ponderou sobre as dificuldades de avançar na luta contra o tráfico de pessoas em um estado como o Amapá que é rota, já que faz fronteira com a Guiana Francesa e o Suriname. Enfatizou que se trata “de um tema muito complexo, portanto, de difícil investigação. Espero que possamos absorver tudo o que for discutido nas atividades, para que possamos nos



fortalecer cada vez mais para combater esse mal que atinge a toda a humanidade.” Celisa Melo, responsável pela Coordenadoria Municipal de Políticas para as Mulheres, também representando o prefeito Clécio Luís, observou que “as mulheres traficadas são da cidade do Oiapoque, que fica na fronteira, e de Macapá, em sua maioria jovens, pobres e negras. Por ser a única cidade que fica às margens do rio Amazonas, Macapá atrai muitos turistas, incluindo quadrilhas aliciadoras de mulheres.” Lúcia Furlan, representando a Secretária Estadual de Educação do Amapá, Elda Gomes, enalteceu a semana ímpar que a cidade vive com as atividades promovidas pela AMP. “Ficamos muito felizes pelo fato de se tratar desse tema tão grave fora de São Paulo, pois aqui a realidade é potencialmente favorável ao tráfico de mulheres.” Aproveitou para agradecer às(aos) professoras(es) que têm contribuído sobremaneira para alertar crianças e adolescentes sobre a tragédia que envolve a temática.

Em seguida, Talita Pontes, representando o Secretário Estadual de Justiça e Segurança Pública, Nixon Kenedy Monteiro, forneceu um panorama detalhado da realidade local e das ações do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP). Salientou que “existem mais de 50 rotas, tanto fluviais como terrestres no estado, operando no tráfico internacional e dentro do país. Trata-se de uma violação dos direitos humanos; uma atividade que acaba com a dignidade humana. Junto com o tráfico de pessoas acontecem o de armas e de drogas, pois a rede de aliciadores faz com que as meninas levem também essas duas ‘mercadorias’, associando os crimes.” Ela ressaltou os avanços do governo local e o fato de o NETP do Amapá ser o único no país que implantou o telefone 0800 (0800 280 9488). Finalizou com uma chamada: “É uma questão séria, que precisa do empenho do Estado e da sociedade civil, pois todos(as) devem se comprometer, sem perder jamais a capacidade de se indignar”. Maria Alice Bentes, Secretária Extraordinária de Políticas para as Mulheres, que também representou o governador Camilo Capiberibe, frisou que “os dias do evento serão de fortalecimento, de conhecimento, de crescimento, num tema de extrema complexidade.” Citou a implantação de políticas públicas para o enfrentamento à problemática, como os Centros de Referência e Atendimento à Mulher (CRAMs), um deles no município de Oiapoque, além das unidades móveis. Informou, também, que já estão adiantados os trâmites para a implantação da Casa da Mulher Brasileira (que vai abrigar no mesmo local todo o atendimento necessário à mulher vítima de violência), uma iniciativa que envolve o governo federal, estadual e municipal.



*Relações Sociais de Gênero e Feminismo* foi o tema a cargo de Maria Alice Bentes, Secretária Extraordinária de Políticas para as Mulheres. “Lugar de mulher é na cozinha; menino veste azul e menina rosa; menina brinca de boneca e menino de carrinho, luta e guerrinha; homem que é homem não chora; em briga de marido e mulher, ninguém mete a colher...”. Ao citar frases corriqueiras, Maria Alice deu início às explicações sobre a construção social de gênero que vem trazendo sérias consequências para mulheres e homens. Ela fez um histórico sobre as fases do movimento feminista, enfatizando que “as conquistas sociais e os direitos que hoje fazem parte do cotidiano da mulher brasileira resultam do empenho e dedicação de sucessivas gerações de mulheres. O feminismo aparece como um movimento libertário, que não quer só espaço para a mulher - no trabalho, na vida pública, na educação -, mas que luta por uma nova forma de relacionamento entre homens e mulheres, em que elas tenham liberdade e autonomia para decidir sobre suas vidas e seus corpos”.



No painel intitulado *Panorama Local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*, inicialmente, falou Talyta Pontes Monteiro, coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas do Amapá, alocado junto à Secretaria Estadual de Justiça e Segurança Público e que foi criado de acordo com diretrizes do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (PNETF), do Ministério da Justiça. Ela iniciou sua exposição com a definição de tráfico humano de acordo com o Protocolo de Palermo (convenção da ONU, de 2000), ratificado pelo Brasil em 2004, e com dados estatísticos de um diagnóstico detalhado realizado pelo Ministério da Justiça e pelo Escritório das Nações Unidas sobre Drogas e Crimes (UNODC), o qual revela que a maioria das



vítimas se dirige para o Suriname (133 vítimas), Suíça (127), Espanha (104) e Holanda (71). O Suriname é também rota para a Holanda. O maior percentual de todas as vítimas é para fins de exploração sexual. Talita enfatizou que, “infelizmente, o maior número de rotas está na região Norte (76), depois vem o Nordeste (69), Sudeste (35), Centro-Oeste (33) e Sul (28)”. Dentre as principais metas do II PNETP, estão: criação de mais 10 postos de atendimento em cidades de fronteira; capacitação profissional de várias áreas; aprovação de projetos de lei que impliquem na perda dos bens dos envolvidos com o tráfico de pessoas; internacionalização dos serviços de atendimento Disque 100 e Disque 180 - centrais de denúncia que funcionam 24 horas por dia; aperfeiçoamento da legislação; promoção e participação do Brasil em campanhas nacionais e internacionais de combate ao tráfico de pessoas. Ao final, Talita fez um chamado para a união de todas(os) contra o tráfico de pessoas, informando o número 0800 280 9488, o único a ser implantado no país.



Em seguida, no mesmo painel, houve a apresentação de Camila Rodrigues Ilário, que é corregedora de polícia e professora de direito, enfocando a questão da proteção legal dos direitos humanos no Brasil. “A expressão direitos humanos é uma forma abreviada de mencionar os direitos fundamentais da pessoa humana. Esses direitos são considerados fundamentais porque sem eles a pessoa não consegue existir ou não é capaz de se desenvolver e de participar plenamente da vida”, enfatizou ela, utilizando a definição de Dalmo Dallari. Fez um breve histórico do contexto internacional dos direitos humanos, que se inicia com a Declaração de Direitos da Virgínia, por ocasião da Independência Americana (1776); a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, com a Revolução Francesa, em 1789; a criação da ONU, em 1945 e a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Citou as diversas legislações brasileiras - 1824/1891/1934/1937/1946/1967/EC01-1969/1988 -, salientando que a Convenção Americana de Direitos Humanos (Pacto de San José da Costa Rica), de 1969 - época de chumbo da ditadura militar -, só foi ratificada pelo Brasil em 1992. Finalizou sua apresentação com o trecho de uma música: “Vamos precisar de todo mundo pra banir



do mundo a opressão. Para construir a vida nova, vamos precisar de muito amor” (O Sal da Terra, de Beto Guedes).

O juiz Augusto César Leite, da Vara de Violência Doméstica, trouxe para o debate casos concretos vivenciados em seu cotidiano profissional.



Nada melhor do que a animada Eunice de Paulo, do Grupo Ghata, para abordar o tema *Orientação Sexual e Identidade de Gênero*. De forma descontraída, ela iniciou com o canto geral de trechos de músicas brasileiras que celebram a liberdade, o amor e a vida. Depois de soltar a voz e se emocionar, a plateia se sensibilizou ao extremo para ouvir conceitos, quebrar preconceitos e relatar situações cotidianas de homofobia, que ocorrem em casa, na escola, nas ruas... Eunice explicou que “sexualidade é a dimensão mais ampla da experiência; é a forma como vamos ao encontro do(a) outro(a); como nos relacionamos; como manifestamos nossos desejos, prazeres e formas de viver o masculino e o feminino. Por sua vez, sexo envolve aspectos biológicos, fisiológicos e anatômicos da sexualidade; refere-se ao aparelho reprodutor masculino e feminino; é aquilo que fisiologicamente e anatomicamente diferencia homens e mulheres”. Frisou que não se trata de opção sexual, mas de orientação afetivo-sexual, já que se refere “a como nos sentimos em relação à afetividade e sexualidade, o que é espontâneo e não influenciável”. Os tipos de orientação afetivo-sexual são: bissexual (desejo e afeto pelos dois gêneros), heterossexual (pelo gênero oposto), homossexual (pelo mesmo gênero) e assexuado (orientação romântica ou nenhuma). Já a identidade de gênero “se refere à forma como alguém se sente, se identifica, se apresenta para si próprio(a) e às pessoas ao seu redor, bem como relaciona-se à percepção de si como ser ‘masculino’ ou ‘feminino’, ou ambos. Independe do sexo biológico ou de sua orientação afetivo-sexual, ou seja, da maneira subjetiva de ser masculino ou feminino, de acordo com comportamentos ou papéis socialmente construídos”, salienta Eunice.



O tema *Educação Popular* foi abordado na prática, com dinâmicas e cantigas locais (como *abre a roda tim-do-le-le*), sob a coordenação de Gilberto da Silva Lima, da Rede de Educação Cidadã Amapá (Recid). A teorização foi feita de forma dialógica. Para cada frase relacionada ao tema, as(os) participantes entrevistam com o entendimento particular, de acordo com a realidade de cada prática. Com tais dinâmicas participativas, Gilberto trouxe à tona os quatro passos para uma educação popular, de acordo com Paulo Freire: “1) Ler o mundo: aqui deve-se destacar a curiosidade como pré-condição do conhecimento. É o aprendiz que conhece. Palavras geradoras, temas geradores, complexos temáticos, codificação decodificação; 2) Compartilhar a leitura do mundo lido: não posso saber se minha leitura do mundo está correta a não ser que a compare com a leitura do mundo de outras pessoas. A veracidade do meu ponto de vista, do meu olhar, depende do olhar do(a) outro(a), da comunicação, da intercomunicação. Só o olhar do outro pode dar veracidade ao meu olhar; 3) A educação como ato de produção e de reconstrução do saber: conhecer não é acumular conhecimentos, informações ou dados. Conhecer implica mudanças de atitudes, saber pensar e não apenas assimilar conteúdos escolares do saber chamado universal. Saber é criar vínculos. O conteúdo torna-se forma. Saber em educação é mudar de forma, criar a forma, formar-se. Educar é formar-se; 4) A educação como prática da liberdade: o construtivismo crítico de Paulo Freire foi além de Piaget, porque afirma a politicidade do conhecimento. É o momento da problematização, da existência pessoal e da sociedade, do futuro (utopia). Educação não é só ciência - é arte e práxis, ação-reflexão, conscientização e projeto. Como projeto, a educação precisa reinstalar a esperança.”





O tema das *Masculinidades* foi abordada pelo educador popular Benedito Queiroz Alcântara, que solicitou às(aos) participantes escreverem uma palavra que vem à mente quando se fala em tráfico de mulheres. Dentre elas, pensou-se em medo, perversão, dor, silêncio. Pediu, então, que as folhas fossem balançadas e que se ouvisse o barulho. Depois, solicitou que as folhas fossem amassadas e balançadas novamente. Aí não havia mais barulho. Foi uma forma de demonstrar simbolicamente que a união das pessoas na luta contra o tráfico humano vai fazer a diferença para se obter resultados positivos. Benedito enfatizou “as consequências maléficas de se valorizar o homem e colocar a mulher em situação de submissão, realidade constatada nos textos bíblicos, nas leis, nas escolas, etc. A forma de socialização de meninos e meninas precisa ser rompida para que tenhamos uma sociedade equitativa”. Como compromisso de mulheres e homens, juntos, na luta contra as discriminações e o enfrentamento ao tráfico de pessoas, Gilberto solicitou que fosse escrita uma palavra que representasse resistência e ação: justiça, união, perseverança, fortalecimento, indignação, amor. Ao final, solicitou que a folha de papel fosse apertada junto ao coração de cada participante.



*Relações Raciais: Avanços e Desafios* foi o tema enfocado por Silvaney Rubens, que é gerente do Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria de Estado da Educação. Ele reconheceu a importância das ações afirmativas que vêm proporcionando avanços significativos, tais como “um número cada vez maior de instituições e órgãos públicos e privados que mantêm programas de inclusão ou combate à discriminação e ao preconceito; cotas raciais para universidades; reconhecimento e titulação de território



quilombola; programas habitacionais”. Silvaney constatou que, como resultado, “em 17 anos, a taxa líquida de matrícula de jovens de 18 a 24 anos mais que quintuplicou entre os negros; no ano de 1992, apenas 1,5% dos jovens negros estavam na universidade; em 2009, eram 8,3%”. Ao refletir sobre a pertinência da continuidade da luta pelos direitos civis dos(as) negros(as), Silvaney justificou com os seguintes argumentos: “nunca houve tanta visibilidade dos casos de ocorrências de racismo nos diversos meios de comunicação; os avanços sociais, políticos e econômicos não foram acompanhados de uma consciência antirracista e o racismo institucional se tornou mais evidente e combativo - como a Campanha Nacional contra o Extermínio da Juventude Negra. Entre os grandes desafios estão a participação, a representação e a intervenção direta na política parlamentar”.



## POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1:** a) Orientar às mulheres sobre os temas de violências, tráfico - nos websites, facebook, assim como em seminários, palestras e oficinas; b) Realizar oficinas de capacitação para a equipe da Coordenadoria da Mulher e dos CRAMs, com as temáticas do tráfico de pessoas, racismo e todos os demais temas abordados nesta oficina; c) Criar projetos relacionados a teatro de bonecos para trabalhar nas escolas com vídeos temáticos sobre os assuntos abordados; trazer a família e a escola para os projetos; criar rede de acolhimento, prevenção, educação e atenção às mulheres vítimas, assim como as crianças.

**Grupo 2:** a) Definir temas; b) Definir multiplicadores(as); c) Mapear o público-alvo; d) Definir prazo de execução; e) Realizar reunião mensal de avaliação; f) Trabalhar a metodologia; g) Realizar avaliação final dos resultados.



**Grupo 3:** a) Criar, ampliar e fortalecer a rede “Afirmação da Vida” (gênero, étnico-racial, exploração sexual, drogas, etc.), com participantes da oficina; b) Criar um calendário de ações nos locais de atuação de cada participante da rede; c) Divulgar a rede e suas ações nas redes sociais (facebook, WhatsApp, blogs) e outros veículos de comunicação de massa; d) Realizar formação dos(as) participantes da rede e do público-alvo, por meio de palestras, oficinas, seminários, encontros, em busca do empoderamento na perspectiva da educação popular; e) Ampliar a rede de parcerias - governamental, ONGs, sindicatos e centrais sindicais.



## AGENDA DA OFICINA EM MACAPÁ/AP

<b>Horário</b>	<b>21/5/2014 – quarta-feira</b> <b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU ( <i>Clara Charf</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Relações Sociais de Gênero e Feminismo ( <i>Maria Alice Bentes</i> – Secretária Extraordinária de Políticas para Mulheres)) + Debate
12h30 às 14h30	Almoço
14h30 às 16h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual ( <i>Talyta Pontes Monteiro</i> , Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas no Amapá; <i>Camila Rodrigues Ilário</i> , Corregedora de Polícia e Professora de Direito; <i>Juiz Augusto César Leite</i> , Vara de Violência Doméstica + Debate
16h30 às 17h30	Orientação Sexual e Identidade de Gênero ( <i>Eunice de Paulo</i> – Grupo GHATA) + Debate
	<b>22/5/2014 – quinta-feira</b>
9h às 9h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade amapaense)
9h30 às 10h30	Educação Popular ( <i>Gilberto da Silva Lima</i> - Recid ) + Debate
10h30 às 11h	Café
11h às 12h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
12h às 13h	Masculinidades ( <i>Benedito Queiroz Alcântara</i> , educador popular / Pastoral) + Debate
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Questão Étnico-Racial ( <i>Silvaney Rubens</i> , Gerente do Núcleo de Educação Étnico-Racial da Secretaria de Estado da Educação) + Debate
15h30 às 16h30	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
16h30 às 17h	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz

**Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

### **Parceria em Macapá/AP**

Governo do Estado do Amapá, Centro Cultural Franco Amapaense, Secretária Extraordinária de Políticas para Mulheres, Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, Secretaria Extraordinária dos Povos Indígenas, Prefeitura de Macapá, Coordenadoria Municipal de Políticas Públicas para as Mulheres, Imena, Rede Fulanas, CNegra, Cyberela, Femea, Faor, Sindsep e Afap.

**Apoio:** PWAG (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford, Instituto Avon e Secretaria de Políticas para as Mulheres do Governo Federal.

**Patrocínio:** Petrobras

**PARTICIPANTES: 58 lideranças (46 mulheres e 12 homens)**

Augusto César Leite - Juiz da Vara de Violência Doméstica

Ariana Antunes - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) - Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPMM)

Benedito de Queiroz Alcântara - Educador Popular Pastoral

Camila Rodrigues Ilário - Corregedora de Polícia de Macapá

Cândida Porcina de Oliveira Lobato - Universidade da Mulher (UNIFAP)

Cássia Lima - Site: selesnafes.com

Celisa Melo Capilari - Coordenadoria de Mulheres de Macapá

Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Clotilde Correa Lamarca - Centro de Cultura Negra (CNegra)

Creuza Miranda Silva - Rede Fulanas Negras da Amazônia Brasileira

Débora Criscia Penna Batista - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPMM)

Elna Severa R. Feio Carvalho - Agência de Fomento do Amapá (AFAP)

Eunice Bezerra de Paulo - Grupo das Homossexuais Thildes do Amapá (GHATA)

Francisca dos Santos Pisa - Sistema de Ensino Presencial Interativo (SEPI)

Francisco Carlos dos Santos - Policial Civil do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP)

Gilberto da Silva Lima - Rede de Educação Cidadã (RECID)

Girlene Nascimento de Araujo - Centro de Atendimento à Mulher e a Família (CAMUF)

Idelcy Nunes - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Iraci Raimunda G. Nunes - Sistema de Ensino Presencial Interativo (SEPI) - Povos Indígenas

Jaco Vilhena de Castro - Jornalista do Instituto Federal do Amapá (IFAP)

Jhessica Priscila Silva Martins - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM) - Oiapoque/ Macapá

João Bosco Ribeiro Pimentel - Conselheiro Tutelar

Joely Priscila Souza - Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPMM)

Josiane da Silva Ferreira - Centro Cultural Franco Amapaense (CCFA)

Jucileide Ramos da Cunha - Projeto 1000 Mulheres / Instituto Federal do Amapá (IFAP)

Jucirema Soraia M. Oliveira - Centro de Referência de Atendimento à Mulher de Porto Grande (CRAM) - Porto Grande/Macapá

Juliana do Rosário Almeida Pontes - Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)

Jussara Coutinho Pinheiro - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

Keliane Silva da Silva Libório - Rede Fulanas Negras da Amazônia Brasileira

Lídia Elaine da Costa - Psicossocial da Companhia de Eletricidade do Amapá (CEA)

Liliane da Silva Moraes - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)

Luanne Dayane S. dos Santos - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM)

Luciano Maia Bezerra - Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA)

Maksuel Martins Souza - Cinegrafista

Marcos Antonio Pinto de Matos - Capitão da Polícia Militar de Macapá

Manoel Ribeiro do Vale Junior - Agência de Fomento do Estado do Amapá (AFAP)

Maria Alice Bentes - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM)



Maria de Fátima Soledade - Fundação da Criança e do Adolescente (FCRIA)  
Maria de Lourdes Tavares de Araujo - Instituto de Mulheres Negras do Amapá (IMENA)  
Maria Joaquina do E. Santo Lino - Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas (CMPMM)  
Maria José Gomes da Silva - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Maria Raimunda dos Santos Nascimento - Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP)  
Maria Reni Ribeiro da Silva - Rede Cyberela de Comunicadoras Populares de Macapá  
Maurício de Souza Martins - Técnico de Informática  
Nancy Elen C. Monteiro - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Neuma M. Simões Alves - Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP)  
Osmaide Barbosa da Silva - Fórum da Amazônia Oriental (FAOR)  
Rafaela Coutinho - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)  
Rosângela Miranda Ribeiro - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres (SEPM)  
Rosicleia dos S. Costa - Federação de Mulheres do Estado do Amapá (FÊMEA) e MAMA - Movimento Articulado da Amazônia  
Rosinete de Nazaré P. Leite - Centro de Atendimento à Mulher e a Família (CAMUF)  
Sandra Maria de M. Cardoso - Centro de Referência de Atendimento à Mulher (CRAM)  
Silvaneu Rubens - Gerente de Núcleo de Educação Étnico Racial  
Sonia Cristina de L. Ferreira - Universidade da Mulher (UNIMULHER) da Universidade Federal do Amapá (UNIFAP)  
Talyta Pontes Monteiro - Coordenadora do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (NETP)  
Terezinha de Jesus Andrade Nunes - Universidade da Mulher (UNIMULHER) da UNIFAP  
Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Walkiria Lobo J. Ferraz - idem  
Wanda Lenira Silva de Assis - Ouvidoria da Polícia de Rio Branco



## 7. Ribeirão Preto: o rico interior paulista na rota



*A sétima oficina Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual aconteceu na cidade de Ribeirão Preto/SP, região Sudeste do país, em 30 e 31/7/2014, reunindo 55 lideranças (43 mulheres e 12 homens). Também participaram lideranças de Araraquara, São Carlos e São José do Rio Preto.*

O estado de São Paulo, localizado na região Sudeste do País, possui 645 municípios e sua população total era, de acordo com o Censo de 2010, de 41.262.199 pessoas. Sua área territorial é de 248.222.801 km<sup>2</sup>.

A cidade de Ribeirão Preto, no interior paulista, fica a 310 km da capital, tem uma população de quase 605 mil habitantes (hoje, já ultrapassou os 650 mil habitantes) e uma extensão territorial de 650.955 km<sup>2</sup>. José Mateus dos



Reis, dono da maior parte da Fazenda das Palmeiras, fez a primeira doação de terras no valor de 40 mil reis, “com a condição de no terreno ser levantada uma capela em louvor a São Sebastião das Palmeiras”. Em 2 de novembro de 1845, no bairro das Palmeiras, era fincada uma cruz de madeira como tentativa de demarcação de um patrimônio para a futura capela de São Sebastião. Com esta, surgiram outras doações objetivando ampliar o patrimônio da capela, doações que foram anexadas à primeira feitas por José Alves da Silva (4 alqueires), Miguel Bezerra dos Reis (2 alqueires), Antônio Bezerra Cavalcanti (12 alqueires), Alexandre Antunes Maciel (2 alqueires), Mateus José dos Reis (2 alqueires), Luís Gonçalves Barbosa (1 alqueire) e Mariano Pedroso de Almeida. Os doadores de terras de Ribeirão Preto para o patrimônio são ainda os seguintes: João Alves da Silva Primo, Severiano Joaquim da Silva, José Borges da Costa e Ignácio Bruno da Costa e Ana Zeferina Terra, a última doadora de terras para o patrimônio. Segundo o historiador Rubem Cione em seu livro História de Ribeirão Preto, volume 2, segunda edição, muitos dos que trabalharam pelo progresso da cidade também são considerados fundadores. Entre eles, Bernardo Alves Pereira, Antônio Alves Pereira, Manuel do Nazareth Azevedo, Manuel Fernandes do Nascimento, Padre Geremias José Nogueira, Padre Manuel Euzébio de Araujo, Padre Miguel Martins da Silva e Padre Angelo Philydori Torres.

A região de Ribeirão Preto é uma das mais ricas do Estado de São Paulo apresentando elevado padrão de vida (renda, consumo, longevidade). Além disso, possui bons indicadores sociais (saúde, educação e saneamento), uma localização privilegiada, próxima a importantes centros consumidores, e acesso facilitado devido à boa qualidade da infraestrutura de transportes e comunicação. Os excelentes indicadores econômicos e sociais do município



ancoram-se em uma estrutura econômica forte e diversificada tanto no município como na região. Em primeiro lugar deve-se destacar o desempenho da agricultura. A qualidade dos solos (uma grande mancha de terra roxa) e do clima fazem com que esta seja uma das principais regiões agrícolas do Estado de São Paulo e do país, caracterizando-se por uma grande produção e por elevados níveis de rendimento das culturas, com destaque para a cana de açúcar, a laranja, a soja, o amendoim, a fruticultura em geral, entre outras. Em relação à indústria deve-se destacar, em primeiro lugar, a força da agroindústria, que está muito relacionada ao desempenho do setor primário. A região é a maior produtora mundial de açúcar e álcool. As usinas representam uma das principais atividades econômicas da região, estimulando o desenvolvimento de outros setores, como por exemplo, o de máquinas agrícolas e equipamentos para usinas. Além das usinas, estão presentes na região várias indústrias de suco de laranja, beneficiadoras de café, soja, amendoim, etc.; indústrias alimentícias, indústrias de ração, fertilizantes, entre outras. Ou seja, existe um amplo complexo agroindustrial na região. (<http://www.ribeiraopreto.sp.gov.br>)

### **Tráfico humano**

Segundo informações da Secretaria de Justiça do Estado de São Paulo, entre 2012 e 2013, o número de vítimas de tráfico de pessoas subiu de 77 para 1.283, crescimento de quase 17 vezes. O número de casos registrados foi de 18 para 66. Mas esses dados são insignificantes perto do que ocorre no estado mais rico da nação, cuja capital possui o maior aeroporto do país, com rotas de tráfico humano estrategicamente construídas. Trata-se de grande receptora e ponto intermediário para as rotas do tráfico internacional.



A expansão econômica brasileira aumentou a demanda por mão de obra, expondo imigrantes de várias nacionalidades, principalmente bolivianos, ao trabalho escravo. A partir de 2010, quando começaram as operações de combate, 128 bolivianos e um peruano foram resgatados no Estado de São Paulo, que concentra o maior contingente de trabalhadores estrangeiros do país. Todos eles foram encontrados em oficinas de costura ilegais, terceirizadas por confecções contratadas por marcas conhecidas, como Zara, Cori, Emme e Luigi Bertolli.

Em Ribeirão Preto, segundo divulgação do jornal local A Cidade, de 3/8/14, “no auge das safras agrícolas, eram comuns os empreiteiros trazerem cortadores de cana e apanhadores de laranja para a região em condições subumanas. Nos últimos quatro anos, o setor da construção civil foi o grande chamariz. Em 2013, pelos menos 45 trabalhadores foram vítimas de ‘falsas promessas de trabalho’ na região, tendo sido resgatados de alojamentos sem água potável e saneamento. Viviam em condições análogas às do trabalho escravo. A rota da prostituição também passou por aqui. Em junho, Vinícius e Rosa Pontes Martins foram presos em flagrante depois de denunciados por três paraguaias que conseguiram escapar da chácara de propriedade do casal, onde tinham que se prostituir. O caso gerou comoção especialmente por envolver uma jovem de 15 anos. As paraguaias recebiam R\$100 por programa, mas metade ficava com os donos da chácara e a outra parte era para pagar a ‘dívida’ da viagem do Paraguai a Ribeirão. Em depoimento, as jovens disseram que foram convidadas a trabalhar em Foz do Iguaçu como domésticas. Ao chegarem lá, foram trazidas de carro para a ‘Chácara das Paraguaias’, no Recreio Internacional, em Ribeirão. Lá a polícia também encontrou mais duas paraguaias com idades entre 20 e 25 anos”.



Veja, a seguir, como foi o desenrolar dos eventos da Associação Mulheres pela Paz, com ricas contribuições de lideranças da região:



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira, e as lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, é decisivo para o sucesso das atividades. Aconteceu em 15 de julho, no salão de eventos do Dan Inn Hotel, ocasião em que se deu o início do processo de construção coletiva, em termos logísticos, metodológicos e de conteúdo. Participaram 27 lideranças das cidades de Ribeirão Preto, Araraquara, São Carlos e São José do Rio Preto.



Na noite da terça-feira, 29 de julho, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*, no auditório da Câmara Municipal de Ribeirão Preto. Na abertura, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), ao explicar o projeto que vem sendo desenvolvido Brasil a fora, nos anos de 2013 e 2014, destacou que o interior do estado mais rico da nação é foco de quadrilhas que aliciam mulheres para a exploração sexual, como foi o caso recente das dez paraguaias que estavam



em cativo em uma chácara de prostituição da cidade. “Elas saíram de seu país pensando que iriam trabalhar em Foz do Iguaçu como domésticas e foram enganadas por aliciadores, sendo forçadas a atuar como prostitutas”, conta Vera.

Walter Gomes, presidente da Câmara Municipal de Ribeirão Preto, assegurou, em nome de todos(as) os(as) vereadores(as), “apoio integral para o enfrentamento ao tráfico de mulheres e à violência sexual”. João Carlos Borda, jornalista da EPTV, afiliada da Rede Globo, falou sobre sua experiência na cobertura de reportagens relacionadas ao tema. “Pude conhecer esse mercado complexo da criminalidade e perceber como as famílias vivem desorientadas diante do problema”, enfatizou ele.

Eni Fernandes, responsável pela Secretaria dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia, de São José do Rio Preto, disse que sua cidade se assemelha a Ribeirão Preto, na trágica questão da violência contra a mulher. “Essas atividades promovidas pela AMP são uma grande oportunidade de reflexão e fortalecimento de nossas ações”, ressaltou ela. Jussara Teixeira Marcelino, responsável pela Coordenadoria da Mulher de Ribeirão Preto, falou sobre o distanciamento com que o tema é visto. “A sociedade, de uma maneira geral, espera que os problemas cheguem a um ponto quase irreversível de atrocidades e dificuldades para agir. Mas, cada qual tem responsabilidade de fazer as mudanças necessárias”, frisou ela. Adria Bezerra Pereira, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, citou questões históricas da violência contra a mulher relacionadas, também, com a raça, lembrando o tráfico de escravos - homens e mulheres, essas sofrendo ainda violência sexual. “A mulher negra é esquecida em todos os momentos, sofrendo violência e discriminação até hoje, fato que a sociedade esconde”, constatou ela. Anderson Romão Polverel, coordenador da Comissão de Direitos Humanos da OAB local, disse “estar espantado e feliz com tanta mobilização”. E reforçou o desafio: “somente as parcerias entre poder público e a sociedade civil podem criar a integração necessária na luta a favor da mulher”.

Em seguida, André Luís, vereador da cidade, lembrou “as mulheres negras como herdeiras das mulheres escravas que tanto resistiram”. E, para explicar a violência contra a mulher, assumiu que “nós, homens, tivemos uma educação equivocada; agora, o desafio é caminharmos juntos com as mulheres”. A vereadora Gláucia Berenice, que é presidenta da Comissão dos Direitos da Mulher, da Criança, do Adolescente e do



Idoso Vítimas de Violência ou em Situação de Risco, declarou que o título do projeto é perfeito, pois “quantos anos nós vivemos trabalhando pela paz, mas sem trazer para junto de nós o maior agente de violência que é o homem”. O vereador Beto Cangussu, que é presidente da Comissão de Direitos Humanos da Câmara Municipal, considera “a paz uma construção coletiva, mas o pioneirismo dessa paz são as mulheres. Acho que discutir a paz é discutir a transformação da sociedade”. Maria Regina Rolfsen Francisco Chediek, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara, disse que naquela cidade, há “a prioridade às políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher, pois há treze anos conta com o Centro de Referência da Mulher Heleieth Saffiotti, casa-abrigo e delegacia especializada; o próximo desafio é viabilizar o atendimento ao agressor”. Gisele Cristina da Costa, da Secretaria Municipal da Assistência Social, representando a prefeita Darcy Vera, falou do privilégio de ter tais atividades na cidade, ressaltando o empenho da administração em “efetivar políticas públicas para o avanço da luta das mulheres”. Clara Charf, presidenta da AMP, salientou que “todas as mulheres presentes têm plenas condições para empreender a luta contra o tráfico de mulheres e a violência sexual. Aos 89 anos, posso dizer que fui aprendendo cada dia mais. Precisamos, agora, juntar as forças das mulheres e dos homens por um mundo melhor”, finalizou ela. Algumas pessoas presentes ofereceram ricas contribuições ao debate, antes do gostoso lanche servido a todas(os) a(os) participantes.



*Relações Sociais de Gênero e Feminismo* foi o tema a cargo de Judeti Freitas, professora e militante do Movimento de Mulheres e Feminista, ex-educadora da Rede Mulher de Educação. Ela iniciou com a definição de feminismo: “é toda AÇÃO POLÍTICA praticada pelas mulheres nas diversas dimensões da vida humana”. Entre as definições de patriarcado, destaca-se a de Heleieth Saffiotti: “É um sistema de dominação e exploração do homem sobre a mulher”. Depois de fazer um histórico das lutas dentro



do Movimento de Mulheres e Movimento Feminista, a partir dos anos 1960, Judeti enalteceu a ressignificação do que é ser mulher: “As questões individuais, privadas ganharam o espaço público, dando novas conotações aos que atingem, maltratam, excluem e matam as mulheres até hoje. As relações de gênero lançaram luz ao forte patriarcado, elucidando, assim, suas formas cruéis e desumanas de construir o que se determina ser HUMANO/HUMANIDADE.”



O painel intitulado *Panorama Local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* teve início com o professor Sérgio Kodato, que coordena o Grupo de Pesquisa Observatório de Violência e Práticas Exemplares da USP/RP. Ele forneceu um retrato sobre os índices locais de violência, tais como o crescimento da criminalidade em 40% (~21 mil casos, em 2013) em contraste com o aumento da população em 20% (~605 mil habitantes, em 2013); crescimento de meninas e mulheres no tráfico de drogas, prostituição e tráfico humano. Chamou a atenção para a glamourização do consumo de álcool, drogas e sexo. A Feira Agrishow na região é grande atrativo para esses crimes. Lamentou a subnotificação de casos de tráfico pessoas (45 casos em 2013) e a falta de estrutura para o enfrentamento da grave problemática.

Em seguida, a 1a. Tenente da PM Liliane Pinheiro Kriunas Rivoiro (Comando de Policiamento do Interior 5), demonstrando pleno conhecimento das teorias de gênero e feministas, falou sobre os tipos de violência a que a mulher está submetida, dos ciclos dessa tragédia e das dificuldades em romper com o abuso. Ao focar a competência da PM nos casos de violência contra a mulher, Liliane explicitou a importância da prevenção: “Dentro da missão Constitucional de polícia ostensiva e preservação da ordem pública da Polícia Militar do Estado de São Paulo, pode-se afirmar que a *prevenção primária* é a forma de atuação que apresenta melhor resultado e com efeitos mais duradouros. Trata-se do conjunto de ações destinadas a evitar ou reduzir a ocorrência e a intensidade de infrações penais e perturbações da ordem, feito por meio da identificação, avaliação, remoção ou redução das condições propícias ou



fatores precursores, visando minimizar o dano à vida e à integridade física da pessoa humana, à propriedade e ao ambiente”. A Tenente Liliane voltou a divulgar o telefone 190 para os casos de denúncia de violência contra a mulher, seja doméstica, sexual ou tráfico humano. [há também o 180 e 100]

Por fim, João Carlos Borda, jornalista da EPTV especializado na cobertura da temática, apresentou diversos vídeos com reportagens realizadas na região, algumas delas exibidas nacionalmente no Jornal Nacional ou Fantástico. O ponto de vista das(os) participantes enriqueceu o debate, provocando o aprofundamento da reflexão sobre a responsabilidade dos diversos setores no enfrentamento ao tráfico de mulheres e à violência sexual.



O tema *Orientação Sexual e Identidade de Gênero* foi abordado por Fábio de Jesus, que é coordenador do Coletivo LGBT/CUT/RP, e Carolina Colucci, presidenta do Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual. Fábio exibiu uma reportagem realizada pelo SBT sobre tráfico de pessoas, dando ênfase aos casos de travestis, um dos grandes alvos de aliciadores. Falou sobre as vulnerabilidades delas, da violência a que estão expostas e do longo e tortuoso caminho em busca de uma vida digna. Já Carolina buscou se aprofundar nos significados de gênero e identidade de gênero: “O termo *gênero* significa o conjunto de características atribuídas às pessoas por conta de seu sexo biológico, ou seja, a partir da presunção de que determinadas características seriam inerentes ao homem ou à mulher. *Identidade de gênero* é um ‘sentimento íntimo, próprio da pessoa em relação a sua identificação como homem ou como mulher, e assim vai estruturando todo o seu comportamento e sua vivência pessoal’ (Sanches, 2011).” A explicação de Dimitre Sales oferece a dimensão do preconceito existente na sociedade: “Travestis e transexuais, ao assumirem sua condição e vivenciarem uma identidade distinta de sua constituição anatômica, afrontam o conceito biológico de gênero e, como tal, subvertem uma lógica referenciada pelo machismo e ancorada



no desiderato de preservação do poder pelos homens. A resposta é igualmente proporcional a essa postura, constituindo-se em atos segregacionais e de extrema violência. Mantém-se essas populações absolutamente apartadas dos espaços coletivos de convivência, especialmente dos mercados formais de trabalho e de formação educacional, relegando-as à permanente exclusão social”.



A *Educação Popular Feminista* foi abordada por Vera Vieira, diretora-executiva da AMP, com uma dinâmica que provocava reflexões sobre o entendimento das pessoas sobre o tema, resultando em explicações pertinentes. Vera frisou tratar-se de uma metodologia que “prima pela construção coletiva do conhecimento, *com* as pessoas e não *para* as pessoas. É exatamente o contrário da educação bancária, que se baseia no depósito de conhecimento. Leva em conta a realidade das pessoas, considerando-as como sujeitos ativos, portanto, capazes de transformação”. Citando uma frase de Clodovis Boff, ela explicou o papel de Paulo Freire, considerado mentor da educação popular: “Paulo Freire foi o intérprete e revelador de um amplo processo de educação que já ocorria no seio do povo oprimido, mas que procurava se dizer e tomar corpo em um discurso”. Depois, se dá uma ressignificação da metodologia com a educação popular feminista, graças a estudiosas e ativistas, que entendiam a necessidade de avançar no enfrentamento às desigualdades de classe, gênero, raça, orientação sexual e geração. São esses os principais fatores que determinam uma distribuição injusta de poder e oportunidades entre as pessoas. Para as feministas, a metodologia traz uma proposta de formação a distância e presencial, contemplando três fases: preparação, encontro e continuidade. Como as atividades deste projeto estão alicerçadas nessa metodologia, foi fácil a compreensão pelas(os) participantes que já haviam vivenciado duas fases e, ao final do encontro, iriam se comprometer com a terceira, ou seja, o processo de multiplicação no cotidiano das entidades e instituições.



A abordagem do tema *Questão Racial* ficou a cargo de Adria Maria Ferreira, presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ribeirão Preto, e Ana Almeida, coordenadora da Unegro (União de Negros pela Igualdade). Foi feita a trajetória das mulheres negras no Brasil, mostrando que a luta contra a violência e escravidão começa na África, na época da captura, quando são separadas da família e vendidas por um preço mais baixo. “A história de resistência das mulheres negras não é contada em livros, como é o caso de Zeferina - líder do Quilombo Urubu, na Bahia - e Luiza Mahim - personagem relevante e de articulação da Guerra dos Malês, em 1835, liderou um processo que abalou o império português e botou em cheque o sistema escravista; mãe de Luís Gama.” Dois exemplos atuais de resistência e luta pelos direitos das mulheres negras na região, Adria e Ana fomentaram a discussão das(os) participantes, buscando a polêmica para chegar ao enfrentamento ao racismo. “A mulher negra é a última na escala da pirâmide social - mais pobre, com menos educação, menos acesso à rede de saúde, salário mais baixo, sofre violência doméstica/sexual/institucional.” Sem dúvida, a mulher negra é um símbolo de resistência a essas injustiças e vem participando de todas as esferas do poder em busca da cidadania plena.



*Masculinidades* foi o tema focado pelo professor José dos Reis Santos Filho, do Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas, do Departamento de Sociologia da Unesp/Araraquara. Com diversas dinâmicas que trabalhavam figuras do



imaginário social, ele provocou as(os) participantes a refletirem sobre preconceitos, estereótipos e padrões sócio-culturais. As provocações levaram a um entendimento mais aprofundado sobre as formas equivocadas com que se aprende a ser homem e a ser mulher, o que traz trágicas consequências para toda a sociedade. Obviamente, as mulheres são as principais vítimas do binômio dominação/subordinação, sendo a violência a principal consequência, tanto a doméstica, como a sexual e o tráfico humano. Entretanto, os homens também perdem muito com o desequilíbrio das relações sociais de gênero, pois é tarefa difícil ser o mais forte o tempo todo, não se cuidar, não expressar emoções.... Nada disso é da natureza do homem. Eles foram socializados dessa forma. É preciso, então, desconstruir esses padrões masculinos e femininos, para a harmonia entre ambos.



Apesar do tema não constar da agenda, Regina Célia Leal, que trabalha na Universidade de São Paulo, teve a oportunidade de socializar a experiência pessoal de assédio moral que sofrera. Ela buscou a Justiça e ganhou a causa. Seguem algumas definições de assédio moral utilizadas em sua apresentação: “Uma forma de **terrorismo psicológico** que se manifesta pelo encadeamento, num período bastante longo, de propósitos e de atuações hostis que, tomados separadamente, podem parecer insignificantes, mas cujas repetições constantes têm efeitos perniciosos”. (Leymann, 1996). “É um comportamento repetido, que coloca em risco a saúde e segurança no trabalho”. (Agência Europeia para a Segurança e Saúde, 2002). “Qualquer conduta abusiva que atente, por **sua repetição ou sistematização**, contra a dignidade ou integridade psíquica ou física de uma pessoa, ameaçando seu emprego ou degradando o clima de trabalho”. (Marie-France Hirigoyen, 2002)



## POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1:** a) Realização de seminário com ONGs e outras instituições; b) Busca da desconstrução do preconceito pela Educação; c) Formação de uma comissão de verificação e acompanhamento de mulheres encarceradas, em agosto/2014; d) Elaboração de um documento sobre o seminário, para requerer informações das políticas públicas municipais, referente a gênero, raça, etnia e identidade de gênero LGBTT, até setembro/2014; e) Formação de Promotoras Legais; f) Enviar ofício à prefeita sobre a instalação da Casa de Passagem e/ou transitória para mulheres e do Centro de Referência e Atendimento à Mulher; g) Incluir no Plano Municipal de Políticas para as Mulheres as campanhas da SPM-PR, como “Quem ama abraça”; h) Multiplicação da oficina de educação popular.

**Grupo 2:** a) São Carlos e Araquara: a.1) Cronograma Municipal Redefinindo a Paz, com atividades de sensibilização para a multiplicação da metodologia, como palestras, oficinas, mesas redondas, atividades culturais e socio-educativas, além de campanhas publicitárias; o produto final será o Plano Municipal de Erradicação da Violência. b) São José do Rio Preto: b.1) Sistematizar o trabalho das Casas-Abrigo, através de reuniões periódicas entre as mesmas; b.2) Formar consórcios regionais das Casas-Abrigo; b.3) Buscar por perfil profissional compatível com a proposta ideológica do trabalho a ser desenvolvido nas Casas-Abrigo e Centro de Referência; b.4) Capacitar a equipe técnica na DDM para qualificar o atendimento; b.5) Realizar reuniões para a discussão de casos a cada dois meses, pelo menos, para sistematizar o trabalho da Rede de Atendimento à Mulher (DDM, CA, CRS, CRAS, Educação, Saúde...); b.6) Possibilidade de realizar encontro da Associação Mulheres pela Paz em São José do Rio Preto, em 2015; b.7) Realizar oficinas com representantes da Educação (crianças e adolescentes), como forma de multiplicar as ações de combate à violência contra a mulher desde a infância.





## AGENDA DA OFICINA EM RIBEIRÃO PRETO/SP

<b>Horário</b>	<b>Atividade</b>
<b>30/7/2014 – quarta-feira</b>	
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU ( <i>Clara Charf</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Relações Sociais de Gênero e Feminismo ( <i>Judeti Freitas</i> – professora e militante do Movimento de Mulheres) + Debate
12h30 às 14h30	Almoço
14h30 às 16h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual ( <i>Sérgio Kodato</i> – Grupo de Pesquisa Observatório de Violência e Práticas Exemplares da USP/RP; João Carlos Borda (jornalista da EPTV, especializado na cobertura de tráfico humano; Liliane Pinheiro Kriunas Rivoiro - 1ª Tenente PM.
16h30 às 17h30	Orientação Sexual e Identidade de Gênero ( <i>Carolina Colucci</i> – Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual/RP e Fábio de Jesus Silva – Coletivo LGBTT/CUT/RP) + Debate
<b>31/7/2014 – quinta-feira</b>	
9h às 9h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade do interior)
9h30 às 10h30	Educação Popular ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
10h30 às 11h	Café
11h às 12h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
12h às 13h	Questão Racial ( <i>Adria Maria Ferreira</i> – Conselho Municipal dos Direitos da Mulher/RP e <i>Ana Almeida</i> - Unegro) + Debate
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Masculinidades ( <i>José dos Reis Santos Filho</i> – Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas, do Departamento de Sociologia da UNESP/Araraquara) + Debate
15h30 às 16h30	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
16h30 às 17h	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz

**Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

### **Parceria região Ribeirão Preto/SP**

Coordenadoria Municipal da Mulher de Ribeirão Preto, Semas-RP, Secretaria Municipal de Saúde- RP, Conselho Tutelar dos Direitos da Criança e do Adolescente - RP, Observatório de Violências nas Escolas - USP/RP, Núcleo de Pesquisa de Assédio Moral e de Violência - RP, Conselho Regional de Psicologia, OAB/SP - 12ª Subseção, CUT; Casa da Mulher, Instituto Plural de Educação e Cidadania, Unegro - União de Negros pela Igualdade, UBM - União Brasileira de Mulheres, Câmara Municipal de Ribeirão Preto, Vereadora Gláucia Berenice, Vereador Beto Cangussu, Coordenadora Executiva de Políticas para as Mulheres - Araraquara, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher - Araraquara, Centro de Referência da Mulher Profª Heleieth Saffiotti - Araraquara, Nuevam/UNESP - Araraquara, Secretaria Municipal dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de S.J.Rio Preto e Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres de S.J.Rio Preto.

**Apoio:** PWAG (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford e Instituto Avon.

**Patrocínio:** Petrobras

**PARTICIPANTES: 55 lideranças (43 mulheres e 12 homens)**

Adria Maria Bezerra Ferreira - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Ribeirão Preto  
Adriana Januário - Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
Alessandra de Cássia Laurindo - Coordenadoria Executiva de Políticas de Promoção da Igualdade Racial  
Ana Jesuina de Almeida - União de Negros pela Igualdade (UNEGRO)  
Ana Maria de F. Magnarito - Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
André Luiz da Silva - idem  
Ângela Lopes de Almeida - Divisão de Políticas para a Diversidade  
Ariadne dos Reis Santos - Estudante de Araraquara  
Carmelita Maria da Silva - Assessora Especial da Educação/Relações Étnica Racial de São Carlos  
Carmen de Oliveira Honório - Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
Carolina Colucci - Conselho Municipal de Atenção à Diversidade Sexual  
Carlos Alberto Pereira Bezerra - Sindicato da Guarda Universitária da USP/RP  
Clara Charf - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP  
Débora Kimie Waki - Assessoria Especial de Políticas Públicas para a Juventude  
Ediane da Silva Alves - Secretária dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de Ribeirão Preto  
Edna Fernandes Xavier - União Brasileira de Mulheres (UBM) e Sindicato dos Servidores Municipais de Ribeirão Preto, Guataporá e Pradópolis  
Elaine Mara da Silva - ONG Casa da Mulher  
Eni Fernandes - Secretária dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de São José do Rio Preto  
Evanilda Mariana da Silva - Divisão de Políticas para as Mulheres/Centro de Referência da Mulher - São Carlos/SP  
Fabiana Borges Fernandes - Coordenadoria da Mulher de Ribeirão Preto  
Fábio de Jesus Silva - Arco Iris (ONG)  
Fabrício Zumerhek - Operador de Som  
Francielle Xavier Dias - Observatório da Violência da USP/RP  
Geani Marques do Nascimento Trevisoli - Coordenadora Executiva de Políticas Públicas para as Mulheres  
Gláucia Berenice Santos da Silva - Câmara Municipal de Ribeirão Preto  
Gustavo Henrique Lázaro - 1º Tenente da Polícia Militar  
Isabela Domingos Calegari - Coordenadoria da Mulher de Ribeirão Preto  
Izoldina Francisco Camargo - Casa da Mulher  
João Carlos Borda - Jornalista de Ribeirão Preto  
João Carlos Gomes Torres - Cinegrafista  
José dos Reis Santos Filho - Núcleo de Estudos sobre Situações de Violência e Políticas Alternativas, do Departamento de Sociologia da Unesp/Araraquara  
Judeti Freitas - Movimento de Mulheres de Ribeirão Preto  
Juliano Diniz - Policial Militar de Ribeirão Preto  
Lígia de Paula Prado - Secretária dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de Ribeirão Preto  
Liliane P.K. Rivoiro - Policial Militar de Ribeirão Preto  
Luciana Grandini Remolli - 12ª Subseção da OAB de Ribeirão Preto



Luiz Henrique de Souza - Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Maria Amélia Semifoque - Conselho da Mulher

Maria do Socorro Nunes Penha - Câmara Municipal de São Carlos

Maria José Gomes da Silva – Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Maria Matilde Leone - Jornalista

Maria Regina Rolfsen - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Araraquara

Mariana Sato dos Reis - Secretária dos Direitos e Políticas para Mulheres, Pessoa com Deficiência, Raça e Etnia de Ribeirão Preto

Regina Célia Leal - Central Única dos Trabalhadores (CUT)

Regina de Moraes Moreira – Unidade de Ribeirão Preto - SENAC

Regina Helena Brito de Souza - Serviço Atendimento Violência Doméstica Agressão Sexual (SEAVIDAS)

Rosemary Aparecida Honório - Conselho Tutelar 2 de Ribeirão Preto

Sérgio Kodato - USP/RP

Sílvia Diogo - Casa da Mulher

Solange De Santis - Núcleo de Assédio Moral da USP e Observatório de Violência

Valter Cardoso da Costa - 1º Tenente da Polícia Militar de Ribeirão Preto

Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Vilma Helena de Souza Cruvinel - Sindicato dos Servidores Municipais

Viviane Elise Maritios - Assistente Social

Walkiria Lobo J. Ferraz - idem



## 8. Cuiabá/MT: local de origem e destino de pessoas traficadas



A oitava oficina *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* aconteceu na cidade de Cuiabá/MT, região Centro-Oeste do país, em 27 e 28/8/2014, reunindo 58 lideranças (53 mulheres e 5 homens).

Mato Grosso, estado localizado na região Centro-Oeste do País, possui 141 municípios e sua população total era, em 2010 (Censo IBGE), de 3.035.122 pessoas . Sua área territorial é de 903.366,192 km<sup>2</sup>.

O município de Cuiabá, capital do estado, foi fundado oficialmente em 8 de abril de 1719. Nessa data, Pascoal Moreira Cabral assina a ata da fundação de Cuiabá, no local conhecido como Forquilha, às margens do rio Coxipó. Um



século depois de sua fundação, Cuiabá foi alçada à condição de cidade em 17 de setembro de 1818, e tornou-se a capital da então província de Mato Grosso em 28 de agosto de 1835 (antes a capital da província era Vila Bela da Santíssima Trindade). A capital faz limite com os municípios de Chapada dos Guimarães, Campo Verde, Santo Antônio do Leverger, Várzea Grande, Jangada e Acorizal. É um entroncamento rodoviário-aéreo-fluvial, interligando o Norte do Brasil e o oeste da América do Sul. O município é cercado por três grandes ecossistemas: a Amazônia, o cerrado e o pantanal. A população residente em Cuiabá, também de acordo com o Censo de 2010, era de 551.098 pessoas, sendo adolescentes e jovens: na faixa de 10 a 14 anos, 45.449 pessoas, sendo 23.145 homens e 22.304 mulheres; de 15 a 19 anos, 49.082: 24.472 homens e 24.610 mulheres; de 20 a 24 anos, 55.651 pessoas: 27.654 homens e 27.997 mulheres. O IDH-M de Cuiabá em 2000 era de 0,821 (214º lugar no *ranking*).

### **Tráfico humano**

O estado de Mato Grosso é considerado tanto local de origem como de destino de pessoas vítimas do tráfico, para trabalho escravo e exploração sexual. Segundo a Pesquisa Enafron (2013, p.145/185), “nos anos de 2008 a 2010, Pará e Mato Grosso figuraram entre os cinco primeiros estados do Brasil em números de trabalhadores resgatados, de acordo com dados do MPE. (...) a BR-163 que liga o Pará ao norte do estado do Mato Grosso, foi apontada como uma das rotas de pessoas destinadas ao trabalho escravo em zonas agrícolas e grandes obras. Outra rota seria proveniente do Nordeste (especialmente Maranhão, mas também Alagoas, Piauí e Bahia) para exploração em zonas rurais e garimpo”. Mato Grosso também está entre os estados que mais realizam uma espécie de adoção ilegal de crianças e adolescentes para a



servidão doméstica, em Cuiabá e Cáceres. Ainda de acordo com a Pesquisa Enafon (2013, p.165/6/185/6), “os entrevistados destacam as diversas situações de risco e violência às quais estão expostas as profissionais do sexo (mulheres e mulheres travestis e transgêneros) que são aliciadas para o tráfico de pessoas. Algumas começam a ser exploradas no mercado de sexo na adolescência ou infância (quase 90% dos casos, de acordo com o Centro de Referência de Direitos Humanos), são jovens entre 16 e 25 anos que já foram vítimas de agressões e violências psicológicas, têm entre cinco e seis anos de escolaridade e não completaram o ensino fundamental, não moram com as famílias e vivem em casas de prostituição e exploração sexual, não conseguem acesso ao mercado de trabalho fora do mercado de sexo devido à baixa escolarização e profissionalização, são vulneráveis ao uso e ao pequeno tráfico de drogas e, em um percentual baixo, são usuárias de *crack*. (...) No caso de tráfico interno de pessoas para fins de exploração sexual, são origem Goiás, municípios das regiões fronteiriças (inclusive Cáceres/MT e outros municípios menos desenvolvidos do Mato Grosso) e destino a região norte do estado, Cuiabá, Várzea Grande ou regiões turísticas, como Barra do Garça e região do Araguaia. As rodovias federais (BRs) que cruzam o estado, advindas do sul (Mato Grosso do Sul e Goiás) e ligam o Mato Grosso ao Pará e outros estados do Norte, permitem a circulação não só de pessoas adultas, mas de adolescentes que são exploradas no mercado sexual das estradas (formado por postos, trevos e pequenos comércio). Ao todo, foram identificados pela PRF 130 pontos de vulnerabilidade ao longo de quatro rodoviárias federais (BRs-163, 364, 070 e 174). No que diz respeito ao tráfico internacional, como não há aeroporto internacional em Cuiabá, uma das rotas apontadas é a saída pelos aeroportos de Goiânia ou de São Paulo e outros centros. A região do



Araguaia e Barra do Garças, por exemplo, está conectada a rotas internacionais de tráfico de pessoas por meio do aeroporto de Goiânia”.

A seguir, um resumo da contribuição para o enfrentamento do fenômeno, pelas lideranças de Cuiabá e região, por ocasião das atividades da Associação Mulheres pela Paz.



Evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira, e lideranças de ONGs, órgãos públicos e universidades, de Cuiabá e Várzea Grande.



Na noite da terça-feira, 26 de agosto, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado *Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual*, no auditório 1 do ICHS/UFMT. Na abertura, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), ao explicar o projeto que vem sendo desenvolvido Brasil afora, nos anos de 2013 e 2014, destacou que 85% das vítimas são mulheres, além do fato de Mato Grosso ser um estado tanto de origem quanto de destino nos casos de exploração sexual. “Quanto ao tráfico internacional, as vítimas saem das cidades de Araguaia e Barra do Garças - com trânsito em Goiânia ou São Paulo -, com destino a Portugal e Espanha, principalmente”, enfatizou ela. Madalena Rodrigues dos Santos, professora da UFMT e uma das coordenadoras do Núcleo de



Estudos de Relações de Gênero e da Mulher (Nuepom), ressaltou que “quem luta por aquilo que sonha conserva a cabeça jovem, em um mundo em que as mulheres, infelizmente, continuam vulneráveis, invisíveis, subordinadas, deixadas em segundo plano, exploradas pela sociedade que acha que podemos pegar as moças e vendê-las como se fossem mercadorias. É de fundamental importância darmos visibilidade ao crime do tráfico de mulheres”.

Dulce Regina Amorim, do Comitê de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (Cetrap), enfatizou que, no início, “negava-se o fato de existir exploração de pessoas para fins sexuais”. Explicou que o Cetrap tem hoje a participação de 32 organizações, entre sociedade civil, governo estadual e federal. “Nossa maior luta é ter um Núcleo de Enfrentamento, que não vai resolver tudo, mas vai conseguir dar uma visibilidade e sustentabilidade para a questão prática, do atendimento à vítima e de um Posto Avançado”, refletiu ela. Lueci Ramos, que é vereadora e presidenta do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, lamentou o fato de a mulher sofrer todos os tipos de violência. Levantou polêmica sobre a implementação da Lei Maria da Penha e fez um apelo: “precisamos saber o porquê de as mulheres dessas duas cidades do nosso estado serem mais vulneráveis, para que possamos cobrar políticas públicas das autoridades”. Rosana Leite Antunes de Barros, defensora pública e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, enalteceu a abordagem de “um tema difícil de se tocar na sociedade, para que acenda a luzinha do poder público”. Ela lembrou que, durante a Copa do Mundo, o Conselho foi proibido de afixar cartazes sobre a exploração sexual nas dependências da Arena Pantanal, porque a administração do local estava a cargo da Fifa, que, por sua vez, só autorizava ações comerciais...”. Ela elogiou as atividades e a intervenção feita nos meios de comunicação de massa, o que colocou o assunto em pauta na sociedade.

Jozirlethe Magalhães Criveletto, delegada da Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher, frisou que, em seu cotidiano, acompanha mulheres que sofrem violência, pois elas vêm sendo historicamente discriminadas. “Mas, ao longo do tempo, nós temos observado as conquistas das mulheres, um passinho de cada vez, como é o caso da Lei Maria da Penha”, destacou ela. Tânia Regina de Mattos, defensora pública, falou da importância de incluir políticas públicas voltadas para os homens. “Eu já atuei dos dois lados; antes, fazia a defesa do agressor e, agora, trabalho com as vítimas, então,



conheço os dois lados da moeda”, enfatizou ela. Houve um longo e rico debate final, com contribuições importantes do público presente, dentre elas, a declaração de uma policial que falou sobre as dificuldades de identificação dos(as) infratores(as) do tráfico de pessoas; a importância do trabalho das promotoras legais populares na prevenção ao tráfico de mulheres e à violência sexual; o papel da universidade junto ao Cetrap e a luta pela libertação da mulher vinculada à libertação da classe trabalhadora como um todo; os estereótipos ainda mais fortes com relação à mulher vítima do tráfico de pessoas, ligadas à mulher libertina; a luta pela igualdade dentro das diferenças; necessidade de ‘invadir a praia’ com mais prevenção; dificuldades, na pesquisa universitária, de identificar o tráfico na fronteira do estado, pois não há instrumentos; o crime compensa porque é muito lucrativo e não há uma forte penalidade; importância da implementação de políticas públicas voltadas tanto para a prevenção, como para a assistência a vítimas e repressão. As lideranças presentes foram convidadas a participar das reuniões semanais do Cetrap, que acontecem todas as quintas-feiras, para que ações sejam viabilizadas. Por fim, foi servido um gostoso lanche a todas(os).



*Relações Sociais de Gênero e Feminismo* foi o tema a cargo de Tânia Regina de Matos, da Comissão da Mulher da OAB de Várzea Grande e da ONG Lírios. Ela fez uma retrospectiva histórica, indo desde os anos 7000 a.C. quando tem início o controle da sexualidade feminina e o surgimento do casamento - as mulheres passaram a ser vistas como propriedade dos homens, e as características biológicas femininas associadas à inferioridade. Alicerçada em teóricos(as), como Pierre Bourdieu e Heleieth Saffioti, Tânia destacou que “todos os espaços de aprendizado, os processos de socialização vão reforçar os preconceitos e estereótipos dos gêneros como próprios de uma suposta natureza (feminina e masculina), apoiando-se sobretudo na determinação biológica. A diferença biológica vai se transformar em desigualdade social e tomar uma aparência de naturalidade”.



O painel intitulado *Panorama Local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* teve início com Rosana Leite Antunes de Barros, defensora pública e presidenta do Conselho Estadual dos Direitos da Mulher. Depois de reforçar o conceito de violência sexual, Rosana apresentou estatísticas assustadoras desse crime no estado de Mato Grosso. “Lamentavelmente, a cada cinco horas uma mulher é vítima de violência sexual; 44% dos casos estão relacionados ao crime de estupro. E esses dados são ainda muito maiores, pois nem todas as mulheres denunciam”, enfatiza ela.

Elizabete Flores, da Comissão Pastoral da Terra, falou sobre a Campanha da Fraternidade de 2014 que é dedicada ao tema do tráfico humano. Depois, explicou que “a prática da prostituição torna-se exploração sexual quando alguém tira proveito do trabalho sexual de outra pessoa. E torna-se trabalho análogo a de escravo quando aparecem as características próprias deste crime, ou seja, quando há, por exemplo, cerceamento da liberdade, servidão por dívida, retenção de documentos e ameaça [ver Protocolo de Palermo]. No caso de menores de 18 anos, as situações de prostituição são sempre crime previsto no artigo 224 do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA). Por isso, não é correto falar em prostituição infantil, mas sim em exploração sexual de crianças e adolescentes. Enquanto as mulheres adultas são as maiores vítimas do tráfico internacional de pessoas, dentro do Brasil, o tráfico para o mercado do sexo atinge principalmente crianças e jovens”. Mato Grosso, que faz fronteira com a Bolívia, tem 130 pontos de tráfico de pessoas para o trabalho escravo e a exploração sexual.

O tema *Orientação Sexual e Identidade de Gênero* foi abordado, de maneira inovadora e criativa, por Viviane Tchalian, mestranda da UFMT/PPG-ECCO, que é performer, militante e ativista transfeminista. O título de sua apresentação já retratava o foco



da abordagem: “Desconstruindo o gênero binário: corpos que existem, importam e são propositalmente invisibilizados pelo sistema capitalista patriarcal”. Com imagens fortes em slides e um vídeo, Vi Tchalian conseguiu explicar detalhadamente a diferença entre gênero, sexo e sexualidade. [ver texto sobre a temática na segunda parte desta publicação].



Na manhã do dia 28/8, a *Educação Popular Feminista* foi abordada por Madalena Rodrigues dos Santos, professora da UFMT e fundadora do Nuepom. Ao exemplificar a metodologia, ela enfatizou exatamente os passos que foram e serão dados para a concretização destas atividades: preparação, encontro e continuidade. Em seguida, enalteceu algumas premissas da metodologia que foi teorizada pelo educador Paulo Freire e ressignificada por feministas históricas, como Moema Viezzer, da Rede Mulher de Educação: construção coletiva do conhecimento com as pessoas e não para as pessoas; levar em conta a realidade das pessoas; considerar participantes como sujeitos ativos, portanto, capazes de transformação; considerar que o ser humano é um ser político, capaz de se organizar e transformar, de forma ética, a história que está sendo construída, permanentemente; buscar avançar no enfrentamento às desigualdades de classe, gênero, raça, etnia, orientação sexual e geração, por serem considerados os principais fatores que determinam uma distribuição desigual de poder e oportunidades entre as pessoas na sociedade. Os principais alicerces da educação popular



feminista são a justiça social, a democracia, a equidade e a perspectiva de transformação social. Com grande senso de humor, característica que sempre acompanha a seriedade de luta da professora Madalena, ela lembrou que “a transformação tem que ser nossa bandeira permanente, porque senão vamos virar a Gabriela de Jorge Amado, cantada em música: ‘eu nasci assim, eu cresci assim, e sou mesmo assim, vou ser sempre assim...’”.



A abordagem do tema *Questão Racial* ficou a cargo tanto de Valdeci Mendes - enfermeiro, mestrando em Educação pela UFMT, com pesquisa sobre relações raciais e ensino na enfermagem -, como de Euza Maria de Araújo Rodrigues - representando a FAMMT e as Promotoras Legais Populares de Cuiabá - e Lucilea Assunção dos Santos - do Centro Nacional de Cidadania Negra (Ceneg).

Valdeci refletiu sobre racismo e sexismo, conceituando-os para além do vivido e praticado no dia a dia. As polêmicas causadas com seus questionamentos foram importantes para a sensibilização à temática: Raças humanas existem? O que é racismo? Quem é racista? O que é ser mulher? O que é ser machista? Quem é machista? É de fundamental importância para o enfrentamento da questão, assumir que é impossível não ser racista e machista em uma sociedade permeada por esses preconceitos.

Euza e Lucilea apresentaram um vídeo sobre a situação da mulher negra, assim como estatísticas dramáticas que colocam a mulher negra na base da pirâmide social: 68% dos óbitos ocorridos na região centro-oeste são de mulheres negras; elas são maioria dentre a população de analfabetas; 85% das vítimas do tráfico humano são mulheres, sendo a maioria negra; existem 300 comunidades quilombolas, mas somente 68 são reconhecidas... Ambas reafirmaram fazer parte de uma revolução sociocultural, acreditando em uma nova consciência planetária, em busca de um novo mundo com dignidade, solidariedade, alegria e paz.



*Masculinidades* foi o tema focado por Maelison Silva Neves, professor de psicologia da UFMT. Ele desconstruiu a ideia de naturalização dos papéis sociais do homem e da mulher, enfatizando a impossibilidade de falar de masculinidade no singular, pois há e sempre houve diferentes e contraditórias formas de se vivenciar a masculinidade. “Não se nasce homem, torna-se homem” citou ele, parafraseando a famosa expressão de Simone de Beauvoir: “Ninguém nasce mulher; torna-se mulher”. Explicou que “seguindo essa mesma perspectiva, pode-se afirmar que o discurso sobre o ser ‘macho’, enquanto um jeito natural de ser homem, comum a todos os sujeitos que nascem com um pênis, é na verdade um grande engodo reproduzido pelo senso comum e alimentado por alguns dispositivos científicos”. Maelison encerrou sua apresentação defendendo a “participação dos homens na luta pelos direitos da mulher, rompendo as barreiras dos gêneros e colocando-se com elas na mesma trincheira; é uma defesa da importância que eventos como esses da Associação Mulheres pela Paz e outras iniciativas feministas envolvam também os homens, numa perspectiva de que estes também precisam ser formados e instigados a refletir sobre a importância das relações horizontais entre homens e mulheres; é um convite à união das lutas e bandeiras, das diversas cores e grupos, que têm em comum a construção de uma sociedade mais justa, equânime, pacífica, que respeite as diversidades, o meio ambiente, solidária e cooperativa”. [ver texto de sua autoria na segunda parte deste livro]

## POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO

**Grupo 1:** a) Ações Coletivas - a.1) Trabalho com educadoras(es) de escolas e creches; a.2) Sensibilização e orientação da questão da violência contra a mulher; a.3) Confecção de materiais educativos; a.4) Uso de mídias sociais; a.5) Unidades de representação social; a.6) Fortalecer Campanha do Laço Branco - Cetrap; a.7) Servidores Públicos; a.8) Estabelecer data para encontro das(os) participantes. b) Ações Locais - b.1) Polícia Militar; b.2) Stand na ação social da OAB; b.3) Reproduzir a oficina para PLPs; b.4) Mul-



tiplicação nas DEAMs, CRAS, Deddica, MP, Centro de Referência dos Direitos Humanos; b.5) Promover rodas de conversa e fóruns na UFMT; b.6) Comunidades Terapêuticas; b.7) Intervenção sobre a temática com as mulheres indígenas, nas escolas indígenas.

**Grupo 2:** a) Outubro Rosa, com ações voltadas para à saúde da mulher; b) Novembro e Dezembro, com ações de combate à violência contra a mulher e promoção dos direitos humanos da mulher, para protagonizar ações; c) Oficinas nas escolas, voltadas para educadoras e educadores, estudantes e comunidades, com a temática do tráfico de pessoas e da violência; d) Convite ao Conselho Estadual dos Direitos da Mulher; e) Dar visibilidade e fazer cumprir protocolo de atendimento às vítimas de violência nas instituições de saúde do SUS, como serviço obrigatório; f) Promover ações estratégicas na região do “Posto Zero” [área de intensa exploração sexual].





## AGENDA DA OFICINA EM CUIABÁ/MT

<b>Horário</b>	<b>27/8/2014 – quarta-feira</b> <b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU ( <i>Clara Charf</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Relações Sociais de Gênero e Feminismo ( <i>Tânia Regina de Matos</i> - Comissão da Mulher da OAB de Várzea Grande e ONG Lírios) + Debate
12h30 às 14h30	Almoço
14h30 às 16h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual ( <i>Rosana Leite Antunes de Barros</i> , da Defensora Pública e presidenta do CEDM/MT; <i>Elizabeth Flores</i> , da Comissão Pastoral da Terra; + debate
16h30 às 17h30	Orientação Sexual e Identidade de Gênero ( <i>Viviane Tchalian</i> - UFMT/PPG-ECCO) + Debate
<b>28/8/2014 – quinta-feira</b>	
9h às 9h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade matogrossense)
9h30 às 10h30	Educação Popular Feminista ( <i>Madalena Rodrigues dos Santos</i> - UFMT/ NUEPOM) + Debate
10h30 às 11h	Café
11h às 12h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
12h às 13h	Questão Racial ( <i>Valdeci Mendes</i> - Enfermeiro, Mestrando em Educação/ UFMT, pesquisa sobre relações raciais, ensino e enfermagem; <i>Euza Maria de Araújo Rodrigues</i> - FAMMT e Promotoras Legais Populares de Cuiabá; e <i>Lucilea Assunção dos Santos</i> - CENEG - Centro Nacional de Cidadania Negra) + Debate
13h às 14h30	Almoço
14h30 às 15h30	Masculinidades ( <i>Maelison Silva Neves</i> - Departamento de Psicologia da UFMT ) + Debate
15h30 às 16h30	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/ os Participantes
16h30 às 17h	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz - **Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

### Parceria em Cuiabá/MT

Universidade Federal de Mato Grosso, NUEPOM, Conexões Saberes, FAMMT, LÍRIOS, OAB, Governo de Mato Grosso, Comitê Estadual de Prevenção e Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas (CETRAP), Superintendência da Mulher MT, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher, Defensoria Pública MT, Centro de Referência em Direitos Humanos MT, Casa de Ampara da SMASDH, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Cuiabá e de Várzea Grande, FIPLAN.

**Apoio:** PWAG (Suíça); EED (Alemanha), Fundação Ford e Instituto Avon.

**Patrocínio:** Petrobras

**PARTICIPANTES: 58 lideranças (53 mulheres e 5 homens)**

Adriana Uleiro Kavopi - Etnia – Bakairi

Aldinéia Corrêa Guimarães - Secretaria de Estado da Saúde de Cuiabá (SES)

Alessandra Alves de Arruda - Mulheres Indígenas - Grupo Takiná

Alessandra Jaqueline Carneiro da Silva - Superintendência Estadual de Políticas para Mulheres do Estado de Mato Grosso (SETAS)

Aleth Da Graça Amorim Romero - Conexões de Saberes e Levante Popular da Juventude

Andréia Delimon Silva Duue - Soldado da Polícia Militar de Mato Grosso

Cristiane Ribeiro de Moraes - Conselho Municipal da Mulher

Diogo Souza Pereira - Técnico de Som

Elisângela da Silva - Liga das Irmãs Ofendidas em seu Sentimento - Lírios

Elizabeth Flores - Comissão Pastoral da Terra

Euza Maria A.Rodrigues - Fórum de Articulação de Mulheres de Mato Grosso (FAMMT)

Gislaine Silva Tada - Centro de Referência em Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Helen Catarina Capistrano - Delegacia Especializada da Mulher de Várzea Grande (DEAM/VG)

Irenilda Angela dos Santos - UFMT/Departamento de Serviço Social

Izes Jane de Arruda - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Jackeline das Graças Duarte - Secretaria Municipal de Saúde (SMS)

Jean Gabriel Mafrett - Técnico de Som

Jéssica Fernandes Federici - Conexões de Saberes e Levante Popular da Juventude

João Henrique Magri Arantes - Delegacia da Infância e Juventude de Cuiabá

Josiani Rita Silva Dias - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Várzea Grande

Karina Costa Marques M. Toniasso - Secretaria Municipal da Saúde (SMS)

Karina Daima - Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência

Karoline Lorrane Borges Pereira - UFMT/ Núcleo de Estudos sobre a Mulher e as Relações de Gênero (NUEPON)

Keka Werneck - Assessoria de Imprensa

Lauren Cristina Costa da Conceição - Conexões de Saberes e Levante Popular da Juventude

Leticia Gabrielle Borges - Promotoras Legais Populares (PLP)

Lisandra de Arruda Campos - Investigadora de Polícia Militar

Luciléia Assunção dos Santos - Centro Nacional da Cidadania Negra (CENEG)

Lucinéa dos Santos Beirigo - Professora

Madalena Rodrigues dos Santos Vieira - UFMT/NUEPOM

Maelison Silva Neves - Departamento de Psicologia da UFMT

Marcia Maria T.da Rocha - Departamento de Atenção Básica da Secretaria de Atenção Básica (DAB)

Marcielle Cristina Aires de Almeida - Superintendência Estadual de Políticas para as Mulheres

Marcos Wiliam - Técnico de Som

Maria Aparecida Cotti Silva - UFMT/NUEPON

Maria Neves dos Santos Silva - Programa de Atendimento à Violência do Hospital Universitário Júlio Muller (PAVIS)

Maricélia Padilha da Costa - Secretaria Municipal de Assistência Social e Desenvolvimento Humano



Maurianne C.de Arruda - Comissão da Mulher de Várzea Grande (OAB/MT)

Natália Damascena S.Alves - UFMT/NUEPON

Neuza Maria de Arruda - Delegacia da Mulher de Várzea Grande

Patrícia Aparecida de A.Rodrigues - Secretária Municipal de Saúde (SMS)

Raquel Ferreira - Jornal A Gazeta

Renata de Paula Teixeira - Promotoras Legais Populares (PLP)

Rosalina Gomes de Pinho - Tenente Coronel da Polícia Militar de Mato Grosso e Coordenadora de Polícia Comunitária e Direitos Humanos

Rosana Leite Antunes de Barros - Defensora Pública do Estado de Mato Grosso - Núcleo Cível

Suelen Cristina de Amorim - Centro de Referência em Direitos Humanos da Secretaria de Justiça e Direitos Humanos (SEJUDH)

Suzana Gutierrez - Secretária Municipal de Saúde (SMS) - Área da Saúde da Mulher

Tânia Regina de Matos - OAB de Várzea Grande e ONG Lírios

Taynara Morais Humbelino - UFMT/NUEPOM

Thaynara Daniel Arrais - UFMT/NUEPON

Uyara Magalhães de Melo - Professora da Universidade Cuiabá/MT

Valdeci Mendes - UFMT

Valquiria de Amorim Xavier - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher de Várzea Grande

Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Vitoria Neva Hung - UFMT/NUEPOM

Viviane Alves de Souza - Assessora da Defensoria Pública do Estado – Núcleo de Defesa da Mulher de Cuiabá

Viviane Tchalian - Programa de Pós-Graduação em Estudos de Cultura Contemporânea da UFMT

Walkiria Lobo J.Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP





## 9. João Pessoa/PB: o turismo sexual como indicador no Nordeste



*A nona oficina Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual aconteceu na cidade de João Pessoa/PB, região Nordeste do país, em 8 e 9/10/2014, reunindo 57 lideranças (48 mulheres e 9 homens).*

O estado da Paraíba tem, atualmente, uma população aproximada de 4 milhões de habitantes e 223 municípios. A extensão territorial é de 3.766.528 km<sup>2</sup>.

João Pessoa, principal centro financeiro e econômico, é a capital do estado. Possui, hoje, quase 800 mil habitantes e uma área territorial de 211,475 km<sup>2</sup>. Em seu histórico, é controvertido o significado do topônimo



dado ao rio Paraíba. Para Elias Erckman, Paraíba significa rio mau, porto ruim, ou mar corrompido. Varnhagen também indica a tradução de rio mau e Teodoro Sampaio, a de rio impraticável. Segundo Coriolano de Medeiros, porém, o significado exato seria braço de mar, pois os primeiros geógrafos que estudaram o rio tomaram-no por um braço de mar, sendo provável, assim, que o gentio da terra como tal o tivesse considerado, dando-lhe o nome com a precisão com que batizavam os acidentes do terreno. Toda a região do São Domingos (primeiro nome dado ao Paraíba) era habitada por índios, estes influenciados pelos traficantes franceses de pau-brasil, interessados em conservá-los hostis a exploradores de outras nacionalidades. Assim é que, em 1574, foram os índios levados a tomar parte no ataque ao engenho de Diogo Dias, em terras da Capitania de Itamaracá no qual se verificou grande morticínio de brancos. Desde essa época, sucederam-se tentativas de colonização, pois o Rei de Portugal temia que os franceses ali se estabelecessem definitivamente. Foram construídos fortes na foz do rio e em terra travaram-se diversas batalhas, de resultados contrários aos portugueses. Em março de 1585, chegava à Paraíba Martim Leitão, Ouvidor Geral da Bahia, chefiando uma expedição que deveria restaurar os fortins da barra e desalojar os franceses de diversas posições. Em 2 de agosto do mesmo ano, nova tentativa, chefiada pelo Capitão João Tavares, que se aproveitou das desinteligências surgidas entre as duas tribos que habitavam as margens do Paraíba e rios próximos, conseguindo insinuar-se entre os Tabajaras e firmar um pacto de amizade com o seu morubixaba o índio Piragibe. O acordo verificou-se no dia 5, numa colina à direita do rio Sanhauá, pequeno afluente do Paraíba. É nesse local que hoje se situa a cidade de João Pessoa. Em homenagem ao santo do dia, o lugar tomou o nome de Nossa Senhora das Neves, até hoje



padroeira da cidade. Em honra ao rei da Espanha, que dominava Portugal, a cidade recebeu o nome de Felipéia. Em novembro do mesmo ano, chegavam várias famílias, levadas pelo Ouvidor-Geral Martim Leitão, que providenciou também a construção de fortes, igrejas e casas de moradia. As lutas com os índios prosseguiram ainda durante anos, ora contra os Tapuias, que viviam no interior, ora contra os Potiguares, que habitavam o norte. Desenvolveu-se lentamente a cidade, aonde depois veio a radicar-se Duarte Gomes da Silveira, companheiro de Martim Leitão, numa de suas expedições. A fim de estimular o progresso da cidade, instituiu prêmios para recompensar os habitantes que levantassem casas de moradia tendo fundado (a 6 de dezembro de 1639) o Morgado Salvador do Mundo, como patrimônio da Santa Casa de Misericórdia da Paraíba. A 24 de dezembro de 1634 foi a cidade ocupada pelos holandeses, depois de ataques aos fortins da barra, defendidos pelas tropas aquarteladas em Cabedelo. Contava Felipéia 1.500 habitantes e em suas imediações funcionavam 18 engenhos de açúcar. Com a aproximação das forças batavas, o povo abandonou a cidade, depois de incendiar os prédios mais importantes. Comandados pelo Coronel Segismund Von Schkoppe, 2.500 homens invadiram a cidade, que tomou o nome de Frederikstadt. O povo paraibano não se sujeitou ao jugo estrangeiro e seu espírito de resistência teve como símbolo a figura de André Vidal de Negreiros, organizador do movimento de reação. E em 1654, vencidos os invasores e obrigados a retirada para o seu país, tomou posse do cargo de governador João Fernandes Vieira. A capital chamou-se Paraíba do Norte até 4 de setembro de 1930, quando teve seu nome mudado para João Pessoa, em homenagem ao Presidente do Estado, assassinado no Recife, em plena campanha política. Sua morte foi uma das causas imediatas da Revolução de 3 de outubro daquele ano.



## Tráfico humano

Na região Nordeste, estudos apontam a existência de uma conexão direta entre o turismo sexual e o tráfico humano, levando-se em consideração que suas capitais são as cidades que mais recebem turistas estrangeiros de inúmeros países. Essa atividade criminal envolve também crianças e adolescentes. De acordo com o Disque 100, da Secretaria de Direitos Humanos do Governo Federal, houve um aumento de 86% no número de denúncias de tráfico de crianças e adolescentes, sendo 100 casos em 2012 e 186 em 2013. Um indicador da seriedade do fenômeno na região é revelado pelo número de Núcleos de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, em convênio com o Ministério da Justiça: dos 16 existentes, quatro estão no Nordeste, além de um Posto Avançado de Atendimento Humanizado ao Migrante no aeroporto de Fortaleza (no total, são 12 Postos existentes nos principais locais de entrada e saída do Brasil - alfândegas, aeroportos, portos, rodoviárias, com equipe multidisciplinar). A Paraíba também apresenta uma incidência de tráfico de travestis para fins de exploração sexual, com forte aliciamento em Araçagi. Cabedelo, cidade portuária, localizada na região metropolitana, tem intensa atividade de prostituição.

A região Nordeste possui o segundo maior número de rotas de tráfico humano (69), só perdendo para o Norte (76). Por ocasião das atividades da Associação Mulheres pela Paz realizadas em João Pessoa, foi possível constatar de perto a realidade da região, especialmente da capital paraibana. Veja, a seguir, as contribuições das lideranças locais:



O evento preparatório, reunindo a diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz, Vera Vieira, e 26 lideranças locais de ONGs, órgãos públicos e universidades, de João Pessoa e Santa Rita, aconteceu em 16/9/2014, no salão de eventos do InterCity Hotel.



Na noite da terça-feira, 7 de outubro, das 19h às 22h, foi realizado o Painel Público intitulado Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual, no auditório do Sinttel (Sindicato dos Trabalhadores em Telecomunicações da Paraíba). Teve início com uma apresentação teatral intitulada *Você se lembra do meu nome? Sabe quem eu sou?*, da artista feminista Maria Betânia da Silva (foto à direita), da UBM União Brasileira de Mulheres, interpretando a agonia e o desespero de uma vítima do tráfico de mulheres. Na abertura, Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz (AMP), destacou que “os dados do Norte e Nordeste reforçam o perfil das vítimas, em sua maioria pobre e com baixa escolaridade. Além disso, são duas regiões que têm o turismo sexual como principal indicador do tráfico de crianças e adolescentes”, enfatizou ela. Vera relatou o caso da travesti paraibana Talita Oliveira, que forneceu depoimento por ocasião das atividades deste projeto em Porto Alegre/RS, cidade onde vive atualmente.

Anadilza Paiva, coordenadora do eixo de enfrentamento à violência contra a mulher, do Cunjã Coletivo Feminista, destacou que “enquanto rede de mulheres e articulação na Paraíba, a gente não tem debatido, discutido, dialogado sobre a questão do tráfico



de mulheres. Então, vou falar um pouco sobre o enfrentamento à violência sexual e os desafios para punir e erradicá-la. Há dois conceitos que podem estar perpassando a questão do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual. A gente tem percebido que a questão do patriarcado ainda é uma questão forte que perpassa todas essas relações. Além do patriarcado, a questão da sexualidade, do domínio sobre os nossos corpos, sobre as nossas mentes. Essas duas questões têm silenciando, tem calado e tem deixado as mulheres muito mais com a responsabilidade do que quem pratica o crime. Isso tem levado as mulheres a silenciar sobre as dores e sobre as violações sobre o seu corpo e sexualidade. O nosso desafio é que a gente tem que articular significados culturais, éticos e morais relacionados tanto às relações entre homens e mulheres, quanto em relação a nossa sexualidade.” Érika Benemont, do Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria, iniciou destacando uma pesquisa em andamento sobre a violência sexual sofrida pela comunidade LGBT na Paraíba, que servirá como base para a proposição de políticas públicas específicas. De forma corajosa, fez um depoimento sobre a própria violência sexual sofrida dentro de um ônibus interestadual, enquanto dormia. Também relatou ter sido vítima de pedofilia, com uma reflexão importante: “É necessário que a gente comece a pensar em como quebras esses paradigmas dentro da gente, para poder também passar para dentro da militância”.

Terlúcia Maria da Silva, coordenadora-executiva do Bamidelê Organização de Mulheres Negras da Paraíba, constatou que “realmente, esse debate é pouco abordado na Paraíba, mas é um momento pertinente para a gente começar. Quando se fala no percentual de mulheres, eu fico pensando nas cores delas. Então, a maioria é negra. E quem são essas mulheres traficadas? São mulheres jovens, negras e de lugares periféricos que têm essa situação de pobreza acirrada. E uma discussão que ainda é muito difícil aqui na Paraíba é sobre a compreensão do racismo para diversos tipos de violência. Temos que interligar a discussão do sexismo, com o racismo e o capitalismo”. Maria do Socorro Borges, Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para Mulheres de João Pessoa, também representando o prefeito Luciano Cartaxo, fez uma ponderação ao reconhecer os avanços conquistados pelas mulheres: “Eu acho que a sociedade está mais contrária à violência contra a mulher, mas reconheço que precisamos avançar na temática do tráfico humano, com o fortalecimento de nossa rede e implantação de



políticas públicas. Esse é um dos maiores desafios do Executivo, além da sensibilização, formação, mobilização das pessoas”. Gilberta Santos Soares, Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana, avaliou que “não incidimos nessa temática, porque, provavelmente, nos sentíamos protegidas do fenômeno. Precisamos investir em ações que forneçam dados concretos sobre essa realidade no Estado para aprofundar as discussões e propor políticas”. Ela citou os casos de tráfico de travestis na cidade de Araçagi, assim como a tragédia do Caso Queimadas [ver texto na segunda parte deste livro]. Gilberta concluiu enfatizando que “temos avançado sim, mas ainda temos muito que percorrer, e capacitar os profissionais para essa luta; temos um misto de conquistas e desafios.”

Pamela Monique Cardoso Borio, primeira-dama do Estado, também representando o governador Ricardo Vieira Coutinho, fez uma reflexão sobre a importância dos meios de comunicação de massa e das mídias sociais para o avanço da luta por uma sociedade mais justa. “As mídias não estão capacitadas para a abordagem do tráfico de mulheres para fins de exploração sexual, então, é preciso incidir nesses meios para alterar os padrões vigentes”, frisou ela. Em seguida, foram fornecidas diversas contribuições à temática pelo público presente, o que foi muito positivo no sentido de fomentar as discussões e avançar em futuras proposições para o enfrentamento da problemática. Por fim, foi servido um gostoso lanche a todas(os).



*Relações Sociais de Gênero e Feminismo* foi o tema a cargo da professora Maria Eulina Pessoa de Carvalho, da UFPB/NIPAM. Ela iniciou falando sobre o histórico de luta das mulheres e teorizando sobre as ondas e vertentes do feminismo. Analisou que “os feminismos revolucionários questionam a estabilidade e necessidade de toda a ordem social gendrada: não a aceitam como um dado, a ser reformada – tratando homens e mulheres como mais iguais, ou a ser resistida – valorizando as mulheres e



criando conhecimento, cultura e comunidades de mulheres. Questionam a unidade das categorias binárias de gênero, argumentando que elas são tão interseccionadas por outros status sociais que mulheres e homens não podem ser considerados identidades homogêneas, multiplicando as categorias de mulheres e homens. Os feminismos multirraciais/multiétnicos abordam as discriminações legais e sociais, passadas e presentes, que afetam as mulheres em muitas sociedades, e a produção cultural, teológica e ética centrada na mulher. Os estudos feministas dos homens analisam aspectos etnorraciais e de classe das masculinidades, as hierarquias entre homens, e as dinâmicas de poder e privilégio, sujeição e violência”. Ela concluiu e lançou perguntas: “traduzir a desestabilização da ordem de gênero em políticas e práxis é o desafio dos feminismos socioconstrucionistas, posmodernos e da terceira onda: o que precisa ser feito em todas as instituições e organizações sociais para que cada voz possa ser ouvida e incluída na produção do conhecimento e da cultura e nas decisões políticas? Como desenvolver novas práticas para as relações humanas em todos os âmbitos para assegurar igualdade de participação e de oportunidades para todas as pessoas de todos os grupos?”. Dentre as falas das(os) participantes destacaram-se aquelas que reafirmaram a falta de visibilidade das contribuições teóricas feministas vindas do movimento de mulheres negras e indígenas.



O painel intitulado *Panorama Local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual* teve início com Tatiana Pinangé, que realiza um trabalho preventivo com prostitutas e atua junto à ONG Cordel Vida. Relembrou o surgimento das diversas associações de prostitutas em todo o país no final dos anos 1980, chegando à Paraíba no final dos anos 1990 e se firmando no início dos anos 2000. “Foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas com ações voltadas para a identificação de locais de exploração sexual, a exemplo da região Norte. Também, em função do financiamento por parte do Ministério da Saúde a grupos de riscos para o enfrentamento ao HIV, muitas ações foram desenvolvidas pela APROS-PB (Associação das Prostitutas da Paraíba), como



o mapeamento das zonas de prostituição, abordagens educativas, sensibilização da sociedade e autoridades para a causa da categoria, capacitação em direitos humanos para lideranças. Depois, seguiu-se com cursos de saúde e cidadania, visitas aos pontos de encontro, interiorização das ações, fortalecimento das associações regionais, como CIPMAC e APPS, encontros estaduais/regionais e nacionais, além de incidir na visibilidade”, relembrou ela. Tatiana fez uma reflexão inovadora quanto à invisibilidade e a falta de números do tráfico humano para fins sexuais: “Trata-se de um crime difícil de ser combatido exatamente por envolver a prostituição, assunto que é varrido para debaixo do tapete, pois ninguém quer debater e enfrentar, dificultando a criação de políticas eficientes”.

Em seguida, Ítala Carneiro, da Marcha Mundial de Mulheres, abordou o Caso Queimadas, crime trágico que chocou e mobilizou a Paraíba, o Brasil e diversos outros países. “De acordo com o Mapa da Violência de 2012, o Brasil é o sétimo país, a Paraíba é o quarto estado e João Pessoa a sétima cidade em relação ao número de homicídios. A nossa conjuntura indica que a bandeira de combate à violência contra as mulheres se mostra tanto tática quanto estratégica”, destacou ela, frisando que “o Caso Queimadas é um exemplo, diante de tantos casos na realidade paraibana, mas não é qualquer caso, pois envolve violência doméstica, estupro coletivo, homicídio”. De maneira resumida, em 12/2/2012, durante o carnaval, cinco mulheres foram atraídas para um aniversário, que se transformou numa cena de crime bárbaro de estupro e assassinato de duas mulheres, Isabela Pajuçara e Michelle Domingos (por terem reconhecido os agressores). O crime foi minuciosamente planejado por dez homens, entre eles três menores de idade. A justificativa do crime: presente de aniversário para Luciano dos Santos Pereira, de 44 anos. O mentor do crime foi o irmão de Luciano, Eduardo dos Santos Pereira, ex-cunhado de uma das mulheres assassinadas. Muita pressão foi feita e organizada na ruas pedindo justiça. A CPMI da Violência contra a Mulher visitou a Paraíba e diagnosticou a situação de vulnerabilidade das mulheres em Queimadas e em seu entorno. O julgamento foi transferido para a cidade de João Pessoa. O mentor do crime, Eduardo dos Santos Pereira, foi condenado a um total de 108 anos de prisão, em 25/9/2014. Os demais envolvidos foram sentenciados anteriormente, em 23/10/2012: Luciano dos Santos Pereira (44 anos de prisão), Luan Barbosa Casimiro (27 anos de prisão), e Diego Domingos (26 anos e seis meses de prisão). Os menores ficarão até três anos no Lar do Garoto, em Lagoa Seca. Ítala



concluiu dizendo que “o desfecho do Caso Queimadas se faz anunciar na campanha *Somos todas e todos Mulheres de Queimadas*. Avançamos porque nos mobilizamos, pois não há qualquer conquista que não tenha sido a partir da organização social, coletiva, portanto, política das mulheres. Foi um caso pedagógico, em um mundo que não leva a sério a violência contra as mulheres”.

Raone Aguiar, delegado da Polícia Federal, forneceu dados sobre o tráfico de mulheres, que chamou de “forma moderna de escravidão”, abordando também os aspectos da legislação que ainda é incipiente. Ele citou a falta de notificação que existe, o que dificulta as investigações. “As pessoas vão, na maioria das vezes, com a convicção de que estão indo para se prostituírem”, declarou ele, o que foi rebatido pelas(os) participantes, com a ressalva de que “se prostituir voluntariamente é muito diferente de ser escravizada”. Ele ressaltou a importância da atenção a falsas promessas para atuar como modelo, dançarina e outras profissões, que são feitas por agências. Raone se colocou à disposição para a futura articulação de ações no estado.

De acordo com o Jornal Correio (edição de 7/10/14, p.B3), em março deste ano, “a Justiça bloqueou os bens e quebrou o sigilo bancário e fiscal de seis envolvidos no tráfico: o italiano Paolo Simi e o paraibano Isnard Alves Cabral (Diná), além de José Fernandes Gorgonho Neto, Sérgio Inocêncio Costa, Luciano de França Costa e José de Arimateia Farias Duarte Júnior. O promotor de Justiça Marinho Mendes revelou na edição de 30/3/2014 que pelo menos 100 travestis, originários principalmente das cidades de Araçagi (40 deles) e dos municípios de Guarabira, Mulungu, Rio Tinto, Cuiteigi e Mamanguape foram traficados para a Europa, principalmente a Itália”.



A *Educação Popular Feminista* foi abordada por Maria do Socorro Borges Barbosa, que é Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa. Nada mais didático do que começar o tema com uma dinâmica. Foi proposto um



cochicho em dois grupos, um deles sobre o entendimento que se tem sobre educação popular, e outro com relação ao feminismo. Depois da apresentação de palavras e expressões, as quais revelaram conhecimento sobre os temas, Socorro evocou Paulo Freire, destacando “tratar-se de um processo educativo, contextualizado, que respeita o diálogo e a união indissociável entre ação reflexão”. Ela enumerou os seguintes principais aspectos da metodologia: parte da prática concreta dos setores oprimidos/ dominados/explorados e retorna a ela, buscando as causas estruturais para transformar a sociedade de acordo com os seus interesses; recupera criticamente as distintas manifestações culturais dos setores populares, revisitando a história; situa o conteúdo da educação no contexto sócio-histórico em que ocorrem as relações de poder e os interesses de classe; concebe a si mesma como uma sistematização permanente da experiência econômica, política e ideológica dos setores populares; converte-se em tarefa de classe, prepara as condições para os setores oprimidos assumirem sua própria educação; compromisso com a transformação da educação espontânea com a educação orgânica. Ela observou que as feministas ressignificaram essa metodologia ao teorizarem sobre como “o pessoal é político”. Explicou que a “educação popular feminista visa à reflexão/ação/reflexão e renegociação das condições de gênero, atentando para a forma como outras categorias sociais como raça, cultura, etnia, idade, classe social e sexualidade”.



A abordagem do tema *Questão Étnico-Racial* ficou a cargo de Ivonildes (Vânia) Fonseca, que é professora universitária e também atua junto ao Bamidelê Organização de Mulheres Negras da Paraíba. Foi uma emoção total, a exibição de Elza Soares cantando a música *A Carne* (composta por Seu Jorge): *A carne mais barata do mercado é a carne negra, a carne mais barata do mercado é a carne negra (...), Que vai de graça pro presídio/ E para debaixo do plástico/ Que vai de graça pro subemprego/*



*E pros hospitais psiquiátricos [refrão] Que fez e faz história/ Segurando esse país no braço/ O cabra aqui não se sente revoltado/ Porque o revólver já está engatilhado/ E o vingador é lento/ Mas muito bem intencionado/ E esse país/ Vai deixando todo mundo preto/ E o cabelo esticado/ Mesmo assim/ Ainda guardo o direito/ De algum antepassado da cor/ Brigar sutilmente por respeito/ Brigar bravamente por respeito/ Brigar por justiça e por respeito/ De algum antepassado da cor/ Brigar, brigar, brigar.*

Em seguida, Vânia ressaltou o fato de ser negra a maioria das mulheres traficadas para fins de exploração sexual, coincidindo com outras estatísticas que a colocam sempre na base da pirâmide social. “Trata-se de uma nova forma de escravidão, um grande problema social, que provoca temor, indignação e medo. Como essas mulheres vão em busca do sonho de uma vida melhor - com promessas sedutoras de estudo, trabalho, casamento, enriquecimento... - fica muito difícil o impedimento. Restam ações pós ocorrência, com a assistência à vítima, à pessoa coisificada”. Depois, enfatizou que “o fator ideológico do racismo é predominante nos casos brasileiros. E o que é o racismo? É uma ideologia que hierarquiza os grupos humanos; uma doutrina que prega a inferioridade das pessoas negras”. Ao final, um dos participantes observou a inadequação da utilização do termo racismo, já que pertencemos todas(os) à raça humana. Foi enfatizada a intenção política de continuar a utilizá-lo pela maioria das (os) integrantes dos movimentos negros brasileiros. Para encerrar, Vânia apresentou as diversas peças de 30 segundos, para a televisão e a internet, da Campanha de Promoção da Identidade Negra na Paraíba, desenvolvida pelo Bamidelê, de forma estratégica e brilhante (*Morena não, eu sou negra!*).



*Masculinidades* foi o tema focado por Juliano Jamisson de Almeida Lima, que é da Rede de Educadores Populares do Nordeste e da Casa Pequeno Davi. Ele iniciou com uma dinâmica em que apresentou frases absurdas sobre as mulheres, que foram ditas por grandes pensadores ao longo da história. Em outra dinâmica, tocando pandeiro,



cantou com todas(os) a música *Tem pouca diferença* (de Durval Vieira): *Que diferença da mulher o homem tem? (...) Mulher tem duas pernas, tem dois braços, duas coxas/ Um nariz e uma boca e tem muita inteligência/ O bicho homem também tem do mesmo jeito/ Se for reparar direito tem pouquinha diferença*. Juliano ressaltou que “na sociedade ocidental há a ideia de que ser homem de verdade significa ser macho, viril, provedor e protetor da família, demonstrando força e coragem utilizando a força se for necessário. Essa concepção de masculinidade termina por incentivar os meninos a serem agressivos e competitivos. A lógica da dominação masculina nas relações entre homens e mulheres passa a ser percebida como natural, relacionada a uma ‘essência masculina’ ou parte da ‘natureza masculina’ (Nascimento)”. Ele encerrou sua apresentação com o desafio da construção de masculinidade solidária e com um trecho da música *O estrangeiro*, de Caetano Veloso: *O macho adulto branco rico sempre no comando/ Riscar os índios/ Nada a esperar dos pretos/ É chegada a hora da reeducação de alguém/ Do pai/ Do filho/ Do espírito Santo/ Amém*.



*Orientação Sexual e Identidade de Gênero* foi o tema abordado pela professora Maria do Socorro do Nascimento, da UFPB/NIPAM. Baseada em conceitos de diversos autores(as) para o entendimento da complexa temática, ela destacou “a noção de que o gênero é uma assimilação de significados sobre diferenças sexuais biologicamente dadas. A noção de sexo como ‘natural’ é produto das relações de gênero que visam à naturalização do sexo em um ambiente pré-cultural e ahistórico (J.Batler). Sexo e gênero são um mesmo conceito, pois o primeiro está *subsumido* no segundo e só pode ser entendido a partir (L.Nicholson). Os mecanismos de poder associado ao conceito de gênero, apresenta-o como um saber constituído conjuntamente à noção de sexo (Scott)”. Socorro ponderou que “tanto sexo quanto gênero são, em primeiro lugar,



formas de saber, isto é, conhecimentos a respeito dos corpos, das diferenças sexuais, dos indivíduos sexuados. Heterossexualidade, homossexualidade, bissexualidade, assexualidade, pansexualidade, etc... Para cada tipo de desejo, uma categoria. Os desejos também são 'categorias' voláteis. Por mais que se crie categorias classificatórias, para identificar a orientação sexual, sempre faltará alguma(s) para determinadas pessoas, enquanto para outras, as categorias existentes caem como luva...”.



### **POSSIBILIDADES DE MULTIPLICAÇÃO**

a) Articular para a implantação do NETP – Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas na Paraíba; b) Conhecer o 2o.Plano Nacional de Enfretamento ao Tráfico de Pessoas (site do Ministério da Justiça); c) REAMCAV - Rede Estadual de Atenção às Mulheres em Situação de Violência para viabilizar a articulação +PF+MP+PRF+MPT; d) Formação de grupos de estudos para nos apropriar mais do tema; e) Divulgar o plano e a temática; f) Incluir o tema na preparação da Marcha das Mulheres Negras; g) Deliberar entre as organizações presentes, sobre a criação de Núcleo, para agregar nov@s sujeit@s posteriormente à deliberação; h) Marcar uma reunião com a Secretária Estadual da SEMDH – Secretaria da Mulher e da Diversidade Humana, Bamidelê - Organização de Mulheres Negas na Paraíba, CM8M – Centro da Mulher 8 de Março, MMM – Marcha Mundial das Mulheres, MEL- Movimento do Espírito Lilás, Mov BI, Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Maria Quitéria, NIPAN - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação Sobre a Mulher e Relações de Sexo e Gênero, Coord. LGBT e da Igualdade Racial, CEDHOR; i) Agendar audiência com o MPT para averiguar a possibilidade de desenvolver uma campanha que trate o Tráfico de Pessoas de maneira mais humana; j) Formar uma comissão: Estado + Município+ Universidade+ Movimento Social + ONG: Maria do Socorro Borges, Maria do Socorro Nascimento, Tita e Terlúcia.



A alegria das(os) participantes no encerramento,  
cantando e dançando a música  
*Coração Civil*, de Fernando Brant e Milton Nascimento:  
*Quero a utopia, quero tudo e mais (...)*  
*(...) Quero que a justiça reine em meu país,*  
*Quero a liberdade, quero o vinho e o pão,*  
*Quero ser amizade, quero amor, prazer (...)*





## AGENDA DA OFICINA EM JOÃO PESSOA

<b>Horário</b>	<b>8/10/2014 – quarta-feira</b>
	<b>Atividade</b>
9h às 9h30	Dinâmica de apresentação e levantamento de expectativas
9h30 às 10h	Apresentação do projeto “Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual” ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz)
10h às 11h	Dinâmica e Teoria sobre o Conceito Ampliado de Paz - Resolução 1325 da ONU ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
11h às 11h15	Café
11h15 às 12h30	Relações Sociais de Gênero e Feminismo ( <i>Maria Eulina Pessoa de Carvalho</i> - UFPB/NIPAM) + Debate
12h30 às 14h30	Almoço
14h30 às 17h30	Panorama local sobre o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual: Ítala Carneiro - Marcha Mundial de Mulheres - caso do estupro coletivo em Queimadas; <i>Tatiana Pinagé</i> - Cordel Vida - trabalho preventivo com prostitutas; <i>Raone Aguiar</i> - Polícia Federal + Debate
	<b>9/10/2014 – quinta-feira</b>
9h às 9h30	Dinâmica de aquecimento (voluntária/o local, com a criatividade paraibana)
9h30 às 10h30	Educação Popular Feminista ( <i>Maria do Socorro Borges Barbosa</i> - Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres de João Pessoa) + Debate
10h30 às 11h	Café
11h às 12h	Educomunicação pela Cidadania das Mulheres ( <i>Vera Vieira</i> – Associação Mulheres pela Paz) + Debate
12h às 13h	Questão Étnico-Racial ( <i>Ivonildes - Vânia - Fonseca</i> - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba) + Debate
13h às 14h	Almoço
14h às 15h	Masculinidades ( <i>Juliano Jamisson de Almeida Lima</i> - Rede de Educadores Populares do Nordeste e Casa Pequeno Davi) + Debate
15h às 16h	Orientação Sexual e Identidade de Gênero ( <i>Maria do Socorro do Nascimento</i> - UFPB/NIPAM) + Debate
16h às 16h40	Trabalho em Grupos: Possibilidades de Multiplicação no Cotidiano das/os Participantes
16h40 às 17h10	Plenária: Apresentação do Consenso dos Grupos + Discussões
17h10 às 17h30	Dinâmica de encerramento e entrega dos Certificados

**Realização:** Associação Mulheres pela Paz - **Parceria Nacional:** Rede Mulher de Educação, Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres, União de Mulheres de São Paulo e Geledés – Instituto da Mulher Negra.

### Parceria em João Pessoa/PB

Cunhã Coletivo Feminista, Sinttel-PB, Rede Sapatá, Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais Maria Quitéria, Mel - Movimento do Espírito Lilás, Movbi - Movimento de Bissexuais, Casa da Mulher Renasce Companheiras, MNLM - Movimento Nacional de Luta pela Moradia, Casa Pequeno Davi, Rede Feminista de Saúde, UBM, Associação Flor Mulher de Santa Rita, Centro da Mulher 8 de Março, CEDHOR - Centro de Direitos Humanos Dom Oscar Romero, Sindicato das(os) Empregadas(os) Domésticas(os) de João Pessoa e região, UFPB/NIPAM, Polícia Federal, Polícia Civil, Prefeitura de João Pessoa - Secretária de Educação e Cultura, Prefeitura de João Pessoa - SEPPM, Coordenação Municipal de Promoção à Cidadania LGBT e Igualdade Racial, Conselho Estadual dos Direitos da Mulher - CEDM, Conselho Municipal dos Direitos da Mulher, Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra, Secretaria de Políticas Públicas para as Mulheres de Santa Rita.

**Apoio:** PWAG (Suíça), EED (Alemanha), Fundação Ford e Instituto Avon.

**Patrocínio:** Petrobras



### **PARTICIPANTES: 57 lideranças (48 mulheres e 9 homens)**

Ana Cristina Pereira da Silva - Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria  
 Aryanne Rodrigues - Conselho Municipal dos Direitos da Mulher (CMDM)  
 Aylla Milanez Pereira - Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM)  
 Camila de Paula Souza Carneiro - Secretária de Políticas para as Mulheres de Santa Rita  
 Cammery Moreira Dautro - Associação Flor Mulher - Santa Rita/PB  
 Claudio Arthur - Técnico Áudio-visual  
 Domicia Cláudia de França Pessoa - Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes de Campina Grande/PB  
 Dulce Edite Soares Loss - Coordenadoria de Promoção à Cidadania e Igualdade Religiosa  
 Elisabete Alves Santos - Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM)  
 Elizabeth Regina Silva Ferreira - Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)  
 Érika Nicácio Benemond - Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria  
 Glória Rejane dos Santos - Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores de João Pessoa (SINTRAD)  
 Hellen Monteiro e Silva Ferreira - Secretária de Estado da Mulher e da Diversidade Humana (SEMDH)  
 Heloisa Helena de Sousa F. Oliveira - SPPM – Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM)  
 Irene Marinheiro - Centro da Mulher 8 de Março - Gênero e Direitos Humanos das Mulheres  
 Ítala Carneiro Bezerra - Marcha Mundial das Mulheres (MMM)  
 Ivonildes Fonseca - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba  
 Jocineide de Maria Cajueiro - Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)  
 Joébson Rodrigues Silva - Movimento Bissexual da Paraíba (MOVBI)  
 Joelma da Silva Oliveira - Casa Pequeno Davi  
 Joseane de Brito Oliveira - Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)  
 Jhonathas do Nascimento Filho - UFPB/NIPAM  
 Juliano Jamisson de Almeida Lima - Casa Pequeno Davi/Rede de Educadores Populares do Nordeste  
 Kaline Gonzaga Barboza - Secretária de Educação e Cultura do Município de João Pessoa (SEDEC)  
 Kamilla Holanda de Oliveira - Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria  
 Keicy Hellen Victo da Cunha Rêgo - UFPB/NIPAM  
 Liliane de Oliveira - Centro de Referência da Mulher Ednalva Bezerra  
 Luciano Bezerra Vieira - Movimento do Espírito Lilás (MEL)  
 Luciélio Marinho da Costa - UFPB/NIPAM  
 Mabel Santos - Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes - Campina Grande/PB  
 Marcela Lopes Lima - Grupo de Mulheres Lésbicas e Bissexuais da Paraíba Maria Quitéria  
 Maria Auxiliadora da Silva - Centro Estadual de Referência da Mulher Fátima Lopes  
 Campina Grande/PB  
 Maria Betânia da Silva - União Brasileira de Mulheres da Paraíba (UBM)  
 Maria Deborah Cabral de Sousa - UFPB/NIPAM



Maria Eulina P.de Carvalho - idem

Maria do Socorro Borges - Secretária Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres (SEPPM )

Maria do Socorro Nascimento - Professora Doutora do Departamento de Fundamentação da Educação (DFE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB)

Maria Isabel Lima Negreiro - Sindicato das Trabalhadoras e Trabalhadores de João Pessoa (SINTRAD)

Maria Sueldes Alves Araujo - Secretária da Mulher de Santa Rita

Mayanne Júlia Tomaz Freitas - UFPB/NIPAM

Mayra Medeiros de Azevedo - Cunha Coletivo Feminista

Odete Ricardo da Silva - Conselho Estadual dos Direitos da Mulher (CEDM)

Paulo Penha de Souza - Petrobras – Comunicação Institucional Regional São Paulo/Sul - Núcleo de Patrocínio - Curitiba/PR

Priscila Mikaelle Costa de Araújo - UFPB/NIPAM

Raone Iauacanã Ferreira de Aguiar - Polícia Federal de João Pessoa (PF)

Rayssa Katrinny Leocádio da Silva - Secretária de Estado do Desenvolvimento Econômico Sustentável

Roberto Guilherme da Silva - Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)

Rodrigo Nascimento Andrade - UFPB/NIPAM

Rosalía Felix Porto - idem

Rosiane Bonete S.de Souza - Casa da Mulher Renasce Companheiras

Rubenita da Nóbrega Régis Dutra - 8ª. Delegacia Distrital da Capital

Samara Monteiro dos Santos - SEMDH

Simone Ferreira da Silva - Movimento Nacional de Luta pela Moradia (MNLN)

Tatiana Pinangé - Centro de Orientação e Desenvolvimento da Luta pela Vida (CORDEL VIDA)

Terlúcia Silva - Bamidelê - Organização de Mulheres Negras da Paraíba

Vera Vieira - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP

Viviane Lira da Silva - Rede Sapatá - Rede Nacional de Lésbicas e Bissexuais Negras para Promoção em Saúde e Controle Social de Políticas Públicas

Walkiria Lobo J.Ferraz - Associação Mulheres pela Paz - São Paulo/SP



## Referências

BRASIL. Secretaria de Políticas para as Mulheres da Presidência da República - SPM/PR. *Tráfico de Mulheres - Política Nacional de Enfrentamento*. Brasília, DF: SPM/PR, 2011.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de Pessoas*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça e UNODC. *Relatório Nacional sobre Tráfico de Pessoas: dados consolidados de 2005 a 2011*. Brasília, DF: Ministério da Justiça e UNODC, 2012.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *Pesquisa ENAFRON - Diagnóstico sobre Tráfico de Pessoas nas Áreas de Fronteira*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.

## Sitiografia

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pnad 2011*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Censo 2010*. Disponível em: <<http://censo2010.ibge.gov.br/>>.

<http://g1.globo.com/goias/noticia/2013/07/goiana-ajudava-comandar-traffic-de-mulheres-pela-internet-diz-pf.html>





## Diretrizes para o processo de multiplicação

Do Sul para o Norte, do Sudeste para o Nordeste, passando pelo Centro-Oeste. Assim foi essa jornada de construção coletiva do saber Brasil afora, passando por nove cidades com similaridades e singularidades, buscando o desafio de avançar em uma temática considerada nova. Sem sombra de dúvida, foram experiências únicas de reunir lideranças de organizações não governamentais, de órgãos públicos e de universidades para gestar o conhecimento e consensar futuras ações de continuidade, fortalecendo, assim, a rede de serviços pelo enfrentamento à violência contra a mulher, seja ela formal ou informal. Foi unânime o desejo de se qualificar para enfrentar a alarmante realidade do tráfico de mulheres e da violência sexual, consequências cruéis da coisificação feminina, em função da construção social assimétrica de gênero - caracterizada pela dominação masculina -, que é culturalmente aceita e vem sendo historicamente mantida há milênios.

Assim, vamos precisar de todo mundo para alterar as trágicas consequências na sociedade. É necessário unir esforços de mulheres e homens para alcançar a paz, a segurança humana, a justiça social e a democracia. A harmonia das relações sociais de gênero depende de ambos. E o enfrentamento da problemática durante 2013 e 2014 propiciou impactos relevantes - além das sugestões de diretrizes e ferramentas para serem utilizadas no processo de multiplicação:



## IMPACTOS DAS ATIVIDADES



Contribuição para o acúmulo de discussão sobre o tema do tráfico de mulheres dentro do movimento feminista e na sociedade como um todo.



Contribuição para o acúmulo de discussão sobre a prostituição e a causa da categoria.

Refinamento da ótica feminista em uma metodologia específica para trabalhar a questão do Tráfico de Mulheres e da Violência Sexual, com mulheres e homens, interconectada com o



conceito ampliado de Paz, de Feminismos, Masculinidades e Educomunicação – com recorte de classe, étnico-racial, de orientação sexual e identidade de gênero.



Contribuição na luta pelo enfrentamento da violência contra a mulher, que se materializa na vida cotidiana pela violência doméstica, sexual e no tráfico de mulheres.



Fortalecimento da rede de serviços contra a violência à mulher (formal ou informal), formada por atores governamentais, não governamentais e de universidades.



Interferência na implantação e implementação de políticas públicas para o enfrentamento do tráfico de mulheres e da violência sexual.



Aumento da sensibilidade das mídias e da opinião pública sobre a gravidade dessas questões, como consequência das desigualdades de gênero. A incidência nas mídias locais e sociais também propiciou a interferência nos padrões vigentes de cobertura, geralmente sensacionalistas, preconceituosos e estereotipados.

### DIRETRIZES



Mapeamento das principais organizações não governamentais, dos órgãos públicos e das universidades, que se tornarão parceiras fundamentais para a viabilização das atividades (Evento Preparatório, Painel Público, Oficina de Capacitação e Intervenção nas Mídias).



Realização de Evento Preparatório com tais lideranças, que devem receber, preliminarmente, carta-convite, com as explicações sobre as atividades e os papéis que devem ter enquanto parceiras. O encontro é o início da construção conjunta relacionada à adaptação metodológica, focos temáticos necessários à região, definição de palestrantes e participantes da oficina. Deve-se levar em conta o recorte de gênero, raça, etnia, orientação sexual e identidade de gênero, além da questão geracional.



O total de participantes da oficina deve ficar entre 40 e 50 pessoas, no máximo, para garantir o sucesso da construção dialógica do saber. As(os) participantes também devem ser lideranças efetivas ou potenciais, com poder de multiplicação, de ambos os sexos.



O Painel Público deve ser realizado no início da noite, com duas horas de duração, em auditório de fácil acesso na cidade. A mesa deve ser composta por autoridade e lideranças locais. Deve ser amplamente divulgada para atrair a população em geral.



A Oficina de Capacitação necessita de dois dias de duração, para a concretização dos princípios da educação popular feminista, com dinâmicas de sensibilização e construção coletiva do saber, considerando a visão local, para inserção no contexto nacional, regional e global - e vice-versa.



A construção coletiva do saber deve estar embasada no entrelaçamento dos principais conceitos do projeto, que são: tráfico de mulheres; violência sexual; educação popular feminista; paz ampliada (Resolução 1325 da ONU); relações sociais de gênero; feminismos; masculinidades; educomunicação; recorte étnico-racial; orientação sexual e identidade de gênero.



O tema das Masculinidades deve ser abordado por um homem, visto que existe uma aceitação maior por parte do público masculino que, assim, se sensibiliza com o conteúdo.



Utilizar linguagem imagética e escrita inclusiva e amigável, nos materiais de apoio e nas apresentações, para atrair homens e mulheres de todos os segmentos.



Para o sucesso da Intervenção nas Mídias Locais e Sociais, há a necessidade de elaboração prévia de um release e da contratação de um(a) jornalista local (sem vínculo com órgãos governamentais e partidos políticos), que terá mais facilidade nos contatos com os veículos de comunicação. Devem ser abarcados os jornais impressos, emissoras de rádio e TV, além das mídias sociais.



Na parte final das atividades, deve-se dedicar tempo suficiente para trabalho em grupos, visando consensar possibilidades de continuidade das ações.



## FERRAMENTAS



Cartaz com linguagem escrita e imagética estrategicamente pensada para ser inclusiva.



Fôlde com linguagem escrita e imagética inclusiva, com explicações diretas, objetiva e de fácil entendimento, interligando o fenômeno do tráfico de mulheres e da violência sexual com a coisificação da mulher - fruto da construção assimétrica das relações de gênero.



Caderno de Educação Popular Feminista, com sugestões de aprofundamento para os diversos focos que a temática permeia, servindo para alicerçar as atividades práticas.



Dinâmicas de sensibilização para os diversos focos temáticos, que inserem a cultura local.





# Campanhas e materiais de divulgação

*Mulheres e Homens pela Paz e contra o Tráfico de Mulheres e a Violência Sexual, pela Associação Mulheres pela Paz, disponível no site [www.mulherespaz.org.br](http://www.mulherespaz.org.br)*







**Ajude o Brasil a não cair nessa armadilha, adesivo para banheiro feminino, display para balcão de *check-in*, folheto e postal elaborados pelo Ministério da Justiça, disponíveis no site <http://www.justica.gov.br> (clique em: tráfico de pessoas/campanhas ou serviços/publicações)**







**Passaporte, dois folders e totem *Conheça seus Direitos* elaborados pelo Ministério da Justiça, disponíveis no site <http://www.justica.gov.br> (clicar em: tráfico de pessoas/campanhas ou serviços/publicações)**



SEGURANÇA  
CIDADANIA  
DIREITOS

CIDADANIA  
BRASILEIRA.  
CONHEÇA SEUS DIREITOS  
E LEVE MAIS SEGURANÇA  
NA BAGAGEM.

CONHECIMENTO  
LEGALIDADE  
PROTEÇÃO  
PREVENÇÃO

Informe-se. | [www.mj.gov.br](http://www.mj.gov.br)

PRONASCI

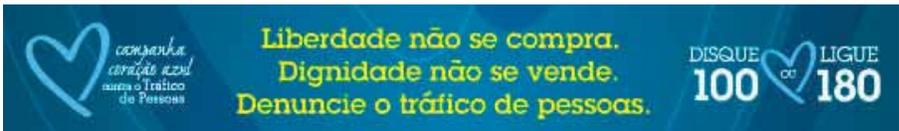


**Tráfico Internacional de Mulheres - Denuncie**, cartaz e folder elaborados pelo Ministério da Justiça, disponíveis no site <http://www.justica.gov.br> (clique em: tráfico de pessoas/ campanhas ou serviços/publicações)





**CAMPANHA DO LAÇO AZUL - Liberdade não se compra. Dignidade não se vende. Denuncie o tráfico de pessoas, cartaz e vídeos disponíveis no site [www.unodc.org/trafico-de-pessoas](http://www.unodc.org/trafico-de-pessoas)**





## II Teorização e entrelaçamento de conceitos-chaves







# 1. A Educomunicação e a importância da intervenção nas mídias

por Vera Vieira

Uma vez mais, foi concebida a diretriz estratégica de incidir nos meios de comunicação de massa locais e nas mídias sociais, desde o início deste novo projeto da Associação Mulheres pela Paz, levado a cabo nos anos de 2013-2014. A intervenção nas mídias tem como objetivo abarcar um público mais amplo e heterogêneo na proposta do enfrentamento ao tráfico de mulheres e à violência sexual, além de contribuir para alterar os padrões vigentes de cobertura, geralmente sensacionalistas, estereotipados e preconceituosos. Para tanto, desde a etapa de preparação da metodologia de educação popular feminista, havia o entendimento conjunto com as lideranças locais para o levantamento das possibilidades de incidência nos diferentes meios de comunicação de massa, incluindo televisão, jornais, revistas, rádios e internet. Na maioria das localidades, houve a contratação para o trabalho pontual de um(a) jornalista que fosse familiar com as questões sociais e tivesse facilidade de diálogo com os veículos de comunicação da cidade ou região. Juntando-se esses fatores com a consistência e relevância do conteúdo da proposta, os números e a qualidade da divulgação superaram as expectativas, em todas as localidades. Em alguns locais, as atividades se tornaram um dos assuntos principais dos noticiários/programas de

(\*) Vera Vieira, diretora-executiva da Associação Mulheres pela Paz e coordenadora-executiva da Rede Mulher de Educação, é jornalista, com doutorado em Comunicação/Feminismo, pela USP/ECA.



todos os canais de televisão e dos jornais impressos. Foi, também, o tema do momento nas redes sociais, que são essenciais para uma estratégia feminista de intervenção comunicacional a distância, pois elas se tornaram o ancoradouro de produção e difusão independentes, consolidando uma cultura de participação que expressa, de forma inovadora, valores e atitudes primordiais à evolução da cidadania plena. Foi possível ampliar enlaces e conexões para além da zona de influência física e geográfica, relacionando-se com redes de indivíduos ou grupos, para o trabalho de promoção da agenda feminista. Essas mídias contribuíram para “enredar” grupos com interesses similares, que de outra maneira não entrariam em contato. É porque cada grupo desenvolve seu próprio trabalho, mas está consciente de que esse trabalho participa de uma iniciativa mais ampla; por conseguinte, as atividades que vinculam as pessoas e que contribuem para a criação de alianças podem ser interpretadas como meios ou instrumentos de mudanças positivas.

É por isso que foi possível atingir a um público muito amplo de mulheres e homens, incluindo jovens, para além das lideranças efetivas e potenciais que atuam nas organizações governamentais e não governamentais, bem como universidades, integrando a rede local de serviços pelo enfrentamento da violência contra a mulher, cujo principal foco difere no sentido de estar voltado para o processo de multiplicação. Com ambas as estratégias, o impacto do projeto ocorreu em públicos diferenciados que se somam em busca do mesmo objetivo, ou seja, o fim da violência contra a mulher - que se expressa na vida cotidiana pela violência doméstica, o tráfico de mulheres e a violência sexual.



### **Enxergando as mídias como aliadas**

Partindo-se da constatação de que a realidade é construída a partir de aspectos objetivos e subjetivos, o exercício de atentar para as consequências das mensagens discriminatórias é tarefa de quem busca promover a cidadania para um mundo melhor, com valores éticos, de equidade e justiça social. Na chamada era digital, onde prevalece o slogan “estou na mídia, logo, existo!”, a população brasileira pode encontrar referenciais de identidade que não reforcem as relações de subordinação que são impostas às pessoas fora do modelo ocidental: homem, branco, magro, sem deficiências, jovem, heterossexual, culto, e que vem sendo construído ao longo dos milênios.

As mulheres vêm conseguindo grandes conquistas no espaço público, mas ainda encontram muitas dificuldades para desconstruir os mitos da identidade feminina “a la Barbie”, a boneca que apresenta padrões irreais de beleza. Não se trata de puro discurso de movimentos sectários, mas uma realidade cruel facilmente demonstrável por estatísticas confiáveis, comprovando uma conquista desproporcional de poder e oportunidade baseada na tríade classe-gênero-raça. A materialização das discriminações de gênero, classe e raça é facilmente perceptível em nossa sociedade, como, por exemplo, quando se observa quem compõe as estruturas de poder político (executivo, legislativo e judiciário) ou econômico (proprietários de empresas e ocupantes de cargos executivos).

O primeiro passo para alterar os padrões estereotipados é conscientizar-se de que, ao romper com as discriminações na linguagem escrita e imagética, avança-se na influência do modo de percepção da realidade pelas pessoas, quebrando-se padrões comportamentais. Soma-se a isso, a adoção de mecanismos de intervenção nas mídias, que levam, sem



sombra de dúvidas, a resultados positivos ao considerarmos que vivemos em um mundo onde as forças de mercado tentam se equilibrar ao sofrer pressão de um público com consciência cidadã.

Na era digital, as estratégias de comunicação mostram-se como um caminho de impulsionamento da agenda feminista, balizadas por novas estratégias de intervenção política e de atuação, levando em conta outras dinâmicas e a revolução das formas de expressão pessoal e interpessoal. As propostas feministas e a comunicação caminham lado a lado, colocando-se como um trajeto inegável e necessário para o avanço da luta pela equidade das relações de gênero. O radicalismo (no sentido marxista de ir à raiz das coisas) desta luta deve estar acima do sectarismo vigente na visão sobre os meios de comunicação de massa, por parte de um grande número de organizações não-governamentais. A mídia não representa a salvação e nem a destruição, mas é um fundamental campo de intervenção para o avanço da cidadania ativa. É esta a *aura* que deve revestir o percurso das ações.

O entendimento sobre a interface entre a comunicação e o feminismo tem como premissa o fato de que ambos os saberes possuem uma existência intrinsecamente entrelaçada. Reconhece, também, que, nas lutas pela emancipação da mulher, a mídia tem exercido uma função importante, prestando um papel incontestado nessa trajetória que vai dos meios impressos, passando pelos analógicos até os digitais, seja no cenário nacional ou internacional. Essa intervenção transformadora caminha na contracorrente da linguagem estereotipada, seja escrita ou imagética, que reforça o sexismo e outras discriminações.

Assim, uma prática efetiva necessita de um olhar positivo ao potencial transformador propiciado pelas mídias. Sem dúvida, na era digital, as



possibilidades de intervenção feminista encontram uma ressonância ainda mais potente. Pela primeira vez é possível a interação virtual em tempo real, além da amplificação do papel do público que passa de mero consumidor para produtor de mensagens.

As novas noções de tempo e espaço, o novo modo de sentir, pensar e agir podem acelerar a harmonização das relações de gênero construídas socialmente, aceitas culturalmente e mantidas historicamente por milênios. No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos, mas que também podem ser afrouxados no sentido de desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social (Citelli, 2000). Pela comunicação é possível alterar os condicionamentos provocados por mitos e imagens. Além disso, as mídias digitais trazem a perspectiva de novas dinâmicas de representação da mulher. As narrativas feministas e a sociedade em rede estão redefinindo o conceito de democracia, bem como as possibilidades de diferentes dinâmicas de construção simbólica nas novas formas comunicacionais digitais.

Para propor uma prática efetiva de comunicação a distância — centrada na identificação de discursos e maneiras de veiculá-los —, é necessário ser contrária(o) à visão massificante da Escola de Frankfurt e adepta(o) ao potencial político transformador abalizados por autores como Jürgen Habermas, Jesús Martín-Barbero e Paulo Freire. Assim, torna-se necessário, como premissa básica, **gestar a comunicação, internamente**, com objetivos claros e partilhados entre integrantes dos grupos envolvidos nas atividades, o que significa buscar permanentemente a resposta-base à pergunta enfatizada por Habermas (1989, p.91), e que pode ser resumida da seguinte forma: “com que modo de agir em comum as pessoas querem



se comprometer?”. Para ele, a comunicação traduz-se na busca de entendimento, reconhecendo as conexões entre a dimensão da subjetividade e da intersubjetividade. Uma ação comunicativa deve ter um destinatário capaz de recebê-la. Nenhuma ação se caracteriza como tal, se do outro lado não houver quem receba, considerando sempre que o(a) receptor(a) só vai digeri-la, depois de refazê-la dentro de si mesmo(a), para, posteriormente, participar de uma ação de comunicação de forma contínua com outros agentes sociais.

Na história da humanidade, de forma resumida, as formas de comunicação começaram com a oralidade, sendo, por muito tempo, a única maneira de transmitir informação e conhecimento. Depois, foram inventados instrumentos que nada mais são do que tecnologias de produção e transmissão de informação e conhecimento, como o alfabeto, no ano 1700 a.C. Eram vários os suportes utilizados, até chegar-se ao papel: folhas de palmeiras na Índia; ossos de baleia e dentes de foca, pelos esquimós; conchas, cascos de tartaruga e depois bambu e seda, na China; a pedra, o barro, a casca de árvores, por outros povos. As matérias-primas mais próximas ao papel foram o papiro, inventado pelos egípcios, e o pergaminho, feito de pele de animais. Depois, outra revolução da comunicação se dá com a invenção da tipografia, no século XV, por Gutemberg; até chegar às mídias analógicas, no início do século XX (rádio, TV e cinema); e as mídias digitais, no final desse mesmo século, integrando telecomunicações e informática, tendo na internet a sua expressão mais relevante.

São inúmeras as contribuições de mulheres estrangeiras e brasileiras que utilizaram a escrita — pelos livros, jornais e revistas — para disseminar pensamentos que contribuiriam para o avanço das condições equitativas



entre os sexos, como por exemplo, Patrícia Galvão (1910-1962), a Pagu, árdua defensora da ocupação do espaço público pela mulher, escritora e jornalista. A cada inovação nas formas de expressão e de transmissão da informação e do conhecimento potencializam-se as estratégias para alcançar maior poder de disseminação nas mensagens de libertação da opressão patriarcal pelas mulheres.

As formas de representação da mulher podem ganhar outras dinâmicas, propiciadas por uma nova cultura comunicacional. Essa revolução se materializa nas formas de produção, interatividade — comunicação instantânea e processos colaborativos —, compartilhamento e amigabilidade, criando novas relações de imaginários, o que possibilita a promoção de ações de mudança de mentalidades

No emaranhado dinâmico das estruturas do imaginário vão se tecendo laços que podem ser fortalecidos — no sentido de perpetuar as desigualdades de gênero — ou afrouxados, visando desfazer os moldes dos papéis estabelecidos pela dinâmica social. É pelo trabalho educativo, que transforma seres humanos em agentes políticos, que se consegue alterar os condicionamentos. Essas “verdades” estão presentes na construção social de gênero, que é tecida a partir das diversas redes de relações na vida de uma pessoa: família, Igreja, escola, associações populares, partidos políticos, meios de comunicação de massa...

### **O(A) receptor(a) não é passivo(a)**

Nos anos 1980, o modelo das mediações começa a se consolidar. Com base nos estudos culturais desenvolvidos desde o início dos anos 1960, centra-se na recepção da mensagem. Considera que o/a receptora não é passivo(a), quer dizer, vai receber as influências socioculturais do



meio em que vive, gestando, assim, outro significado à mensagem. Esse processo de ressignificação da mensagem ocorre “entre” a emissão e a recepção, no campo denominado *mediações*. A capacidade de reflexão — de ressignificação — das pessoas situa-se exatamente no campo das mediações, isto é, além da emissão e recepção, existe um processo de diálogo interior, cujos sentidos se completam no jogo ideológico das experiências culturais e sociais, como família, amigos, escola, igreja, associações, etc.

A teoria de Jesus Martin Barbero sobre as mediações encontra ressonância para redesenhar os estudos comunicacionais. Suas pesquisas indicam que o meio sofre a ação das várias instâncias da sociedade. Barbero desloca a discussão dos meios para as mediações e a ação efetiva das mensagens. Ao invés dos meios representarem somente recursos de produção, isto é, as empresas de comunicação e seus interesses, eles devem funcionar levando em conta as diversas instâncias envolvidas, as diversas redes de relações das pessoas. Deste modo, o fenômeno da recepção é mediado por instâncias da sociedade. São os intermediários que mediam a influência, portanto, podem, através de práticas participativas, manipular os meios e os recursos, dominando suas linguagens e técnicas. A tese central é a de que existe um desordenamento provocado pela nova sensibilidade, ligada à variação prefigurativa, formada por relações que são marcadas pela desordem cultural, desterritorialização e hibridismos de linguagem.

Ao tornar relevante o poder de ressignificação das mensagens por parte da audiência, alicerçada na contribuição dos estudos culturais, assume-se que os estereótipos discriminatórios podem ser enfraquecidos ou potencializados, dependendo da incidência em termos de comunicação. Essa estratégia precisa considerar que os lugares comuns sejam constantemente



revisitados para que se possa vislumbrar a alteração das estruturas estereotipadas.

Nas premissas desses estudos para uma educação com, pela e para a comunicação (Soares, 2011), seguindo o famoso esquema passo-a-passo, chega-se ao seguinte emaranhado de ações: **1) Gestão do agir comunicativo**, no interior dos grupos; **2) Domínio instrumental** (domínio das técnicas de funcionamento, compreensão e reconhecimento das técnicas de formatação e percepção das lógicas econômicas e políticas que influenciam os mecanismos de produção, circulação e consumo); **3) Leitura crítica dos meios**; **4) Mecanismos efetivos de intervenção**. Este esquema é de grande utilidade na gestão de uma estratégia de comunicação que estreite os laços entre as pessoas e encurte os caminhos para uma sociedade mais justa e igualitária. Esses objetivos a serem perseguidos estão em sintonia com o sentido primeiro da palavra comunicação, contido em sua própria composição: tornar COMUM uma AÇÃO.

Retoma-se o entendimento básico de que a humanidade sempre desenvolveu estratégias na forma de se instrumentalizar para a transmissão de informação e conhecimento. O complexo midiático está determinando uma nova sociedade, em todos os seus aspectos, vislumbrando, não só para as mulheres, mas para toda a sociedade, novas esferas públicas que podem resultar no exercício cotidiano da democracia direta. Que as mídias se tornem cada vez mais espaços de ressonância da luta pela equidade de gênero. Que elas efetivem perspectivas pungentes na luta pela transformação das relações sociais de gênero, na medida em que podem alterar a percepção e materialização assimétrica de poder entre os sexos.

**JORNALISTAS RESPONSÁVEIS PELA DIVULGAÇÃO LOCAL:**

Keka Werneck - Cuiabá/MT



Cláudio Marques Duarte - Goiânia/GO



Matilde Leone - Ribeirão Preto/SP



Mayra Medeiros - João Pessoa/PB



Josi Negreiros - Porto Alegre/RS



Augusto Gomes - Macapá/AP



## Referências

CITELLI, Adilson. *Comunicação e educação: A linguagem em movimento*. São Paulo: Editora Senac, 2000.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança - um reencontro com a Pedagogia do Oprimido*. RJ: Paz e Terra. 7ªed. 2000

HABERMAS, J. *Consciência moral e agir comunicativo*. Tradução: Guido Antônio de Almeida. RJ: Ed. Tempo Brasileiro. 1989. p. 91

MARTÍN-BARBERO, Jesús. *Desafios culturais da comunicação à educomunicação*. In: CITELLI, Adilson Odair; COSTA, Maria Cristina Castilho (Orgs.). *Educomunicação: construindo uma nova área de conhecimento*. São Paulo: Paulinas, 2011.

MARTIN-BARBERO, J. *Heredando el futuro. Pensar la educacion desde la comunicacion*. In Revista Nómadas. S/d

SOARES, Ismar de Oliveira. *Educomunicação - o conceito, o profissional, a aplicação: contribuições para a reforma do ensino médio*. São Paulo: Paulinas, 2011.

VIEIRA, Vera. *Comunicação e Feminismo: as possibilidades da era digital*. SP. Tese de Doutorado. USP/ECA. 2012.





## 2.

# Resolução 1325 da ONU:

## Paz é a cidadania das mulheres

por Clara Charf (\*)

A Resolução 1325 foi adotada pelo Conselho de Segurança da Organização das Nações Unidas (ONU), em 31 de outubro de 2000. Relembra resoluções anteriores e o discurso do presidente da ONU à imprensa, no Dia das Nações Unidas para os Direitos da Mulher e Paz Internacional (Dia Internacional da Mulher), em 8 de março de 2000. Relembra, também, o comprometimento da Declaração de Beijing e a Plataforma de Ação (A/52/231), assim como o documento da 23ª Seção Especial da Assembleia da ONU, intitulada “Mulheres 2000: Igualdade de Gênero, Desenvolvimento e Paz para o Século 21”, e, em particular, aqueles concernentes a mulheres e conflitos armados.

Expressa “preocupação que civis, particularmente mulheres e crianças, sendo a vasta maioria dos afetados pelo conflito armado, incluindo pessoas refugiadas e deslocadas internamente, e progressivamente são alvos de combatentes e elementos armados, e reconhecendo o conseqüente impacto que isto tem sobre a paz durável e reconciliação”.

As mulheres têm trabalhado ativamente pela paz, realizando negociação e mediação em suas comunidades ou entre grupos rivais. Elas têm feito isso como indivíduos, como mães, como membros de grupos de mulheres. O conceito de paz com que essas mulheres vêm trabalhando não se restringe

(\*) Clara Charf é idealizadora e presidenta da Associação Mulheres pela Paz. É também, conselheira emérita do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM).



à sua aplicação no conflito armado e em suas consequências. Trata-se de um conceito de paz ampliado, que remete às **ações do cotidiano**. A guerra do dia a dia está retratada na discriminação de classe, gênero, raça e sexo; na violência contra a mulher; na falta de moradia; na ausência de atendimento à saúde; no desemprego; na desigualdade salarial; na impossibilidade de continuar os estudos; na exclusão dos processos sociais, econômicos, políticos, culturais e institucionais...

Foi exatamente para dar visibilidade à luta cotidiana das mulheres pela paz em todo o mundo que surgiu, na Suíça, o projeto “1000 Mulheres para o Prêmio Nobel da Paz 2005”. Essas mulheres estão à frente da luta contra todas as injustiças de nossa sociedade, em defesa dos direitos humanos, protegendo crianças e pessoas idosas, eliminando a pobreza, denunciando todas as formas de violência estrutural, discriminação patriarcal, por educação, saúde e meio ambiente. São mulheres que promovem meios ativos e não violentos pela solução de conflitos, injustiças estruturais e desigualdades, pelo entendimento entre povos e raças.

Do Brasil, foram 52 as mulheres indicadas, que trabalham na cidade, no campo, nas universidades, hospitais, centros de trabalho. Brancas ou negras, destacando-se pela sua coragem, por suas experiências inovadoras e coletivas, forjando, com seu esforço diário, a paz, que, segundo a ONU, é segurança humana e justiça. Esse processo de escolha ficou sob minha coordenação, dando origem ao início dos trabalhos da Associação Mulheres pela Paz. Conheça um pouco da história das indicadas ao Nobel da Paz 2005 no site [www.mulherespaz.org.br](http://www.mulherespaz.org.br) .

Ao assumir que o trabalho feito nas organizações dos diversos movi-







## 3. Relações Sociais de Gênero e Feminismos

por Maria Eulina Pessoa de Carvalho (\*)

**O feminismo é um movimento social, teórico e político**, que busca a equidade – legal, social, cultural – entre mulheres e homens. As mulheres em geral têm status social inferior e menos vantagens do que os homens da mesma classe social, raça/etnia, religião e nível de escolaridade. O feminismo também é definido como uma **ideologia da liberação das mulheres**, mais do que da igualdade entre homens e mulheres, porque para muitas feministas as mulheres não deveriam ser como os homens. Assim, o feminismo traz uma crítica cultural, especificamente, uma crítica à cultura androcêntrica, centrada em normas e valores masculinos. O sociólogo Manuel Castells (1999, p. 171) considera o feminismo o mais importante movimento social do último quartil do século XX, por desconstruir a estrutura familiar, as normas sexuais patriarcais e as identidades de gênero, trazendo “consequências fundamentais para toda a experiência humana, desde o poder político até a estrutura da personalidade”.

As desigualdades de sexo e gênero são estruturais e reproduzidas pelas várias instituições sociais. As teorias feministas tentam explicá-las e as políticas feministas propõem soluções para erradicá-las. **A teorização feminista vem influenciando todas as disciplinas acadêmicas, assim como os programas de desenvolvimento econômico e as políticas públicas.** As **políticas feministas** são públicas/formais, nacionais e internacionais (planos e declarações), não formais e informais, de ONG e grupos de mulheres (projetos e ações educativas,

(\*) Maria Eulina Pessoa de Carvalho é professora da Universidade Federal da Paraíba (UFPB) e atua junto ao Núcleo Interdisciplinar de Pesquisa e Ação sobre Mulher e Relações de Sexo e Gênero (NIPAM).



protestos, marchas). Militância e coalizões locais e transnacionais articulam agendas como: mudar as representações sexistas na linguagem e na mídia; criar cultura, conhecimento, ética e teologia do ponto de vista da mulher; proibir a mutilação genital; legalizar e garantir o aborto legal. Um exemplo recente é a Marcha das Vadias (*SlutWalk*, *Marcha de las Putas*) em protesto contra o discurso de culpabilização das vítimas de violência sexual.

Antes de passar à história do feminismo, é interessante registrar a **genealogia do conceito de gênero**. De acordo com Jeniffer Germon (2009), originalmente, gênero não é uma invenção do feminismo; da linguística, o termo migrou primeiro para a sexologia e depois para o feminismo. Em meados da década de 1950, gênero apareceu na língua inglesa como uma categoria pessoal e social, no trabalho do sexólogo John Money, que propôs o termo para tratar, teórica e clinicamente, os casos das pessoas intersexo (antes chamadas hermafroditas) e como um instrumento conceitual para entender a subjetividade humana como masculina e feminina. Posteriormente, Money estendeu sua teoria para descrever como todas as pessoas adquirem o gênero. Em meados da década de 1960, Robert Stoller, médico, psiquiatra e psicanalista, distinguiu sexo (o elemento natural, material e carnal) de gênero (os elementos psíquicos e psicológicos) em sua pesquisa sobre o transexualismo.

Ao longo da década de 1970, as feministas debateram as contribuições de Money e Stoller, e logo gênero se tornou o conceito organizativo central do feminismo (Germon, 2009). Sua apropriação pelas acadêmicas feministas deu-se em oposição ao uso histórico do determinismo biológico para justificar a subordinação das mulheres, devido a sua fragilidade muscular e capacidade reprodutiva, no contexto da divisão sexual/social do trabalho. O uso de gênero foi se generalizando mundialmente a partir da língua inglesa nas décadas de



1980 e 1990. Contudo, a própria crítica feminista, particularmente o feminismo pós-estruturalista, vai problematizar a lógica dualista: a dicotomia natureza/cultura, portanto a dicotomia sexo/gênero. Ao considerar sexo e corpo também como construções culturais e históricas, aponta a imbricação entre corpo, sexo e gênero, inclusive postulando que não se concebe corpo nem sexo sem gênero (Cranny-Francis et al, 2003).

A **história do movimento feminista** é registrada em sucessivas ondas. A **primeira onda** foi o Movimento Sufragista da segunda metade do século XIX, vitorioso nas primeiras décadas do século XX, quando (pelo menos nas democracias ocidentais) as mulheres conquistaram o direito ao voto. A **segunda onda** foi o Movimento de Liberação das Mulheres da década de 1960, paralelo aos movimentos civis/juvenis/estudantis. Um antecedente importante foi a publicação de *O Segundo Sexo*, em 1949, por Simone de Beauvoir, em que apresenta uma crítica da mulher como ‘o outro’ e nega a determinação biológica (*‘não se nasce mulher, torna-se mulher’*). A teorização da segunda onda buscava visibilizar a estrutura, práticas e desigualdades da ordem social gendrada. Na década de 1990, o reconhecimento das diferenças entre as mulheres (de classe, raça/etnia, orientação sexual, idade) deflagrou a **terceira onda**, o Feminismo Pós-Moderno, caracterizado pela fragmentação em várias vertentes, pelo multiculturalismo, polifonia e globalidade (incluindo todos os grupos étnicos, classes sociais e nacionalidades), bem como por flexibilidade, persistência, continuidade e renovação notáveis (Castells, 1999). Judith Lorber (2010) destaca as protagonistas da terceira onda: jovens que cresceram com o feminismo, herdeiras(os) dos currículos inclusivos de gênero e de um mundo político, econômico e social menos segregado; que assumem que a igualdade de gênero é a norma, que a capacidade de ação (*agency*) das mulheres e a sexualidade feminina são formas de poder; e que incluem os homens como



ativistas feministas.

Judith Lorber (2010) oferece um panorama amplo, detalhado e atualizado do **desenvolvimento dos feminismos segundo suas teorias da desigualdade de gênero**, que se apresenta a seguir.

### **FEMINISMOS REFORMISTAS** (*gender reform feminisms*)

**Lema:** Os direitos humanos são direitos das mulheres e os direitos das mulheres são direitos humanos. Reformar a ordem social: gendrada, porém mais igualitária.

**Vertentes:** liberal, marxista, socialista, pós-colonial, asiático.

**Foco:** divisão sexual do trabalho reprodutivo/doméstico e produtivo, desvalorização do trabalho feminino, participação reduzida das mulheres na vida pública (executivo, legislativo e judiciário).

**Teorização:** O lócus da desigualdade é a estrutura da ordem social gendrada. Visibilizou as práticas discriminatórias (formais e informais) no trabalho, na distribuição dos recursos econômicos e nas responsabilidades familiares.

**Críticas:** à exageração das diferenças sexuais na educação infantil, que constrói diferenças de personalidade em meninos e meninas para prepará-los(as) para viverem vidas diferentes (homens como agentes do poder, chefes, trabalhadores, soldados, maridos e pais autoritários; mulheres como ajudantes, secretárias, professoras, enfermeiras, mães dedicadas e esposas subservientes).

**Agenda política:** Erradicar as práticas de discriminação das mulheres através de:  
1) Paridade de sexo, igual poder, prestígio e recursos econômicos para homens e mulheres nas esferas pública e privada. Ex: ação afirmativa no trabalho, na universidade; cotas para aumentar a participação das mulheres na política formal.



2) Transversalidade de gênero para promover igual participação de homens e mulheres e igual reconhecimento e recompensa pelo trabalho de ambos.

### **FEMINISMOS DE RESISTÊNCIA** (*gender resistance feminism*)

**Lema:** As mulheres primeiro.

**Vertentes:** radical, lesbiano, psicanalítico, do ponto de vista.

**Foco:** patriarcado (sistema de opressão e exploração dos corpos, sexualidade, trabalho e emoções das mulheres).

Micro-desigualdades: ser ignorada ou interrompida, não obter reconhecimento pela competência ou bom desempenho, ser preterida na ocupação de cargos de autoridade. Consciência de um 'senso de superioridade' dos homens nas microrrelações, e de que as 'companheiras' não tinham espaço nos grupos masculinos.

**Teorização:** O lócus da desigualdade é o patriarcado, a cultura falocêntrica ou androcêntrica (ocidental).

Os grupos de conscientização só de mulheres discutiam suas vivências comuns: o serviço sexual e emocional aos homens, as fofocas sexuais dos homens, a falta de controle reprodutivo, o medo de abusos físicos e sexuais. Críticas: 1) ao feminismo liberal: a igualdade tornaria as mulheres como os homens. O exame da ordem gendrada do ponto de vista das mulheres visibiliza as práticas de controle dos homens sobre as mulheres. 2) à ideologia de gênero: valores e crenças que justificam a ordem social gendrada. A desvalorização e subordinação das mulheres integram a ideologia e valores da cultura ocidental e as práticas institucionais cotidianas. Na religião, a dominação masculina é a vontade de Deus; o ser supremo é masculino. Na ciência, a dominação masculina resulta de diferenças genéticas e hormonais. No direito, nega-se às mulheres cidadania plena. Na mídia, esportes e pornografia, se encorajam os excessos do poder masculino (violência, estupro e exploração sexual). 3)



à violência sexual e à violência em geral. A exploração e violência sexuais (pornografia, estupro) são estratégias de controle de todas as mulheres.

As vozes das mulheres, suas perspectivas, conhecimentos, visões do mundo, não são ouvidas.

Teoria do ponto de vista: visão de mundo a partir de onde se está localizada(o) física, mental, emocional e socialmente (expandida para diversos grupos de homens e mulheres visando visibilizar seus valores e realizações).

**Agenda política:** Paridade de sexo e transversalidade de gênero não são suficientes; é preciso transformar a ordem social gendrada a partir das experiências, perspectivas, vozes das mulheres. É preciso subverter/inverter a estrutura de gênero: 1) proteger o corpo e sexualidade das mulheres; 2) sobrevalorizar as mulheres e atributos femininos, sensibilidade emocional sobre a objetividade, nutrição sobre a agressão, maternagem sobre o mercado; 3) criar espaços só de mulheres na esfera pública (política, educação, religião, artes, cultura popular); 4) educar e empoderar as mulheres para terem orgulho de seus corpos, valorizarem as capacidades de nutrir, apoiar emocionalmente e maternar, e se protegerem contra a violência sexual.

Os grupos de conscientização só de mulheres, as organizações alternativas e o separatismo lésbico oferecem espaço para teorizar, ensinar e criar cultura do ponto de vista das mulheres, mas não são capazes de transformar a ordem gendrada.

Campanhas contra assédio sexual, estupro, espancamento, incesto, pornografia e prostituição têm sido bem sucedidas, mas ao mesmo tempo provocaram reações/retrocessos antifeministas.

**FEMINISMOS REVOLUCIONÁRIOS** (*gender rebellion feminisms*)

**Lema:** Um mundo sem gênero.



**Vertentes:** multirracial/multiétnico, estudos feministas dos homens, construcionismo social, pós-modernismo e terceira onda.

**Foco:** (re)produção da ordem social gendrada através do fazer gênero (gendramento) como indivíduo, nas interações, na família, no trabalho, na produção cultural e do conhecimento.

**Teorização:** O lócus da desigualdade é a ordem binária de gênero, embora permaneça o foco nas múltiplas fontes de desigualdade (interseccionalidade).

**Matriz de dominação:** a ordem social gendrada articula vários status sociais e não opõe apenas homens e mulheres, mas homens e homens. Existem afinidades entre homens e mulheres da mesma classe social ou do mesmo grupo etnicorracial, mas também entre mulheres em situação de desvantagem social.

Os estudos dos homens por homens feministas e estudos gays aportam novas dimensões críticas.

O feminismo pós-moderno e a teoria queer atacam diretamente a ordem binária de gênero ao multiplicar as categorias de gênero e apagar as fronteiras entre mulher e homem, feminino e masculino, heterossexual e homossexual (queerizar o gênero).

A desconstrução feminista dos discursos que criam as normas sexuais e de gênero mostra como seu não-questionamento mantém a ordem heterossexista.

Questionar as dualidades solapa a legitimidade e o favorecimento de um dos polos/grupos.

As identidades pessoais e as políticas de identidade de grupos estão em fluxo e abrem espaço para a mudança individual e social, para novos tipos de relação e múltiplas sexualidades.

O feminismo da terceira onda inclui o multiculturalismo e os homens feministas;



brinca com o sexo, a sexualidade, o gênero, a feminilidade; rejeita a vitimização das mulheres e o perigo do sexo heterossexual; exhibe o poder feminino.

**Agenda política:** é possível desfazer o gênero, desgendar a ordem social, desmantelar as categorias de gênero, criar uma ordem social não-gendrada. Estudos dos homens/homens feministas: conscientização do comportamento sexualmente opressor dos homens; crítica à violência nos esportes profissionais; propostas de abrir mão dos privilégios patriarcais, compartilhar o trabalho doméstico e o cuidado das crianças, apoiar a luta das mulheres por igualdade de salários e de posições de autoridade.

Feminismo pós-moderno e teoria queer: proposta de desconstruir o binarismo, o heterossexismo, queerizar o gênero.

Feminismo da terceira onda: assume causas que transversalizam o gênero como o movimento pacifista, ambientalista, LGBT.

Judith Lorber (2010) faz um balanço e delinea os desafios dos feminismos revolucionários, como se comenta a seguir.

Os feminismos reformistas construíram as bases teóricas da segunda onda do feminismo ao visibilizar os alicerces estruturais da ordem social gendrada.

Sua política de paridade e transversalidade de gênero permanece necessária:

- ➡ na maioria dos países do mundo ainda não existe igualdade de status legal e representação política entre mulheres e homens, nem as mulheres têm autonomia em suas escolhas reprodutivas, sexuais e maritais;
- ➡ segregação de gênero no local de trabalho e remuneração inferior do trabalho das mulheres ocorrem em todos os tipos de economias;
- ➡ a economia global explora o trabalho barato das mulheres pobres;
- ➡ a reestruturação nas economias em processo de industrialização e pós-industriais vem reduzindo os benefícios sociais para as mulheres e crianças.



A agenda política dos feminismos reformistas se identifica com aquela de todos os grupos sociais subordinados. Já a agenda política dos feminismos de resistência focaliza apenas as mulheres:

- ⇒ proteção de seus corpos contra a gravidez não desejada, a esterilização, o aborto de fetos femininos, a mutilação genital, o estupro, espancamento e assassinato;
- ⇒ proteção da integridade sexual de mulheres e meninas contra prostituição forçada, exploração sexual em produções pornográficas e clubes de strip tease, casamentos forçados;
- ⇒ proteção de pessoas LGBT contra a discriminação e violência;
- ⇒ criação de espaços físicos e comunidades culturais para as mulheres lésbicas se sentirem livres do assédio sexual e da dominação dos homens, vivenciarem suas amizades e amores, e produzirem obras culturais que possam expressar seus modos diferentes de pensar e sentir.

As teóricas feministas do ponto de vista argumentam que as experiências e perspectivas distintas das mulheres sobre a vida devem ser incluídas na produção do conhecimento e na pesquisa científica: não apenas incluindo mulheres entre os sujeitos, mas fazendo perguntas de uma perspectiva crítico-feminista, destacando nos dados e nas análises as vozes das mulheres e os pontos de vista daquelas marginalizadas e silenciadas.

Todavia, os feminismos de resistência foram criticados sobre os problemas da unidade das mulheres, a perspectiva privilegiada do ponto de vista das mulheres, e as fontes da identidade nas políticas de identidade. Desde o final da década de 1980, o foco dos feminismos passou a ser o gênero e não as mulheres. Os fundamentos de muitas áreas do conhecimento foram questionados e desafiados a incluírem a questão do gênero.



Os feminismos revolucionários questionam a estabilidade e necessidade de toda a ordem social gendrada: não a aceitam como um dado, a ser reformada (tratando-se homens e mulheres como mais iguais), ou a ser resistida (valorizando-se as mulheres e criando conhecimento, cultura e comunidades de mulheres). Questionam a unidade das categorias binárias de gênero, argumentando que elas são tão interseccionadas por outros status sociais que mulheres e homens não podem ser considerados identidades homogêneas, multiplicando as categorias de mulheres e homens.

Os feminismos multirraciais/multiétnicos abordam as discriminações legais e sociais, passadas e presentes, que afetam as mulheres em muitas sociedades, e a produção cultural, teológica e ética centrada na mulher.

Os estudos feministas dos homens analisam aspectos etnicorraciais e de classe das masculinidades, as hierarquias entre homens, e as dinâmicas de poder e privilégio, sujeição e violência.

Traduzir a desestabilização da ordem de gênero em políticas e práxis é o desafio dos feminismos sócio-construcionistas, pós-modernos e da terceira onda. Como desenvolver novas práticas e relações humanas em todos os âmbitos para assegurar igualdade de participação e de oportunidades para todas as pessoas de todos os grupos?

**Nota:** Essa apresentação foi realizada por Maria Eulina Pessoa de Carvalho por ocasião da oficina do projeto em João Pessoa/PB, em 8 e 9/10/2014.



## Referências

CASTELLS, Manuel (1999). *A Sociedade em Rede*. Volume 2. O Poder da Identidade. 2. ed. São Paulo: Paz e Terra.

CRANNY-FRANCIS, Anne; WARING, Wendy; STAVROPOULOS, Pam; KIRBY, Joan. *Gender Studies. Terms and debates*. New York: Palgrave Macmillan, 2003.

GERMON, Jennifer (2009). *Gender: a genealogy of an idea*. New York: Palgrave Macmillan.

LORBER, Judith (2010). *Gender inequality: Feminist theories and politics*. 4 ed. New York: Oxford University Press.





## 4.

# Educação Popular Feminista: aprendizagem transformadora para mudanças sociais

por Moema Viezzer (\*)

A educação popular (EP) nasceu de movimentos sociais que clamavam por outra relação entre Estado-sociedade, com atenção especial para a educação das classes populares (oprimidas/os e excluídas/os). Veja a seguir uma retrospectiva histórica:

- ⇒ Início da Década de 1960: Movimento de Educação de Base (MEB), criado pela CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil).
- ⇒ Paulo Freire, integrando o governo de João Goulart, leva para o espaço público o Programa de Alfabetização (na linha da “Pedagogia do Oprimido” e da “Educação como prática da Liberdade”).
- ⇒ Em 1964, a EP é banida da educação pública, logo após o golpe militar.
- ⇒ Paulo Freire é exilado e divulga a educação popular em outros países (Chile, Guiné-Bissau, Genebra - Conselho Mundial de Igrejas -, entre outros).
- ⇒ No Brasil, a EP se mantém na clandestinidade em comunidades

(\*) Moema Viezzer é socióloga, educadora popular feminista e consultora socioambiental com especialidade em Gênero e Meio Ambiente. Idealizou e fundou a Rede Mulher de Educação.



de base da Igreja, com o apoio de alguns intelectuais progressistas que se mantêm na resistência.

➡ Em 1980, Paulo Freire retorna ao Brasil. Participando do governo de Luiza Erundina, em São Paulo, cria o Movimento de Alfabetização de Jovens e Adultos (Mova).

➡ Atualmente, a EP é referência também para os parâmetros curriculares no Brasil.

A EP torna-se referência especial para a educação popular ambiental, ampliando o conceito de EP para o cuidado da “Mãe Terra” tão duramente explorada e oprimida. O continente europeu procura na EP referências para lidar com seus/suas excluídos(as): imigrantes, refugiados(as), moradores(as) de rua.

Mais de cem países possuem núcleos de estudos, cátedras ou institutos que trabalham sob a égide da Pedagogia Libertadora. “A EDUCAÇÃO NÃO É NEUTRA”, porque toda educação é portadora de valores. Nos bancos da escola e na escola da vida, “A EDUCAÇÃO É INDIVIDUAL E COLETIVA”, pois “TODOS(AS) SOMOS APRENDIZES E EDUCADORES(AS)”. No Tratado de Educação Ambiental Rio-92, estão destacados duas frases de Paulo Freire : “A educação não transforma o mundo, a educação transforma as pessoas, as pessoas (que se transformam), transformam o mundo.” “NINGUÉM EDUCA NINGUÉM, OS SERES HUMANOS SE EDUCAM EM COMUNHÃO.

Desses PRINCÍPIOS, surgiram novos MÉTODOS e TÉCNICAS para ANALISAR a realidade social e INTERFERIR nela. Entre eles: a “Educação DIALÓGICA” no lugar da “Educação BANCÁRIA”; os “CÍRCULOS DE CULTURA”



como forma de aprendizagem coletiva; a “PESQUISA PARTICIPANTE” como forma de produção de conhecimento.

O feminismo e o Ambientalismo (expressados em diversas correntes) foram os dois movimentos planetários de maior impacto do século XX.

### **Alguns lembretes básicos do feminismo:**

“O que é pessoal é também político” (*The personal is political*).

“O feminismo é um movimento social que vem das mulheres, mas é para toda a humanidade”.

“É impossível superar o Sistema Capitalista mantendo o Sistema Patriarcal”.

É uma nova categoria de análise da realidade social que surgiu em 1960/1970, fruto da prática feminista, de mulheres acadêmicas, para quem “o problema não está na mulher”: está nas relações homem-mulher que as sociedades criaram, recriaram e recriam ao longo da história cristalizadas no binômio dominação/subordinação.

Isso nos leva a questionar: O que é natural? O que é histórico?

Natural = Biológico

Histórico = Papéis sociais atribuídos ao ser humano “por ser mulher” ou “por ser homem”

Nesse enfoque, as relações homem/mulher precisam ser analisadas com base nas relações entre as duas grandes esferas da vida: produção e reprodução, isto é, produção de bens e serviços (incluindo comercialização e consumo) e reprodução da vida, entendida como: 1) a reprodução biológica



dos seres humanos (gestar, parir); 2) a manutenção da vida (alimentar, vestir, morar, estudar); 3) a formação para a vida em sociedade (transmissão de valores). Essas esferas da vida foram alimentadas por arquétipos milenares.

Direcionar as riquezas da humanidade para servir à vida seria a ordem natural das coisas. Mas essa ordem, historicamente, foi invertida. E a vida dos seres (humanos e outros) ficou a serviço da produção, do capital, do mercado. Nessa perspectiva de análise, o controle mercadológico da produção/reprodução e o controle do corpo da mulher são faces da mesma moeda, chegando, no contexto da globalização, a transformar as mulheres na “Última Colônia” (Maria Mies).

*A Declaração das Mulheres aos Governos* no evento global da Rio+20, em 2012, reforçou essa afirmação ao reivindicar: “Justiça Social e Ambiental para os Povos, Nações e Territórios, incluindo o corpo da mulher como seu primeiro território”.

No início da educação popular (anos 1960), o enfoque era dado aos grupos oprimidos, a serem educados dialogicamente como sujeitos históricos. Mas a análise se limitava ao conceito de classes sociais (sem sexo, sem cor, sem idade..., como uma espécie de “bloco monolítico” dos/as oprimidos/as).

Os movimentos sociais que emergiram na década de 1960, particularmente o movimento de mulheres e o movimento negro, trouxeram à luz outros elementos fundamentais para as necessárias mudanças sociais.

A EDUCAÇÃO POPULAR FEMINISTA (EPF) emergiu na década de 1980. Seu enfoque foi trabalhar principalmente com grupos de mulheres,



mas também com outros movimentos sociais populares e com educadoras e educadores populares, à medida que a proposta era aceita. A participação no processo Constituinte, na década de 1980, foi um marco nesse sentido.

**O mérito da educação popular feminista foi o de introduzir nos movimentos de mulheres e de educação popular a análise das relações de gênero como assunto de mulheres e homens.**

Hoje, no Brasil, essa abordagem já faz parte das “Políticas Públicas para Mulheres” em prol da equidade de gênero, um grande avanço que se deve muito a anos de investimento do movimento de mulheres.

A partir de acúmulos recebidos de fontes diversas do saber científico, da sabedoria milenar, do movimento de mulheres e da Educação Popular Libertária, a Educação Popular Feminista continua se propondo a

- ↔ desvendar as relações desiguais entre mulheres e homens, *para*
- ↔ buscar a transformação desta realidade em sociedades sustentáveis, justas e igualitárias, com respeito e cuidado da diversidade (de sexo, raça/etnia, gerações, culturas, credos...).

DESSENDAR a INIQUIDADE SOCIAL significa debruçar-se em assuntos como: discriminação no trabalho; dificuldade na partilha do poder; problemas específicos de saúde, educação, habitação, organização; violência doméstica; violência sexual; tráfico de pessoas que vulnerabiliza mais o sexo feminino (mulheres, adolescentes e meninas). Para isso, a EPF utiliza métodos desenvolvidos pelas mulheres para diferentes abordagens em pesquisa, diversas formas de ação, de comunicação e de advocacy. E



utiliza também métodos dialógicos introduzidos pela educação popular tais como Pesquisa-Ação-Participante; Círculos de Cultura; Oficinas e Eventos comunitários e grandes eventos com caráter participativo, sempre buscando o Diálogo entre Saberes e Práticas.

Na perspectiva da construção de novas relações de gênero, com certeza, não se trata de dominar os homens, muito menos eliminá-los. Ao contrário, elas querem “partilhar o poder, o saber, o prazer e o bem querer entre mulheres e homens convivendo em Sociedade e com a Mãe-Natureza” (Moema Viezzer).

Esse é o significado maior da EQUIDADE NAS RELAÇÕES DE GÊNERO que inclui a IGUALDADE DE DIREITOS HUMANOS no respeito à SOCIODIVERSIDADE (muito além das cotas!).

Mulheres e homens juntos no enfrentamento ao Tráfico de Mulheres e à Violência Sexual NA TRIPLICE FRONTEIRA (Brasil-Argentina-Paraguai) é um tema de diálogo recente na região. Ele demanda pesquisa, ação, comunicação, articulação entre pessoas e entre atores sociais dos países envolvidos.

Mas, na perspectiva da educação popular feminista, TOD@S precisamos APRENDER a trabalhar dialogicamente, não só com as vítimas do tráfico. APRENDER a diagnosticar, denunciar, comunicar, pressionar, prevenir... Articulando os vários ATORES SOCIAIS que interferem no enfrentamento ao tráfico de pessoas e à violência sexual, especialmente mulheres.

A aprendizagem transformadora para o enfrentar o tráfico de pessoas, particularmente de crianças, adolescentes e mulheres, faz parte da



Educação Permanente para o “Diálogo entre Saberes e Cuidados” pela Justiça Social e Ambiental como condição da transformação social. **A APRENDIZAGEM TRANSFORMADORA, para ser COLETIVA, precisa ser INDIVIDUAL.**

**Nota:** Essa apresentação foi realizada por Moema Viezzer por ocasião da oficina do projeto em Foz do Iguaçu/PR, em 9 e 10/5/2013.

## Referências

- BRASIL. Secretaria de Políticas para Mulheres da Presidência da República – SPM/PR. *II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Brasília, DF: SPM/PR, 2008.
- CARTA DA TERRA. *Princípios para um futuro sustentável*. [S.l.]: Ed. Itaipu Binacional, 2005.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. São Paulo: Paz e Terra, 1990.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Autonomia*. São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- \_\_\_\_\_. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.
- \_\_\_\_\_. *À sombra desta mangueira*. 8. ed. São Paulo: Olho d’Água, 2006.
- MIES, Maria; BENHOLDT, Thompson Veronica; VON WELFORD, Claudia. *Women, the last Colony*. [S.l.]: Zed Ress, 1998.
- ONU. *Plataforma de Ação Beijing: um instrumento de ação para as mulheres*. Uruguai: Isis Internacional/ REPEM, 1996.
- O’SULLIVAN, Edmund. *Aprendizagem Transformadora*. São Paulo: Cortez, 2005.
- VIEZZER, Moema. *O problema não está na mulher*. São Paulo: Cortez, 1989.
- VIEZZER, Moema. *As Relações de Gênero na Educação Socioambiental*. [S.l.]: Ed. Itaipu Binacional-MMA, 2013. (Encontros e Caminhos). v. 3.



VIEZZER, Moema. *Educação Popular Feminista: o que é e o que traz para a aprendizagem transformadora e as mudanças sociais* [Apresentação em PowerPoint]. In: Oficina do projeto Mulheres e homens pela paz e contra o tráfico de mulheres. Foz do Iguaçu, PR: 9 e 10/5/2013.

VIEZZER, Moema; MOREIRA, Tereza. *ABC da Equidade de Gênero na Responsabilidade Socioambiental*. Foz do Iguaçu, PR: Itaipu Binacional, 2006

VIEZZER, Moema; MOREIRA, Tereza; GRONDIN, Lina. *Nosso Plano em Ação em Apoio ao II Plano Nacional de Políticas para Mulheres*. Toledo, PR: Ed. ComSol, 2010. (Kit).

UNESCO. *Redação sem Discriminação*. São Paulo: Editora Texto Novo, 1996.

### **Sites de referências para vídeos e filmes sobre educação popular, movimento de mulheres e relações de gênero:**

ARTICULAÇÃO DE MULHERES BRASILEIRAS. Disponível em: <[www.amb.org.br](http://www.amb.org.br)>.

ASSOCIAÇÃO MULHERES PELA PAZ. Disponível em: <<http://www.mulheres-paz.org.br/>>.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Disponível em: <[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)>.

CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ASSESSORIA. Disponível em: <[www.cfemea.org.br](http://www.cfemea.org.br)>.

COMISSÃO DE MULHERES TRABALHADORAS RURAIS DA CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE TRABALHADORES DA AGRICULTURA. Disponível em: <[www.contag.org.br](http://www.contag.org.br)>.

COORDENAÇÃO NACIONAL DE ARTICULAÇÃO DAS COMUNIDADES NEGRAS RURAIS QUILOMBOLAS. Disponível em: <[www.conaq.org.br](http://www.conaq.org.br)>.

INSTITUTO EQUIT – GÊNERO, ECONOMIA, CIDADANIA MUNDIAL. Disponível em: <[www.equit.org.br](http://www.equit.org.br)>.

INSTITUTO PAULO FREIRE. Disponível em: <[www.paulofreire.org](http://www.paulofreire.org)>.

MOVIMENTO DE MULHERES CAMPONESAS. Disponível em: <[www.mmcbrazil.org.br](http://www.mmcbrazil.org.br)>.



OBSERVATÓRIO DA MULHER. Disponível em: <[www.observatóriodamulher.org.br](http://www.observatóriodamulher.org.br)>.

REDE DE DESENVOLVIMENTO HUMANO – REDEH. Disponível em: <[www.redeh.org.br](http://www.redeh.org.br)>.

REDE MULHER DE EDUCAÇÃO. Disponível em: <[www.redemulher.org.br](http://www.redemulher.org.br)>.

SEMPREVIVA ORGANIZAÇÃO FEMINISTA. Disponível em: <[www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)>.

SOS CORPO GÊNERO E CIDADANIA. Disponível em: <[www.soscorpo.org.br](http://www.soscorpo.org.br)>.

WOMEN'S ENVIRONMENT & DEVELOPMENT ORGANIZATION. Disponível em: <[www.wedo.org](http://www.wedo.org)>.





## 5.

# Educação Popular Feminista: um processo contínuo

por Beatriz Cannabrava e Hilda Fadiga (\*)

A educação popular tem se caracterizado como um processo contínuo, coerente, organizado, que tem intencionalidade *por* e *para* a transformação. Contém uma dimensão prática - a vida cotidiana -, uma teórica - a análise das relações sociais e da teoria dialética do conhecimento - e uma dimensão política, que tem por base a própria dinâmica estrutural da sociedade em seus diferentes níveis: econômico, social e cultural.

Falar de educação popular é falar de um conjunto dinâmico de ações de caráter educativo, de uma forma específica de adquirir, criar e recriar conhecimento e processos, com base nas mudanças sobre a realidade e a prática social, o que nos permite ir localizando o cotidiano, o individual, o parcial dentro do social, do coletivo, do histórico, do estrutural.

Esses elementos próprios da educação popular são afins ao feminismo, e o que este faz é introduzir no processo educativo a intencionalidade de transformação daqueles aspectos da realidade em que se manifesta a discriminação de gênero. É aí que se expressam as contradições inerentes à sociedade patriarcal.

(\*) Beatriz Cannabrava é educadora popular feminista, fundadora da Associação Mulheres pela Paz e da Rede Mulher de Educação.

(\*) Hilda Fadiga é educadora popular, assistente social com especialização em recursos humanos, associada-educadora e membro do Conselho Gestor da Rede Mulher de Educação.



Na metodologia, interessa-nos realizar atividades que sejam espaços que contribuam para o seu processo de tomada de consciência de sua condição de mulher e de protagonista de um processo de transformação.

Na educação popular feminista temos a dimensão prática - a vida cotidiana das mulheres; a teórica - a teoria feminista, a teoria dialética do conhecimento e das relações sociais; e a dimensão política – a intencionalidade de mudanças.

Não há um método pronto, mas sim um conjunto de diretrizes, visando a orientar as ações concretas.

- a) Partir da prática, daquilo que as pessoas vivem, sentem e sabem; das diferentes situações e problemas que enfrentam na vida cotidiana.
- b) Desenvolver um processo de teorização sistemático, progressivo sobre a prática, que permita ir descobrindo os elementos teóricos, recuperando todos os saberes, tanto os teóricos como aqueles gerados pela experiência das(os) participantes, pois participar é sobretudo um diálogo.
- c) Esse processo de teorização deve permitir sempre regressar à prática para transformá-la, melhorá-la e resolvê-la, trazendo novos elementos que permitam que a situação inicial possa ser explicada e entendida para que se possa fundamentar o assumir consciente de compromissos e tarefas. A partir daí, podemos dizer que a teoria se converte em guia para uma prática transformadora.

De acordo com as diretrizes, o processo acontece em três momentos integrados e complementares:



**Preparação:** Coleta de dados - trata-se de recolher dados sobre a prática social desenvolvida pelas(os) participantes, visando a definir o ponto de partida, o marco zero.

**Realização:** Capacitação, etapa em que são abordados aspectos teóricos e metodológicos sobre a informação recolhida/ sistematizada e se elabora um plano de ação.

**Continuidade:** De volta à prática, e quando acontece a execução do plano, seu acompanhamento, por meio de instrumentos de monitoramento/avaliação, a revisão e ajustes necessários.

Considerando que o tema Tráfico de Pessoas além de delicado é um tema sobre o qual não há um acúmulo considerável de informações, acreditamos que essa metodologia cuidadosamente implementada se adéqua ao carácter exploratório da proposta do Projeto, na medida em que possibilita a construção do processo passo a passo com a participação de todas as partes, interagindo em diferentes momentos.

## Referências

AGUILA, Elena. *De Rivalet a Comnplices – uma experiência em Educação Popular feminista*. Santiago de Chile: Colectivo El Telar, 1991.

ALFORJA. *Aprender desde la práctica. Reflexiones sobre la educación popular desde Centroamérica*. San José: 1987.

ALFORJA. *Técnicas Participativas para la Educación Popular*. San José: 1984 y 1986. (Tomos I y II).

BRAVO, Luiz. *Trabalhando com a Comunidade*. 3. ed. Rio de Janeiro: Anaconda Cultural Edições, [19--].



CANNABRAVA, Beatriz; FADIGA, Hilda; DUALIB, Mirian (Orgs.). *Negócio de Mulher*. São Paulo: Rede Mulher de Educação, 2003. (Série Mudando o Mundo).

CANNABRAVA, Beatriz Cannabrava. *A Educação Popular Feminista e a Paz*. In: SEMINÁRIO PERUANO MULHER E PAZ, 2002, Lima, Peru.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Esperança*. São Paulo: Instituto Paulo Freire, 2012.

GT Gênero – PLATAFORMA DE CONTRAPARTES – NOVIB. *Perspectivas de Gênero – Debates e Questões para as ONGs*. Recife: SOS Corpo gênero e cidadania, 2002.

JARA, Oscar. *La Concepción Metodológica Dialéctica, Los Métodos y las Técnicas Participativas en la Educación Popular*. Costa Rica: Centro de Estudios y Publicaciones Alforja, [19--].

JUREKEWICZ, Regina Soares (Org.). *Quem controla as mulheres? Direitos Reprodutivos e Fundamentalismos*. São Paulo: Católicas pelo Direito de Decidir, 2011.

LIMA, Lauro de Oliveira. *Treinamento em Dinâmica de Grupo no Lar, na Empresa, na Escola*. Petrópolis, RJ: Vozes, 1973.



## 6.

# As faces cruéis da violência sexual

por Joelda Pais (\*)

A violência contra a mulher é uma das principais violações aos direitos humanos das mulheres porque as atinge em seus direitos à vida, à saúde, à integridade física e psicológica.

A violência sofrida pelas mulheres é um fenômeno presente em todas as classes sociais, origens, idades, religiões, estados civis, escolaridade, raças e orientação sexual. Não pode ser entendida sem se considerar a dimensão de gênero, ou seja, a construção social, política e cultural da masculinidade, feminilidade e as relações entre homens e mulheres. É primordial contextualizar a estrutura de poder político/social a qual as relações de gênero foram construídas, no caso o patriarcado.

A violência contra a mulher (violência doméstica, ocorrida na comunidade e violência institucional) é “qualquer ação ou conduta, baseada no gênero, que cause morte, dano ou sofrimento físico, sexual ou psicológico à mulher, tanto no âmbito público como no privado” - Art. 1 – Convenção de Belém do Pará (1994). “A violência de gênero representa o poder do macho, é tudo que tira os direitos humanos numa perspectiva de manutenção das desigualdades hierárquicas para garantir obediência, subalternidade de um sexo a outro. Trata-se de forma de dominação permanente e acontece em todas as classes sociais, raças e etnias”. (Saffioti 1987).

(\*) Joelda Pais é Coordenadora de Direitos Humanos e Gestora Estadual do Pacto Nacional pelo Enfrentamento à Violência contra a Mulher, da Secretaria de Estado de Políticas para as Mulheres, do Acre.



A **violência sexual**, baseada no gênero, ocorre através do abuso de poder no qual a vítima (mulher, criança e adolescente) é usada para a gratificação sexual do agressor sem seu consentimento (Ballone e Ortoloni, 2003). Esta violência pode ser exercida com o uso de força, intimidação, coerção, chantagem, suborno, manipulação, ameaça ou qualquer outro mecanismo que anule ou limite a vontade pessoal (MS, 2000).

Abaixo, os tipos de violência sexual:

➡ **Estupro** – Constranger alguém mediante violência ou grave ameaça, a ter conjunção carnal (penetração) ou a praticar ou permitir que com ele se pratique outro ato libidinoso - (Código Penal e Lei Maria da Penha).

➡ **Perigo de contágio venéreo** – Expor alguém, por meio de relações sexuais ou qualquer ato libidinoso, a contágio de moléstia venérea, de que sabe ou deve saber que está contaminado – (Código Penal).

➡ **Estupro de vulnerável** – ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de 14 anos – (Código Penal).

➡ **Assédio Sexual** – constranger com o intuito de obter vantagens ou favorecimento sexual, prevalecendo-se do agente de sua condição de superior hierárquico ou ascendência inerente ao exercício de emprego, cargo ou função – (Código Penal).

➡ **Exploração sexual** – Induzir ou atrair para a prostituição, facilitar, impedir ou dificultar que alguém a abandone, no caso a mulher. (Código Penal).

➡ **Exploração comercial para fins sexuais** de mulheres e adolescentes – Configura-se em: prostituição, pornografia, o tráfico para fins sexuais e o tu-



rismo sexual. (ECA e Código Penal).

Para o enfrentamento a violência sexual, é necessário a implementação de ações articuladas de diversos setores (saúde, segurança pública, educação, assistência social, justiça, dentre outros). É importante lembrar que o decreto 7.958, de 13/3/2013, estabelece diretrizes para o atendimento às vítimas de violência sexual pelos profissionais de segurança pública e da rede de atendimento do Sistema Único de Saúde. A Lei Maria da Penha também é um forte instrumento para o enfrentamento da violência sexual. Também têm desempenhado papel fundamental no acolhimento às vítimas o Serviço Especializado de Atendimento à Mulher.

**Nota:** Essa apresentação foi realizada por Joelda Pais por ocasião da oficina do projeto em Rio Branco/AC, em 6 e 7/6/2013.



## CASO QUEIMADAS:

### estupro coletivo como presente de aniversário

Os crimes ocorridos na cidade de Queimadas, na Paraíba, foram amplamente divulgados pelos movimentos sociais, principalmente o movimento feminista. De maneira resumida, em 12/2/2012, durante o carnaval, cinco mulheres foram atraídas para um aniversário, que se transformou numa cena de crime bárbaro de estupro e assassinato de duas mulheres, Isabela Pajuçara e Michelle Domingos (por terem reconhecido os agressores). O crime foi minuciosamente planejado por dez homens, entre eles três menores de idade. A justificativa do crime: presente de aniversário para Luciano dos Santos Pereira, de 44 anos. O mentor do crime foi o irmão de Luciano, Eduardo dos Santos Pereira, ex-cunhado de uma das mulheres assassinadas.

Muita pressão foi feita e organizada na ruas pedindo justiça. A CPMI da Violência contra a Mulher visitou a Paraíba e diagnosticou a situação de vulnerabilidade das mulheres em Queimadas e em seu entorno. O julgamento foi transferido para a cidade de João Pessoa. O mentor do crime, Eduardo dos Santos Pereira, foi condenado a um total de 108 anos de prisão, em 25/9/2014. Os demais envolvidos foram sentenciados anteriormente, em 23/10/2012: Luciano dos Santos Pereira (44 anos de prisão), Luan Barbosa Casimiro (27 anos de prisão), e Diego Domingos (26 anos e seis meses de prisão). Os menores ficarão até três anos no Lar do Garoto, em Lagoa Seca.

Por ocasião das atividades da Associação Mulheres pela Paz, em João Pessoa, no período de 7 a 9/10/14, Ítala Carneiro, da Marcha Mundial de Mulheres, abordou o trágico crime que chocou e mobilizou a Paraíba, o Brasil e cerca de cinquenta países. Em sua exposição, Ítala destacou que “de acordo com o Mapa da Violência de 2012, o Brasil é o sétimo país, a Paraíba é o quarto estado e João Pessoa a sétima cidade em relação ao número de homicídios. A nossa conjuntura indica que a bandeira de combate à violência contra as mulheres se mostra tanto tática quanto estratégica”. Ela frisou que “o Caso Queimadas é um exemplo, diante de tantos casos na realidade paraibana, mas não é qualquer caso, pois envolve violência doméstica, estupro coletivo, homicídio”. Ítala concluiu dizendo que “o desfecho do Caso Queimadas se faz anunciar na campanha *Somos todas e todos Mulheres de Queimadas*. Avançamos porque nos mobilizamos, pois não há qualquer conquista que não tenha sido a partir da organização social, coletiva, portanto, política das mulheres. Foi um caso pedagógico, em um mundo que não leva a sério a violência contra as mulheres”.



## 7.

# Orientação sexual e identidades de gênero: repensando conceitos

por Beth Fernandes (\*)

Refletir sobre temas e ou fenômenos pertencentes às orientações afetivas sexuais e as identidades de gêneros possibilita abrir alternativas de relação do ser humano com o mundo. Essa crítica é feita no sentido de entendermos ou no mínimo reaprendermos sobre determinados temas, o que nos levaria talvez a alguma mudança de pensamento. E para que aconteçam essas mudanças temos que sair da estagnação, e uma das alternativas para que isto ocorra está na formação profissional. O(a) aprendiz e a aprendizagem nos cursos necessitam de informações seguras sobre temas relativas à sexualidade em nossa sociedade hoje. E só assim podemos pensar quais são as respostas sexuais masculinas e femininas dentro da sociedade moderna. As informações podem contribuir efetivamente na luta contra o preconceito e a discriminação sofrida por alguns segmentos populacionais, pois são estes preconceitos e discriminações cometidos contra travestis e transexuais que aumentam as desigualdades relativas às questões sociais. O temor do(a) “ativista político” no movimento social é se o futuro profissional ao sair da universidade tende a acreditar que existam categorias superiores e inferiores. E se assim for esse pensamento de que as categorias de negros, de mulheres lésbicas e ou de mulheres

(\*) Roberta Fernandes de Souza (Beth Fernandes) é psicóloga, especialista em Administração Educacional, Planejamento Educacional e Psicologia Clínica e mestra em Saúde Mental (ambas pela Unicamp); presidenta da Associação de Travestis, Transexuais e Transgêneros do estado de Goiás (Astral/GO).



transexuais são categorias inferiores, as faculdades e os(as) professores(as) terão falhado no princípio básico da ética e do respeito humano.

Talvez pesquisadores(as) se sintam provocados(as) a começar a orientar trabalhos a futuros profissionais para descobrir “em campo” o que é a vivência da transexualidade e travestilidade. Mas o desafio é fazer com que esses trabalhos saíam dos muros acadêmicos para irem além dos consultórios psicológicos, pois as informações sobre determinados segmentos precisam vencer os preconceitos e os rótulos. O maior prejuízo que existe é não ter informações nas universidades e nas faculdades para entendermos sem pré-julgamento estes seres, como é o caso das pessoas LGBTQs (lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais). Quando investigamos estudantes sobre sexualidades, orientação afetiva-sexual e identidade de gênero percebemos que a maioria mal sabe diferenciar sobre o que seja heterossexualidade, homossexualidade e bissexualidade. Estes futuros profissionais não conseguem “definir” ou “conceituar” sujeitos pelo seu desejo e ou pela sua atração sexual. E tudo piora quando temos que discutir e refletir com estes futuros profissionais sobre Identidades de Gêneros que é o caso dos segmentos de travestis e transexuais dentro de uma perspectiva socializada, não dentro da psicopatologia. A reflexão sobre este tema diante de questões da psicopatologia fica mais fácil para os estudantes, pois dentro de alguns cursos estes conseguem “enquadrar” e “rotular” determinados seres em suas “doenças”. Mas quando partimos para discussões sobre gênero, violências, desigualdades de gênero e as questões sociais, muitos destes futuros psicólogos não sabem dar sentido para a teoria aprendida nas universidades.



O desafio apresentado aqui é se livrar das imposições ideológicas dominantes que impedem a formação do profissional da saúde. Este artigo tem o objetivo de analisar quais são os elementos de preconceito e de discriminação que se constituem na formação deste profissional. Pensar a sexualidade e as diversas formas de expressão sexual é muito antigo. O que é novo é pensar essas informações sobre sexualidades desprovidas de pré-julgamentos.

De nada adianta falar para o futuro profissional sobre Direitos Humanos e Saúde Mental se não pensarmos em uma convivência humana mais justa e igualitária que possa fazer o(a) usuário(a) de nossos serviços de saúde se sentir respeitado(a), independente do que ele(a) é, e, para isso, precisamos constituir o saber teórico com elementos que extingam o preconceito. Não basta aprendermos e ou ensinarmos as diferenças sobre os conceitos de psicopatologias ou como funcionam os transtornos de personalidade e/ou talvez aprender e ensinar quais são as diferenças de gênero masculino e feminino em nossa cultura. Precisamos “intervir” na formação do futuro profissional com mais informações “corretas” desprovidas de pré-conceitos e de pré-julgamentos, uma “intervenção” que possa mudar as ideias que reforçam a heteronormativa. São essas informações “corretas” sobre a vivência do humano ou de quem são estes seres que pode nos levar mais diretamente à formação de uma ética e de um novo atendimento humanizado.

A ideia neste texto é costurar os conceitos teóricos, as diferenças desses conceitos no movimento social com ilustrações extraídas da realidade dessas pessoas. Essas ilustrações são alternativas para reforçar



a teoria e o entendimento do Movimento Social e qual é a contribuição desse movimento para o aprendizado dos(as) profissionais.

### Repensando os conceitos

Neste texto utilizamos a palavra “transexualismo” sempre entre aspas, pois em um fórum de gênero ou em discussões de gênero, estas reflexões são permeadas pela compreensão das desigualdades de gênero. É por isso que levantamos a ideia de que o uso do sufixo “ismo” em determinados conceitos só vem reforçar a condição de doença e da diferença do ser. Essas diferenças dos seres são “marcadas” pela **heteronormatividade**. Assim como não utilizamos o sufixo “ismo” para definição de algumas pessoas ditas com sexualidade “normais”, exemplo disso é no caso da heterossexualidade, que é sempre o termo usado em todos os contextos e referências, e não usamos e nunca foi usado o termo “heterossexualismo” como referência às pessoas.

Desta forma, neste texto só utilizaremos o termo transexualidade, e quando necessário usar o termo “transexualismo” será sempre entre aspas. Talvez essa seja uma provocação aos Manuais de Doenças e de Psiquiatrização sobre o sufixo “ismo”, abrindo pressuposto para desconstruir determinados rótulos e construir novos códigos dentro da Democracia Sexual.

E o que estes profissionais aprendem nos bancos escolares das faculdades sobre o tema? Então podemos diferenciar que **orientação afetiva sexual** está ligada ao desejo e à atração sexual, podendo as pessoas ser: heterossexual, bissexual ou homossexual. **Heterossexuais** são aqueles



indivíduos com atração afetiva e sexual por pessoas de sexo diferente do seu. **Bissexuais** são indivíduos que se relacionam sexual e/ou afetivamente com pessoas do sexo masculino e feminino. **Homossexuais** são aqueles indivíduos que têm orientação sexual e afetiva por pessoas do mesmo sexo. **Gays**: são indivíduos que, além de se relacionarem afetiva e sexualmente com pessoas do mesmo sexo, têm um estilo de vida de acordo com essa sua preferência, vivendo abertamente sua sexualidade. Já **Lésbicas** têm uma terminologia utilizada para designar a homossexualidade feminina.

Já a **Identidade de Gênero** está ligada ao fato de como as pessoas se sentem, se comportam e/ou se relacionam. De forma simplificada (e não simplista) e, principalmente, conceitual, podemos dizer que **Gênero** é um conceito que explica os comportamentos de mulheres e de homens em nossa sociedade e como estes comportamentos podem identificar os sentimentos internalizados (masculinos e femininos) das pessoas. Gênero define como as pessoas se sentem, e essas pessoas, homens e mulheres, podem culturalmente se sentirem masculinas e ou femininas. Com isso, essas pessoas podem desempenhar papéis de gêneros masculinos e ou femininos, independentemente do sexo anatômico biológico, e os papéis de gênero ultrapassam a maneira de “sentir-se” do indivíduo, levando as pessoas a se comportarem socialmente como masculinas e ou femininas. As pessoas se sentem masculinas e ou femininas independentes de seu sexo anatômico, e desempenham papéis de gêneros masculinos e femininos independentes da imposição social. E por último, conceituamos o significado da **orientação afetiva sexual** e utilizamos a palavra - afetiva - porque as pessoas, além de atraírem e terem desejo sexual, também se amam. E com



a inclusão da palavra “afetiva” na terminologia orientação sexual pode-se diferenciar o que muitos estudiosos pensam sobre orientação sexual e educação sexual. As pessoas desejam outras pessoas sexualmente, mas como seres humanos têm uma “ordem” afetiva para esse desejo. Mas em relação ao gênero (masculino e feminino) existem pessoas que se sentem masculinas e femininas ao mesmo tempo, o que chamamos de gênero “misto”, ou seja, ora se sentem, se comportam e se expressam de maneira masculina, ora se sentem e se expressam de maneira feminina, que é o caso da **Identidade de Gênero das travestis**.

Um ser humano, então, pode nascer macho (sexo masculino), se sentir do gênero feminino e desempenhar papéis de gênero feminino ao longo de sua vida, comportar-se de maneira feminina e assim, vir “adequar” seu corpo nascido macho para o de fêmea, com utilização de técnicas da hormonioterapia e ou técnicas cirúrgicas, de forma que seu corpo de nascimento se “adapte” ao seu “sentimento” de gênero. Essas pessoas que nascem do sexo masculino e/ou feminino, mas que têm sua Identidade de Gênero oposta ao seu sexo biológico, e assumem papéis de gênero diferentes daquele imposto pela sociedade para seu sexo de nascimento são consideradas pessoas com “transtornos de gênero” e ou “disfóricas”, sendo chamadas de homens e ou mulheres transexuais pelos manuais. Já no campo do Movimento Social e do fórum de gênero essas pessoas vivem uma **transexualidade**, pois após a adequação cirúrgica elas são mulheres como outra nascida com o órgão genital. Esses corpos, que não estão em consonância com gênero, podem e são muitas vezes modificados para que haja uma coerência entre corpo e gênero. Mas é este processo de transformação para adequação dos corpos ao gênero que incomoda a



sociedade e algumas pessoas, causando as discriminações que marginalizam as pessoas, excluindo-as das relações sociais. A educação é a instituição que mais expulsa estes seres da escola e do convívio social, por causa da transformação. E são os(as) profissionais que mais podem contribuir para diminuir a intolerância e os preconceitos com essas pessoas. Por falta de entendimento não fazem e não ajudam a diminuir o preconceito.

As modificações dos corpos e a adequação desses corpos para as práticas sexuais dessas pessoas não está ligada à orientação sexual, pois as pessoas transexuais não mudam sua orientação sexual após a cirurgia. Pois mesmo com a incoerência do sexo anatômico ao seu gênero, antes da cirurgia, essas pessoas se afirmam em suas Identidades psicoemocionais, ou seja, se relacionam e se comportam expressando seu sentimento e desejo sexual. Já para algumas pessoas e em alguns países, essa cirurgia de “mudança de sexo” apenas serve à ideologia dominante, sendo essas cirurgias feitas com o intuito da exclusão das homossexualidades, ou seja, a cirurgia de “mudança de sexo” em alguns países está sendo realizada no intuito de que o corpo se transforme para “normalizar” a prática sexual. Sabemos que a orientação afetivo-sexual não é mutável, os corpos sim podem se transformar.

Nessa mesma linha de raciocínio, o fato é que precisamos “entender” que a transexualidade não pertence à categoria de orientação afetivo- sexual; a transexualidade é uma Identidade de Gênero. E existem transexuais que são mulheres lésbicas, ou seja, pessoas que nasceram com o sexo masculino, transformaram seus corpos através de técnicas cirúrgicas e hormonioterapia para serem mulheres, se sentem atraídas e com desejo



sexual por outra mulher. As mulheres transexuais lésbicas muitas vezes não se declaram anterior à cirurgia com medo de serem identificadas como homens afeminados e ou homossexuais, pelo fato do seu gênero ser feminino e ter desejo por mulher.

Essa problematização é levantada como uma questão relevante, porque uma preocupação do Movimento Social é a luta contra os estigmas e a psicopatologização do ser, que ajuda muito para fortalecer esses às discriminações. A Identidade de Gênero, em específico a transexualidade, não é uma “forma” de se enquadrar na normalidade, ou seja, as transexuais não são pessoas que foram ou eram homossexuais e com a cirurgia se tornam “normais” em sua sexualidade, pois essas pessoas podem exercer uma prática afetiva – heterossexual mesmo anterior à cirurgia. Essas pessoas só ficam prejudicadas antes da cirurgia com o desempenho e funcionamento da prática sexual, pois a genitália não é consoante com o gênero e na prática sexual não se harmoniza. As transexuais podem ter orientação afetiva sexual como: heterossexuais, bissexuais ou homossexuais. A cirurgia de transgenitalização só possibilita a harmonia do corpo e a mente, e é por isso que existe a defesa de que deve ser realizada no sentido de aliviar o sofrimento psíquico e as angústias frente ao corpo.

São essas angústias que são responsáveis pela tormenta de não haver conformidade da genitália e o pertencimento ao gênero oposto ao sexo. Transexuais não são melhores ou piores que outros segmentos populacionais. As diferenças existem e, aqui neste texto para facilitar a compreensão da Identidade de Gênero e a sexualidade, fazemos uma divisão didática e estrutural, pois esse é o melhor caminho para



aprendizagem e para informação. Também porque, quando essas diferenças não são compreendidas, podemos também reforçar as exclusões. Sabemos que alguns segmentos não possuem “entradas inclusivas” dentro do SUS e da Educação e assim, esta “porta de entrada”, ou seja, este serviço de saúde para transexuais também pode servir de acesso para outros segmentos. E o serviço de Saúde Mental e de Psicologia tem que ser o “mediador” e o “filtro” para detectar tais pacientes e a “ajudá-los(as)” da melhor forma possível no encontro de sua sexualidade e do convívio social. Mas quando despreparado, esse serviço também pode servir apenas para reforçar a heteronormatização e a exclusão das homossexualidades.

Assim, podemos dizer que a Transexualidade é uma consolidação da existência do indivíduo e suas relações com o mundo. E essa vivência tem como objetivo a alteração cirúrgica desses atributos físicos e genitais de nascença, para que os mesmos possam ter uma correspondência estética, funcional e em comunhão com o psicossocial. Essa definição de quem vive a transexualidade pode ser uma “melhor” tradução da definição da Identidade de Gênero da pessoa transexual, e essa definição é respeitada pelo Movimento Social.

Quando pensamos em uma sociedade preconceituosa e hipócrita não conseguimos imaginar o que é ser uma pessoa transexual “dentro” dessa sociedade. Muitos(as) estudiosos(as) não respeitam as vivências deste segmento, reforçando os estereótipos de gênero que aprisionam os seres em caricaturas e ou discriminam essas pessoas. E as pessoas que sofrem com a exclusão, por serem transexuais, não são permitidas que se expressem no mundo da maneira que lhe parecer mais satisfatório, como ser



masculinas ou serem femininas na sociedade. Esse tipo de discriminação é chamada de “transfobia” e continua a produzir muitas dores físicas e emocionais, o que tem consequência direta sobre a baixa qualidade e expectativa de vida das pessoas transexuais. Podemos deduzir que quanto mais longe do “padrão ditado como normal” e quanto mais longe das características de gênero masculino e feminino ditados pela sociedade, mais ocorrerão violências contra essas pessoas. E também quanto maior e mais visíveis as modificações dos corpos mais se manifestam as violências e a opressão do gênero. Muitas vezes o espanto sobre a transformação dos corpos dessa população está ligada ao fato do abandono do poder masculino ou das escalas hierárquicas no gênero. O preconceito e os estigmas é o que provoca inúmeras violências e marca as condições de vida dessa população. A carência de informações e de conhecimentos sobre estas pessoas é a principal causa de violência, o que aumenta a intolerância a este segmento.

As informações trazidas pelo Movimento Social podem esclarecer a vivência destas populações diminuindo os estigmas e consequentemente diminuindo as violências. Algumas dessas violências não só alimentam as desigualdades como reforçam a condição marginal do indivíduo. Agressividade gerando agressividade. As travestis e as transexuais lutam pelo Direito Sexual incluindo o direito da transformação corporal e, para isso, essas pessoas “trans” precisam “retirar” qualquer ambiguidade de gênero. É a ambiguidade que causa a crítica na sociedade bipolar (masculina ou feminina), e nessa sociedade prevalecem como normas de gênero para os dois seres, ser masculino ou ser feminino; nunca estes dois gêneros em um só indivíduo, por isso, a travestilidade é vista com muito estigma e preconceito, por manter alguns traços do sexo anatômico somado a alguns traços do gênero que se identificam.



A saúde pessoal está em admitir os desejos, admitir os sentimentos e realizá-los harmonicamente. **O ser humano resulta na comunhão da rede de todos os aspectos da sexualidade: da identidade genital, da identidade sexual, da identidade de gênero, da identidade do papel sexual e de gênero. E por último, de uma identidade de orientação afetivo-sexual.** Não temos que privilegiar nenhum destes aspectos. Essa última (orientação afetivo- sexual) não é a determinante da estrutura das sexualidades, ela faz parte da comunhão de todos os aspectos da sexualidade que expressa o desejo sexual do ser humano.

### **Considerações finais e comentários**

Para concluir, as reflexões sobre as violências causadas às travestis e transexuais, principalmente por suas modificações dos corpos, possibilitam contribuir decisivamente para a mudança de costumes e valores na sociedade, colocando em pauta a importância da discussão da democracia sexual. Essa reflexão nos possibilita incentivar programas para resolver conflitos e assegurar uma sociedade adulta com saúde e educação.

Objetivamos com essa discussão, a princípio, diminuir e prevenir as violências na sociedade e nas comunidades através de informação. Desejamos que essa sociedade tenha condições mais justas e democráticas para todos(as), deixando claro que nenhum ser humano, mesmo em transformação, é igual, desmistificando os rótulos, e elucidando que nem toda transformação corporal se expressa de forma fixa nos seres, que são, em suma, sujeitos diversos e plurais.

Temos que combater as violências e não incentivá-las. Uma sociedade harmônica é aquela que preza o respeito pela outra pessoa, qualquer que seja.



Contudo, essa harmonia só pode ser construída pela elaboração minuciosa de um conjunto de proposições que subsidiem políticas públicas de assistência a essas pessoas, no âmbito, principalmente, da Saúde e da Educação.

Para concluir, os efeitos de “gênero”, ou mesmo de “corpos”, entendidos em suas “subjetividades”, também promovem o respeito às diferenças e à dignidade humana. Uma sociedade harmônica é aquela que respeita a outra pessoa, já um(a) profissional harmônico(a) é aquele(a) que respeita a forma espontânea de desenvolvimento do ser humano, conseguindo lidar com as diferenças que se faz peculiar em cada um(a). Para que possamos construir essa harmonia, temos que elaborar um conjunto de proposições que subsidiem políticas públicas de assistência a esses segmentos populacionais no âmbito da Saúde e da Educação.

A resistência ao novo é nossa principal inimiga como educadores(as), pois é ela que não permite compreender o valor das relações afetivas, e a importância da expressão sexual que envolve o corpo. É essa resistência que nos ameaça em nossas certezas conceituais sobre o que é vida e ser humano.



## REFERÊNCIAS

ARÁN, M (2006). *A Transexualidade e a gramática normativa do sistema sexo-gênero*. Revista Agora. Estudos em Teoria psicanalítica. Vol. IX, nº 1. Rio de Janeiro: Editora Contra capa.

FERNANDES, Beth. DAIS Gonçalves Rocha (Organizadora); *Diversidade e equidade no SUS: parceria universidade e educação popular*. Capítulo III; Goiânia; Cãnone Editorial, 2008.

FERNANDES, Beth. *Da relação das travestis e transexuais com o HIV/AIDS*. Goiânia, Revista do VII Congresso da SBDST/AIDS; 2008.

FERNANDES; Beth. *Da relação das travestis e transexuais com o Tráfico de pessoas*. Revista eletrônica do Simpósio Vozes e Plurais; 2009.

FERNANDES; Beth. *As deficiências dos serviços de acolhimento: relato de atendimento de mulher vítima de tráfico interno*. Goiânia. Revista Caminhos do Núcleo de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas em Goiás, ano 1, abril/junho de 2011.

FERNANDES; Beth. *As vulnerabilidades das travestis e transexuais com o HIV/AIDS: relato de um grupo em Goiânia*, Curitiba. Revista do VIII Congresso da Sociedade Brasileira de DST, IV Congresso Brasileiro de AIDS e I Congresso ALAC/IUSTI Latino América, maio de 2011.





## 8.

# A vulnerabilidade social das mulheres negras brasileiras

por Nilza Iraci (\*)

Ser mulher, negra, indígena, lésbica, pobre, migrante é ter sua situação agravada em função das assimetrias de gênero e raça que caracterizam a sociedade patriarcal e racista, que as colocam em situação de maior subordinação e discriminação, potencializando sua situação de pobreza e vulnerabilidade, mantendo-as na base da pirâmide social.

As mulheres negras do Brasil vivem um quadro de guerras não declaradas, que, de formas extremamente violentas, restringem sua capacidade de agenciamento das condições de vida individuais e coletivas.

Pobreza, indigência, morte precoce, violência, violação de direitos, restrições à livre expressão sexual, incidência crescente de infecção por HIV/ Aids e altas taxas de mortalidade, da invasão dos corpos estão entre os desafios enfrentados pelas mulheres na maior parte das vezes em isolamento.

De acordo com informações do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)) e do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), de 2010, a população brasileira chega a 191 milhões de habitantes. A população negra chega a 97 milhões, o que equivale a 51%. As mulheres negras são 47

(\*) Nilza Iraci é comunicadora social e presidenta do Geledés Instituto da Mulher Negra.



milhões de pessoas, isto é, 25 % da população total.

O Brasil é o maior país do mundo em população afrodescendente fora do continente africano. É o segundo país em população negra depois da Nigéria e o último país a abolir a escravidão negra. Foi também o país que mais importou africanos para serem escravizados.

Levantamento feito pelo governo federal em 2011 revela que 16,2 milhões de brasileiros, o equivalente a 8,5 % da população do país, vivem em situação de extrema pobreza, com uma renda per capita de até R\$ 70,00 por mês, ou pouco mais de U\$ 2,00 por dia. Desse total, 70,8% são negros(as) e 50,9% têm, no máximo, 19 anos de idade.

As variáveis emprego e desemprego continuam sendo as mais relevantes para caracterizar a situação das mulheres negras, porque evidenciam, de forma contundente, a desigualdade e a marginalização em que se encontram como consequência de sua condição de gênero e pertencimento étnico-racial.

No Brasil, as mulheres negras enfrentam inúmeras barreiras para a ascensão profissional, e mesmo com mais anos de estudo recebem menos da metade do salário de um homem branco. O desemprego atingiu 14,1% entre as mulheres negras, comparado a 6,3% entre homens brancos em 2010.

Estima-se que no Brasil seis milhões e meio de mulheres exercem o trabalho doméstico, das quais 61,6% são negras. Trata-se de uma das ocupações com piores condições de trabalho, extensas jornadas, baixas remunerações, escassa cobertura social e um alto nível de descumprimento de normas trabalhistas e uma das profissões com maior déficit de trabalho decente. “Este fenômeno está relacionado a uma herança escravista da sociedade brasileira,



que se combinou a um cenário de desigualdade no qual as mulheres negras têm menor escolaridade e maior nível de pobreza e no qual o trabalho doméstico desqualificado, desregulado e de baixos salários constitui-se numa das poucas opções de emprego”. (dados do IBGE, de 2012).

No trabalho doméstico, as mulheres negras são vítimas potenciais de vários tipos de violência (física, mental, sexual e moral), fruto da discriminação oriunda do sexismo patriarcal e do racismo. Essa condição coloca as mulheres negras em um lugar de subordinação que não permite denúncia e fiscalização, devido à conspiração do silêncio institucional da legislação brasileira, que proíbe a fiscalização no âmbito privado (inviolabilidade do lar).

Há muitas e variadas atitudes cometidas contra as mulheres, que são catalogadas de violentas. Essa é a razão pela qual não podemos falar em violência contra a mulher, mas em violências. As mulheres negras vivenciam em seu cotidiano as múltiplas formas de violência: física, psicológica e sexual; o tráfico de mulheres; a violência produzida por atores armados da polícia e da marginalidade. Todas essas violências são agravadas pelo racismo, o preconceito e a discriminação. Como consequência, as mulheres vítimas de violência vivenciam emoções e sentimentos de baixa autoestima, rejeição, medo, raiva, desilusão, tristeza, impotência, dor, insegurança, frustração e perda de identidade.

O *Dossiê Mulher 2010* mostra que as mulheres pretas e pardas (negras, na categoria do IBGE) são a maioria entre as vítimas de homicídio doloso – aquele em que há intenção de matar – (55,2%), tentativa de homicídio (51%), lesão corporal (52,1%), além de estupro e atentado violento ao pudor (54%).

Embora o racismo não esteja evidente nos casos de violência contra a



mulher negra, está por trás de processos de vulnerabilização dessas mulheres, que as deixam mais expostas a situações de violência. “O racismo permite que a sociedade entenda que essas mulheres negras podem ser violentadas”, na medida em que são apresentadas como lascivas, quentes, sem moral do ponto de vista da sua experiência sexual.

Quando se pensa em mulher negra no Brasil, na maioria das vezes, a primeira imagem que aparece na mente é de mulata no carnaval. É o que mostra um estudo da ONG Idobem, que entrevistou mais de 5 mil brasileiros em diversos pontos do país. Ao todo, 41% dos entrevistados apontaram para essa resposta. O índice mostra que, mais de cem anos após a abolição da escravatura, a luta das mulheres negras por dignidade, respeito e igualdade, continua no Brasil (disponível em: <<http://racismoambiental.net.br/2012/11/mulher-negra-ainda-e-vista-como-objeto-sexual-diz-pesquisa>>).

Segundo pesquisa divulgada pela Organização Internacional do Trabalho (OIT), o tráfico humano é predominante entre as mulheres negras na faixa etária entre 15 e 27 anos, em idade produtiva e vida sexual plena, que não encontram acesso ao mercado de trabalho formal. Em busca de melhores condições de vida e mobilidade social, elas caem na teia da exploração sexual, dentro e fora do Brasil, e se tornam objetos frágeis nas mãos de pessoas que se beneficiam da vulnerabilidade, ingenuidade, do despreparo e da falta de oportunidade no mercado de trabalho.

A triste herança do tempo da escravidão, quando a mulher negra era vista como objeto sexual por seu senhor ou não passava de uma serviçal, ainda existe. Naqueles tempos, estuprar uma mulher negra era considerado virilidade, e não crime. Enquanto isso, as mulheres brancas eram protegidas



e “guardadas”. A mulher negra é vista como escrava de prazeres sexuais, com notável poder de volúpia e sedução, simbolizada na lendária Xica da Silva, personagem levada para o cinema pelo filme do mesmo nome, de Cacá Diegues, com grande sucesso de bilheteria. E na literatura de Jorge Amado. E nas marchinhas de carnaval....

Mas queremos exercer nossos direitos, sem medo e sem culpa! “Os direitos sexuais incluem o direito humano da mulher a ter controle sobre sua sexualidade, incluída sua saúde sexual e reprodutiva, e a decidir livre e responsabilmente a respeito dessas questões, sem estar sujeita à coerção, à discriminação e à violência” (Plataforma de Beijing, 1995).

E por tudo isso, lutamos! Nós, mulheres, somos parte de uma revolução sociocultural que fez emergir um novo paradigma de sociedade, que nos permite crer numa nova consciência planetária que afirme a igualdade, a não discriminação, a solidariedade e o respeito às diferenças e à não violência.

Acreditamos que um novo mundo é possível, e nele todas as pessoas poderão viver com dignidade, solidariedade, alegria e paz.





## 9. Desafios e perspectivas na construção de políticas para as mulheres negras e demais grupos vulneráveis ao tráfico de pessoas

por Cláudia Patrícia Luna

A partir do lançamento da Década dos Afrodescendentes instituída pela ONU, é oportuno refletirmos com base no contexto das celebrações ao Dia Internacional da Mulher. É imprescindível uma análise da questão de gênero sob a ótica étnico-racial, e mais detidamente sobre a situação específica das Mulheres Negras no nosso País.

Dados recentes do Anuário das Mulheres Brasileiras dão conta que no Brasil a pobreza tem cor e sexo, ou seja, é mulher e negra. Ante o fenômeno da globalização, nos deparamos hoje com a realidade da feminização da pobreza. No entanto, a existência de mulheres negras em situação de vulnerabilidade socioeconômica e de exclusão mostra a necessidade de rever as políticas públicas de gênero sob as perspectivas de etnia/raça.

A fim de compreender esse processo, é também imprescindível estender esse olhar com base nessa dinâmica, que a origem desse fenômeno, a feminização da pobreza e o seu impacto nas mulheres negras derivam de um contexto social-histórico-político: o processo de escravidão no Brasil, que

(\*) Cláudia Patrícia Luna é advogada, presidenta da Elas por Elas Vozes e Ações das Mulheres e do Movimento Nacional contra o Tráfico de Pessoas (MCTP).



teve início em meados do século XVI (1533) e perdurou até o fim do século XIX (1888).

Esse triste capítulo da história brasileira teve reflexos que, até os dias de hoje, são traduzidos por flagrantes desigualdades da população negra no acesso aos espaços decisórios de poder, bem como às garantias protetivas aos direitos ditos humanos e fundamentais!

O referido processo histórico que, por 350 anos, reduziu a população negra à condição de objeto de direito, alijou negros e negras, foi legitimado por força de lei, qual seja, a Constituição Imperial de 1824, que por força da Lei Complementar número 05 impedia que negros e leprosos fossem destinatários da garantia de direitos humanos fundamentais, como acesso a educação, moradia, saúde, dentre outros...

Contextualizar a discriminação de gênero agregada ao fator racial é realizar uma leitura crítica da realidade, com base nos dados estatísticos produzidos por diversos institutos econômicos. A análise dessa realidade sob a perspectiva social e histórica nos permite vislumbrar o lugar, até então destinado às mulheres negras na sociedade no âmbito das políticas públicas – o da invisibilidade, o da condição de objeto de direitos, destituídas de todo e qualquer protagonismo!

A transformação dessa forma perversa de contexto inicia-se de maneira lenta e gradual com o protagonismo e participação do movimento negro, que leva suas pautas reivindicatórias de inclusão e igualdade a espaços governamentais. Passa a exigir a mudança no seu *status quo*, de objeto de direitos a de sujeito de direitos, protagonista e dotado de poder decisão nesse processo!



Constata-se que, a despeito do cenário de flagrantes desigualdades, questiona-se: Quais serão os desafios na construção de políticas públicas para as mulheres negras no nosso País? Como deverão ser ultrapassados, tendo em vista o fato de se vislumbrar na sociedade moderna a presença cada vez maior de mulheres em postos de comando e em outros espaços de poder, outrora ocupados exclusivamente por homens, que ainda são vítimas da violência doméstica e familiar, do tráfico de pessoas e, sobretudo da violência que as atinge pelo fato de serem mulheres e negras?

Nessa perspectiva, ao contextualizar a temática do tráfico de pessoas, torna-se imprescindível realizar uma análise das inúmeras violências a que mulheres, negras e negros, enquanto grupos mais vulneráveis, acham-se mais expostas(os). Num primeiro momento, observamos que uma das formas de violência motivadoras do tráfico de pessoas é aquela que se inicia no microespaço do lar: a denominada violência doméstica ou intrafamiliar, que atinge mulheres independentemente de raça, etnia, classe social, religião, nível educacional. É indiscutível o fato de que as pessoas que sofrem violência dentro de suas casas, em sua maioria, notadamente, crianças, jovens, mulheres, travestis, (negras), para fugir desse ciclo de violência, muitas vezes abandonam seus lares ou buscam moradias precárias, encontrando-se, por conseguinte mais expostas à ação daqueles que atuam nas redes de tráfico humano. A esse círculo além do tráfico humano, tais pessoas estariam de igual modo vulneráveis ao tráfico de drogas, armas, e como destino final, fechando esse círculos concêntricos de violências, fadadas ao destino final: à prisão!

Junto a esses fatores, é fundamental considerar uma leitura da temática da perspectiva das migrações. Não muito diversa das realidades e contextos



das violências já relatadas anteriormente, as populações migrantes estão mais expostas a esses ciclos, dada a escassez ou mesmo ausência de políticas públicas que deveriam lhes ser destinadas. Por óbvio, resta claro que, de igual modo, os grupos mais expostos a essa prática criminosa serão as mulheres, jovens e os grupos migratórios de origem africana ou afro-latino-americana. Novamente, as variáveis de gênero/etnoraciais/geracionais/socioeconômicas indicam e reforçam o perfil dessas vítimas do tráfico de pessoas.

A fim de corroborar tal assertiva, primordial referenciar os dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) na obra *Retratos das Desigualdades*, de 2009, acerca dos indicadores de gênero e raça, como forma de exemplificar e justificar os elementos em questão. Nesse diapasão, é fundamental que a Política Nacional de Enfrentamento ao Tráfico, em particular o seu Plano Nacional, possa contemplar essas pessoas em situação de tráfico de humano como verdadeiras destinatárias!

Com base nessas realidades, o momento que ora se apresenta é no mínimo estratégico: se hoje a grande mídia aborda a temática do Tráfico de Pessoas e a torna acessível à grande massa, por outro lado as políticas públicas e toda a construção e discussão acerca do tema – Tráfico Humano – que acontece desde 1999, e que deveriam ser destinadas às pessoas em situação de tráfico, podem ser comparadas à cartas enviadas sem referência ao endereço destinatário. Ou seja, tais correspondências, assim como as referidas políticas públicas formuladas jamais chegariam a quem realmente delas necessita. O que significa dizer que ainda estão aquém de debruçar-se sobre as realidades que se apresentam e não identificam, e de igual modo não se destinam àquelas(es) que são as pessoas vulneráveis a essa modalidade perversa de atuação do crime organizado.



A fim de suprir essas lacunas, a sociedade como um todo aguarda a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas, para o período 2013-2016, construído coletivamente, com a participação da sociedade civil organizada e que, por certo, além de aspectos como a prevenção, repressão e responsabilização daqueles que traficam pessoas, deverá concretizar a capacitação de toda a rede pública e parceiros(as) da sociedade civil, bem como , (assim torcemos), o acolhimento e o atendimento às vítimas!

Há que se relevar que vários setores da sociedade têm se reunido com o fim de buscar respostas a esse cenário tão caótico. A mobilização para a criação de Fóruns de Discussão e redes de atuação contra o Tráfico de Pessoas, tais como o de Erradicação do Trabalho Infantil e o MCTP, tem caracterizado valiosas oportunidades de diálogo, troca e mobilização, essenciais para que mais e mais segmentos possam estar aptos a reconhecer e identificar essa prática perversa, invisível, inacreditável, no entanto real, que é o Tráfico de Pessoas.

Que se concretize, o mais breve possível, a implementação do II Plano Nacional de Enfrentamento ao Tráfico de Pessoas... Toda a sociedade brasileira, em especial, as vítimas do tráfico de pessoas, também chamado de escravidão contemporânea, agradecem.



## Referências

BRASIL. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE. *Pnad 2011*. Disponível em: <[www.ibge.gov.br](http://www.ibge.gov.br)>.

BRASIL. Secretaria Nacional de Justiça. *II Plano nacional de enfrentamento ao tráfico de Pessoas*. Brasília, DF: Ministério da Justiça, 2013.

INSTITUTO de PESQUISA ECONÔMICA APLICADA – IPEA. *Retrato das Desigualdades de Gênero e Raça*. Brasília, DF: Ipea, 2011.



## 10. “Sobre meninos e homens”: construindo um repertório de igualdade

por Marcos Nascimento

*Pensei sobre o que escrever e veio a vontade de falar de homem.  
Talvez porque, mesmo tendo vindo de uma cultura tão machista,  
tenha tido pela frente bons exemplos de homens que não se tornaram  
inimigos nem ameaça. Em muitos casos, a masculinidade vira uma  
disputa de espaços e violações declaradas. [...]. Feliz do homem que tira das costas  
o peso do mundo, e olha para a vida de forma mais ampla e menos competitiva.*

(Gero Camilo, Papo de Homem, Revista O Globo, 22/9/2013, p. 13)

Trabalho há muitos anos com rapazes e homens adultos sobre diferentes temas relacionados à masculinidade tais como a saúde masculina, a sexualidade, a paternidade e a violência. Recentemente me deparei com esse pequeno texto do Gero Camilo em que o ator afirma que ao longo de sua vida, teve bons exemplos de homens que “não se tornaram inimigos nem ameaça”. Pensei como os “bons exemplos” são fundamentais para as transformações sociais acerca das relações entre homens e mulheres, e entre os próprios homens.

Se pensarmos como os meninos são educados, vamos nos deparar com vários comportamentos que revelam as desigualdades entre homens e mulheres: a dificuldade de negociação do uso do preservativo, a ausência no cuidado das crianças quando eles são pais, o uso de diferentes formas de

(\*) Marcos Nascimento, doutor em Saúde Coletiva, pesquisador em gênero, sexualidade e masculinidades, é coordenador-adjunto do Centro Latino-Americano de Sexualidade e Direitos Humanos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (Clam/IMS/Uerj) e professor do Departamento de Psicologia do Centro Universitário Augusto Motta (Unisuam).



violência contra as mulheres em situações de conflito, a ideia de que a sexualidade masculina é “incontrolável” e por isso as mulheres devem proteger-se dos homens, entre muitos outros.

Todos esses comportamentos dizem respeito à forma como os meninos foram socializados. Contudo, muitas vezes assumimos que esses comportamentos são da “natureza do homem” ou que “os homens são assim mesmo”. Será?

Nas sociedades ocidentais, há a ideia de que ser “homem de verdade” significa ser macho, viril, provedor e protetor da família, demonstrando força e coragem e usando a violência se necessário. Essa concepção de masculinidade termina por incentivar os meninos a serem agressivos e competitivos. A lógica da dominação masculina nas relações entre homens e mulheres (e também entre homens) passa a ser percebida como natural, relacionada a uma “essência masculina” ou parte da “natureza masculina”.

É bastante comum os meninos serem incentivados a aderir a rígidos códigos de honra que os obrigam a competir e a usar violência entre si para provarem que são “homens de verdade”. Isso faz com que eles sejam valorizados socialmente. Ao contrário, meninos que demonstrem interesse em cuidar de crianças, executem tarefas domésticas, tenham amizades com meninas, mostrem determinadas emoções como a ternura, o medo ou a afetividade, de maneira geral são ridicularizados por suas famílias e colegas, ganhando a alcunha de “mulherzinha”. Esses comportamentos não são considerados como próprios dos homens e, em alguma instância, os aproximam das mulheres, sendo por isso desvalorizado e desqualificado socialmente.

Por medo ou vergonha de ter sua masculinidade questionada, muitos



homens se calam diante das injustiças sociais que acometem as mulheres, os homens e outros grupos sociais. De acordo com o sociólogo americano Michael Kimmel, os silêncios masculinos

permitem fazer outras pessoas acreditarem que realmente aprovamos coisas que se fazem às mulheres, às minorias, aos homossexuais e às lésbicas em nossa cultura. O silêncio atemorizador quando avançamos apressados, deixando para trás uma mulher que está sendo assediada por homens na rua. Esse silêncio furtivo quando os homens fazem piadas sexistas ou racistas no bar. Esse silêncio pegajoso quando os caras no escritório fazem piadas sobre ataques aos gays. Nossos medos são a fonte de nossos silêncios, e o silêncio dos homens é o que mantém o sistema” (Kimmel, 1997, p.57).

Dessa maneira, podemos afirmar que esses comportamentos não são naturais. Pelo contrário, é por força da cultura, e por meio da ação de diferentes instituições (família, escola, comunidade, e a sociedade de maneira geral) que essas desigualdades se mantêm. Mudar a forma como educamos e percebemos os meninos não é tarefa fácil, mas extremamente necessária para a transformação de aspectos negativos de algumas formas de masculinidade.

De fato, alguns homens usam diferentes formas de violência contra suas parceiras. Outros são violentos entre si. Muitos homens não participam do cuidado dos seus filhos e não se preocupam com temas ligados à saúde sexual e reprodutiva. Mas existe outra parcela de homens que participa do cuidado com as crianças e que é respeitosa nas suas relações de intimidade. É importante que homens e meninos sejam questionados sobre essas desigualdades e que passem a ver a si mesmos e as mulheres como iguais em direitos e oportunidades.

Mas ainda há muito que se fazer. Por exemplo, dados do *International Men and Gender Equality Survey (Images)* <sup>[1]</sup> mostram que 26% dos homens



entrevistados revelaram ter usado violência física em algum momento contra uma mulher. Esse número é semelhante à outra pesquisa realizada sobre esse tema, realizada em 2001.

A violência física, assim como outras formas, pode ser prevenida quando passemos a educar os meninos a partir de uma concepção generificada, ou seja, que esses comportamentos estabelecidos para homens e mulheres (incluindo o uso da violência na resolução de conflitos) são apreendidos culturalmente. Existem inúmeros grupos que se dedicam a trabalhar com meninos, rapazes e homens adultos, utilizando-se de diferentes metodologias para conscientizá-los sobre as desigualdades entre homens e mulheres, criando uma “pressão positiva” em que o uso de qualquer tipo de violência – física, psicológica, econômica, sexual – não seja considerado aceitável.

A Campanha do Laço Branco (White Ribbon Campaign em inglês)<sup>[2]</sup>, iniciada no Canadá, é uma campanha internacional de conscientização dos homens, e da sociedade em geral, acerca do silêncio em relação à violência contra as mulheres. A Campanha tem como símbolo um “laço branco”, signo do compromisso dos homens de jamais cometer um ato de violência contra as mulheres e não se calarem diante da violência que outros homens cometem contra as mulheres.

Em todo o mundo existem diferentes atividades educativas e campanhas voltadas para meninos, rapazes e homens, usando esportes, mídia digital, jogos interativos entre outras estratégias, com intuito de conscientizar e sensibilizar o público masculino sobre essas desigualdades sociais, denunciando a opressão a que muitas meninas e mulheres são submetidas, e propondo novos caminhos para as relações entre homens e mulheres.



Precisamos desses “bons exemplos” para podermos avançar na transformação social rumo a uma sociedade mais justa e igualitária.

[1]Em 2008, o Instituto Promundo e o International Center for Research on Women (ICRW) realizaram o *International Men and Gender Equality Survey (Images)*. Foram entrevistados 750 homens, entre 18-59 anos de idade, de camadas média e popular na cidade do Rio de Janeiro. Cf. BARKER, Gary et al. *Evolving Men: Initial results from the International Men and Gender Equality Survey (IMAGES)*. Washington, DC: ICRW/Instituto Promundo, 2011.

[2]Para conhecer mais sobre a Campanha Brasileira do Laço Branco, visite <<http://lacobrancobrasil.blogspot.com.br/>>.

#### REFERÊNCIAS:

KIMMEL, Michael. Homofobia, temor, verguenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDES, Teresa; OLAVARRÍA, José. *Masculinidad/es: poder y crisis*. Santiago: ISIS/Flacso, 1997. p. 49-62.

ACOSTA, F.; BARKER, G. *Homens, violência de gênero e saúde sexual e reprodutiva: um estudo no Rio de Janeiro/Brasil*. Relatório de pesquisa. Rio de Janeiro: Instituto Noos; Instituto Promundo, 2003.





# 11. Sobre masculinidades

por Maelison Silva Neves

Este texto traz uma breve reflexão acerca do conceito de masculinidades, enquanto uma categoria para designar as diversas formas da constituição do sujeito do sexo masculino nos diversos contextos sócio-culturais e históricos. Desse modo, pretende-se desconstruir a ideia de naturalização dos papéis sociais do homem e da mulher, enquanto categorias estanques e universais. Além disso, pretende-se discutir o quanto é difícil (senão impossível, ao menos sem correr o risco de ser reducionista) falar de masculinidade no singular, mesmo em um tempo histórico de um contexto social específico, quando na verdade o que se observa são diferentes e contraditórias formas de se vivenciar a masculinidade. Em seguida, aponta-se a necessidade de se articular os discursos sobre masculinidades com as discussões das diversas opressões, dando destaque para a opressão do homem sobre a mulher, no contexto do patriarcado e de uma masculinidade hegemônica heteronormativa, discutindo o quanto homens e mulheres podem ser vítimas desse tipo de opressão. Finalmente, procura-se defender a necessidade de articulação das lutas contra as opressões, sejam elas o machismo, a homofobia, o racismo, a exploração do trabalhador, entre outras, compreendendo que todas possuem uma base de sustentação comum: as contradições das sociedades capitalistas, marcadas pela desigualdade estrutural e exploração do outro, ao mesmo tempo em que prega um discurso da “igualdade, liberdade e fraternidade”, camuflando essas relações de opressão.

(\*) Maelison Silva Neves é professor do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT)



### **“Não se nasce homem, torna-se homem”**

O título acima é uma paráfrase da famosa expressão de Simone de Beauvoir: “NINGUÉM nasce mulher: torna-se mulher” (BEAUVOIR, 1967). Com essa expressão, a autora refuta as concepções naturalistas, que procuram demonstrar a influência do aparelho biológico na determinação da feminilidade, ao mesmo tempo que refuta concepções essencialistas que pretendem descrever o feminino, uma essência do ser mulher, como se fosse algo comum a todas as pessoas que nascem com uma vagina.

Seguindo essa mesma perspectiva, pode-se afirmar que o discurso sobre o ser “macho”, enquanto um jeito natural de ser homem, comum a todos os sujeitos que nascem com um pênis, é na verdade um grande engodo reproduzido pelo senso comum e alimentado por alguns dispositivos científicos (por exemplo, os estudos sobre as diferenças do cérebro feminino e masculino, que incidem e justificam as diferenças entre homens e mulheres).

Nessa discussão, não se trata de negar as diferenças biológicas entre os sexos, mas de questionar o reducionismo que essa perspectiva traz, ao desconsiderar os aspectos históricos e sociais que constituem os diferentes homens e mulheres. A perspectiva contextualista da psicologia (análise do comportamento de Skinner), nos ajuda a compreender essa complexidade da constituição do sujeito humano ao concordar que “o cérebro sem o ambiente não é nada”, ou seja, é necessário considerar as dimensões da história pessoal do sujeito e a cultura onde se insere (englobados na noção de ambiente por Skinner), que terão grande influência sobre o modo como ele vai constituir sua dita “personalidade”. Dito de outra forma, anatomia não é destino!

Dessa forma, a perspectiva psicológica da análise do comportamento se alinha com as perspectivas histórico-culturais de compreensão do ser huma-



no e, aplicados aos estudos sobre masculinidade e feminilidade, combatem a naturalização dessas condições, enquanto algo determinado exclusivamente por características biológicas e imutáveis ao longo do tempo. Tal posição tem uma importância no âmbito político, pois nos permite enfrentar alguns perigos oriundos dessa visão estática e universal dos gêneros: negação da diversidade; justificação da dominação a partir da naturalização das desigualdades (confundidas com diferenças); patologização e criminalização da diferença; faz com que a própria vítima assuma para como verdade o discurso do opressor.

A condição homoerótica é um dos exemplos acerca das contradições com que nos deparamos ao discutir as masculinidades: Se por um lado a homossexualidade se contrapõe ao modelo hegemônico de masculinidade heterossexual, “macho dominando a fêmea” (no intercuro sexual, inclusive), nas próprias relações homoeróticas se reproduz a heteronormatividade (e portanto, o modelo hegemônico de masculinidade), ao segregar como inferiores os homossexuais ditos “afeminados” ou “afetados”, havendo inclusive um *status* de superioridade do “ativo” em relação ao “passivo”, sendo este último comparado a uma condição feminina e tratada como inferior.

O gay ativo, obviamente, necessita do passivo para concretização de seu desejo sexual, e não há nada de errado nisso. Mas por quê, em geral, esses sujeitos se sentem ofendidos ao serem chamados de passivos? É bem verdade que essas relações vêm se transformando de modo que, o comportamento sexual dito passivo tem sido comum entre homens “não afeminados”, descolando essa prática da condição de feminilidade. Porém, continua sendo visto como xingamento o ser chamado de “passiva” (no feminino), mesmo entre sujeitos que vivenciam sua sexualidade dessa forma. Desse modo, o ser passivo se desloca e aproxima, numa relação dialética, da condição de feminilidade, a



depende do contexto em que esse termo aparece.

Se por um lado, ser passivo parece deixar de ser tabu entre os homens homossexuais, desde que esse se comporte como “homem” (modelo heteronormativo), o ser afetado (pelo que? Uma doença?) ou afeminado (também dando a ideia de transmutação, e talvez o seja, em sentido rebelde!) é algo intolerável para muitos gays. O discurso de que “é pelo comportamento espalhafatoso dessas pessoas que somos discriminados” é usado para justificar a rejeição ao homossexual dito “afeminado”.

A questão ululante desta justificativa é: por que não é permitido a um “homem” se comportar como “mulher”? O que há de tão reprovável em ser masculino falar fino, usar roupas também usadas por mulheres, maquiar-se, rebolar, usar bolsa que mulheres usam, entre outros comportamentos, sem abrir mão de sua identidade de gênero masculina (se é que podemos falar em identidade...)? Talvez o comportamento sexual passivo seja permitido porque ocorre na intimidade, entre quatro paredes, de modo que não se torne público nem explícito quem é o “homem” ou quem é a “mulher” da relação. Ou seja, o modelo de masculinidade hegemônico não é afetado (trocadilho!), já que em público, são homens como quaisquer outros.

Aliás, é isso que os pais “compreensivos” e “progressistas” falam para seus filhos: “você pode ter esse comportamento (ser gay), desde que suas práticas (que contestam o modelo de masculinidade do patriarcado) ocorram entre quatro paredes”. Justificam tal discurso ao afirmar que estão protegendo seus filhos da discriminação que sofreriam se agissem como gays (como mulheres?) em público.

O mesmo não se pode dizer dos gays que se comportam de modo similar às mulheres e usam objetos também usados por elas, sem abrir mão da alcunha de homem. Esses são uma ofensa ao patriarcado, ao modelo de



macho cultivado em nossa sociedade. Com raras exceções, essas pessoas sofrem discriminação tanto entre homossexuais quanto entre heterossexuais.

Tal problemática traz à discussão a ideia de ser difícil falar das masculinidades sem problematizar a opressão do homem sobre a mulher (mesmo que seja um homem que se comporte de modo semelhante às mulheres), trazendo à tona uma lógica discriminatória que prejudica homens e mulheres, colocando-os em um lugar subalterno. (Veja que aqui corre-se o risco de cair no essencialismo: quem disse que tais comportamentos são exclusivos de mulheres? O oposto também é válido: Por que mulheres não podem assumir posturas tipicamente masculinas? O que delimita a fronteira entre os gêneros? Nossas barreiras socialmente construídas.).

Desse modo, o direito pela diversidade sexual se articula com a luta do feminismo, de modo que lutar pela emancipação das mulheres (o plural aqui também enfatiza uma diversidade qualitativa) não se descola da luta contra a homofobia (inclusive entre homossexuais), contra o racismo, contra a exploração de um ser humano pelo outro. Desse modo, articula-se com a luta por uma sociedade cujas relações respeitem a diversidade e promova a equidade, justiça e a paz, impossível em uma sociedade capitalista, que sobrevive da guerra, da exploração do homem e da natureza.

### **“Se não posso dançar, não é minha revolução” (Emma Goldman)**

Alguns poderão contestar a linha de raciocínio destacada acima: o que tem a ver feminismo e luta contra capitalismo? Bem, tudo. Ao menos se entendermos que apesar de a dominação não ter sido forjada na sociedade capitalista, esta necessita da mesma para reproduzir-se. Ou seja, não existe possibilidade de igualdade ou equidade na sociedade capitalista. O capital se reproduz do lucro e este é obtido a partir da exploração do trabalho do outro. É necessário que esse outro receba apenas uma parte do que produz



efetivamente, entregando todo o resto ao dono do capital, que compra sua força de trabalho. (temos aqui o que Marx chama de mais valia). Ora, o que faz com que esse trabalhador aceite esse contrato e não questione a legitimidade da exploração a que é submetido? A naturalização das desigualdades e da opressão, que faz com que o sujeito não se veja como oprimido.

Debata-se aqui o capitalismo, para além de um modo de produção econômico, um modo de produção de subjetividades. É necessário um clima cultural, um jeito de ser e ver o mundo, propício para que os sujeitos humanos se adequem às relações de produção no contexto do capital. É preciso enxergar como normal a existência de um superior e um inferior; de um afortunado pela sorte e um pobre coitado que precisa resignar-se à sua condição. Desse modo, chega-se a um ponto em que lutar contra a opressão sobre a mulher envolve a lutar contra a opressão de um ser humano sobre outro, independente de seu sexo biológico.

Emma Goldman nos ajuda a repensar a relação entre feminismo e revolução ao questionar tanto as feministas de sua época, cujas bandeiras reproduziam o *status quo* responsável pela opressão delas próprias (algumas bandeiras de cunho moralista que segregava as prostitutas. Ler mais em BLANCHETTE, 2011; RAGO, 2011; além da edição n. 37 da revista *Cadernos Pagu*, julho/dezembro de 2011), quanto denunciava os ditos “reformadores” que não inseriam a exploração das mulheres pelas fábricas. Atualmente, vários grupos de esquerda, depois de refletir sobre os erros do passado reconhecem a urgência de se articular a luta contra a opressão do trabalhador pelo capital com as lutas contra a opressão sobre a mulher (seja negra, indígena, camponesa, lésbica, etc), contra o racismo, contra a homofobia (um tipo particular de machismo), contra a xenofobia, a exploração do meio ambiente, enfim, a



construção de uma sociedade pautada na equidade, respeito às diversidades e baseada em relações de cooperação (enquanto isso for utopia, haverá energia para continuar na luta).

Por fim, afirmar a construção social da masculinidade implica se contrapor ao modelo machista (masculinidade hegemônica) que impõe um *ethos* para os homens, segregando e discriminando todos os que não se enquadram nesse modelo, principalmente os que se aproximam de um comportamento semelhante ao das mulheres (talvez por que isso coloca em xeque a tal superioridade masculina). Seguindo essa linha de raciocínio, defender a existência das masculinidades, negando hierarquias entre elas, é assumir uma postura feminista, à medida que os principais ataques são voltados hoje às masculinidades desviantes da heteronormatividade machista que cruzam as fronteiras do gênero e se aproximam da feminilidade. Desse modo, se o combate à opressão do homem sobre a mulher, tratando-a como inferior, perpassa a discussão sobre as masculinidades, perpassa também pelo combate ao modelo de relações sociais pautadas no capitalismo, que se alimenta desses tipos de opressões para subsistir.

Esse texto torna-se, então, um manifesto em defesa da participação dos homens na luta pelos direitos da mulher, rompendo as barreiras dos gêneros e colocando-se com elas na mesma trincheira; é uma defesa da importância de que eventos como esses (as oficinas organizadas pela Ong Mulheres pela Paz, entre outras iniciativas feministas) envolvam também os homens, numa perspectiva de que estes também precisam ser formados e instigados a refletir sobre a importância de relações horizontais entre homens e mulheres; é um convite à união das lutas e bandeiras, das diversas cores e grupos, que tem em comum a construção de uma sociedade justa, equânime, pacífica, que respeite as diversidades, o meio ambiente, solidária e cooperativa.

**REFERÊNCIAS:**

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo Sexo*. A experiência vivida. 2ª ed. Difusão Européia do Livro: São Paulo, SP, 1967.

BLANCHETTE, Thaddeus. Emma Vermelha e o espectro do “tráfico de mulheres”. *Cadernos Pagu*, v. 37, p 287-297, jul/dez, 2011.

RAGO, Margareth. Prefácio à Emma Goldman. Tráfico de mulheres. *Cadernos Pagu*, v. 37, p 263-271, jul/dez, 2011.



## 12. O tráfico de mulheres e a prostituição

por Tatiana Pinangé

Eu venho realizando um trabalho junto ao movimento de prostitutas da Paraíba desde o ano 2000 e neste trabalho sempre procuramos desenvolver algumas ações de prevenção ao tráfico de mulheres, como rodas de conversa e abordagens pedagógicas nas zonas de prostituição.

Com o advento da Aids nos anos 80, que trouxe as prostitutas, os gays e os usuários de drogas injetáveis como “grupos de risco”, os movimentos sociais se organizaram para lutar contra esse estigma. Foi a partir daí que houve o surgimento das diversas associações de prostitutas em todo o país no final dos anos 1980, chegando com mais força à Paraíba no final dos anos 1990 e se firmando na capital, João Pessoa, no início dos anos 2000. Paralelo a este movimento foi criada a Rede Brasileira de Prostitutas. Dentre suas ações, estavam incluídas aquelas voltadas para a identificação de locais de exploração sexual e tráfico de mulheres, a exemplo da região Norte. Em depoimento da Gabriela Leite, presidente da Rede, por ocasião do Encontro Estadual de Prostitutas da Paraíba em 2003, ela destacou que a Rede chegou a resgatar mulheres prostitutas em situação de escravidão em Corumbá, na região Centro-Oeste do país, e já naquela ocasião a Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) inseriu de forma mais contundente a discussão da luta contra o tráfico de mulheres e a exploração sexual.

(\*) Tatiana Pinangé, que atua junto à ONG Cordel Vida, em João Pessoa/PB, é pedagoga, educadora popular e colaboradora do movimento de prostitutas da Paraíba, com quem realiza trabalho preventivo.



Com recursos do Ministério da Saúde/UNAIDS que eram destinados aos chamados “grupos de risco” para trabalhar por meio de projetos a prevenção das DST/HIV/Aids, a APROS-PB, assim como a maioria das associações de prostitutas de todo país, teve a oportunidade de desenvolver ações educativas nas zonas de prostituição que iam além dessas discussões, como a sensibilização da sociedade e autoridades para a causa da categoria, capacitação em direitos humanos para lideranças e questões de gênero.

Todas essas ações foram fortalecendo o movimento das prostitutas por meio de suas Associações, além do curso saúde e cidadania promovido pela APROS-PB que foi muito marcante. Pela primeira vez, conseguimos mobilizar um grande número de mulheres para participar dos encontros que contava com uma grade curricular muito rica, tratando inclusive das questões legais que envolvem a profissão de prostituta.

Com a descentralização dos recursos, os estados e municípios passaram a disponibilizar editais públicos por meio dos seus Departamentos de DST/Aids, o que viabilizou a interiorização das ações e o fortalecimento das associações já existentes, como o CIPMAC (que é o Centro de Informação, Prevenção, Mobilização e Aconselhamento aos Profissionais do Sexo de Campina Grande) que já existia, mas estava completamente desarticulado. O mesmo acontecia com a Associação das Prostitutas da Paraíba (APROS-PB) e a Associação de Prevenção à Aids (AMAZONA). Houve a possibilidade de reestruturação. Até os dias de hoje, o CIPMAC é uma instituição atuante e que desenvolve projetos voltados para as prostitutas de Campina Grande, que é o maior município da Paraíba. Outra estratégia de fortalecimento do movimento foram os Encontros promovidos pela



maioria das Associações, que possibilitavam o intercâmbio de experiências e o estabelecimento de parcerias, a exemplo da Associação Pernambucana de Prostitutas (APPS), que esteve presente nos encontros promovidos pela APROS-PB. Assim, o Nordeste começa, no início dos anos 2000, a estabelecer uma integração mais forte por meio dos encontros estaduais/regionais e nacionais, o que resulta numa visibilidade maior da luta dos direitos das prostitutas. E, dentre suas bandeiras de luta, estava o combate ao tráfico de mulheres e a exploração sexual.

Durante toda minha caminhada como colaboradora do movimento de prostitutas tenho refletido sobre o tema do tráfico de mulheres e de mulheres trans para a exploração sexual. Percebo a dificuldade que temos em causar comoção social, uma vez que as maiores vítimas desse crime são prostitutas, e falar em direitos de prostitutas é algo que não agrada a uma sociedade moralista que continua varrendo o assunto pra debaixo do tapete. Ninguém quer debater e enfrentar, impossibilitando a criação de políticas eficientes.

Os incentivos para realizar tal trabalho ainda são poucos, pois o segmento das prostitutas é extremamente estigmatizado. Além disso, a grande mídia reforça o senso comum de que prostituição no Brasil é crime, o que tem dificultado muito a realização de campanhas que tragam visibilidade para a questão do tráfico de mulheres. Há também o fato de o feminismo se dividir com relação à aceitação da prostituição enquanto uma profissão como qualquer outra. Isso faz com que movimento das prostitutas tenha mais dificuldade em se aproximar e também faz com que algumas de suas bandeiras de luta não ganhem a repercussão necessária.



A exemplo do combate ao Tráfico de Mulheres e à Exploração Sexual, acredito que este está sendo um momento histórico para ambos os movimentos, pois, pela primeira vez, percebo a prostituição e o feminismo andando de mãos dadas na luta contra esse crimes que volto a dizer, têm as prostitutas como suas maiores vítimas!

O trabalho preventivo desenvolvido pelo movimento de prostitutas sempre esteve atrelado às questões de gênero, pois não há como deixar de falar da opressão sofrida pelas mulheres. Quando trabalhamos a questão do uso do preservativo, por exemplo, constatamos uma dificuldade enorme na negociação do uso da camisinha com os homens. Pesquisas já demonstraram que uma porcentagem enorme, mais de 50% das mulheres, que sabiam que o companheiro era soropositivo, mantinham relação sexual sem o uso da camisinha. Então, não conseguimos trabalhar essas questões se a gente não estiver dentro do movimento de mulheres, para a consciência das questões de gênero.

A porta de entrada para que trabalhássemos várias temáticas sempre foi a prevenção do HIV. Essa é a forma de obtermos recursos para as capacitações e elaboração de materiais educativos. Junto com a questão do HIV e DST, pudemos incluir a abordagem dos direitos humanos. Todo esse trabalho tem trazido resultados positivos. A gente está percebendo que as prostitutas passaram a se prevenir. É o que tem sido constatado pelo projeto que está sendo desenvolvido pela APROS-PB, o Viva Melhor Sabendo. Já tivemos a oportunidade de realizar 500 testes rápidos para HIV por Fluido Oral; desses testes apenas um deu reagente, no público de prostitutas. Isso nos aponta que que é o caminho que devemos continuar



seguinte, no que diz respeito a prevenção das DST/HIV/Aids.

Com relação ao trabalho que desenvolvemos de sensibilização da sociedade e dos operadores do direito também temos obtido alguns resultados positivos. Exemplo é o das abordagens dos policiais que também começaram a melhorar, a partir do trabalho de conscientização e sensibilização desses agentes. Antes, eles as colocavam dentro do carro de polícia, as estupravam e ainda roubavam o dinheiro delas. Uma vez a gente presenciou um policial batendo em uma que estava grávida. E elas se calavam diante dessa situação, uma vez que se achavam marginais, que estavam fora da lei. Foi todo um trabalho de conscientização para que elas soubessem que no Brasil não é crime se prostituir.

Fortalecemos nossas atividades em localidades com forte potencial para o tráfico humano para fins de exploração sexual, como o porto de Cabedelo, Santa Rita, Campina Grande e no Sertão, onde tem sido importante o trabalho de conscientização e promoção da cidadania. Foi onde tivemos a oportunidade de encontrar mulheres em situação de trabalho análogo à escravidão, por não terem as informações necessárias que as tirassem de lá. Elas não sabiam sequer que não estavam cometendo crime algum em se prostituir. Quando esclarecemos que os criminosos são aqueles(as) que as exploram, visivelmente elas mudam suas expressões, havendo, nesse momento, um resgate da autoestima dessas mulheres. É assim que o trabalho vai surtindo cada vez mais efeito.

A mídia costuma colocar no mesmo bojo a exploração sexual, o tráfico de mulheres e a prostituição voluntária e involuntária. Tudo é crime! E aí a gente começa a ter muitos problemas. O exercício livre da



prostituição é diferente do exercício escravizado. Nossas campanhas já diziam que lugar de criança não é na zona, que exploração sexual infantil é crime. E foi e tem sido um trabalho muito difícil sensibilizar a sociedade como um todo com essas questões, com essas diferenciações, de dizer que prostituição no Brasil não é crime e que o tráfico de mulheres é crime. Tivemos notícias de algumas investigações que não prosseguiram, já que as vítimas foram para o exterior sabendo que iriam se prostituir. Mas, é preciso levar em conta que elas não sabiam que iriam ser escravizadas. Uma coisa é saber que está indo exercer a profissão em outro lugar, em outro país, com alguns benefícios, da mesma forma que tem advogada ou médica se candidatando para atuar fora do país, para ganhar mais. A pessoa deseja ir para atuar em sua profissão de forma digna. Só que quando se descobre, durante a investigação, que a pessoa já fazia programa no Brasil, tudo é encerrado. É preciso considerar que ela não sabia que estava indo para ser escrava. Prostituição consentida não é crime; é uma profissão como qualquer outra. Então, a gente tem que dignificar essa profissão. Da mesma forma que outros segmentos, eu acho que temos que trabalhar a questão da visibilidade de forma positiva e não criminalizada. Eu acho que esse é nosso grande desafio. Daí, as frases estratégicas de nossas campanhas, como “Mulheres são iguais em qualquer profissão” e “Profissionais do sexo, conheçam e lutem pelos seus direitos”.

Hoje, nossa luta está também dentro das universidades. Sem dúvida, avançamos muito. Basta lembrar do que aconteceu por ocasião do Primeiro Encontro das Profissionais do Sexo da Paraíba, em 2000, quando não conseguíamos reservar nenhum hotel, mesmo pagando adiantando. Eu acho que a sociedade coloca essas mulheres na condição de lixo humano.



É assim que a gente as trata. É assim que se analisa quando se trata de questões de direitos trabalhistas, pois nenhum direito as assiste. Algumas mulheres nas zonas, depois de um mês do nascimento do bebê, ainda com o peito jorrando leite, têm que fazer programa, por falta de licença maternidade. No período menstrual, muitas delas se arriscam, utilizando algumas técnicas que acabam causando doenças. É uma profissão que é legalizada, mas não é regulamentada. Essa é uma batalha árdua que se tem pela frente. Muita gente acha que basta tirá-las da prostituição. Sem considerar a possibilidade de elas estarem na profissão por vocação! Cada qual tem vocação para fazer o que está a fim de fazer. Eu nunca tive vocação. Eu sempre “dei” de graça o tempo inteiro, eu nunca cobre... Então, eu acho que temos que respeitar a vocação de cada pessoa, deixando de vitimizar a prostituta. Sabemos que é difícil para qualquer mulher, primeiro assumir que transa e depois assumir que gosta de transar e que ainda cobra por isso. É aí que já não serve para mais nada; vira a escória do mundo. Todos esses estigmas estão presentes no trabalho de desconstrução. É preciso analisar o porquê de nos incomodarmos menos com mulheres escravizadas sexualmente e mais com aquelas escravizadas para o trabalho de costurar bolas de couro para a Nike... É óbvio que tratar da sexualidade é o grande tabu. Há muito o que se discutir profundamente com relação à prostituição no Brasil. Acho que o movimento de mulheres e o movimento feminista têm sensibilidade para estar acolhendo essa causa. Basta que se permitam aceitar que a oferta de serviços de natureza sexual não tira da mulher a autonomia sobre seu corpo e nem tampouco o mercantiliza como fazem as modelos que aparecem em comerciais de creme dental, de carro ou de cerveja, mostrando apenas seus órgãos genitais e seus seios.



E seguiremos conversando pelo tempo que for necessário para quebrarmos nossos tabus e desconstruirmos nossos preconceitos a respeito da profissão de prostituta.

**Nota:** Essa apresentação foi realizada por Tatiana Pinangé por ocasião da oficina do projeto em João Pessoa/PB, em 8 e 9/10/2014.